

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

CRESCIMENTO ECONÔMICO E ESPECIALIZAÇÃO
PRODUTIVA DO NORDESTE DO BRASIL
– UMA ABORDAGEM HETERODOXA DO PERÍODO DE 1960 A 1999 –

Atenágoras Oliveira Duarte

RIO DE JANEIRO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Atenágoras Oliveira Duarte

Crescimento Econômico e Especialização Produtiva do Nordeste do Brasil
– Uma Abordagem Heterodoxa do Período de 1960 a 1999 –

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL
PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTOR EM ECONOMIA

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Fábio Neves Perácio Freitas (UFRJ – Orientador)

Prof. Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho (UFPB – Co-orientador)

Prof. Carlos Eduardo Frickmann Young (UFRJ)

Prof. Carlos Frederico Leão Rocha (UFRJ)

Prof. João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

RIO DE JANEIRO

Fevereiro de 2008

Aos meus pais,
Jodeval e Giselda,
e a Giovana

AGRADECIMENTOS

Como sempre, nenhum trabalho individual é fruto apenas do esforço individual. Sou parcialmente produto do meu meio. Do doutorado, agradeço pelas aulas com José Antonio Ortega, Carlos Eduardo Young, Vânia Cury, Almir Pitta e Franklin Serrano. Agradeço ao meu orientador, Fábio Freitas, que além de uma imensa paciência com o labirinto que meu raciocínio às vezes me leva, muito contribuiu para ajustar o caráter aplicado da tese com sua fundamentação teórica. Foi extremamente frutífera a combinação da orientação de Fábio com a co-orientação de Paulo Fernando Cavalcanti, pois enquanto o primeiro tem uma maior experiência com trabalhos estatísticos e trabalha, no campo teórico, com modelos de supermultiplicador, o segundo apresentava um contraponto teórico dentro do campo heterodoxo, com abordagens que privilegiam o investimento autônomo em modelos mais relacionados a Keynes e Schumpeter, além de transitar com desenvoltura na literatura sobre a região Nordeste.

Na UFRJ, agradeço ainda a Beth, da secretaria de pós-graduação, a David Kupfer (que foi meu orientador no mestrado, a quem sempre agradeço pelo que me ensinou), Diretor de Pós-Graduação, e a João Sabóia, Diretor do Instituto de Economia.

Agradeço o apoio e a companhia dos meus colegas de “doutorado à distância”. Do BNB: Adriano, Evangelista, Laércio, Ivan, Neto, Maurício e Everton. De fora do BNB: Eloy, Micaelson e Elda. Agradeço ainda o apoio, logístico e intelectual, externo ao curso, de Gustavo Santos, amigo desde o mestrado.

A instituição BNB apoiou diretamente o doutorado, mas algumas pessoas garantiram o sucesso deste apoio. Daqueles com quem cheguei a tratar, preciso citar, com o risco de esquecimento para o qual antecipadamente peço desculpas: Maria Luiza, Maria Lúcia, Telma Marques, Eline, Eleazar, Lindoval, e o atual presidente do Banco, Roberto Smith.

O período teria sido mais difícil e exaustivo se eu não tivesse o apoio direto e decisivo de meus chefes imediatos no período da elaboração da tese: Edílson Nery, Davidson Dantas, Suenize Souza, Marcos Vasconcelos e Marcos Renê. Meus colegas na CENOP-Recife não puderam ajudar diretamente na tese, pela especificidade do tema, mas deram uma imensa ajuda garantindo um excelente ambiente de trabalho, o qual me permitiu poupar energia para a tese e para ensinar. São tantos os colegas e amigos, que embora eu me sinta tentado a citar alguns, mais próximos, tenho consciência que a qualidade do ambiente de trabalho é garantida não só por aqueles com quem tratei mais diretamente, até pela proximidade física nas ilhas de trabalho da CENOP, mas também por outros “mais distantes”, mas não menos presentes.

De minhas experiências docentes na UFPE e na FIR, não cheguei a fazer amizades, mas me serviu para consolidar conceitos fundamentais para a tese. O retorno provocativo de alguns alunos mais desafiadores, e a necessidade de traduzir economia (inclusive economia regional) para alunos de cursos como Direito, Turismo, Engenharia Química, e Ciências Contábeis, foram desafios que me recompensaram com uma maior compreensão dos aspectos mais fundamentais de meus objetos de estudo na tese.

Agradeço pelas críticas e sugestões dos membros da banca: Fábio e Paulo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Carlos Frederico Leão Rocha e João Policarpo Rodrigues Lima. Lamento não ter conseguido aproveitar toda a riqueza de seus comentários na revisão da tese.

Por fim, agradeço a minha família: minhas irmãs, meus sogros, minhas cunhadas, minhas tias e tios, meus primos, meus pais e Giovana. Diretamente, só Giovana contribuiu para a tese, mas essa minha grande família sempre foi uma força de apoio que, mesmo quando não precisei, saber que ele está lá é sempre reconfortante e fortalecedor.

E em especial, agradeço a Giovana pelo apoio e pela compreensão. Agradeço por seu amor, por suas provocações intelectuais e por tudo o mais.

Naturalmente, nenhum dos citados tem culpa por eventuais erros contidos nesta tese.

RESUMO

O propósito central deste trabalho é calcular uma contabilidade do crescimento econômico da região Nordeste tendo por arcabouço um modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional, e a partir dos resultados obtidos investigar, analiticamente, os vínculos possíveis entre o padrão de especialização produtiva da região e seu crescimento econômico. Para alcançar este propósito foi necessário selecionar e organizar os dados macroeconômicos sobre a região no período escolhido para investigação, entre 1960 e 1999, formando uma base de dados sobre a qual aplicar o modelo desenvolvido.

A tese também buscou vínculos entre o modelo adotado e abordagens selecionadas do pensamento econômico heterodoxo regional brasileiro. A análise dos resultados da aplicação do modelo, por sua vez, foi precedida por um resgate de interpretações da economia política internacional e nacional do período investigado.

Com a contabilidade do crescimento econômico da região no formato escolhido e os instrumentos analíticos acima citados, a tese concluiu pela identificação e mensuração da importância dos gastos (consumo corrente e investimentos) da Administração Pública e das empresas estatais para o crescimento econômico da região Nordeste, assim como sua influência na formação do seu padrão de especialização produtiva.

ABSTRACT

The core purpose of this study is to calculate an accounting of the economic growth of the Northeast region by taking a framework model of growth led by demand multi-regional, and the results obtained from research, analytically, the possible links between the pattern of production specialization of the region and its economic growth. To achieve this purpose it was necessary to select and organize the macroeconomic data on the region in the period chosen to research, between 1960 and 1999, forming a database on which to apply the model developed.

The theory also sought ties between the model adopted and approaches of economic thought heterodox selected regional Brazilian. The analysis of the results of applying the model, in turn, was preceded by a rescue of interpretations of national and international political economy of the period investigated.

With the accounting of the economic growth of the region in the format chosen and the analytical tools mentioned above, the thesis concluded by identifying and measuring the importance of spending (consumption and investment) Public Administration and state enterprises to the economic growth of the Northeast region, as well as their influence in shaping the pattern of their expertise productive.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 – Desempenho macroeconômico da região Nordeste e interpretações heterodoxas.....	19
1.1 – Atuação estatal no desenvolvimento regional.....	19
1.2 – A evolução econômica no período da integração produtiva.....	21
1.3 – O núcleo argumentativo das interpretações heterodoxas	26
1.4 – Conclusão Parcial e as hipóteses da tese.....	29
Capítulo 2 – Crescimento Liderado pela Demanda e Padrão de Especialização.....	32
2.1 – Modelo de crescimento liderado pela demanda.....	32
2.1.1 O Consumo Privado (C).....	32
2.1.2 Os Gastos do Governo (G).....	35
2.1.3 O Investimento Bruto do setor privado (I).....	36
2.1.4 Exportações (X).....	39
2.1.5 Importações (M).....	41
2.1.6 Modelo final para um país e para uma região.....	41
2.2 – Crescimento Econômico e Padrão de Especialização.....	44
2.2.1 Das definições e medidas de Padrão de Especialização.....	44
2.2.2 O papel da especialização para o crescimento econômico: crítica aos enfoques centrados no lado da oferta.....	47
2.2.3 O papel da especialização para o crescimento econômico: enfoques centrados nos mecanismos do lado da demanda.....	48
2.3 – O Modelo de Crescimento Liderado pela Demanda Multi-Regional, a especialização produtiva e as teorias sobre o desenvolvimento da região Nordeste.....	51
2.3.1 Estrutura de consumo, estrutura produtiva e comércio.....	52
2.3.2 Estrutura de financiamento privado.....	54
2.3.3 Estrutura de financiamento e gastos públicos	59
2.3.4 Estrutura tecnológica, inovação endógena e fluxos comerciais.....	60
2.3.5 Estrutura de mercado e estrutura produtiva.....	66
2.4 – Conclusões Parciais	67
Capítulo 3 – Estatísticas Macroeconômicas do Nordeste.....	68
3.1 – Da obtenção dos dados.....	68
3.1.1 O Produto Interno Bruto.....	69
3.1.2 Consumo Governamental.....	74
3.1.3 FBCF do setor público.....	78
3.1.4 FBCF do setor privado.....	81
3.1.5 Exportações e Importações inter-regionais.....	85
3.1.6 Exportações e Importações Internacionais.....	89
3.1.7 Consumo privado.....	90
3.1.8 Tributação.....	91
3.2 – Série a preços constantes de 1999.....	91
3.3 – Adaptação do modelo teórico à disponibilidade dos dados.....	94
3.4 – Conclusões Parciais.....	97
Capítulo 4 – Decomposição do Crescimento da Região Nordeste.....	99
4.1 – Metodologia e Resultados da Decomposição do Crescimento.....	99
4.1.1 Demanda Interna X Demanda Externa.....	100
4.1.2 Demanda Induzida X Demanda Autônoma.....	101
4.2 – Elementos para interpretação do crescimento da região Nordeste: Condicionantes internacionais e nacionais.....	106

4.2.1	Interpretações sobre a economia política da globalização.....	106
4.2.2	Escolhas nacionais na globalização pós 1980.....	115
4.3	– Decomposição do crescimento do produto por período – descrição e interpretação focada na contribuição setorial.....	119
4.3.1	Período 1960-1965.....	119
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	120
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	121
4.3.2	Período 1965-1970.....	124
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	124
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	126
4.3.3	Período 1970-1975.....	128
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	128
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	129
4.3.4	Período 1975-1980.....	134
	I – Descrição dos resultados do modelo.....	134
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	135
4.3.5	Período 1980-1985.....	138
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	138
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	140
4.3.6	Período 1985-1991.....	142
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	142
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	144
	III – Outros instrumentos para análise setorial.....	146
	==> Impactos Diretos e Indiretos.....	146
	==> Exportações setoriais.....	148
4.3.7	Período 1991-1996.....	152
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	152
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	153
4.3.8	Período 1996-1999.....	155
	I – Descrição dos resultados da decomposição.....	155
	II – Interpretação focada nas contribuições setoriais.....	157
4.4	– Considerações especiais.....	159
4.4.1	Taxa de investimento e investimentos estatais.....	159
4.4.2	Gastos governamentais.....	164
4.5	– Conclusões Parciais.....	166
Capítulo 5 – Considerações Finais.....		171
5.1	– Situação internacional entre 2000 e 2007 e desempenho do Nordeste entre 2000 e 2005.....	171
5.2	– Considerações Gerais e conclusões.....	175
BIBLIOGRAFIA.....		184

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Taxa média anual de variação do PIB do Nordeste e do Brasil, em períodos selecionados, em %.....	23
Tabela 2 – Participação dos setores econômicos no PIB da Região Nordeste e do Brasil em anos selecionados.....	24
Tabela 3 – PIB da Região Nordeste do Brasil, a preços e unidades monetárias correntes, anos selecionados, entre 1960 e 2000, estimados pela FGV/IBGE e SUDENE.....	70
Tabela 4 – PIB da região Nordeste pelo PIB do Brasil, a preços correntes: medidas alternativas do IBGE e da SUDENE, em anos selecionados entre 1960 e 1999.....	72
Tabela 5 – Evolução das taxas de variação do PIB do NE segundo IBGE e SUDENE, entre 1986 e 1999.....	72
Tabela 6 – Taxa de variação do PIB do Nordeste entre 1960 e 1999, segundo a SUDENE....	74
Tabela 7 – Comparativo de estimativas de despesas de consumo do governo, em anos selecionados entre 1960 e 1999, a preços correntes, em UM\$ milhões.....	76
Tabela 8 – FBCF do setor público no Nordeste. Comparação entre fontes alternativas, entre 1960 e 1999. Valores em UM\$ milhões.....	79
Tabela 9 – FBCF do setor público do Nordeste, segundo a situação jurídica, em anos selecionados, em UMC\$ 1.000.000.....	80
Tabela 10 – FBCF do setor público do Nordeste, a preços ajustados e deflacionados, em anos selecionados.....	81
Tabela 11 – FBCF total, do setor público e do setor privado, em UM\$ milhões, entre 1960 e 1996.....	82
Tabela 12 – Dados utilizados para estimativa do consumo aparente de bens de capital na região Nordeste em 1999.....	84
Tabela 13 – Estimativa de FBCF total em 1960, com dados em UMC\$ 1.000.000.....	84
Tabela 14 – Estimativas de comércio inter-regional da região Nordeste. Incluídos apenas os anos para os quais há estimativas. Valores em UMC\$ 1.000.000,00.....	87
Tabela 15 – Comércio Exterior da Região Nordeste, em UM\$ milhões correntes, e a participação percentual no PIB da região calculado pela SUDENE. Anos selecionados entre 1960 e 1999.....	90
Tabela 16 – Consumo estimado por resíduo, em UM\$ milhões correntes, e sua proporção em relação ao PIB da SUDENE e do IBGE.....	90
Tabela 17 – Deflatores para conversão a preços de 1999.....	92
Tabela 18 – Componentes da Demanda Agregada, em anos selecionados entre 1960 e 1999, a preços de 1999, em R\$ milhões.....	93
Tabela 19 – Componentes da Demanda Agregada, a preços de 1999, em R\$ milhões – versão alternativa.....	93
Tabela 20 – Taxa média de crescimento anual dos componentes do PIB do Nordeste (NE), em %, por períodos.....	99
Tabela 21 – Taxa média de crescimento anual dos componentes do PIB do Resto do Brasil (RB), em %, por períodos.....	99
Tabela 22 – Composição da variação do PIB em termos da variação da demanda interna, da demanda externa e de coeficientes de importação, em %, em períodos selecionados, a partir de preços ajustados.....	101
Tabela 23 – Coeficientes e valor do supermultiplicador do Nordeste, a partir de exportações inter-regionais inteiramente autônomas e parcialmente autônomas, em anos selecionados entre 1960 e 1999.....	102
Tabela 24 – Coeficientes e valor do supermultiplicador do Resto do Brasil, a partir de exportações inter-regionais inteiramente autônomas e parcialmente autônomas, em anos selecionados entre 1960 e 1999.....	103

Tabela 25 – Variação dos coeficientes de indução, por períodos, para o Nordeste e para o Resto do Brasil.....	103
Tabela 26 – Contribuição dos componentes da demanda autônoma para o crescimento do produto da região Nordeste, em períodos selecionados, em %.....	103
Tabela 27 – Contribuição dos componentes da demanda autônoma para o crescimento do produto do Resto do Brasil, em períodos selecionados, em %.....	104
Tabela 28 – Componentes da variação do produto do Nordeste em termos de valores médios e variações percentuais, por períodos selecionados.....	105
Tabela 29 – Componentes da variação do produto do Resto do Brasil em termos de valores médios e variações percentuais, por períodos selecionados.....	105
Tabela 30 – Crescimento do PIB por regiões e períodos.....	107
Tabela 31 – Evolução do PIB PPC, em US\$ bilhões, dos países do G7 e do BRIC, em anos selecionados entre 1980 e 2007.....	115
Tabela 32 – Média aritmética do Comércio Exterior Anual de Bens e Serviços (n.f.) pelo PIB – Brasil.....	118
Tabela 33 – Composição setorial das exportações e importações inter-regionais, nos anos de 1961 e 1967, em %.....	122
Tabela 34 – Evolução dos índices de especialização produtiva, entre 1960 e 1965.....	123
Tabela 35 – Evolução do ISE dos gêneros industriais entre 1960 e 1966, para as regiões Nordeste e Sudeste.....	124
Tabela 36 – Evolução do ISE dos grandes setores da economia das regiões Nordeste e Sudeste.....	126
Tabela 37 – Evolução do ISE dos gêneros da indústria da região Nordeste, entre 1966 e 1970.	127
Tabela 38 – Participação do capítulo NCM nas importações totais inter-regionais da região Nordeste, em 1975, em %.....	131
Tabela 39 – Participação por capítulo NCM nas exportações totais inter-regionais da região Nordeste, em 1975, com exportações da Bahia e de Sergipe não incluídas por capítulos....	132
Tabela 40 – Participação por classe de mercadorias no valor total das exportações inter-regionais do Estado da Bahia, em 1973.....	132
Tabela 41 – Evolução do ISE dos grandes setores da economia das regiões Nordeste e Sudeste, entre 1970 e 1975.....	133
Tabela 42 – Evolução do ISE da Indústria do Nordeste, entre 1970 e 1975.....	133
Tabela 43 – Evolução do ISE dos grandes setores da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1975 e 1980.....	135
Tabela 44 – Peso setorial no PIB do Nordeste, segundo o IBGE, entre 1975 e 1980, em %.	136
Tabela 45 – Evolução do índice simétrico de especialização da Indústria no Nordeste, entre 1975 e 1980.....	137
Tabela 46 – Evolução do ISE dos grandes setores da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1980 e 1985.....	140
Tabela 47 – Evolução do índice simétrico de especialização da Indústria no Nordeste, entre 1980 e 1985.....	141
Tabela 48 – Evolução dos índices de especialização simétrica do Nordeste e do Sudeste entre 1985 e 1991.....	144
Tabela 49 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros industriais entre 1985 e 1992.....	146
Tabela 50 – Resultados de Vínculos 1985 – 15 principais setores.....	147
Tabela 51 – Resultados de Vínculos 1992 – 15 principais setores.....	148
Tabela 52 – Participação das exportações do Nordeste para o resto do Brasil e para o resto do mundo na Demanda Total de cada produto, em 1985 e 1992, dos principais produtos, em %.	151

Tabela 53 – Produtos com maior participação nas exportações totais, em 1985 e 1992, em %.	152
Tabela 54 – Evolução dos índices simétricos de especialização da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1991 e 1996.	154
Tabela 55 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros da indústria, entre 1990 e 1995.	155
Tabela 56 – Evolução dos índices simétricos de especialização das regiões Nordeste e Sudeste, entre 1996 e 1999.	157
Tabela 57 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros industriais da região Nordeste, entre 1996 e 1999.	158
Tabela 58 – Participação do VTI dos grupos por intensidade tecnológica das regiões Nordeste e Sudeste no VTI da indústria de Transformação brasileira, em %, em anos selecionados.	163
Tabela 59 – Consumo Intermediário da Administração Pública no Brasil, segundo Matrizes Insumo-Produto, em 1985 e 1996 – produtos com maior participação.	166
Tabela 60 – Evolução das Contas Nacionais, em % do PIB, entre 2000 e 2007.	174
Tabela 61 – Evolução das contas disponíveis para a região Nordeste entre 2000 e 2005, em % do PIB.	175

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Variação acumulada do PIB do NE e do Brasil, entre 1960 e 1999, sendo 1960=100.	22
Gráfico 2 – Taxa de Variação do PIB, segundo a SUDENE e anos de seca, entre 1960 e 1999.	74
Gráfico 3 – Participação das exportações e importações no PIB da região, para os anos disponíveis.	88
Gráfico 4 – Carga Tributária Total e Estadual das regiões Nordeste e Sudeste, em % do PIB regional, entre 1959 e 1999.	91
Gráfico 5 – ISE da região Nordeste dos grupos industriais por intensidade tecnológica.	162
Gráfico 6 – ISE da região Sudeste dos grupos por intensidade tecnológica.	162
Gráfico 7 – Relação entre FBCF das empresas estatais, em percentual do PIB, e a participação do VTI dos grupos de alta e média-alta intensidade tecnológica do Nordeste no VTI dos mesmos grupos do país, entre 1960 e 1999.	164
Gráfico 8 – Contribuição ao crescimento mundial do PIB por PPC - G7 e BRIC - entre 1981 e 2007.	173
Gráfico 9 – Participação no PIB por PPC mundial – G7 e BRIC – entre 1980 e 2007.	173
Gráfico 10 – Balanço Líquido da Conta Financeira e de Capital do G7 e do BRIC, entre 1980 e 2004.	174

Lista de Quadros

Quadro 1- Características das três formas básicas de "internalização" de inovações.	64
Quadro 2 – Classificação dos gêneros industriais segundo o nível de intensidade tecnológica.	160
Quadro 3 – Síntese dos resultados da aplicação do modelo e do cálculo dos Índices de Especialização Simétrica, por período, para a região Nordeste.	166

Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar o problema do desenvolvimento da região Nordeste a partir de um instrumental do pensamento econômico heterodoxo até aqui não aplicado. A idéia é explorar o argumento da tradição heterodoxa sobre o papel da especialização produtiva para o crescimento da região, mas a partir de um modelo macroeconômico no qual o crescimento é liderado pela demanda.

Este objetivo será perseguido a partir da realização de uma contabilidade macroeconômica do crescimento da região Nordeste entre 1960 e 1999 sob o formato de um modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional. Embora o modelo não seja, diretamente, também multi-setorial, entende-se que é possível explorar correlações entre variáveis fundamentais do modelo que permitam relacionar o papel da especialização produtiva para o crescimento macroeconômico, a partir das induções diferenciadas da demanda agregada sobre os diversos setores econômicos, e as respostas também diferenciadas destes setores em termos de crescimento econômico.

Cabe aqui esclarecer, em linhas gerais, o método adotado na pesquisa. Para isso é preciso observar que o entendimento contido nesta tese é que um programa de pesquisa científica em economia envolve, em síntese, três grandes momentos.¹

O primeiro momento de uma pesquisa científica é o estudo ontológico, ou seja, a identificação das características fundamentais e constitutivas das variáveis pesquisadas (no caso das ciências sociais, é crucial a compreensão do caráter histórico destas características). O segundo momento é o da elaboração e desenvolvimento de modelos que descrevam e mensurem as relações de causalidade entre as variáveis pesquisadas. O terceiro momento é o da aplicação, da identificação e mensuração da relação entre as variáveis não mais no campo abstrato, genérico, mas nos casos empíricos. Os dois primeiros momentos são teóricos, podendo vir em conjunto ou separadamente, sem se perder a validade de separá-los enquanto distintos. Naturalmente que um pesquisador não precisa atuar nestes três momentos, podendo se especializar nos momentos "teóricos" (primeiro e/ou segundo) ou no momento "aplicado" (terceiro). Também não há porque se definir, previamente à pesquisa, quanto de cada

¹ Este entendimento apresenta um formato particular, não observável diretamente, mas, em linhas gerais, compatível no fundamental com a literatura tomada por referência para definição do procedimento metodológico. As referências fundamentais foram Marx (1984/[1867]), Vasconcelos, Strachman & Fucidji (1999), Oliveira (2003), Paulani (2005), Prado (2005) e Duayer (1999). Observe-se que desta fundamentação metodológica extrai não só o entendimento descrito adiante do papel das partes da tese, mas também identifiquei como não proceder na pesquisa – opções que não foram mencionadas para não desviar o objetivo da tese.

momento (teórico ontológico, teórico relacional e aplicado-empírico) deve ser explorado em uma pesquisa.² O que é fundamental é que o pesquisador tenha claro como seu campo de atuação está relacionado com os outros momentos de uma pesquisa.

Em especial, vale destacar que o primeiro momento citado, recorrentemente ignorado na atualidade,³ é fundamental para uma agenda de pesquisa, pois sua rejeição não impede que existam, enquanto pressupostos implícitos, "ontologias" em qualquer modelo teórico, que condicionam quando não determinam o resultado da aplicação dos modelos – como exemplo, a adoção do pressuposto da "concorrência perfeita", com todas as suas premissas e decorrências nos modelos de especialização comercial da tradição neoclássica.

Também é preciso destacar que estes momentos não são estanques e inequivocamente distintos entre si. Em especial, a definição de uma categoria teórica – momento ontológico – pode simplesmente não ser possível de ser abstraída sem relações diretas com outras variáveis. No caso específico do objeto desta tese, a especialização produtiva não pode ser entendida se não se considerar que a mesma resulta do próprio esforço de ampliação do excedente econômico, ou seja, os investimentos setoriais diferenciados são o fruto da adoção de caminhos distintos no processo de acumulação de capital. Ao mesmo tempo, são estas estruturas produtivas – como será visto mais adiante – que irão condicionar fortemente as trajetórias de crescimento do conjunto da economia. Em um caso como este, não se trata de estudar isoladamente as variáveis, entender suas características básicas, e depois buscar estipular o que acontece na relação entre elas. No caso concreto citado, as duas variáveis são fortemente integradas entre si, como será visto na tese.

A relação com o momento empírico é mais facilmente distinguível. Contudo, seu constante uso enquanto validação do esforço ontológico ou da elaboração de modelos estabelece um grau de interação profunda entre estes momentos, isto é, trata-se do recurso ao empírico enquanto 'avalista' de certas interpretações, mesmo que provisoriamente. Observe-se que esta relação do campo teórico com o campo empírico não se dá estritamente na forma quantitativa, mas também na forma qualitativa (forma na qual fatos estilizados também servem de contra-prova a interpretações teóricas). E no campo quantitativo, não se faz necessário que os modelos "fechem" em resultados exatos ou mesmo que permitam análises

² Ou seja, aqui não há concordância com uma divisão inflexível do trabalho científico, adotado por alguns, entre pesquisadores teóricos em economia e pesquisadores aplicados/empíricos. Concorda-se com a idéia segundo a qual "... cada pesquisador produz os métodos necessários para o trabalho que está sendo feito. Se a pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico, ela deve fazê-lo dentro de um ambiente particular, recorrendo a técnicas também apropriadas àquele problema." [Opinião de Becker (1994), citada por Cortes (2002), pág. 236, em Bêni (2002)]. Observe-se que esta posição não significa ecletismo, mas tão somente o uso heterogêneo de diferentes instrumentos, que ainda precisam ser teoricamente compatíveis entre si.

³ Quanto a essa questão, pode-se ver Oliveira (2003), Paulani (2005), Prado (2005) e Duayer (1999).

estatísticas. As evidências empíricas mensuradas podem tão somente indicar tendências em modelos abertos, como será feito neste trabalho.

O propósito desta tese é aplicar um modelo teórico ao caso específico de uma região do Brasil. Trata-se, portanto, de uma tese focada no terceiro momento da pesquisa científica. Entende-se, entretanto, que é preciso enfatizar claramente este propósito metodológico. A idéia não é a de "testar" estatisticamente um modelo. A idéia é agregar conhecimentos empíricos que contribuam para o processo abduutivo do aprendizado, fornecendo elementos que colaborem com a retomada do primeiro e do segundo momento em um patamar mais elevado, com o aperfeiçoamento da elaboração dos modelos heterodoxos de desenvolvimento regional, e também da própria técnica de aplicação do modelo escolhido. Em outras palavras: é uma aplicação 'aberta', e não um teste para aprovar ou rejeitar uma teoria, mas sim uma coleta de evidências empíricas que reforce certos caminhos interpretativos, ao mesmo tempo em que mantém coerência teórica com os fatores mais relevantes para o crescimento de longo prazo.

No capítulo 1 há uma mistura heterogênea de elementos dos três momentos em uma tentativa de apresentar os objetos de estudo da tese (a trajetória macroeconômica e a evolução do perfil produtivo da região Nordeste) de forma panorâmica. Nesta fase mostra-se o desempenho macroeconômico da região desde 1960, ao mesmo tempo em que se explora um pouco do debate associado à interpretação deste desempenho. Centra-se a exposição, inicialmente, na confrontação entre abordagens predominantemente localistas e abordagens macroeconômicas heterodoxas. Resgatando a herança do pensamento heterodoxo, tenta se mostrar que a estratégia de industrialização, indicada pela tradição heterodoxa, obteve êxito parcial. A apresentação da trajetória do crescimento da região e da evolução de sua estrutura produtiva serve para ilustrar o resultado da interação entre as políticas públicas aplicadas na região e a evolução da estrutura econômica privada, ou seja, permite uma mensuração genérica dos contornos da indução ao crescimento, propiciada pelas ações governamentais e das empresas estatais na região. O argumento defendido nesta tese é que a validade das políticas adotadas não pode ser devidamente mensurada pela contabilidade do crescimento atualmente adotada. Advoga-se que é necessário reordenar os dados de maneira a enfatizar os aspectos que permitem uma melhor visualização de fenômenos econômicos que são objeto deste debate teórico. É este o papel a que se pretende esta tese: realizar uma contabilidade do crescimento econômico a partir de um modelo de crescimento heterodoxo que serve para explicitar e hierarquizar processos econômicos com maior poder explicativo. Em outras palavras: para que o debate do pensamento econômico heterodoxo possa evoluir de forma

mais produtiva, é preciso organizar os dados macroeconômicos de forma mais coerente com a teoria macroeconômica heterodoxa e mais compatível ao eixo interpretativo conduzido no debate, com a exposição de variáveis entendidas enquanto importantes na análise, e tentativas de mensuração da relação entre estas variáveis importantes para as abordagens heterodoxas.

No capítulo 2 se tem o inequívoco predomínio do segundo momento de uma pesquisa científica em economia, com a definição das diversas interpretações das relações de causalidade entre as duas variáveis. O fato de não ser adequado separar a definição de padrão de especialização do entendimento de seu papel já sinaliza a interpretação feita acima, que a categoria "especialização produtiva" não pode ser entendida se separada de outra categoria econômica da qual é origem e resultado, que é o crescimento econômico. O capítulo é formado de três partes: na primeira, o modelo escolhido (de crescimento liderado pela demanda multi-regional) é apresentado; na segunda, é explorado o debate sobre a importância do papel da especialização produtiva para o crescimento econômico; na terceira parte, busca-se a compatibilização entre modelo de crescimento econômico liderado pela demanda, o papel da especialização produtiva e as principais teorias heterodoxas sobre o desenvolvimento da região Nordeste. Cabe aqui um detalhamento dos procedimentos envolvidos.

Na primeira parte, o modelo de crescimento liderado pela demanda é construído a partir da apresentação de cada variável da contabilidade macroeconômica, e de um ajustamento do modelo, concebido para contabilidade nacional, para um caso multi-regional. Na apresentação de cada variável busca-se investigar seu comportamento no entendimento do modelo adotado. Na segunda parte, são explicitadas as razões pelas quais comumente se justifica a importância da especialização produtiva para o crescimento econômico, com uma separação entre os argumentos focados nos fatores de oferta e os argumentos focados nos fatores de demanda. Define-se uma hierarquia entre os argumentos, destacando-se a maior relevância dos argumentos focados nos fatores de demanda. Na terceira parte, a literatura heterodoxa regional é resgatada, e os argumentos são associados às variáveis descritas no modelo, tentando-se mostrar que tais abordagens privilegiam a investigação de algumas variáveis macroeconômicas sobre as outras. Este momento é importante para se mostrar a necessidade de se apresentar uma contabilidade do crescimento sob um formato de modelo de crescimento liderado pela demanda, para a viabilização do desenvolvimento dos argumentos apresentados.

O capítulo 3 inicia o terceiro momento da pesquisa, que é o objeto central da tese. Observe-se que não se trata apenas de "economia", mas sim de aplicação de "Estatísticas Econômicas". Com a entrada de uma nova disciplina no esforço de pesquisa, faz-se necessário

definir quais dados foram adotados, quais suas características e sob que critérios. O capítulo 3, ao incluir a sistematização dos dados disponíveis e fazer algumas estimativas da economia da região Nordeste entre 1960 e 1999, faz o papel de uma certa "pesquisa de base", na qual se tenta apresentar, de forma organizada, as variáveis a serem utilizadas. Dada a confusão existente na contabilidade regional no Brasil, esta ação se fez imprescindível. A obtenção dos dados é investigada para cada variável, com uma confrontação entre diferentes séries de diferentes fontes. Busca-se, neste capítulo, uma compatibilização entre os dados das diferentes fontes de maneira a viabilizar uma série histórica de anos selecionados. Este esforço se fez necessário por não se observar disponibilidade de uma série coerente de dados macroeconômicos regionais que permitisse uma decomposição do crescimento sem um excessivo recurso de considerações "ad-hoc". Por fim, realiza-se uma adaptação do modelo teórico à disponibilidade de dados.

No capítulo 4, volta-se a misturar os três momentos de uma pesquisa, embora o foco do capítulo seja a análise sobre os resultados da aplicação do modelo (mais vinculado ao terceiro momento, portanto). Neste capítulo dois métodos de exposição dos dados são apresentados: a partir de uma confrontação entre a contribuição para o crescimento da variação da demanda interna versus a contribuição da variação da demanda externa; e a partir de uma confrontação entre a contribuição da variação da demanda induzida e a contribuição da demanda autônoma. Antes da aplicação dos dados nos dois formatos citados, faz-se um resgate de interpretações teóricas dos condicionantes internacionais e nacionais que permitam uma compreensão dos resultados a serem obtidos. Trata-se de uma fundamentação prévia que permita uma leitura crítica dos dados, dentro dos marcos do pensamento econômico heterodoxo brasileiro. Este procedimento é dividido entre uma subseção que trata das interpretações heterodoxas sobre a economia política das fases mais atuais da "globalização" (ou seja, do mundo pós quebra do acordo de Bretton Woods), e uma subseção que trata das escolhas nacionais pós 1980. Com este instrumental interpretativo enquanto pano de fundo, os resultados da decomposição do crescimento são analisados, com um detalhamento especial da exposição centrada na confrontação entre demanda induzida versus demanda autônoma, com foco nas contribuições setoriais a estes resultados. Na falta de uma incorporação da dimensão setorial ao modelo adotado, buscou-se fazer uso de mensurações indiretas da relação entre composição setorial e indução ao crescimento por parte da demanda.

No capítulo 5 é feita uma breve atualização do cenário internacional entre 2000 e 2007, para contextualizar a evolução macroeconômica da região no período mais recente. Em função dos poucos dados disponíveis, o caráter incompleto da contabilidade regional não

permite uma aplicação do modelo. São apresentados os dados regionais disponíveis meramente para destacar o papel das exportações internacionais para o crescimento da região entre 2000 e 2005, período para o qual há estimativas oficiais do PIB regional. Por fim, são apresentadas as considerações gerais sobre as contribuições da tese.

Capítulo 1 – Desempenho macroeconômico da região Nordeste e interpretações heterodoxas.

1.1 – Atuação estatal no desenvolvimento regional

O Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste⁴ (GTDN), de 1959, foi o marco fundador da sistematização de políticas de desenvolvimento regional no Brasil. O GTDN projetou para a região Nordeste o mesmo argumento básico usado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para explicar o atraso da América Latina frente ao Centro Capitalista mundial, recomendando a mesma orientação para as políticas públicas de desenvolvimento regional: alterar a estrutura produtiva, a partir de políticas que favorecessem o processo de industrialização.⁵

Sob essa orientação foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sob a influência desta leitura do problema regional foi constituída toda uma tradição heterodoxa do pensamento econômico regional. Esta influência interferiu mesmo após o golpe militar, quando a política de desenvolvimento regional foi reformatada sob a lógica do desenvolvimentismo socialmente conservador, politicamente autoritário e economicamente subordinado ao Centro Capitalista que marcou a ditadura militar.⁶ Pois mesmo com viés tão distinto da orientação republicana e democrática que norteou o GTDN, ainda assim a influência de seu desenvolvimentismo "cepalino" pode ser percebida em alguns dos mecanismos adotados na política de desenvolvimento regional. A essência fundamental a ser considerada desta influência do desenvolvimentismo reformista, por parte desta tese, é o entendimento que o perfil da estrutura produtiva afeta na trajetória de crescimento da região. A adoção deste entendimento, conjugada com a opção por uma postura ativa por parte do poder público na promoção do crescimento econômico conduziu a uma linha interpretativa e de respectivas políticas públicas, entre 1959 e 1989, que comportou as mais diferentes

⁴ Intitulado “*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*”. Publicado pelo Departamento de Imprensa Nacional, em 1959.

⁵ Mais especificamente, o Plano de Ação, de 11 pontos, definido ao final do documento, estruturava-se em torno de quatro diretrizes:

“a) *Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;*

b) *transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;*

c) *transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e*

d) *deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semi-árida.”* [GTDN, p. 38, 2005/[1959]]

⁶ Vide Oliveira (1993/[1977]) e Oliveira (2003).

abordagens, inclusive diretamente antagônicas no posicionamento sobre a ditadura militar, mas que seguiram o mesmo rumo de defesa da industrialização da região Nordeste a partir da ação estatal.⁷

Os anos 90 registram um momento de reorientação dos embates políticos e ideológicos. É um período de clara ascensão do ideário liberal ou neoliberal, conforme o rigor adotado da descrição do fenômeno. No tocante às políticas de desenvolvimento regional observa-se, na prática, embora não necessariamente no discurso, o predomínio de uma “não-política” de desenvolvimento, acrescida de ações socialmente compensatórias e de atendimento dos interesses mais imediatos dos aliados políticos governamentais. Ou seja: não se tratou mais de uma ação estatal que resultava no aumento da concentração de renda, na oferta de infra-estrutura pública para grandes empresas, na concessão de parcelas do excedente econômico apropriadas pelo Estado e repassadas para empresas via isenção fiscal.⁸ A contradição fundamental passou a ser não o caráter socialmente elitista e economicamente insuficiente do planejamento e de políticas públicas, mas a própria inexistência de um planejamento, e de uma ação estatal pulverizada, desarticulada, focada no curto prazo e sem impactos estruturais e estratégicos.⁹

Os anos 2000 propiciam um avanço das críticas à visão liberal, e um esforço para retomada de diferentes abordagens favoráveis à ação estatal no planejamento, estímulo e condução do desenvolvimento econômico, inclusive com abordagens que resgatam a essência da proposta desenvolvimentista reformista contida no documento do GTDN. Entende-se, nesta tese, que um ponto comum à maioria das recentes abordagens heterodoxas sobre o desenvolvimento regional é exatamente a retomada de algum grau de preocupação com a questão da especialização produtiva da região.

O entendimento desta tese é que este debate sobre o desenvolvimento regional só pode ter um fluxo produtivo se refeitos os mecanismos de análise do desempenho macroeconômico da região. Para que o debate do pensamento econômico heterodoxo possa explorar a agenda própria desta linha de pensamento é preciso conferir dados mais adequados aos termos desta abordagem. O propósito desta tese é fornecer uma contabilidade do crescimento da região entre 1960 e 1999 que se preste a este papel, e que forneça subsídios para se retomar os argumentos básicos da interpretação heterodoxa a partir de um patamar mais consistente, do ponto de vista teórico, de análise da evolução econômica da região. Para que este propósito

⁷ A dinâmica deste processo pode ser compreendida a partir da obra de Francisco de Oliveira, “*Elegia para uma (re)gião*”, de 1977.

⁸ Mais uma vez, remete-se a Oliveira (1993/[1977]).

⁹ Há várias obras que criticam a ausência de política de desenvolvimento regional nos anos 90. Entre elas, podemos citar as obras de Monteiro Neto (2005) e de Araújo (2000).

possa ter consequência, é preciso primeiro resgatar um panorama geral do desempenho da região, procedimento a ser feito na seção que se segue.

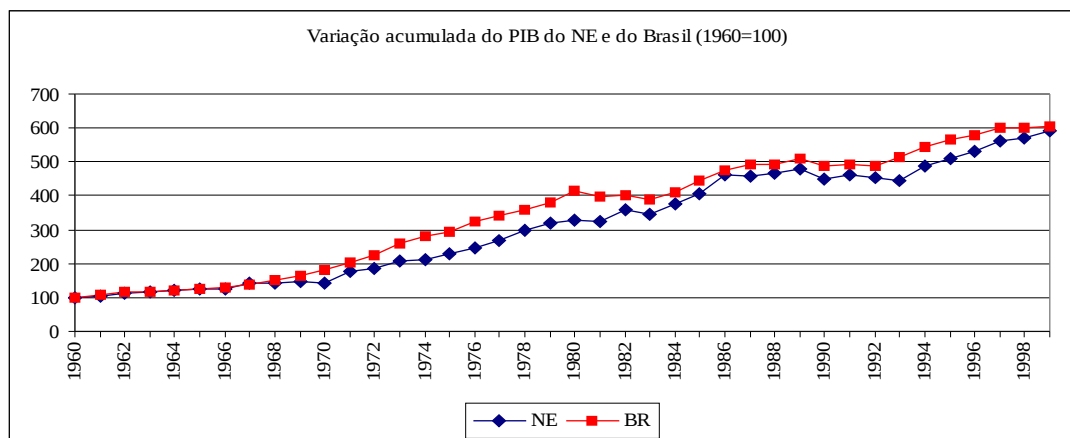
1.2 – A evolução econômica no período da integração produtiva

Guimarães Neto (1989) adotou a definição de três fases da história econômica da região Nordeste em suas relações com o resto do país: uma fase de isolamento relativo; uma fase de articulação comercial; e uma fase de integração produtiva. É exatamente esta última fase, para a qual pode ser tomado como marco histórico a criação da SUDENE, que incorpora a sistematização de políticas de desenvolvimento regional, e que será objeto de estudo desta tese.

O propósito desta seção é explorar o desempenho macroeconômico da região durante esta fase. Não é válido se estabelecer uma correlação direta entre políticas públicas adotadas e resultados econômicos da região, tendo em vista que há vários condicionantes históricos e conjunturais interferindo na ressonância da ação estatal sobre os resultados macroeconômicos. Uma mesma política pública pode ser muito adequada em um dado momento histórico, e demonstrar estar desajustada sobre outras condições. Tal pode decorrer tanto por uma insuficiência da política adotada, no tocante à qualidade do planejamento e/ou da execução, quanto pelas respostas por parte do setor privado interno e/ou externo. Como será visto no capítulo 4, a mudança dos padrões monetários internacionais foi um fator crucial para completa alteração dos condicionantes sistêmicos e estruturais sob os quais a validade das políticas públicas tidas enquanto “desenvolvimentistas” foi testada.

Embora ressalvada a inexistência de uma conexão direta e imediata entre políticas públicas implementadas e resultados macroeconômicos obtidos, é inequívoca a existência de forte correlação entre estas duas dimensões, a qual pode ser avaliada a partir do momento que identificados e, tanto quanto possível, analiticamente isolados, os fatores sob os quais as ações estatais tiveram pouca ou nenhuma repercussão. A avaliação da evolução macroeconômica da região Nordeste entre 1960 e 1999, portanto, servirá enquanto referência panorâmica dos resultados diretos e indiretos das políticas de desenvolvimento regional no período.

Gráfico 1 – Variação acumulada do PIB do NE e do Brasil, entre 1960 e 1999, sendo 1960=100.



Fontes: Nordeste – dados da SUDENE; Brasil – dados do IBGE. Elaboração própria.

Observa-se no Gráfico 1 que, em termos de crescimento acumulado, a região Nordeste ficou atrás do desempenho do conjunto do país. Até 1969 esse crescimento acumulado, tendo por ponto de partida o ano de 1960, foi equivalente, para a região e para o país. Com o "milagre econômico", entretanto, apesar do desempenho da região Nordeste, em 1971, ter sido excepcionalmente favorável, o crescimento da região Sudeste entre 1968 e 1973 desequilibrou o saldo de crescimento acumulado entre o Nordeste e o conjunto do país. Já entre 1975 e 1986 ocorre um período de convergência no PIB, com a região Nordeste apresentando taxas superiores às taxas nacionais em 9 destes 12 anos. O saldo final, em 1999, é que, considerando o PIB tanto do Nordeste quanto do Brasil em 1960 iguais a 100, o número índice seria, respectivamente, de 590 e 605 – considerando apenas as variações reais do produto. Este valor diverge (embora em pequena magnitude: 6,0% contra 6,3%) das estimativas contidas em Araújo (2000), por exemplo, embora permita uma concordância que as taxas de crescimento da região ficariam entre as mais altas do mundo, entre 1960 e 1986, se a região Nordeste fosse um país.¹⁰

Em termos de períodos, observe-se pela Tabela 1 que durante o período de maior crescimento do país, nos anos 60 e 70, a região Nordeste também cresceu a taxas significativas, bastante próximas da média nacional. Já nos anos recessivos, nas duas "décadas perdidas" (em termos estritamente de crescimento do PIB), a região Nordeste cresceu pouco, mas ainda assim cresceu mais que a média nacional. O citado período entre 1975 e 1986 apresenta, como se vê na Tabela 1, uma taxa média anual de crescimento do PIB de 6,7%, em

¹⁰ Nas palavras de Tânia Bacelar: "No global, nas décadas dos anos 60, 70 e 80, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. Vários estudos recentes confirmam esse comportamento. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais do que o Japão no mesmo período (5,5% ao ano)" [Araújo, 2000, p. 205]

contraposição a uma taxa média anual de crescimento do PIB do país de 4,5%. Para efeito de comparação com as estimativas repassadas por Araújo (2000) para o período, foi calculada a taxa média anual entre a posição de dezembro de 1965 e dezembro de 1985, de 6,0%, enquanto as estimativas contidas em Araújo (2000) referem-se a uma taxa média anual de 6,3%.

Tabela 1 – Taxa média anual de variação do PIB do Nordeste e do Brasil, em períodos selecionados, em %.

	NE	BR
Anos 60	5,0	6,1
Anos 70	8,0	8,7
Anos 80	4,2	2,9
Anos 90	2,1	1,8
1975-1986	6,7	4,5
1965-1985	6,0	6,7

Fonte: Dados da variação anual do PIB do Nordeste obtidos da SUDENE, dados da variação anual do PIB do Brasil obtidos do IBGE (inclui estimativas da FGV). Cálculo próprio do percentual anual médio para cada período citado.

Tendo sido feita uma visualização do desempenho do conjunto da economia, cabe também um detalhamento das mudanças estruturais ocorridas no período. Na Tabela 2 pode-se observar a participação percentual dos setores econômicos respectivamente no PIB do Nordeste e no PIB do Brasil. Desta tabela é possível identificar os seguintes resultados:

- Administração Pública – A participação deste setor no PIB do Nordeste era inferior à média nacional. De 1975 em diante, para as datas selecionadas, a Administração Pública foi mais importante para o Nordeste do que foi para o conjunto do país. Ao mesmo tempo, a importância relativa deste setor só fez crescer – no comparativo dos anos selecionados, entre 1980 e 2000.
- Agropecuária – Este setor, isoladamente, correspondeu a 41,3% do PIB do Nordeste em 1960, fato que demonstra o baixo grau de desenvolvimento econômico da região naquele ano.¹¹ Já em 2000, especificamente em termos da participação deste setor básico, observa-se quase um empate entre a média do Nordeste e a média nacional.
- Comércio – a maior diferença é observada em 1960. De 1975 em diante a diferença só faz diminuir, chegando ao campo de uma casa decimal em 2000, com 7,9% de participação no PIB do Nordeste e 7,0% no PIB do Brasil.

¹¹ É um fato de constatação empírica que o desenvolvimento econômico está associado à capacidade de gerar excedentes econômicos e, a partir desta expansão, ampliar a divisão social do trabalho, inclusive com a criação de novas atividades econômicas e sociais. A redução da importância relativa da agropecuária, em escalas específicas para cada nação, constitui-se em um ponto comum na trajetória de desenvolvimento de todos os países do mundo.

- Indústria – atividade econômica emblemática das políticas de desenvolvimento nacional e regional, apresenta uma trajetória de avanço de sua importância, em termos de magnitude do valor adicionado no total do PIB até 1985, quando representa 37,7% do PIB da região Nordeste e 44,7% do PIB do Brasil. Considerando que estes percentuais correspondiam, respectivamente, a 11,7% e 21,6%, em 1960, constata-se a velocidade de transformação da economia regional e nacional no período. De 1985 a 2000 a indústria perde importância relativa, representando, em 2000, 32,9% do PIB do Nordeste e 37,3% do PIB do Brasil.
- Outros Serviços – a participação deste setor foi praticamente equivalente, para o Nordeste e para o conjunto do país, em 1960, com 12,2% e 12,5%, respectivamente. A partir de 1980, dos anos selecionados, a participação cai, terminando em percentuais muito próximos em 2000, com, respectivamente, 6,7% e 5,8%.
- Instituições financeiras – se comparados os anos de 1960 e 1990, essa participação dobra, no caso da região Nordeste, e mais do que dobra no conjunto do país, partindo de 4,2% e chegando a 8,4%, no primeiro caso, e partindo de 6,7% e chegando a 14,1%, no segundo caso. Com a estabilização dos preços, em 1994, essa participação, em 2000, cai abaixo do observado em 1960, com 2,9% para a região Nordeste e 4,8% de média do conjunto do país.
- Transportes e Comunicações – comparado com os outros setores, este setor fica praticamente estável no período, com variações em torno de um patamar de aproximadamente 4%, para o Nordeste, e 4,25%, para o país.
- Aluguéis e Serviços às Empresas – é o setor econômico que mais cresce no período, partindo de um patamar praticamente irrelevante, em 1960, para uma participação significativa do PIB: de 1,2% para 9,2%, no caso do Nordeste, e de 2,8% para 11,9%, no conjunto do país. Observe-se que o maior crescimento ocorreu entre 1990 e 2000, fato associado à difusão da terceirização na economia, a partir dos anos 90.

Tabela 2 – Participação dos setores econômicos no PIB da Região Nordeste e do Brasil em anos selecionados.

		1960	1975	1980	1985	1990	2000
Administração Pública	NE	6,9	11,0	8,8	11,7	17,8	19,5
	BR	8,0	8,2	6,5	9,2	13,8	14,5
Agropecuária	NE	41,3	21,0	16,7	16,6	11,8	8,7
	BR	27,6	11,8	10,2	11,5	8,0	7,0
Comércio	NE	17,9	17,4	11,8	10,3	11,3	7,9
	BR	14,8	15,9	11,0	9,1	9,2	7,0
Indústria	NE	11,7	23,7	32,2	37,7	32,9	32,9
	BR	21,6	35,2	41,2	44,7	40,4	37,3
Outros Serviços	NE	12,2	9,1	12,3	5,3	7,2	6,7
	BR	12,5	10,5	12,3	4,8	5,5	5,8
Instituições Financeiras	NE	4,2	5,4	6,1	6,7	8,4	2,9
	BR	6,7	7,2	7,8	13,4	14,1	4,8
Transportes e Comunicações	NE	4,6	3,9	4,2	3,4	3,5	4,7
	BR	6,0	4,0	4,1	3,9	3,2	4,4
Aluguéis e Serviços às Empresas	NE	1,2	8,4	7,9	5,5	5,6	9,2
	BR	2,8	7,3	6,9	5,4	6,6	11,9
Soma dos setores	NE	100,0	100,0	100,0	97,2	98,4	92,4
	BR	100,0	100,0	100,0	102,1	100,7	92,8

Obs.: Nos comentários das planilhas consta a seguinte advertência: "As estimativas do PIB das atividades em nível estadual não são consistentes com aquelas em nível nacional. O problema se deve à não exclusão da dummy financeira (valor adicionado imputável a essa atividade) em cada atividade em nível estadual." Ainda assim, a diferença não só é mais expressiva que a dummy financeira, como se constitui em diferença 'a mais' em 1985 e 1990, para o Brasil. Não se conseguiu identificar a fonte da diferença.

Fontes: FGV e IBGE, apud www.ipeadata.gov.br. Elaboração própria.

No conjunto, portanto, o desempenho econômico da região seguiu tanto a tendência de crescimento do produto quanto de transformação estrutural, com destaque para o processo de industrialização da região – entendida, especificamente, enquanto o processo de crescimento do Valor Adicionado da indústria na economia. A redução da participação da atividade agropecuária e o crescimento da atividade de "Aluguéis e Serviços às Empresas", em conjunto, também são fatos que corroboram o entendimento de uma 'sintonia' na mudança estrutural da região Nordeste em relação ao conjunto do país.

Em síntese, não é que a região não tenha crescido, desde 1960. Sua economia cresceu e foi diversificada. Contudo, não só essa trajetória convergente foi praticamente interrompida, tendo em vista a proximidade das taxas médias anuais observadas nos anos 90 (2,1% para a região Nordeste e 1,8% para o conjunto do país), como a magnitude da assimetria continua demandando um esforço intenso de convergência. A viabilização deste esforço demanda, naturalmente, uma compreensão mais aprofundada do que explica os sucessos e fracassos relativos da região, no tocante ao crescimento de seu produto. Decerto que desenvolvimento econômico não se resume a crescimento do produto, e que questões referentes à distribuição da renda, ampliação da oferta de bens públicos, diversificação da economia, preservação do

meio ambiente, garantia de liberdade política e cultural, e espaço para participação social são elementos vitais a serem considerados. A rigor, a própria interpretação que o desenvolvimento venha a ser um resultado “natural” do próprio crescimento econômico constitui-se em uma interpretação liberal do processo econômico, que atribui aos mecanismos de mercado um “poder” de transbordamento dos efeitos do crescimento para toda a população a partir de um efeito distributivo que seria inerente ao domínio das “leis de mercado”, existindo, inclusive, a eventual atribuição deste efeito de transbordamento para outras esferas da vida social, distintas da economia. **A opção deste trabalho de focar, especificamente, a questão do crescimento econômico não decorre desta compreensão, mas tão somente do entendimento que a agenda de pesquisas sobre desenvolvimento regional também demanda um momento de consideração sobre a questão do crescimento econômico, e que este momento de pesquisa requer uma base de dados adequada. Não se atribui aqui a primazia do crescimento econômico enquanto único fator condutor do desenvolvimento econômico e social. Apenas se opta por tratar deste fator que está inserido no processo de desenvolvimento.**

A contabilidade do crescimento que esta tese pretende realizar não é 'neutra', em termos teóricos, ou seja, não será uma mera descrição de contas regionais, pois o propósito é "abrir" tais contas em relações econômicas que exigem escolhas teóricas. Por razões a serem exploradas no capítulo 2, a formatação desta contabilidade do crescimento teve por referência um modelo de crescimento liderado pela demanda. O entendimento contido nesta tese é que esta opção pode servir enquanto instrumento mais preciso e profícuo de avaliação do desempenho econômico da região, permitindo mensurar de forma mais adequada os resultados das políticas de desenvolvimento regional. Esta contabilidade, vale ressaltar, exatamente por sua formatação específica, serve enquanto um instrumento mais adequado para a análise econômica heterodoxa, sendo, portanto, necessário observar-se a orientação de pesquisa que se pretende explorar com este instrumento. Neste sentido, faz-se necessário resgatar o núcleo argumentativo das interpretações heterodoxas do crescimento da região Nordeste na fase de integração produtiva, a partir de 1960.

1.3 – O núcleo argumentativo das interpretações heterodoxas

Após o documento do GTDN, os trabalhos de orientação econômica heterodoxa prosseguiram tendo por referência básica o papel da especialização produtiva da região para seu crescimento, em especial o papel da agricultura e das indústrias e serviços de baixo valor

agregado no aproveitamento inadequado das fases de crescimento da economia do resto do país e da economia mundial.

Esta preocupação com a questão do perfil da estrutura produtiva converteu-se em desenvolvimento teórico, a partir de diferentes abordagens, desde então. A rigor, predominou na literatura regional o viés da pesquisa aplicada, orientada para definição imediata de políticas públicas, com poucos casos de escolha pelo prévio aprofundamento teórico. Entende-se aqui que estas poucas escolhas foram suficientes para definição conceitual do objeto, do que seja, portanto, uma região econômica no capitalismo e, mais especificamente, a região Nordeste no capitalismo brasileiro durante o século XX ¹², mas não da mensuração dos fenômenos econômicos que lhe são correlatos. Com isso, embora se enfatize, pela abordagem metodológica aqui adotada, ¹³ que os campos do conhecimento relacionados às dimensões da realidade são inesgotáveis pela própria natureza do objeto, no que resulta na própria inesgotabilidade do avanço teórico, entende-se que é possível a formação de bases conceituais suficientes para identificação de tendências e compreensão de fenômenos por longos períodos históricos. Em síntese, adota-se que os fundamentos atuais das teorias econômicas heterodoxas acerca do desenvolvimento regional no Brasil, de um ponto de vista ontológico, são suficientes, mas são insuficientes os vínculos entre estas categorias mais básicas e a percepção e entendimento de um estrato de realidade mais empírico, mensurável, aplicado e amplo, isto é, do estrato de realidade descrito na macroeconomia regional. Tal percepção pode soar enquanto incongruente, visto ter se reconhecido a primazia de trabalhos empíricos na literatura regional. O entendimento, entretanto, é que estes trabalhos não foram adequadamente direcionados para os enfoques potenciais mais férteis da elaboração teórica.

Por outro lado, é preciso resgatar uma devida hierarquização dos fatores mais relevantes para o desenvolvimento da região, pois, na esteira do aumento da influência do pensamento filosófico dito "pós-moderno", e do fortalecimento do liberalismo econômico enquanto corrente política, ao longo dos anos 80 e, no caso brasileiro, sobretudo nos anos 90, ocorreu uma forte difusão de pesquisas focadas em questões estritamente locais dentro da temática do desenvolvimento regional.¹⁴ Diversificar as linhas de pesquisa e valorizar a

¹² Em especial, as obras de Francisco de Oliveira, retomadas e renovadas em outros autores, como Guimarães Neto (1989). Embora não seja referente à região Nordeste, a tese de Conceição Tavares, "*Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*", ao pesquisar a lógica da industrialização em um sistema capitalista, também traz considerações acerca do papel das estruturas de mercado e dos departamentos da economia que foram exploradas para o caso específico da região Nordeste, enquanto referência teórica, por autores como Smith (1985), Guimarães Neto (1989), Oliveira (1993/[1977]) e Brandão (2004).

¹³ Cujos contornos e principais referências bibliográficas estão citados na introdução.

¹⁴ "*Nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, no Brasil e no mundo. Tais análises subtendem [sic] uma idéia de que estaríamos vivendo em comunidade, não em sociedade; que em decorrência, esse conjunto social não é cindido em classes e interesses políticos complexos (daí discutirem apenas atores sociais); que vivemos processos de*

relevância das peculiaridades locais, na compreensão dos fenômenos econômicos, não se constitui em um problema. Entende-se, entretanto, que se torna um problema quando se inverte a hierarquia dos fenômenos e se estabelece o "local" enquanto mais importante que o "nacional", em termos de definição de políticas públicas. Implícito a esta opção reside o entendimento de que não é mais possível definir políticas (objeto último das pesquisas aplicadas) para grandes espaços econômicos e sociais, e que o poder público só pode "eleger" pólos competitivos, ou ainda, um entendimento ligeiramente diverso, segundo o qual o poder público deve definir políticas mais amplas, mas desde que voltadas para viabilizar o surgimento destes pólos competitivos dentro de um acirrado ambiente internacional de concorrência capitalista – age-se no "local" para tentar viabilizar os espaços eleitos para inserção no "global". O problema da primeira opção é aceitar explicitamente que o conjunto da região está relegado ao subdesenvolvimento, enquanto que a segunda opção faz o mesmo, só que implicitamente, já que não faz sentido uma multiplicação de pólos competitivos de maneira a toda uma região ser formada por cidades ou micro-regiões "competitivas" a ponto de se viabilizarem enquanto espaços econômicos e sociais. Dentro da lógica estritamente "competitiva", a viabilização de tantos espaços só seria viável se a especialização dos mesmos ocorresse em detrimento da não especialização de outros países,¹⁵ e não de outros espaços internos à própria região. É exatamente por não mais privilegiar a compreensão dos grandes fenômenos econômicos e sociais, em escalas nacionais e internacionais, que estas abordagens "localistas" não vislumbram a inviabilidade desta estratégia enquanto garantia de desenvolvimento de toda uma região, mas apenas de alguns poucos espaços "eleitos".¹⁶

O propósito desta tese é contribuir com a continuação da tradição heterodoxa do pensamento econômico regional, focado, prioritariamente, nos fatores macroeconômicos, e com destaque para o papel da especialização produtiva para o crescimento da região. Esta contribuição, contudo, pretende seguir um caminho diferente das abordagens heterodoxas tradicionais, explorando um modelo de crescimento liderado pela demanda como instrumento

destruição das escalas intermediárias e o mundo estaria confirmando a tendência bipolar das escalas espaciais – apenas o "local" e o "global". Nesta visão, altamente consensuada hoje, só restaria a opção de políticas de desenvolvimento monoescalares, isto é, só tendo o local como ponto de partida (e de chegada?), comunitário, solidário, em ambiente de alta sinergia associativa do seu "capital social", e que pode acionar e se conectar à rede dos fluxos globalizados". [Brandão, 2004, p. 9]

¹⁵ Algo que está fora da alçada dos governos nacionais, pois envolve as iniciativas (e condições) dos países concorrentes. Além disso, a completa especialização de um país em uma ou poucas atividades o expõe aos ciclos da economia mundial.

¹⁶ É frente a este contexto que Tânia Bacelar perguntava, nos anos 90, se a região não estaria em rumo à fragmentação: "*Diante do exposto, parece claro que as tendências do momento atuam no sentido de aprofundar as diferenciações regionais herdadas do passado e fragmentar o país, destacando os "focos de competitividade e de dinamismo" do "resto" do país, para articulá-los à economia global (...)*".

"Rumamos, agora, para aprofundar as diferenciações preexistentes, cada um olhando para si, cada subespaço buscando suas próprias definições e montando suas articulações. Os atores globais também farão suas escolhas. Rumamos à fragmentação?" [Araújo, 2000, p. 230 e 231]

para decomposição do crescimento da região, abordando a questão da especialização produtiva analiticamente a partir de uma base de dados mais adequada para o enfoque explorado.

1.4 – Conclusão Parcial e as hipóteses da tese

O propósito deste capítulo foi tentar mostrar que, apesar das elevadas taxas de crescimento da economia do Nordeste entre 1960 e 1986, e do fato da região apresentar, em 1999, uma participação no PIB do país superior a de 1960, a região continuou sendo, em geral, uma região "problema", não só em função de continuar com a menor proporção de renda per capita em relação à renda nacional, mas pela magnitude da diferença.

A pretensão desta tese é retomar o argumento original do papel da especialização produtiva para a situação econômica da região, mas a partir da aplicação de um modelo macroeconômico ainda não explorado pela tradição heterodoxa regional. A principal preocupação desta tese é empreender um esforço empírico de obtenção e organização dos dados visando viabilizar a aplicação de um modelo de crescimento liderado pela demanda, conectado com tradicionais teorias heterodoxas em dimensões que podem ser tratadas enquanto parcialmente complementares.

A hipótese fundamental da tese é de que esta maneira de decompor o crescimento, sob o formato de um modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional, permite tanto um enfoque teoricamente consistente em relação às fontes do crescimento do longo prazo, quanto um recurso aplicado que é adequado para mensuração de fenômenos importantes dos modelos heterodoxos analíticos sobre a região Nordeste, em especial de seu argumento da relevância do padrão de especialização para o crescimento econômico.

A forma encontrada pela tese para demonstrar a adequação do modelo adotado foi aplicar esta ferramenta ao caso do Nordeste no período da integração produtiva. A partir de uma leitura própria da literatura sobre a região Nordeste,¹⁷ considera-se a hipótese que a história econômica da região entre 1960 e 1999 (escolha a ser esclarecida adiante) pode ser dividida em quatro momentos 'estilizados' – associados às políticas públicas de desenvolvimento regional, e às transformações da estrutura produtiva e da integração comercial da região com o resto do país e do mundo.

¹⁷ Neste resgate do contexto histórico, a pesquisa não fez distinção quanto ao alinhamento teórico das obras. As referências foram: GTDN (2005/[1958]), Oliveira (1993/[1977]), Oliveira (1989/[1977]), Oliveira (2003), Araújo (2000), Guimarães Neto (1989), Smith (1985), Souza (2000/[1997]), Santana (2001), Andrade (1981), Chaloult (1978), Gomes & Vergolino (1995), e a literatura sobre a economia brasileira, como Tavares (1998/[1978]), Baer (1995) e Gremaud, Vasconcelos & Toneto Jr. (2002).

Em um primeiro momento, a ênfase nas isenções fiscais como principal mecanismo de incentivo regional, em parceria com a oferta de crédito favorecido, meramente facilitou e confirmou as opções privadas de especialização regional. Como será visto adiante, entende-se que o investimento não é motivado pelo crédito, mas sua localização é estimulada pelo crédito. No limite da faixa de decisão, pode-se optar por realizar este ou aquele investimento, ou mesmo não realizar, em função dos custos associados àquele investimento. Mas o outro componente da análise é a rentabilidade do negócio, associada às expectativas de demanda. A oferta conjugada de isenção fiscal e crédito barato não viabilizou a instalação de indústrias de mais alto conteúdo tecnológico na região e, entende-se aqui, tal não pode ser explicado pelos dois mecanismos citados. Precisa ser explicado pelo lado da demanda da decisão de investimento, o qual é o lado dominante nas trajetórias de crescimento de longo prazo. Neste primeiro momento, a região Nordeste cresceu, mas menos que o conjunto do país, de maneira que, em 1974, atingiu a menor participação no PIB nacional que se tem registro, pelas estatísticas da SUDENE.

No segundo momento, a rigor iniciado em 1972 com os primeiros investimentos no Pólo de Camaçari, o governo federal reforçou sua participação na região através de grandes empresas estatais. Os investimentos da Petrobrás no Pólo de Camaçari na Bahia, assim como suas atividades em Sergipe e Rio Grande do Norte, os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce no Maranhão, a atuação do sistema Telebrás e a atuação da CHESF favoreceram em grande medida uma mudança no perfil produtivo da região, seguindo um rumo de uma lógica pública de investimentos, visto que, pela lógica privada, tais investimentos seriam proibitivos pelos prazos de maturação e níveis de incerteza associados aos mesmos.

Um terceiro momento reflete uma continuidade dos investimentos destas quatro grandes estatais, mas com uma maior oscilação, e com o aumento da relevância de outros gastos públicos, ou seja, a continuidade dos gastos federais em infra-estrutura na região, o PROÁLCOOL e os gastos sociais compensatórios estimulados pela crise da dívida externa e as secas de 1981/1982 e 1983. Considerando-se ainda o impacto da expansão de consumo do Plano Cruzado, o fato é que a região Nordeste termina os anos 80 em uma direção de convergência de renda com o resto do país, alcançando sua maior participação no PIB nacional em 1989.

O quarto momento, aqui restrito ao período de 1990 a 1999, configura-se nos impactos do processo de liberalização da economia e travamento das estratégias de desenvolvimento de longo prazo por parte do governo federal, assim como de crise fiscal de toda a esfera pública, que estabelece uma trajetória de crescimento da região "estagnada" em relação ao conjunto do

país, ou seja, nos anos 90, embora a taxa média de crescimento do produto tenha sido um pouco superior à taxa média do país (2,1% contra 1,8%),¹⁸ não parece válido considerar este um processo relevante de convergência de renda.

Enfim: tenta-se demonstrar que a ferramenta desenvolvida na tese permite mensurar fenômenos que podem explicar a associação entre desempenho econômico, políticas públicas e, grosso modo, padrão de especialização da região nestes quatro momentos históricos, definidos a partir de uma interpretação da literatura regional. Com a aplicação do modelo, busca-se mostrar que esta interpretação tem fundamentos e que, portanto, o modelo amplia a percepção analítica da história econômica. Cabe destacar, entretanto, que o modelo será usado enquanto fio condutor que coordene, hierarquize ou questione as interpretações heterodoxas atualmente adotadas, além de autorizar a interpretação dos quatro momentos históricos selecionados. A verificação destes momentos históricos é a contra prova da serventia do modelo na apuração da análise macroeconômica.

Observe-se ainda que o modelo, que é quantitativo, será usado para definir tendências e contra-tendências em análises qualitativas desenvolvidas a partir das medidas encontradas, sem qualquer propósito de obtenção de resultados quantitativos decorrentes de eventual análise estatística dos dados encontrados. Trata-se, portanto, de uma aplicação "aberta" de um modelo descritivo formatado em conformidade com uma teoria de crescimento liderado pela demanda, não existindo qualquer iniciativa de "fechar o modelo" em torno de resultados estimados por equações concebidas a partir dos dados.

¹⁸ Este fato poderia ser compreendido enquanto incompatível com a afirmação, feita neste capítulo, que o ano em que a região Nordeste obteve maior participação no PIB do Brasil foi em 1989, com 18,57%. Observe-se, porém, que esta participação, calculada a partir das estimativas da SUDENE, é obtida por comparação dos valores correntes, de maneira que a participação em 1999, de 17,86%, pode estar perfeitamente compatível com o fato da taxa média de crescimento real do produto ter sido maior para o Nordeste que para o Brasil. Basta considerar que o deflator implícito da região acumulado entre 1989 e 1999 foi menor que o deflator implícito do país acumulado no mesmo período.

Capítulo 2 – Crescimento Liderado pela Demanda e Padrão de Especialização

2.1 – Modelo de crescimento liderado pela demanda

Com o sentido de decompor o problema, consideremos a identidade básica da contabilidade nacional:

$$Y = C + G + I + X - M \quad (1)$$

A idéia é detalhar cada um destes componentes, distinguindo os que são autônomos da renda do período dos que são induzidos diretamente por esta mesma renda.

2.1.1 O Consumo Privado (C)

Comumente costuma-se considerar, na forma mais detalhada, uma função consumo decomposta em um componente autônomo e um componente induzido, da forma:

$$C = C_0 + c.Y_d \quad (2)$$

Sendo C_0 o consumo autônomo, c uma propensão marginal a consumir e Y_d a renda disponível para o consumo (basicamente, $Y - T$, onde Y é o PIB e T o total de tributos auferidos pelo setor público). De um ponto de vista da adoção de modelos generalizados, para ampliar a flexibilidade e o campo de alternativas explicativas, este detalhamento faz sentido – embora sempre se possa perguntar porque a adoção de uma função linear da renda disponível e não outra relação qualquer – mas o fundamental é verificar sua fundamentação teórica.

A decisão de gasto em consumo demanda a existência de poder de compra, que não é o mesmo que disponibilidade de renda presente.¹⁹ Este poder de compra inclui o fluxo de rendas contratuais correntes, associado às decisões de produção, mas também pode ser resultado de rendas passadas, convertidas em ativos, ou seja, de estoque de riqueza que configure alguma forma de reserva de valor.

¹⁹ "A questão do portfólio, mediante decisões de consumir e de aplicar, diz respeito ao estoque de riqueza como um todo e não apenas à variação ΔR observada em dado período. Não há nenhuma razão de caráter geral para que os agentes submetam a decisões específicas a parcela de R correspondente ao fluxo corrente de renda ou aos ganhos de capital, i.e., para que suas decisões de aplicar ou consumir tenham por objeto apenas o valor equivalente à renda e aos ganhos de capital num dado período. Em outras palavras, a questão geral não é "o que fazer com a renda e com os ganhos de capital", e sim "o que fazer com o estoque de riqueza". [Silva, 1999, p. 177, grifos no original]. Observe-se que, na presente tese, tem-se incluído os ganhos de capital enquanto uma forma de fluxo de renda, para efeito de mera simplificação – não comprometedor do conteúdo – do texto.

Mas o caso mais típico da sociedade capitalista é o recurso a um poder de compra oriundo de compromisso com a renda futura, ou seja, é o recurso ao crédito. Enquanto que no caso de poder de compra oriundo do uso do estoque de riquezas a questão que se coloca é a capacidade de cada ativo de preservar ou (preferencialmente) ampliar valor, no caso do poder de compra oriundo do crédito a questão é remetida para as expectativas das três partes envolvidas – consumidor, empresas e sistema financeiro – em relação ao futuro. Como o crédito é uma mercadoria oferecida pelas instituições financeiras, a busca pela conjugação entre rentabilidade e segurança conduz à situação em que exatamente aqueles que mais precisam do crédito são os que menos tem acesso, tendo em vista que, quanto mais pobre o cliente, mais arriscado se torna ofertar o crédito ao mesmo. Quanto mais rico for o agente econômico, maiores as possibilidades (objetivas) do mesmo pagar o crédito obtido da maneira almejada. Deve-se ressaltar, entretanto, que exatamente em função deste maior risco associado às camadas mais pobres da população, e da importância que a manutenção do crédito tem para os mesmos, os consumidores mais pobres podem ter maiores motivações subjetivas para manterem seus pagamentos em dia, enquanto que os mais ricos, em função da mercadoria que têm em mãos (a gestão de sua riqueza), não necessariamente precisam enveredar maiores esforços no pleno pagamento de suas dívidas.

Para os propósitos desta seção, o comportamento do consumidor pode ser diferenciado em termos de dois tipos de consumo, o básico e o 'de luxo', ou seja, aquele que é visto como imprescindível para sua sobrevivência e de sua família e aquele que não é. Decerto que, como observado por David Ricardo, o consumo entendido enquanto básico não precisa ser estático no tempo (a rigor, nem mesmo a cesta básica de subsistência, pois a referência de qualidade mínima de vida – mesmo a alimentar – tende a mudar), podendo incluir 'certas comodidades' absorvidas ao cotidiano das pessoas. Mas o ponto fundamental parece ser o comportamento diferenciado do consumidor frente a estes dois tipos de consumo. Pressupõe-se, com os clássicos, que os trabalhadores lutem por garantir rendimentos que lhes garantam pelo menos esse consumo básico, condição que a classe capitalista, em seu conjunto, termina por aceitar (não sem conflitos, naturalmente) pelo entendimento que a acumulação de capital demanda a reprodução da mão de obra associada.²⁰ A renda corrente da classe trabalhadora atenderia, pelo menos, este consumo básico.²¹ O foco do consumo a crédito tenderia a cair, portanto, no

²⁰ Não entra em questão, neste ponto, a tendência do capitalismo de trocar "trabalho vivo" por "trabalho morto". O que se quer considerar é meramente que a parcela de trabalhadores empregados receberá, no mínimo, salários de subsistência.

²¹ Na atualidade, a profusão do crédito para consumo de bens básicos, nos diversos cartões de mercados e supermercados, permite o uso do crédito para esta modalidade de consumo, o que não é em nada novidade, visto que o recurso do "fiado", do "pendura", não é nada novo, sobretudo em um país com o histórico de pobreza do Brasil. Naturalmente, o grau de sofisticação, a magnitude e a influência do conjunto do sistema financeiro são inteiramente diversos entre o 'crédito improvisado' do recurso ao adiamento do pagamento ("fiado") e o crédito

consumo entendido enquanto "supérfluo", ou, ainda, "não-básico". Esta distinção é relevante pois envolve o grau de disposição do consumidor para fazer recurso do crédito. Não se tratando de um consumo básico, a sensibilidade do consumidor aos riscos do futuro tende a ser muito maior do que diante de um consumo básico que precisa ser efetuado. Tais incertezas serão tão maiores quanto maior for o período associado. Mas não apenas o prazo interfere no grau de incerteza: todas as variáveis macroeconômicas que possam afetar o poder de compra futuro do consumidor interferem na formação de expectativas. A renda da época do consumo, por sua vez, serve enquanto referência básica. O raciocínio mais simples é considerar que, no futuro próximo, pelo menos aquela renda (em termos reais) esteja disponível.²²

Não há razões para não considerar, portanto, que o consumo a crédito seja afetado pelos custos da obtenção do mesmo, como qualquer outra decisão de gasto presente ou futuro, mas o fator fundamental de tomada de decisão parece continuar a ser a formação de expectativas para com o poder de compra e a liquidez no período de pagamento do crédito. Este poder de compra será função não só da renda futura, mas também do estoque de endividamento do consumidor – variáveis que, somadas à própria escolha em consumir, envolvem diversas outras, como evolução da taxa de juros, distribuição da renda, crescimento da economia, nível de emprego, mudanças no perfil de consumo, evolução dos preços relativos, nível de inadimplência, etc.²³

Mas qualquer que seja o caso, a oferta de crédito envolve a estimativa de risco (cujos cálculos são meramente referenciais, dada a impossibilidade efetiva de se mensurar adequadamente as incertezas com o futuro). Perante cenários de maior grau de incerteza, a tendência é a retração da oferta de crédito. No sentido inverso, em períodos de maior estabilidade e menor incerteza, os riscos com a oferta do crédito diminuem. Perante uma maior previsibilidade do futuro – ao menos daquele período referente ao consumo almejado – os cálculos referentes ao consumo tendem a ter maior aderência com os fluxos de renda correntes.²⁴

institucionalizado, inclusive enquanto negócio em si mesmo.

²² Decerto que períodos de inflação alta conturbam fortemente tal projeção da renda real, de maneira que complicam significativamente o processo de formação de expectativas

²³ "Na Teoria Geral (capítulos 8 e 9), Keynes enuncia uma longa lista de determinantes das decisões de consumir (...). Os determinantes são distribuídos em dois grupos – fatores "objetivos" e "subjetivos". A principal diferente entre eles consiste no fato que os fatores "objetivos" (como mudanças na distribuição de renda), estando sujeitos a modificações mais freqüentes do que os "subjetivos" (como o desejo de "constituir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas"; Keynes: 1936:83) teriam um papel mais importante na explicação das variações do consumo ocorridas em períodos de tempo relativamente curtos." [Silva, 1999, p. 182, destaques no original].

²⁴ Em ambiente de maior estabilidade, as expectativas tendem a ganhar uma estabilidade relativa que lhes confere um procedimento de 'rotina' quanto às decisões de consumo tomadas – tendendo-se a manter uma proporção entendida, pelas condições estáveis observadas, viável para compatibilização entre fluxo de rendas, estoque de riquezas (quando relevante) e consumo: "Quando o procedimento de rotina consiste em abstrair as variações no valor dos ativos, e a estabilidade do contexto econômico conduz à estabilidade das expectativas,

Embora parte do consumo a crédito possa ter, em um cenário de maior estabilidade, maior correspondência com o fluxo de renda corrente, em termos de formalização do problema parece mais consistente relacionar o consumo induzido, em maior medida, ao consumo básico dos trabalhadores. Neste caso, teríamos o consumo induzido ($c.Yd$) com maior associação à renda contratual corrente oriunda das decisões de produção²⁵, e o consumo autônomo (C_o) associado ao estoque de riqueza e à concessão de crédito.

Entretanto, ainda no tocante à formalização do modelo, dada a dificuldade de obtenção de dados, será adotado um formato mais simples, e, a rigor, menos correto:

$$C = c.Y \quad (3)$$

Na equação acima, c corresponde a um coeficiente de consumo e Y é a renda agregada. A adoção deste formato decorre estritamente de sua viabilidade operacional, tendo em vista a ausência de dados referentes ao crédito concedido para o consumo, no país e na região Nordeste, e na dificuldade de especificar a tributação das três esferas administrativas na região e no país, nos períodos escolhidos.

2.1.2 Os Gastos do Governo (G)

Em termos de modelagem, considera-se que a forma mais adequada de descrever os gastos governamentais seria:

$$G = C_g + I_g + I_{ee}, \quad (4)$$

onde C_g é o consumo governamental, I_g inclui os investimentos improdutivos do governo e I_{ee} os investimentos produtivos das empresas estatais.

A rigor, I_g é autônomo em relação a demanda, porque é resultado das decisões políticas de investimento, embora faça sentido considerar que em um período de crescimento as pressões políticas para melhoria da infra-estrutura tendam a se intensificar, mas I_{ee} , por sua vez, tem um comportamento dúbio. Enquanto empresas estatais, estas tanto podem assumir uma lógica pública, com investimentos seguindo uma lógica anticíclica, ou uma lógica privada, seguindo comportamento semelhante ao investimento privado.

Uma forma alternativa de apresentar os dados seria considerar, separadamente, o governo federal dos governos estaduais e municipais, tal que:

$$G = C_{gf} + C_{gem} + I_{gf} + I_{gem} \quad (5)$$

as variações da renda corrente tendem a tornar-se o principal determinante do consumo." [Silva, 1999, p. 179 e 180]

²⁵ Sem excluir o recurso ao crédito para atendimento do consumo induzido. Um consumo financiado pelo crédito pode ser entendido enquanto induzido pelo fato do aumento da renda favorecer o aumento da oferta de crédito.

onde C corresponde ao consumo corrente, I corresponde ao investimento, g_f aos gastos federais, e g_{em} aos gastos estaduais e municipais.

2.1.3 O Investimento Bruto do setor privado (I)

É um equívoco tratar o investimento seguindo uma lógica similar ao consumo. As decisões de gasto são pautadas por lógicas distintas. A existência de crédito barato pode estimular o consumo, se tal fato estiver em conformidade com o nível de endividamento já existente e com as expectativas para com o futuro, de maneira que a oferta abundante de crédito barato configura-se, por si só, em uma circunstância de predomínio de condições objetivas mais favoráveis ao consumo.²⁶ Na medida em que a oferta de crédito é um negócio em si mesmo, e não um meio para viabilizar o consumo, nada impede que a leitura das condições econômicas seja muito distinta entre ofertantes e demandantes de crédito, mas não se observa uma situação em que ocorra uma deterioração das expectativas com a situação futura da economia, no curto e médio prazo, sem que os custos e a magnitude ofertada de crédito sejam atingidos.

No caso do investimento a lógica é outra. A mera disponibilidade do crédito não libera a empresa para considerações estritamente subjetivas. O propósito da empresa, ao investir, é ampliar sua capacidade de produção para ampliar suas vendas e sua acumulação de capital, e tal decisão depende de outros fatores objetivos. A mera existência de crédito barato para o investimento dificilmente garantirá, por si só, o aumento dos investimentos. A decisão de realização de investimentos decerto que envolve – em qualquer cálculo de taxa interna de retorno ou outro recurso orientado para decisão de investimentos – o custo associado ao investimento. O crédito mais barato pode viabilizar projetos cuja relação custos X benefícios estava na margem da indefinição, ou mesmo que foram preteridos, por uma margem desfavorável qualquer, mas o pressuposto é a existência de expectativas de aumento da rentabilidade para com a efetivação do projeto, ou ainda, pode ser também o entendimento que a não realização do investimento propiciaria perda de competitividade e conseqüente perda de lucratividade.

²⁶ Considerando que a oferta de crédito, enquanto venda de um produto em si mesmo, precisa atender todos os critérios de rentabilidade e nível aceitável de incerteza que qualquer negócio capitalista. Em outras palavras, os bancos e as empresas não irão ampliar a oferta de crédito se não identificarem condições objetivas favoráveis, como um adequado spread para os bancos, ou uma suficiente taxa de acumulação dos lucros para auto-financiamento de suas próprias vendas por parte das empresas. Em especial, não haverá aumento da oferta de crédito se for identificado um elevado risco de inadimplência, fenômeno que está associado, por sua vez, ao estoque de endividamento e ao fluxo de renda corrente. Em síntese, o aumento da oferta de crédito privado tende a ser expressão de um momento favorável ao crescimento da economia.

O segundo pressuposto acima está diretamente associado ao fenômeno da inovação tecnológica, seja de produto ou de processo. No caso da inovação de produto, a tendência é que o mesmo apresente elevada elasticidade renda de demanda, por constituir-se em novidade no mercado, perante outros produtos cujos níveis de consumo já estão estabilizados. O novo produto pode tomar o mercado de um produto concorrente ou criar um mercado exclusivo. Em ambos os casos, as empresas pioneiras em adotar tal inovação, desde que aprovado pelo mercado consumidor, tendem a obter os chamados "lucros extraordinários" decorrentes da exclusividade (por curto, médio ou longo período) nas vendas do produto. Adquirir a tecnologia necessária para produção deste novo bem ou serviço constitui-se, assim, em uma necessidade para a empresa manter seu mercado.

No caso de uma inovação de processo, o mesmo só é justificável se propiciar um aumento da produtividade ou melhoria na qualidade dos produtos. Também aqui a empresa é "forçada" a buscar a inovação, sob o risco de perda de mercado e conseqüentemente de lucratividade.

Ambos os casos podem ser constatados do ponto de vista empírico, assim como apresentam consistência do ponto de vista lógico. Contudo, não se deve atribuir a esse processo a base exclusiva de um processo de acumulação de longo prazo, tendo em vista que, se a demanda agregada não crescer, ocorrerá apenas uma realocação da concorrência, com empresas falindo e outras conquistando seus mercados. Decerto que, mesmo não gerando um fluxo automático de consumo, a realização de investimentos autônomos irá gerar um efeito no fluxo de renda que pode não ser completo, pela existência de retenção de moeda ou de adiamento ou mesmo não efetivação de decisões de gastos, mas que pode ser relevante, embora insuficiente para sustentar uma trajetória de crescimento de longo prazo.

A razão fundamental de tal insuficiência é o entendimento segundo o qual o investimento para ampliação da estrutura produtiva não pode estar desvinculado do nível de capacidade ociosa apresentado pela empresa. Se a empresa conta com um elevado nível de capacidade ociosa e não espera um eventual aumento de consumo que faça uso de sua plena capacidade instalada, não teria razão para investir no aumento de sua capacidade produtiva. Toda capacidade produtiva instalada envolve custos de manutenção. Por qual argumento uma empresa iria adquirir uma máquina, ampliar suas instalações ou suas edificações se não tiver expectativas confiáveis (para si) de que possa fazer uso desta nova capacidade produtiva? É certo que faz todo o sentido para uma empresa contar com uma certa margem de capacidade ociosa, para fazer frente a períodos de maior incerteza ou meramente para ter tempo de realizar os investimentos quando o aumento do consumo configura-se não como mera

oscilação cíclica, mas com um crescimento efetivo.²⁷ Mas também é certo que existam margens adequadas de capacidade ociosa que não acarretem em aumento de custos desnecessários, e presume-se que estas margens estejam associadas com os níveis observados da demanda efetiva pela empresa.

Por estas considerações é que será adotado nesta tese o investimento privado enquanto fundamentalmente induzido pela renda, sendo esta, inclusive, a característica básica de um modelo de crescimento liderado pela demanda.²⁸ Observe-se que não se está desconsiderando a existência de investimentos autônomos, em especial os investimentos residenciais. Também não se está ignorando o efeito da ampliação do consumo de bens deslocados da condição de bens de luxo para condição de bens básicos (como resultado de inovações de processos), fenômeno que interfere na taxa de lucratividade, na propensão a consumir e, por decorrência, na indução do investimento. A rigor, uma função matemática que descreva o investimento privado teria que explicitar uma parcela de investimento autônomo. Tal precisa ser considerado. Apenas torna-se imprescindível destacar a primazia do investimento privado induzido no processo de crescimento de longo prazo em uma sociedade capitalista.

Para definição deste modelo enquanto liderado pela demanda, é preciso definir a função do investimento, responsável pela expansão da capacidade produtiva, de maneira que o investimento seja alguma função da renda agregada. Pode ser, assim, apresentado pela seguinte equação:

$$I = I_p^P + I_p^{NP} \quad (6)$$

onde I_p^P é o investimento privado produtivo e I_p^{NP} é o investimento privado não produtivo, tipicamente o investimento de construção residencial. Adota-se que:

$$I_p^P = v.(g_{+1}^e + d).Y \quad (7)$$

onde g_{+1}^e é a taxa esperada de crescimento da demanda efetiva entre um tempo t e $t+1$, v é a relação capital-produto, Y é o produto ou a renda e d é a taxa de depreciação.

É possível ainda se inserir o papel da capacidade instalada a partir de:

$$g_{+1}^e = g^e + cr.(u - u_N) \quad (8)$$

onde cr é um coeficiente de resposta por parte das empresas, suposto bastante pequeno, u é o percentual de utilização da capacidade instalada, e u_N é o percentual médio ou desejado de uso da capacidade instalada.²⁹ Para efeito deste trabalho, embora compreendendo

²⁷ Como já foi demonstrado por Steindl (1983/[1952]).

²⁸ Sobre o debate quanto ao caráter autônomo ou induzido do investimento, ver Serrano (2001).

²⁹ Ao apresentarem este recurso para definição de g_{+1}^e , Serrano & Souza (2000) acrescentam uma nota de rodapé explicativa: "Alternativamente, poderíamos obter os mesmos resultados fazendo a taxa de crescimento esperado ser revisada a partir de uma média do grau de utilização observado em diversos períodos passados e não apenas o mais recente (o que tornaria desnecessária a hipótese de que o valor de h [os autores chamaram de h o que neste trabalho está denominado cr] é pequeno). Alternativamente, a taxa de crescimento esperada podia ser corrigida por alguma média ponderada das taxas de crescimento observadas no passado — o que implica, se

a relevância do detalhamento deste item, tendo em vista a limitada disponibilidade de dados, a opção é considerar apenas uma taxa genérica de investimento, h .

$$h = v. (g^e + cr.(u - u_N) + d) \quad (9)$$

O ponto fundamental desta modelagem é, além da imprescindível consideração do nível de uso da capacidade instalada, a inclusão da depreciação não meramente enquanto depreciação física, mas, sobretudo e especialmente, enquanto depreciação tecnológica. Desta maneira, um fator que aparentemente poderia promover investimentos autônomos, passa a ser incluído dentro do cálculo do investimento induzido. A taxa de depreciação tecnológica pode se constituir em um fenômeno autônomo perante a renda corrente, mas sua consideração para efeito de decisão de investimento não é autônoma em relação à renda corrente tanto em função do nível do uso da capacidade instalada, quanto ao papel das expectativas de aumento da renda na definição da oportunidade do investimento tecnológico. Em outras palavras: a existência de uma depreciação tecnológica motiva a empresa a investir, mas, mesmo com a existência de crédito barato, não se considera esta razão forte o bastante para assegurar a realização de investimento se a capacidade ociosa for muito elevada e se as expectativas de evolução da renda e da demanda são desfavoráveis. Faz mais sentido realizar tais investimentos que buscam, em sua lógica básica, manter ou expandir o mercado, em oportunidades nas quais os riscos de prejuízo sejam menores. Caso não se consiga vencer a concorrência nos mercados existentes, que é uma possibilidade sempre presente, o crescimento da demanda pode conferir espaço para participação em novos mercados. Nada disso exclui momentos de concorrência tão acirrada que force a empresa a enfrentar maiores riscos em uma economia estagnada, mas não há elementos para se considerar que tal situação seja a regra, e muito menos que o resultado de tais investimentos seja a indução da demanda e viabilização, por si só, de um ciclo de crescimento da economia.

2.1.4 Exportações (X)

Variável autônoma da renda interna corrente por excelência, as exportações de um país ou de uma região são função direta da renda do país ou região que está comprando o bem

incluirmos apenas a taxa de crescimento observada mais recentemente, pesos geometricamente decrescentes para as taxas anteriores a la Koyck. Ver Gandolfo (1971), p. 31 e 1.160, notas. Uma outra alternativa ainda mais simples seria fazer a taxa de crescimento esperada da demanda efetiva a longo prazo igual à taxa de crescimento dos gastos autônomos observados no passado recente. A escolha entre estas (e possivelmente outras) alternativas devia ser uma questão empírica. O ponto teórico relevante é que a taxa de crescimento esperada a longo prazo deve ser revisada gradualmente e portanto ser relativamente pouco sensível às flutuações correntes no nível de atividade." [Serrano & Souza, 2000, pág. 62-63, NR30].

ou serviço. Modelos teóricos de crescimento econômico já foram constituídos focados exatamente neste caráter autônomo das exportações³⁰. É preciso resgatar, todavia, a hipótese de correlação entre exportações e crescimento interno da renda via aumento da produtividade e competitividade. A idéia é que o investimento em novas máquinas, equipamentos e instalações tanto propiciam o crescimento econômico como geram uma nova capacidade produtiva, em substituição ou complementação da capacidade produtiva anterior, a partir de tecnologias que tendem a ser as mais modernas disponíveis à capacidade financeira das firmas – seja endógena, via lucros retidos, seja exógena, via crédito no sistema financeiro. A adoção de novas tecnologias e a expansão da escala produtiva (associada ao aumento da produção) propiciando economias de escala geram, separadamente ou em conjunto, uma maior capacidade competitiva das empresas, que podem ampliar sua participação no mercado externo vendendo produtos mais baratos, de melhor qualidade ou inovadores. ³¹

Embora, do ponto de vista teórico, esta referida associação indireta entre exportações e crescimento da renda interna apresente um relevante potencial explicativo da trajetória das exportações, sua complexidade tem desestimulado, até aqui, a inclusão desta interpretação em modelos macroeconômicos. Com esta tese não será diferente, inclusive porque, nos modelos de crescimento liderado pela demanda, embora esta relação seja levada em conta, para efeito da análise de resultados, as exportações costumam ser tratadas exatamente enquanto variáveis autônomas da renda corrente.³²

Um recurso alternativo seria considerar as exportações enquanto importações do país comprador (ou da região compradora), com sua trajetória descrita pela mesma lógica que se adota na decomposição de importações em seus fatores geradores. Contudo, a renda interna do resto do mundo – quando se trata do total das exportações de um país – ou do resto de um país – quando se trata das exportações de uma região, são autônomas em relação à renda interna de um país ou do resto de um país, de maneira que este recurso, regra geral, não acrescenta recursos explicativos adicionais, mas apenas foca a questão em uma variável completamente autônoma, a renda do resto do mundo, e outra parcialmente autônoma (em função da competitividade comercial de cada país) que é o coeficiente de importações do resto do mundo em relação a um país em especial.

³⁰ O modelo mais famoso de crescimento liderado pelas exportações foi elaborado por Kaldor. Para um detalhamento sobre a evolução dos modelos de Kaldor vide Freitas (2002).

³¹ Que consiste na Lei de Kaldor-Verdoorn: "*Esta lei estabelece que "há uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade na indústria e o crescimento da produtividade industrial"* (Thirlwall, 1983, p. 50) (...) Segundo o teste feito por Kaldor, essa relação só é válida para a indústria. Tal relação foi originalmente descoberta por Verdoorn". [Carvalho, 2001, p. 83]

³² É assim em Serrano (2000), Oreiro et al (2007) e Thirlwall (1979).

Do ponto de vista de um modelo de crescimento liderado pela demanda de aplicação regional, as exportações precisam ser decompostas em exportações para o resto do país (X_{rb}) e exportações para o resto do mundo (X). Além da inexistência do câmbio, no primeiro caso, também há uma diferença decorrente da maior correlação que tende ter o PIB de uma região com o PIB do país em que está inserido, do que, para a grande maioria dos países, a renda interna do país frente à renda do resto do mundo.

2.1.5 Importações (M)

As mesmas considerações feitas para o consumo privado têm validade para o caso das importações, cujo desempenho depende, adicionalmente, da evolução da taxa de câmbio. Em termos de modelagem, a maioria dos autores prefere não incluir um consumo importado autônomo, seja por considerá-lo irrelevante, perante a hipótese de escassez relativa de crédito para importações, seja por considerar que um coeficiente relacionado à renda do país ou da região seja suficiente para descrever adequadamente o comportamento das importações.

Dividindo as importações, por sua vez, segundo os destinos de uso, tem-se, para o caso geral de um país:

$$M = M_k + M_c + M_i = m_k \cdot I + m_c \cdot Y + m_i \cdot \lambda \cdot Y \quad (10)$$

onde m_k = coeficiente de importações induzidas pelas decisões de investir no país;

m_c = coeficiente de importações induzidas pelas decisões de produzir no país;

m_i = coeficiente de importações de bens intermediários no país;

λ = coeficiente de bens intermediários necessários para realização de um dado produto

Pelo descrito acima, podem existir componentes autônomos nas importações vinculadas aos investimentos ($m_k \cdot I = m_k \cdot (I_p^p + I_p^{np} + I_g)$).

2.1.6 Modelo final para um país e para uma região

O modelo resultante para o caso de um país pode ser apresentado enquanto a equação que se segue:

$$Y = \frac{C_g + (I_g + I_{ee} + I_p^{NP}) \cdot (1 - m_k) + X}{[1 - c \cdot (1 - t) - v \cdot (g^e - cr \cdot (u - u_N)) + m_k \cdot v \cdot (g^e - cr \cdot (u - u_N)) + m_c + m_i \cdot \lambda]} \quad (11)$$

A transformação do modelo para um caso multi-regional engloba todas as variáveis citadas, admitidas as mesmas hipóteses para descrição das variáveis, envolvendo as contas

específicas de cada região, e mais o comércio que cada região tem com o resto do país. O único fato novo, portanto, é incluir exportações para o resto do país, e importações oriundas do resto do país. Ao ser feito isso, é possível identificar duas hipóteses alternativas de como encarar as exportações inter-regionais. É possível se adotar a hipótese que a região seja tão pequena perante o país que suas exportações possam ser vistas estritamente enquanto autônomas. Contudo, de acordo com o porte da região examinada, também é possível se considerar que tal não ocorra, que a região não seja tão pequena perante o resto do país, de maneira que seu crescimento afeta o crescimento do conjunto das outras regiões, provocando um aumento das exportações da região em questão pelo aumento de renda induzido no resto do país. Ou seja, é possível considerar que as exportações inter-regionais tenham um componente autônomo e um componente induzido.

O efeito induzido sobre as exportações pode ser visto, de forma mais simplificada, apenas como o produto dos coeficientes de importação inter-regional das duas regiões envolvidas no modelo. A rigor, entretanto, a renda gerada pelas exportações não é estritamente o valor das referidas exportações, visto que ocorrerá um efeito multiplicador sobre as outras atividades da economia. Por isso que se pode acrescentar esse efeito multiplicador sobre o fator induzido pelas exportações. Na medida em que este efeito é simultâneo para as duas regiões, é preciso resolver um sistema de duas equações para se encontrar o resultado final desta interação. Considerando, genericamente, as regiões 1 e 2, tem-se:

$$Y_1 = C_1 + Cg_1 + Ig_1 + Iee_1 + Ip_1^{np} + Ipriv_1 + X_1 - M_1 + X_1^2 - M_1^2 \quad (12)$$

onde X_1 representa as exportações para o resto do mundo

M_1 representa as importações do resto do mundo

X_1^2 representa as exportações inter-regionais, da região 1 para a região 2

M_1^2 representa as importações inter-regionais, da região 1 oriundas da região 2

E as outras variáveis assumem os sentidos tradicionais.

Considera-se que a região 2 tenha uma equação simétrica, tal que:

$$Y_2 = C_2 + G_2 + Ig_2 + Iee_2 + Ip_2^{np} + Ipriv_2 + X_2 - M_2 + X_2^1 - M_2^1 \quad (13)$$

Explora-se o fato que as importações oriundas de uma região são as exportações de outra região, quando se considera que apenas estas duas regiões existam em um país. Com isso, adotando a hipótese que as importações possam ser descritas enquanto uma função da renda da região, no formato acima descrito, obtém-se:

$$X_1^2 = M_2^1 = m_2^1.Y_2 + mk_2^1.Iaut_2 \quad (14 a) \text{ e}$$

$$X_2^1 = M_1^2 = m_1^2.Y_1 + mk_1^2.Iaut_1 \quad (14 b)$$

Onde o investimento autônomo consiste na soma dos investimentos governamentais, dos investimentos das empresas estatais e dos investimentos privados não produtivos.

Adotando que os outros componentes obedçam aos formatos descritivos acima especificados, tem-se que:

$$Y_1 = Caut_1 + c_1.(1-t_1).Y_1 + h_1.Y_1 - m_1.Y_1 - m_1^2.Y_1 + Cg_1 + X_1 + Iaut_1.(1 - mk_1 - mk_1^2) + m_2^1.Y_2 \quad (15a)$$

$$Y_2 = Caut_2 + c_2.(1-t_2).Y_2 + h_2.Y_2 - m_2.Y_2 - m_2^1.Y_2 + Cg_2 + X_2 + Iaut_2.(1 - mk_2 - mk_2^1) + m_1^2.Y_1 \quad (15b)$$

Onde, momentaneamente, adotou-se a taxa de investimento privado, ao invés da função detalhada acima descrita. Separando, de um lado da equação os componentes induzidos, e do outro os componentes autônomos mais a parcela induzida pelo produto da região 2, obtém-se:

$$(1 - c_1.(1-t_1) - h_1 + m_1 + m_1^2).Y_1 = (Caut_1 + Cg_1 + X_1 + Iaut_1) + m_2^1.Y_2 \quad (16)$$

Denominando o conjunto dos fatores que multiplicam o produto da região 1 de F_1 , e o conjunto dos componentes da demanda autônoma de Z_1 , e aplicando o mesmo critério para a equação da região 2, obtém-se o seguinte sistema:

$$F_1.Y_1 = Z_1 + m_2^1.Y_2 \quad (17 a)$$

$$F_2.Y_2 = Z_2 + m_1^2.Y_1 \quad (17 b)$$

A solução deste sistema de equações simultâneas pode ser obtida pelo recurso de substituição de variáveis, permitindo a seguinte solução do sistema:

$$Y_1 = \left\{ \frac{1}{\left[F_1 - \frac{m_1^2.m_2^1}{F_2} \right]} \times \left[Z_1 + \frac{m_2^1.Z_2}{F_2} \right] \right\} \quad (18 a)$$

$$Y_2 = \left\{ \frac{1}{\left[F_2 - \frac{m_1^2.m_2^1}{F_1} \right]} \times \left[Z_2 + \frac{m_1^2.Z_1}{F_1} \right] \right\} \quad (18 b)$$

Estas são as fórmulas a serem utilizadas mais adiante, quanto da aplicação do modelo.

A idéia básica é que tanto os componentes autônomos (em relação à renda) da equação acima são distintos, para as diferentes regiões, quanto os coeficientes do supermultiplicador, de maneira que estes últimos indicariam as diferenças no padrão de especialização, que também está relacionado aos gastos autônomos, visto que: as exportações impactarão mais ou menos em função da coincidência entre demanda externa e de outras regiões – autônomas em relação à renda na região Nordeste – com o perfil produtivo da região; o perfil dos gastos governamentais poderá gerar impactos bastante diferenciados, visto que, se a região não tiver os setores econômicos correspondentes àqueles gastos, ocorrerá 'vazamento de renda' via importações de outras regiões e/ou países; e, por fim, os gastos das empresas estatais afetam, de forma predominantemente autônoma, diretamente o padrão de especialização.

2.2 – Crescimento Econômico e Padrão de Especialização

A idéia segundo a qual o padrão de especialização interfere no crescimento econômico não é nova, e não se pretende neste trabalho prová-la analítica ou empiricamente. É uma interpretação que está sendo aceita e adotada nesta tese, por se considerar que há farto material teórico e empírico para sua confirmação.³³

2.2.1 Das definições e medidas de Padrão de Especialização

O conceito de 'especialização' econômica é referido, nesta tese, à concentração de esforços e recursos em torno de atividades específicas, propiciando um aumento de eficiência daquela tarefa produtiva, a partir tanto do aumento da destreza dos trabalhadores envolvidos, quanto da redução do tempo gasto quando da troca de tarefas, e por viabilizar avanços técnicos com maior facilidade do que ocorre com tarefas menos específicas e menos particularizadas. O conceito de padrão de especialização, por sua vez, refere-se à composição entre estrutura produtiva existente e eficiência relativa de cada setor, ou seja, um padrão de especialização indica os setores nos quais ocorre especialização por parte do país ou região, no sentido específico de indicar maior participação relativa no produto ou no valor

³³ Uma resenha sobre a literatura internacional que trata deste assunto é Dalum, Laursen & Verspagen (1996). Uma pesquisa empírica sobre a validade desta relação pode ser encontrada em Fagerberg (1999). Na literatura nacional, uma abordagem que trata dos enfoques da tradição estruturalista latino-americana e das abordagens neo-schumpeterianas sobre o tema é Gadelha (1999), enquanto que em Oliveira (1981/[1977]) e Oliveira (2003) encontra-se o assunto debatido em termos de economia regional.

adicionado, revelando uma maior eficiência relativa comparativamente a um marco de referência internacional ou nacional.

O conceito de padrão de especialização é tratado praticamente enquanto sinônimo de padrão de especialização comercial, ou seja, o perfil da estrutura setorial de comércio exterior de um país comparativamente ao perfil de comércio exterior mundial. Este entendimento do padrão de especialização continua predominante na atualidade,³⁴ embora também exista o reconhecimento da importância de se identificar perfis setoriais de especialização em termos do comércio interno³⁵ e, o que não é necessariamente a mesma coisa, em termos de especialização produtiva.

Esta opção preferencial pelo comércio exterior e, mais especificamente, pelas exportações,³⁶ revela uma interpretação econômica implícita: de atribuir à competitividade internacional a contribuição efetivamente relevante do padrão de especialização para o crescimento econômico de um país. Cabe observar que mesmo a inclusão das importações nos indicadores descritivos dos padrões de especialização é insuficiente, visto que um país pode ter setores proporcionalmente mais relevantes, internamente, do que os indicadores de comércio exterior podem indicar.³⁷

Buscar-se-á mostrar, nesta tese, que o padrão de especialização produtiva tem relevância para o dinamismo interno de uma economia para além dos efeitos relacionados diretamente na disputa por mercados através das exportações, ou da competitividade interna das empresas mensurada pelas importações, mesmo quando são adotados modelos explicativos do crescimento econômico de longo prazo nos quais seja a demanda que lidere esse processo.

Em termos da mensuração de Padrões de Especialização, há um leque relativamente amplo de opções. Nesta seção, contudo, pretende-se apresentar estritamente os indicadores a serem calculados e utilizados por esta tese.

³⁴ “Por “padrões de especialização”, designa-se aqui a estrutura setorial de compras e vendas externas pela economia brasileira vis-à-vis a composição setorial do comércio mundial”. [Canuto & Xavier, p. 1, 1999]

³⁵ “Particularmente diante da crescente importância do comércio intra-indústria (...), inclusive no caso das economias não desenvolvidas, a análise do comércio não deve restringir-se às vendas externas, sob pena de fornecer neste caso um quadro não representativo da especialização.” [Canuto & Xavier, p. 3 e 4, 1999]

³⁶ Conforme comentado em Canuto & Xavier, 1999.

³⁷ Um exemplo desta possibilidade, pode ser visto no tocante à condição deficitária no saldo da balança comercial dos EUA em máquinas e equipamentos, em 1993, enquanto países como a Alemanha, a França, a Itália, Bélgica, Coreia do Sul e Suécia, por exemplo, obtiveram saldos comerciais positivos neste tipo de bem. Identificar a indústria de máquinas e equipamentos dos EUA enquanto não competitiva, por essa informação, seria um erro, pois desconsideraria o tamanho e a competitividade de suas empresas dentro do próprio mercado interno dos EUA, que é o maior mercado nacional do mundo. Dados obtidos de Duarte (2001).

Um dos índices mais comuns³⁸ é o índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), calculado segundo a fórmula abaixo:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij}/X_j}{X_i/X} \quad (1)$$

onde X_{ij} indica as exportações do produto (ou grupo de produtos) i do país j , X_j indica as exportações totais do país j , X_i as exportações mundiais do produto (ou grupo de produtos) i , e X indica as exportações mundiais totais. Também pode se adotar este mesmo procedimento para indicar a especialização na estrutura produtiva, com a substituição das exportações por valor adicionado, como será privilegiado nesta tese. Em qualquer caso, o índice de VCR tem a mesma interpretação: quando maior que 1, indica especialização, comparativamente à média mundial ou à média de uma nação ou região, e quando menor que um, indica não especialização.

Este índice não será utilizado nesta tese, mas precisa ser apresentado para permitir o entendimento do índice Simétrico das Vantagens Comparativas Reveladas (SVCR) ou, como será chamado, Índice Simétrico de Especialização (ISE), calculado pela equação:

$$ISE(\text{ou SVCR}) = \frac{VCR - 1}{VCR + 1} \quad (2)$$

Desta maneira, a especialização positiva, entre 0 e 1, indica que o referido país exporta ou produz proporcionalmente mais, naquele setor, do que a média (mundial, nacional ou regional), revelando um quadro de especialização relativa. Quando o índice fica negativo, interpreta-se enquanto um caso de não especialização, ou 'especialização negativa'.

Um outro índice que será utilizado nesta tese é o índice de entropia usado pela UNIDO, órgão da ONU para o desenvolvimento industrial, e que pode ser apresentado segundo a fórmula abaixo:

$$H = 100 * \left(1 + \frac{\sum_i S_i \ln(S_i)}{\ln(N)} \right) \quad (5)$$

onde N é o número de setores considerados e S_i o peso percentual do setor i . Se o índice for igual a 0, então todos os setores da economia possuem a mesma participação no total, enquanto que se for igual a 100, significa que a economia está integralmente concentrada em um único setor.

Por fim, ressalte-se que o entendimento desta tese por "Padrão de Especialização" envolve a composição de todos os setores econômicos, em seus diferentes graus de

³⁸ Concebido por Balassa (1965), segundo Laursen (1998). Crocomo e Guilhoto (1998) não citam a autoria, mas apresentam este índice como o índice de coeficiente locacional explicitado em termos regionais por Miller e Blair (1985).

especialização. Os índices destinados a medir a especialização em um único setor, portanto, são apenas parte de um conjunto que permite várias combinações possíveis, com resultados macroeconômicos diferentes.

2.2.2 O papel da especialização para o crescimento econômico: crítica aos enfoques centrados no lado da oferta³⁹

Os mecanismos do "lado da oferta" que conferem relevância à especialização produtiva para o crescimento econômico comumente apresentados na literatura (e a referência para esta afirmação reside na literatura citada neste capítulo) são os seguintes (sendo o enfoque sobre cada um característico de diferentes correntes de pensamento econômico):

- Economias de escala estáticas (diluição do custo fixo) e dinâmicas (aumento da produtividade do trabalho por aprendizado e aumento da eficiência)
- Diferenças na produtividade oriundas de diferentes dotações de recursos
- Diferenças na produtividade oriundas de diferentes padrões tecnológicos estabelecidos
- Diferenças na produtividade oriundas de diferentes formas de geração e difusão de tecnologias (ou seja, diferentes regimes tecnológicos, cujo conceito será explorado na próxima seção)
- Diferentes estruturas de mercado

Todos os mecanismos, 'do lado da oferta', observados acima, são constatados empiricamente. O fato, contudo, dos fenômenos econômicos listados serem observados e de se identificar relevância aos mesmos, não quebra a ordem do processo econômico capitalista, ou seja, não invalida o princípio da demanda efetiva.

Modelos explicativos do papel da especialização para o crescimento econômico, focados no papel dos mecanismos da oferta não precisam ignorar o princípio da demanda efetiva. Mesmo reconhecendo que a decisão de produzir é função das expectativas que as empresas tem em realizar suas vendas e que, para que ocorra um aumento da produção nacional, a demanda agregada precise crescer, as interpretações acima listadas são compatíveis com uma centralização do problema sobre o comércio exterior, ou seja, sobre o papel dos mecanismos de oferta na aquisição de competitividade que permita, às empresas de um país, conquistarem fatias de mercado sobre empresas de outros países. Esta situação não

³⁹ Separar enfoques centrados no "lado da oferta" de enfoques centrados no "lado da demanda" segue um recurso expositivo usado em Dalum, Laursen e Verspagen (1996) para tratar de teorias sobre o papel da especialização para o crescimento econômico.

contradiz o princípio da demanda efetiva, do mesmo modo que a situação de uma região de um país estar crescendo sobre o mercado de outras regiões pode ocorrer mesmo que a economia esteja em recessão, sem ferir o fato de que o aumento global (no primeiro caso, mundial, neste segundo caso, nacional) só ocorre, de forma continuada e consistente, com o crescimento da demanda agregada.

Mesmo reconhecendo que a adesão às explicações dos mecanismos do lado da oferta, na explicação do papel da especialização para o crescimento econômico não contradiz, necessariamente, o princípio da demanda efetiva, considero que os mesmos mecanismos precisam ser contextualizados e compatibilizados dentro de modelos que privilegiem os mecanismos 'do lado da demanda', tendo em vista que:

1. É preciso levar em conta os outros componentes da demanda agregada, especialmente no caso de países continentais, para os quais o peso das exportações em seu produto tende a ser menor.

2. O caso do crescimento de países, a partir das exportações, durante recessões mundiais exemplifica a situação na qual está ocorrendo conquista de mercados já existentes, o que tende a ser explicado a partir de mecanismos de oferta, mas isso não explica trajetórias de crescimento de longo prazo, visto que a continuidade da recessão mundial terminaria por reduzir as oportunidades dos países em expansão nas exportações, por redução do consumo.

3. É preciso considerar que as empresas tomem suas decisões de investimento (necessário para criação de novas capacidades competitivas) em função de suas expectativas para com a concretização das vendas de seus produtos. Dificilmente as empresas tomariam tais decisões ignorando o comportamento da demanda agregada, pois acreditar ser capaz de tomar o mercado de um concorrente em um mercado estagnado é uma aposta mais arriscada do que aumentar suas vendas a partir de duas possibilidades, a de conquista dos mercados já existentes, e/ou a conquista das novas parcelas de demanda que surgiram.

Sendo assim, é preciso considerar os mecanismos listados enquanto elementos potencializadores e reforçadores de um processo de crescimento econômico que não é liderado por estes mesmos fenômenos, mas sim pelo comportamento da demanda agregada.

2.2.3 O papel da especialização para o crescimento econômico: enfoques centrados nos mecanismos do lado da demanda

Consta da tradição cepalina (com destaque para as contribuições de Prebisch) uma explicação simples e consistente para a maior importância de determinados padrões de

especialização sobre outros para o crescimento da economia. Consiste no argumento que a especialização em produtos de maior elasticidade renda de demanda favorece os países quando da fase ascendente dos ciclos econômicos mundiais, enquanto que os países especializados em produtos de baixa elasticidade renda de demanda sairiam prejudicados. Este argumento encaixa-se com a valorização da especialização em bens industriais por parte da CEPAL, visto que predomina, historicamente, entre os bens industriais, elasticidades-renda de demanda superiores,⁴⁰ em geral, aos produtos agropecuários, por estes últimos se constituírem enquanto bens básicos. Decerto que muitos produtos industriais – e, com o crescimento da renda de uma população, cada vez mais – podem ser incluídos também enquanto bens básicos, assim como alguns produtos agropecuários podem apresentar elevada elasticidade renda de demanda, mas, no conjunto, a suposição de predomínio da presença de bens de luxo (e, portanto, com maior elasticidade renda de demanda) parece estar bem fundamentada do ponto de vista lógico e histórico.

Mas assim como explica o maior crescimento nas fases de prosperidade econômica, a especialização em bens de maior elasticidade renda de demanda também pode explicar os maiores impactos negativos de uma recessão na economia sobre os países especializados nestes bens. Quanto maior for a especialização produtiva e a concentração relativa da produção neste setor, maior será o impacto. Só os países que contassem, mesmo sendo especializados no comércio exterior em alguns produtos, com uma maior diversidade produtiva interna, poderiam atenuar tal impacto. Este argumento serve perfeitamente bem para dois fatos estilizados. O primeiro é o fato da região Nordeste do Brasil, especializada em produtos de menor elasticidade renda de demanda, comparativamente às regiões mais ricas do país, ter se saído melhor, em termos de crescimento econômico, do que a região Sudeste – pelo menos desde 1960 – em períodos de recessão econômica e baixo crescimento. O segundo é o fato do Brasil apresentar, desde o final dos anos 80, uma maior estabilidade do produto (não da esfera financeira) frente aos ciclos econômicos mundiais, do que tinha antes de completar a internalização de todos os departamentos da economia, e dos setores industriais mais fundamentais para o crescimento econômico, assim como da modernização tecnológica da agricultura nos anos 70 e 80.⁴¹

⁴⁰ Nas palavras de Furtado: "*O crescimento do fluxo de renda que acompanha o desenvolvimento assume a forma de diversificação da procura, e uma das características dessa diversificação é o aumento mais que proporcional da procura de produtos manufaturados. Esse fenômeno tem sua explicação no fato de que a atividade manufatureira, em razão de sua versatilidade própria, está sempre em condições de introduzir novos produtos ou de modificar a forma dos tradicionais*" [Furtado, 1983/[1967], p. 173]

⁴¹ Entre outros, pode-se consultar Baer (1995) sobre o tema.

A obra de Nicholas Kaldor (uma das primeiras contribuições referentes ao papel da especialização comercial para o crescimento dos países) também apresenta elementos que permitem relacionar crescimento liderado pela demanda e padrão de especialização produtiva e comercial.

Dalum, Laursen e Verspagen (1996), em especial, destacam, enquanto argumento de Kaldor, que o investimento deve ser visto enquanto endógeno, dependente, portanto, dos salários e poupanças, como os outros componentes da demanda doméstica. O crescimento seria liderado, portanto, pelo único componente autônomo da demanda agregada, as exportações, garantindo a expansão dos mercados e, por consequência, o aumento da divisão do trabalho. Assim, embora seja um componente da demanda agregada quem lidere o processo de crescimento, a dimensão do mesmo seria o resultado do papel desempenhado por fatores de oferta, mais especificamente pelas economias de escala resultantes do crescimento da produtividade associado ao crescimento do produto.

Um outro autor que contribui para a tradição de modelos focados nos fatores do "lado da demanda" é Thirlwall, que formaliza, a partir de contribuições de Kaldor⁴², um modelo de crescimento restringido pelo Balanço de Pagamentos. O modelo mais simples (de 1979), que viria a ser chamado de "lei de Thirlwall",⁴³ a rigor não considera todo o balanço de pagamentos, mas sim as exportações de bens e serviços. O modelo é representado na equação abaixo, expressa em torno de p_m , que é a variação dos preços importados, da variação dos preços exportados, p_x , e das elasticidades preço e renda das importações (e_{pm} e e_{ym}) e das exportações (e_{px} e e_{yx}):

$$y = \frac{(1 + e_{p^*m} + e_{px}) \times (p_x - p_m) + e_{y^*x} y^*}{e_{ym}} \quad (19)$$

onde y e y^* são respectivamente as taxas de crescimento real do PIB das economias doméstica e estrangeira.

Como Thirlwall considera que a diferença entre os níveis de inflação nacionais e internacionais não vai ser significativa, no longo prazo, ou seja, que $p_x = p_m$, tem-se que:

$$y = \frac{e_{y^*x} y^*}{e_{ym}} \quad (20a)$$

⁴² Tendo por principal diferença em relação ao modelo de crescimento liderado pelas exportações, de Kaldor, o fato de Thirlwall não adicionar condicionantes referentes a uma eventual "falta de poupança" para construir seu principal modelo.

⁴³ Thirlwall viria a desenvolver novos modelos, inserindo no modelo de 1979 o papel dos fluxos de renda e da conta financeira e de capital, mas tais desenvolvimentos não merecem ser comentados, tendo em vista que, para relacionar padrão de especialização e crescimento, o modelo de Thirlwall de 1979 é suficiente.

ou ainda

$$y = \frac{x}{e_{ym}} \quad (20b)$$

Com isso a taxa de crescimento potencial (sem aumento de endividamento externo) seria função da taxa de crescimento das exportações e da elasticidade-renda de demanda, ou, alternativamente, da taxa de crescimento do resto do mundo e das elasticidades renda das exportações e das importações, o que significa dizer, do padrão de especialização do país.⁴⁴

A "lei de Thirlwall" pode ser explorada para explicar a relevância de um padrão de especialização,⁴⁵ mas apenas no âmbito nacional. Na dimensão regional, tendo em vista a inexistência de uma restrição direta de divisas, esse modelo se torna inadequado. Sua apresentação, entretanto, parece-me importante, exatamente para ilustrar a necessidade de adequação dos fatores "do lado da demanda" ao caso regional, e destacar a relevância do modelo explorado nesta tese, aplicável tanto a um âmbito nacional quanto regional.

2.3 – O Modelo de Crescimento Liderado pela Demanda Multi-Regional, a especialização produtiva e as teorias sobre o desenvolvimento da região Nordeste.

A idéia desta seção é explorar os elementos presentes nas teorias de desenvolvimento regional heterodoxas que possam ser compatíveis com a aplicação de um modelo de crescimento liderado pela demanda. Em especial, como estas referidas teorias apresentam enquanto ponto comum a concordância com a interpretação que o padrão de especialização produtiva e comercial interfere no processo de crescimento econômico,⁴⁶ busca-se identificar

⁴⁴ "Differential rates of growth of the total market size in different sectors, under the influence of income elasticities, as in Pasinetti (1981), imply that different sectors grow at different rates, such that specialization matter for growth." [Dalum et. al., p. 4, 1996]

⁴⁵ Fiz uso deste recurso em minha dissertação de mestrado (Duarte, 2001), na qual busquei mostrar a importância de um setor de bens de capital para o desenvolvimento de longo prazo de um país.

⁴⁶ Referindo-se a considerações da tradição neo-schumpeteriana e suas próprias interpretações sobre a relação entre progresso técnico, estrutura produtiva e demanda efetiva, Gadelha (1999) comenta: "Observe-se que esta perspectiva – que segue a tradição dos modelos de comércio internacional baseados nos hiatos tecnológicos (...) – é absolutamente consoante com os trabalhos clássicos da teoria cepalina do desenvolvimento (a começar pelo trabalho de Prebisch, 1949) e com diversas contribuições keynesianas (sobretudo as que seguem as contribuições de Kaldor, sistematizadas em Fagerberg, 1995) que apontam para as conseqüências dinâmicas dos padrões de especialização, enfatizando os distintos potenciais de crescimento associados às diferentes mercadorias transacionadas no mercado mundial." (...) "... a perspectiva geral de que o padrão de inserção internacional não é neutro, de que a fonte essencial das diferenças reside no componente tecnológico (e não na dotação de fatores, nas economias de escala estáticas, entre outros fatores de especialização) e de que esta situação somente pode ser modificada com alterações profundas na divisão internacional do trabalho e nos padrões de industrialização é essencialmente a mesma da tradição desenvolvimentista." [Gadelha, 1999, pág.

os elementos destas teorias heterodoxas que viabilizem interpretações de por que canais e mecanismos econômicos a especialização produtiva e comercial repercute nas variáveis definidoras de um modelo de crescimento liderado pela demanda.

2.3.1 Estrutura de consumo, estrutura produtiva e comércio

Uma das primeiras interpretações sobre as razões do subdesenvolvimento do Brasil e, por extensão, de suas regiões mais pobres, partidas de Furtado, reside no entendimento que a estrutura de consumo interfere no processo de crescimento econômico. O impacto, negativo, seria advindo de uma estrutura de consumo, por parte das elites econômicas nacionais, espelhada no padrão de consumo das elites dos países ricos. Na medida em que a característica básica de um país subdesenvolvido seria exatamente o atraso relativo de suas forças produtivas e, conseqüentemente, a indisponibilidade de oferta de bens com o nível de sofisticação dos países desenvolvidos, para atender a demanda das elites econômicas locais, o resultado seria o uso indevido de recursos neste consumo suntuoso. Este mesmo raciocínio pode ser ajustado para o caso entre regiões ricas e regiões pobres de um mesmo país. Há, pelo menos, duas maneiras de ler esta questão da estrutura de consumo e sua relação com a estrutura produtiva e o comércio.

A forma mais típica, associada a maior parte da obra de Furtado,⁴⁷ é enquanto uma aplicação da lei de Say. As elites econômicas desviariam a poupança que lhes cabe em função da elevada concentração de renda para um consumo incompatível com o nível produtivo do país e/ou da região, prejudicando com isso o investimento. Trata-se de uma aplicação direta da idéia de uma insuficiência de poupança comprometendo o investimento. A debilidade deste raciocínio é a debilidade da lei de Say, já citada e tratada em outros trechos.

Mas há uma forma distinta de ler esta orientação do consumo para o consumo de luxo. A eventualidade deste tipo de consumo ser orientado para o comércio internacional ou inter-regional. Na medida que os bens de luxo – até pelo seu grau de sofisticação e pela própria característica do 'fator imitação' estar associado ao consumo típico nos países mais ricos – são

58]

⁴⁷ Talvez não em “Formação Econômica do Brasil”: “A *história econômica realizada por Furtado* [em “Formação Econômica do Brasil”] é, de certa maneira, uma releitura keynesiana da história brasileira. A teoria de Keynes ajudou Furtado a deslindar, por exemplo, a autonomia do Estado brasileiro para realizar as ações intervencionistas a partir da Revolução de 1930, bem como a ampliar o alcance das transformações econômicas do ciclo do café que ajudaram na criação do mercado interno, diferenciando-o dos anteriores ciclos da história econômica nacional: é a teoria keynesiana da demanda como núcleo do processo econômico capitalista que possibilita essa operação interpretativa.” [Oliveira, 2003, p. 85 e 86]. Talvez, nesta obra, não caiba tal crítica a Furtado, embora soe estranho que o autor tenha regredido em sua interpretação da realidade econômica para considerações fundadas na lei de Say.

obtidos em outros países ou em outras regiões, o consumo de luxo acaba por provocar uma redução do supermultiplicador, em função do aumento dos coeficientes de importação. Se a leitura do impacto do consumo suntuoso das elites for essa, então se torna compatível e ainda aplicável com a constatação histórica, ou seja, com o fato empiricamente comprovado que o crescimento no período do "milagre econômico" decorreu da incorporação de uma parcela da população a um tipo de consumo então tido enquanto 'de luxo', que passou a ser produzido no Brasil. Por este caminho interpretativo, a preocupação de Celso Furtado com a concentração de renda e o consumo suntuoso apresentaria consistência, mas não pelas razões comumente exploradas por este autor.

Já no tocante à interpretação do papel da estrutura produtiva que espelha a referida estrutura de consumo de um país periférico, no documento "*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*", de 1959, elaborado por Celso Furtado⁴⁸, a tese fundamental da CEPAL quanto ao papel crucial da industrialização para aceleração do crescimento econômico⁴⁹ é ajustada para o caso da região Nordeste. Das quatro diretrizes básicas que norteiam o documento, a primeira é exatamente a "*Intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira*" [GTDN, 2005/[1958], p. 38]. Estava implícito nesta diretriz o entendimento do maior dinamismo que a indústria poderia conferir ao conjunto da economia, e o propósito de conter efeitos multiplicadores internamente à região, tanto em termos de retenção do capital, objetivo explicitado no documento,⁵⁰ quanto em termos do entendimento que a maior elasticidade-renda de demanda dos produtos industriais impacta sobre os fluxos de comércio, funcionando enquanto "vazamento" da renda regional, quando a região é desprovida de um nível adequado de industrialização. Esta tese, característica da tradição cepalina e presente no texto clássico de Prebisch de 1949, também está presente na obra de Furtado, implícita e explicitamente.⁵¹

⁴⁸ Na época, o trabalho foi apresentado enquanto obra coletiva do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN.

⁴⁹ Entre outras afirmativas nestes sentido, consta, logo na introdução: "*Sem prejuízo de um esforço sistemático no sentido de ampliar as linhas de exportação do Nordeste, a análise da presente situação econômica dessa região indica, nitidamente, que o seu atraso relativo só poderá ser superado mediante uma política de industrialização.*" [GTDN, 2005 [1958], p. 36].

⁵⁰ Explicitamente, consistia no entendimento que: "*A política de industrialização visa ao triplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a migrar.*" [GTDN, 2005 [1958], p. 36 e 37]

⁵¹ Consta, por exemplo, no capítulo 17 de seu livro "Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico", na seção intitulada "A elasticidade-renda do crescimento industrial": "*O crescimento do fluxo de renda que acompanha o desenvolvimento assume a forma de diversificação da procura, e uma das características dessa diversificação é o aumento mais que proporcional da procura de produtos manufaturados. Esse fenômeno tem sua explicação no fato de que a atividade manufatureira, em razão de sua versatilidade própria, está sempre em condições de introduzir novos produtos ou de modificar a forma dos tradicionais. (...) Por outro lado, tanto as atividades primárias como as terciárias com o progresso técnico tendem a absorver quantidades crescentes de insumos*

Estas considerações sobre estrutura de consumo, estrutura produtiva e comércio podem ser exploradas quando da avaliação das condições que podem afetar as variáveis do supermultiplicador, mais especificamente c , m , m_{rb} e $(m_{ne}^{rb} \times m_{rb}^{ne})/F_{RB}$.

2.3.2 Estrutura de financiamento privado

Tradicionalmente, os estudos sobre desenvolvimento regional são pautados por abordagens sobre o setor produtivo. Não existe uma tradição teórica sobre o papel do sistema financeiro, embora existam experiências de atuação de bancos regionais em diversos países do mundo e uma experiência brasileira desde 1952, quando da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Partindo da idéia básica que a dinâmica do sistema financeiro envolve diferentes níveis de incerteza, diferentes rotinas e processos diferenciados de criação de reputação, é possível explorar a existência de assimetrias regionais como resultado direto das características de funcionamento do próprio sistema financeiro. Não significa que predomine o entendimento que o fraco desempenho do sistema financeiro em uma região seja a fonte das desigualdades regionais. Não se trata de eleger este fator como o principal elemento explicativo das desigualdades regionais ou das assimetrias da divisão regional do trabalho – conforme a interpretação do problema. Trata-se de interpretar que o sistema financeiro pode aprofundar as desigualdades regionais.

Uma iniciativa em acordo com a descrição acima foi o artigo de Amado (1999), que adota a estratégia de descrever a evolução dos estágios de desenvolvimento bancário, para, a partir daí, identificar os momentos de formação e consolidação das assimetrias regionais em termos de sistema financeiro.⁵² A essência desta evolução é entendida enquanto aumento do grau de liberdade da ação dos bancos,⁵³ com a ressalva que a caracterização deste processo, como em qualquer iniciativa de modelagem da realidade, não pode ser aplicada diretamente em casos históricos concretos sem a intermediação analítica que diferencie as aparências da

industriais. Nos países subdesenvolvidos a elasticidade-renda da procura de bens manufaturados é sempre superior à unidade (...). Em razão dessa elevada elasticidade-renda da procura de manufaturas, o desenvolvimento somente se concretiza quando a oferta de produtos manufaturados aumenta mais rapidamente que a renda global da coletividade." [Furtado, 1983 [1967], p. 173]

⁵² Esta linha de raciocínio deriva das pesquisas de Chick (1986), Chick e Dow (1988) e Dow (1990), segundo Amado (1999).

⁵³ "primeiro ele se "liberta" dos depósitos como um limite absoluto à extensão de empréstimos; então se "liberta" do limite da base fracional de reserva para a extensão dos empréstimos; e faz pressão para que seja criado um emprestador de última instância que o torna ainda mais livre para estender empréstimos sem limites impostos de forma exógena, e assim evolui por sucessivos estágios". [Amado, 1999, p. 212]

caracterização com a essência dos fenômenos econômicos, reduzindo as imprecisões e ajustando tanto a temporalidade (o grau de maturidade de certos processos, distinguindo seu início de seu auge, ou mesmo final) quanto à interferência de outros fatores externos ao modelo.⁵⁴ Observe-se, apenas, que os estágios a serem 'estilizados' referem-se a um sistema financeiro nacional. A ocorrência de assimetrias regionais decorreria das características heterogêneas deste processo nacional.

Os estágios do desenvolvimento bancário, sucintamente, seriam:

1. Quando os depósitos limitam o sistema e o crédito corresponde à poupança. Nesta condição os bancos são meros intermediadores de recursos, com a taxa de juros interferindo no ajustamento entre oferta (poupadores) e demanda (investidores) por moeda. Sob tais circunstâncias, o sistema financeiro serviria para transferir poupança excedente de uma região para outra na qual a poupança fosse escassa, desempenhando, assim, um papel de promoção da convergência regional;
2. Quando o crédito passa a ser concedido enquanto múltiplo das reservas bancárias, e tais multiplicadores bancários são descritos enquanto funções inversas da preferência pela liquidez, sujeitas à influência de fluxos monetários, oriundos de recursos financeiros e reais. Neste estágio, fatores que influenciem a preferência pela liquidez ou provoquem fluxos monetários adversos podem gerar assimetrias entre regiões;⁵⁵
3. Quando o sistema financeiro passa a incluir a possibilidade de empréstimos interbancários. Sob tais circunstâncias, o aumento da oferta de crédito por parte de um banco pode lhe propiciar o aumento de depósitos por parte de outros bancos, mobilizados para participar daquelas oportunidades de negócios, assim como o inverso também seria verdadeiro, de maneira que o impacto deste estágio sob a assimetria das regiões seria expresso pela maior dificuldade das regiões periféricas, caracterizadas exatamente por um menor dinamismo econômico e um maior nível de risco, de aumentar a oferta de crédito. Observe-se que o que diferencia este terceiro estágio do primeiro estágio é exatamente a condição, definida no segundo estágio, de definição do limite de empréstimos por parte do

⁵⁴ Tomando assim, os devidos cuidados com excessivas generalizações. Quanto a isso, ilustra Amado (1999): *"Por exemplo, a mera possibilidade legal de haver empréstimos interbancários não quer dizer que todos os bancos efetivamente tenham acesso a esse mecanismo. Desta forma, pode-se ter um sistema bancário que parece estar no estágio 3 de desenvolvimento bancário, mas apenas uma pequena parte do sistema está efetivamente neste estágio. Um outro exemplo típico refere-se à existência de um prestador de última instância, que levaria o sistema para o estágio 4 de desenvolvimento, mas este mecanismo pode muito bem estar restrito a apenas uma parcela do sistema."* [Amado, 1999, p. 213]

⁵⁵ "... se houver alguma razão para que a preferência pela liquidez varie entre as regiões, isso deverá ter repercussões sobre a possibilidade de criação de moeda dos bancos. Os multiplicadores monetários regionais também sofrem a influência dos vazamentos de recursos financeiros e reais. Ou seja, déficits em conta corrente tenderão a reduzir os multiplicadores regionais o mesmo acontecendo com a saída de moeda através da conta de capitais". [Amado, 1999, p. 214]

multiplicador bancário, e não dos depósitos. Assim, se fosse possível a realização de empréstimos bancários no primeiro estágio, quando o crédito depende dos depósitos, estaríamos diante de um encarecimento na transferência de poupança entre regiões, pois o banco superavitário de uma região iria ganhar com o empréstimo para o banco deficitário de outra região, constituindo-se, assim, em uma espécie de "atrito" na movimentação dos recursos, que não deixaria de se constituir em uma certa assimetria, mas que dificilmente poderia se caracterizar enquanto fato 'bloqueador' da oferta de crédito. Como, entretanto, o nível do crédito é função do multiplicador bancário, e este é função tanto da preferência pela liquidez quanto dos fluxos monetários inter-regionais, a assimetria ganha uma dimensão de efetiva limitação de renda e emprego nas regiões periféricas, decorrentes da limitação do aumento da oferta de crédito para tais regiões, via redução do multiplicador bancário.⁵⁶ Neste estágio, o foco do entendimento da expansão do sistema financeiro e de sua atuação fica sendo o crédito, tanto em sua dimensão de demanda, quanto de oferta, via fatores definidores do multiplicador bancário;

4. No quarto estágio de desenvolvimento bancário é incluída no sistema a existência de um emprestador de última instância, na figura da autoridade monetária. O grau de liberdade para criação de crédito é expandido para todo o sistema financeiro. Considerando-se os avanços associados aos estágios anteriores, de transferência da dependência dos depósitos para dependência das reservas e do multiplicador bancário, e da possibilidade de empréstimos interbancários, este último estágio pode ser confundido com um retorno a uma condição homogênea para os diferentes espaços econômicos, tendo em vista que a existência de um emprestador de última instância alargaria indiscriminadamente, para todo o sistema financeiro, a possibilidade de aumento da oferta de crédito, que passaria a se ajustar – sem maiores empecilhos – ao aumento da demanda por crédito. Pela abordagem pós-keynesiana, tal não ocorreria, tendo em vista que tanto o preço quanto à quantidade de crédito ofertada ainda seriam função das expectativas do banco, que seriam função da preferência pela liquidez, pela formação da reputação dos agentes enquanto clientes e pelo nível de incerteza das atividades produtivas demandantes de crédito.⁵⁷

⁵⁶ Além disso, "... a vantagem que era apresentada pelos bancos que operam em nível nacional, já presente no estágio 2 do desenvolvimento bancário, é acentuada, uma vez que eles alocam as reservas com muito mais facilidade do que bancos que têm as operações restritas ao nível regional. Essas vantagens que os bancos nacionais têm, em conjunto com o fato de terem acesso às reservas que são drenadas das regiões periféricas e ao maior multiplicador que esses bancos possuem, criam uma forte tendência à concentração bancária em favor dos bancos que operam em nível nacional e têm suas sedes nas economias centrais." [Amado, 1999, p. 218]

⁵⁷ "... o crédito não passa a ter um papel meramente acomodativo, como assumem alguns modelos (Kaldor, 1970; Dixon e Thirlwall, 1975; Thirlwall, 1980); muito pelo contrário, agora a extensão de crédito passa a depender das expectativas dos bancos, que podem ter influência sobre o preço do crédito e sobre a quantidade ofertada". [Amado, 1999, p. 219]

5. Por fim, o quinto estágio seria caracterizado pela administração de passivos, ou seja, pela ação dos bancos de buscar depósitos no ritmo da evolução de seus créditos, busca que não está desassociada da adoção de políticas, muitas vezes agressivas, de atração de depósitos. Na medida em que tais políticas incluam o recurso do aumento da taxa de juros para novos depósitos, provocam um repasse deste encarecimento para novos créditos. Em uma economia regionalmente homogênea, tais circunstâncias não provocariam desigualdades nos resultados, com o conjunto da economia sofrendo as conseqüências pelo encarecimento do crédito. A partir do momento que já existam assimetrias regionais relevantes, tal circunstância de encarecimento do crédito passa a ter impactos diferenciados. As regiões centrais são caracterizadas enquanto tais também por contarem com empresas com maior poder de mercado – em geral, oligopólios – e com maior capacidade, portanto, de repassar custos, enquanto que as empresas localizadas em regiões periféricas seriam caracterizadas por atuarem em ambientes de maior concorrência, e de contarem com menor magnitude de recursos próprios para fazerem frente ao encarecimento do crédito sem maiores resultados sob sua competitividade e capacidade de crescimento.⁵⁸ Em síntese, o quinto estágio de desenvolvimento não se configuraria em fonte de criação de desigualdades, mas em significativo fator de consolidação e aumento de assimetrias regionais.

Cabe ressaltar, antes de seguir adiante, uma discordância mais profunda com a exposição de Amado (1999), referida exatamente à descrição deste quinto estágio. As evidências empíricas observadas apontam para a inexistência de uma correlação direta entre elevados graus de concentração das estruturas de mercado e nível de desenvolvimento produtivo. Observa-se com freqüência no interior da região Nordeste, por exemplo, a existência de monopólios privados (que podem ser entendidos até mesmo enquanto "naturais", ou seja, pelo pequeno porte do mercado não caberia outra empresa sem comprometimento da lucratividade mínima requerida), mesmo se tratando de empresas de pequeno porte. A correlação que pode ser estabelecida, entretanto, é da maior quantidade de grandes empresas na região Sudeste, e de sua maior capacidade de mobilizar recursos próprios decorrente do porte de suas vendas.

Retomando a argumentação de Amado (1999), tornar-se-ia, portanto, crucial para identificação dos condicionantes da evolução do sistema financeiro que repercutiriam sobre a

⁵⁸ "... as regiões centrais tendem a ter firmas com maior poder de mercado, caracterizando-se por mercados oligopolizados, enquanto as firmas periféricas atuam em mercados mais competitivos. Assim, a elevação dos custos financeiros das firmas é mais facilmente repassada para os preços pelas firmas das regiões centrais do que pelas firmas das regiões periféricas." [Amado, 1999, p. 219 e 220]

ampliação das desigualdades regionais, o entendimento de porque razões a preferência pela liquidez e as expectativas quanto ao grau de incerteza seriam diferenciadas entre as regiões.

A rigor, pela própria caracterização do que seria uma região central e o que seria uma região periférica, já teríamos uma diferenciação relevante. Entenda-se, primeiro, que as fontes originárias da desigualdade não estariam na esfera financeira – de um ponto de vista teórico, não precisariam estar, de um ponto de vista histórico, no Brasil, de fato não estiveram, visto que o sistema financeiro nacional só ganhou relevância em nossa economia quando as diferenças regionais já existiam e estavam consolidadas. Por razões de ordem produtiva, portanto, teríamos regiões econômicas caracterizadas por trajetórias de crescimento mais estáveis, em função do maior grau de complexidade e diversificação de suas economias, de maneira que, quando um setor econômico enfrentava uma crise, outros setores poderiam compensar o desempenho do conjunto⁵⁹, enquanto que as regiões periféricas, marcadas pela baixa diversidade e por padrões de especialização focados em poucos produtos, cresciam ou decaíam em elevada dependência do desempenho de um ou dois setores de suas economias. A preferência pela liquidez e conseqüente maior demanda por moeda, no sentido estrito, ocorreria assim na região periférica, tanto por motivos precaucionais quanto por motivos especulativos – visto que, quanto maiores forem a instabilidade e a incerteza, maiores as oportunidades especulativas de curto prazo. Por outro lado, o menor nível de renda nas regiões periféricas afetaria, negativamente, nos multiplicadores monetários.

Além dos fatores citados e, talvez, com maior importância, há ainda o fato das regiões periféricas serem marcadas pela existência de um setor informal com maior participação na economia do que ocorre nas regiões centrais. Isso significa que parcelas mais significativas das economias das regiões periféricas não têm acesso ao crédito bancário. Some-se a isso o vazamento de renda regional por duas vias: pela tendência de saída líquida de capitais das regiões periféricas para as regiões centrais associada a aplicações financeiras especulativas, em função do maior desenvolvimento deste mercado nas regiões centrais;⁶⁰ e pela tendência de saída líquida de recursos através de déficits comerciais e remessa de lucros, resultantes, respectivamente, das tendências de menor competitividade comercial das periferias, e de maior presença de empresas oriundas da região central nas regiões periféricas do que o inverso.

⁵⁹ Este maior grau de diversificação, a rigor, seria fruto do próprio nível de desenvolvimento, embora políticas públicas possam acelerar o processo, implantando e sustentando setores que, de início, não são lucrativos

⁶⁰ "Outro elemento que tende a reduzir o multiplicador e o multiplicando monetários, ou seja, a reduzir a base monetária regional, diz respeito aos fluxos de finança especulativa que saem das regiões periféricas para as regiões centrais. Esses fluxos são decorrência do maior desenvolvimento institucional dos segundos mercados." [Amado, 1999, p. 215]

Conjugando estes fatores, identificados pela abordagem pós-keynesiana aqui explorada, conclui-se que o setor privado do sistema financeiro funcionaria enquanto fonte potencial de ampliação das desigualdades regionais. Por esta interpretação, a presença de bancos públicos seria fundamental para impedir o predomínio deste processo, e induzir o conjunto do sistema financeiro a funcionar no sentido oposto, de redução das desigualdades regionais.

Pelo enfoque da divisão regional do trabalho, de Francisco de Oliveira, pode-se acrescentar o entendimento que tal situação não seria fruto meramente de um momento em um processo de evolução, mas seria corroborada, confirmada e consolidada pelos fatores econômicos e políticos que definem a divisão regional do trabalho. Ou seja, não existiriam fatores endógenos ao modelo econômico que contribuíssem para reverter esse quadro.

Do ponto de vista do modelo de crescimento liderado pela demanda, estes argumentos referentes aos condicionantes financeiros da desigualdade regional podem ser explorados, sobretudo, no tocante à análise dos componentes autônomos da demanda associados diretamente à demanda e oferta de crédito, ou seja, o consumo e o investimento privados autônomos.

2.3.3 Estrutura de financiamento e gastos públicos

Não há uma teoria – ao menos conhecida por este autor – sobre a estrutura de financiamento e gastos públicos em termos especificamente regionais. O que há são aplicações de teorias sobre os condicionantes nacionais de financiamento e implementação de gastos públicos, em fundamentos de economia política internacional, e em termos de ciências políticas sobre o caráter de atuação do Estado.

No primeiro caso, o que existe é a identificação dos impactos do processo de cerceamento do poder público associado ao 'enquadramento' dos Estados nacionais periféricos no processo comumente denominado de "globalização". Estas teorias, e uma explicação para o enquadramento do Brasil, a partir dos anos 80, serão vistas mais adiante.

Um trabalho recente que buscou identificar este impacto regional foi a tese de Aristides Monteiro Neto, "*Desenvolvimento Regional em Crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90*", de 2005, a qual apresenta estatísticas de fluxos inter-regionais de renda promovidos pelo setor público, por região e estado, entre 1970 e 2002, comparando com os fluxos líquidos de renda obtidos com o comércio inter-regional e indicadores de crédito governamental ao setor privado de 1970 a

2002. Do ponto de vista da argumentação, discute os limites e as necessidades da intervenção estatal para o desenvolvimento regional, em especial da região Nordeste, defendendo a idéia que a crise do desenvolvimento regional nos anos 90 seria fruto das reformas neoliberais adotadas no período, e que o saldo líquido dos recursos públicos na região não conseguiriam mais – como fizeram no passado – contribuir para continuidade de um crescimento econômico superior à média nacional.

Já as explicações teóricas sobre os gastos públicos, embora sejam tratadas, em termos de níveis de gastos, na economia política da globalização acima citada e prometida de ser vista mais adiante do trabalho, precisam ser relacionadas, também, a teorias políticas referentes à ação do Estado nacional, de um ponto de vista do perfil dos gastos – ou seja, quais segmentos sociais são atendidos pelos gastos, fato que repercute na distribuição de renda e também, indiretamente, no processo de crescimento econômico. O entendimento do Estado enquanto uma instituição social heterogênea, constituída pela formação de blocos políticos de classes e segmentos de classes distintos entre si, articulados em torno de uma agenda política hierarquizada que precisa incluir (na sociedade moderna) as classes e segmentos de classes sociais antagônicas, ou seja, um entendimento "gramsciano" do exercício de hegemonia política dentro dos Estados constitui-se no recurso predominante para os trabalhos teóricos sobre o tema.⁶¹

Naturalmente, este tópico está associado à compreensão de G , I_g e I_{ee} .

2.3.4 Estrutura tecnológica, inovação endógena e fluxos comerciais

A análise sobre o papel da tecnologia⁶² para o desenvolvimento regional pode seguir dois caminhos fundamentais: uma abordagem focada na dimensão micro/meso-econômica ou uma abordagem focada na dimensão meso/macroeconômica. A primeira é predominantemente formada em torno da tradição neo-schumpeteriana, com a realização de vários trabalhos na tentativa de se entender quais os condicionantes locais da inovação, no papel das instituições e no entendimento dos arranjos produtivos. A segunda abordagem segue a tradição estruturalista, que destaca a importância do progresso técnico, mas o trata no contexto dos condicionantes macroeconômicos que formatam a criação e difusão da inovação tecnológica. A escolha entre estes dois enfoques já foi realizada no capítulo 1.

⁶¹ Como em Oliveira (1993/[1977]), Oliveira (1989/[1977]), Oliveira (2003/[1972]), Andrade (1981), Chaloult (1978).

⁶² Entenda-se aqui tecnologia como sendo “o conjunto ordenado de todos os conhecimentos usados na produção, distribuição e uso de bens e serviços” [Sábato, 1978, apud Dias, p.8, 1996]

Adotado um viés mais macro da questão, cabe identificar o principal foco dos estudos sobre o tema. Neste sentido, o debate sobre a relação entre tecnologia e desenvolvimento regional talvez tenha sido predominantemente afetado pelas avaliações do desempenho da Sudene na criação de empregos na região Nordeste. Uma crítica recorrente, sobretudo em trabalhos de orientação neoclássica, consiste no entendimento que as políticas de isenção fiscal, adotadas pela Sudene, por reduzirem o custo relativo do capital, privilegiaram a implantação de tecnologias intensivas em capital em uma região marcada por farta oferta de mão de obra. Adotando o preceito da substituição entre fatores de produção a partir da comparação dos preços relativos, estas interpretações defendiam que as políticas de desenvolvimento regional deveriam privilegiar a implantação de técnicas intensivas em trabalho, visto ser este o fator abundante (e, portanto, mais barato) na região.

Em torno das iniciativas de questionamento desta interpretação surgiram análises que buscaram demonstrar que a dinâmica tecnológica em um processo de acumulação de capital de uma região periférica integrada tanto nacional quanto (em menor escala) internacionalmente, não caberia a alegação de que tecnologias intensivas em trabalho pudessem ser implantadas em setores em processo de modernização.⁶³

Os argumentos centrados na questão tecnológica⁶⁴ podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- uma componente tecnológica da crítica à perfeita substituição entre os fatores de produção, capital e trabalho: existem procedimentos e tarefas que não são conversíveis a operações passíveis de contarem com maior participação do trabalho humano. Máquinas, com suas indivisibilidades técnicas, não são concebidas para um leque amplo e flexível de combinações entre trabalho humano e operação de equipamentos. Uma caldeira, por exemplo, pode ser substituída por outras caldeiras, mais produtivas, mas não pode ser substituída pelo trabalho humano. Além disso, tanto a agregação de unidades de capital quanto sua mensuração tornam-se problemáticas perante não só máquinas e equipamentos das mais variadas

⁶³ Souza (2000) recupera essas críticas à interpretação citada. Afora do entendimento diferenciado da questão tecnológica, o autor cita outros argumentos: "*Magalhães (1983, p. 51-3) contesta o argumento de que os incentivos fiscais contribuíram para reduzir o custo relativo do capital. Segundo ele, o incentivo do 34/18-Finor não é ao capital fixo, mas ao investimento total, inclusive às necessidades de mão-de-obra; além disso, ele nota que os bens de capital são adquiridos a preços de mercado, sendo o incentivo ao investimento representado pelo mercado de capitais cativo que garante recursos a baixos custos de captação. O uso de técnicas intensivas em capital, ele argumenta, decorre das necessidades de integração da indústria que implica investimentos industriais de bens intermediários que exploram matérias-primas regionais*" [Souza, 2000, p. 29]

⁶⁴ "... reconhece-se ainda a influência de outros fatores na escolha tecnológica. Há estudos que apontam para a substituição entre trabalho e capital circulante, entre trabalhos de diferentes níveis de qualificação; ou para combinações alternativas em etapas distintas de um mesmo processo ou em contextos sociais diversos; ou que admitem ainda a influência de fatores, tais como o risco e a incerteza como elementos determinantes da escolha sob condições de imperfeição no mercado de produto, etc. (Bhalla, 1981)" [Souza, 2000, p. 27]

especificações técnicas, mas a partir do papel da taxa de lucro na formação dos preços dos bens de capital;

- a tecnologia é uma ferramenta crucial na competição capitalista. Embora ela não esteja integralmente incorporada em bens de capital, o fato é que padrões tecnológicos mais sofisticados incluem máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes. Adotar uma tecnologia mais intensiva em mão-de-obra significa adotar uma tecnologia já ultrapassada, com menor escala de produção e, por conseqüência, com menores economias de escala, significando perda de competitividade em um mercado integrado;

- a oferta tecnológica tende a ser muito pouco flexível. Não existem infinitas máquinas para infinitas composições entre 'capital' e trabalho. Sendo assim, as chances de se encontrar disponível no mercado uma tecnologia na devida proporção entre maquinaria e mão-de-obra compatível com a relação entre custos com capital e custos com trabalho, a cada momento, parecem muito remotas, especialmente quando um investimento corresponde a um gasto a ser amortizado ao longo de anos, e as condições econômicas que afetam os lucros, salários e custos com bens de capital tendem a ser alteradas em velocidade muito superior – ou seja, uma escolha que pareça adequada a dado momento pode se mostrar inadequada em relativamente pouco tempo;

- a oferta tecnológica também acompanha as estratégias da empresa produtora de bens que incorporem conteúdo tecnológico. Ora, para estas empresas a contínua diversificação de seus produtos constitui-se em fator competitivo, para obtenção de ganhos com inovação de produtos. Se, por um lado, poder-se-ia supor que esta condição favoreceria a disponibilização de bens de capital adaptados às mais diferentes composições capital/trabalho existentes em sua clientela, por outro é preciso observar-se que tal só poderia ocorrer em bens de capital não seriados. Naqueles setores econômicos em que o padrão tecnológico está consolidado e apresenta baixa diversidade, não faz sentido ofertar um produto – cuja lucratividade inclui os ganhos com alguma economia de escala – para poucos clientes. A viabilidade de conversão de uma indústria de bens de capital seriados em não seriados dependeria fortemente dos custos envolvidos com a produção por encomenda e os ganhos possíveis de serem obtidos. Em especial, os custos de P&D envolvidos com a especificação de um bem de capital para uma composição capital/trabalho específica tendem a não ser compensados perante uma clientela muito pequena;

- muitas empresas são oriundas de outras regiões e até outros países. Não há razão perceptível para justificar uma mudança de seu padrão produtivo, já conhecido e já controlado, para aventurarem-se em outro padrão, que envolve custos adicionais e incertezas – tanto em termos

do sucesso da adaptação, quando da eventual necessidade de realizar nova mudança, perante alguma alteração nos condicionantes da decisão (como alteração da taxa de juros, por exemplo).

Souza (2000) procura incluir alguns destes argumentos entre outros, resgatados da literatura⁶⁵ e que vão todos no mesmo sentido de advogar a incompatibilidade de um padrão de desenvolvimento da uma economia regional menos desenvolvida, integrada em termos nacionais, pautado por uma escolha tecnológica definida pela evolução dos preços relativos entre bens de capital e custos da mão-de-obra.

Em paralelo a este debate, outras questões foram levantadas, inclusive da própria vantagem, ou não, na importação de tecnologias ao invés de seu desenvolvimento. Dois pontos fundamentais estão vinculados a este debate:

- da viabilidade de uma região poder importar todos os bens de capital de que necessitar para seu desenvolvimento, sem a existência de algum tipo de "restrição externa";
- das repercussões associadas ao desenvolvimento de tecnologias próprias na região.

No primeiro caso observe-se que uma região, a priori, não tem, isoladamente, "restrições cambiais". Os exemplos da região Nordeste e da região Sudeste nos anos 50 servem enquanto contraponto ilustrativo. Naquele período, a região Nordeste – seguindo uma tradição já secular – era superavitária em termos de comércio internacional. Se fosse um país, a região teria saldos comerciais para permitir um aumento das importações associado a uma aceleração do crescimento econômico, em relação ao patamar observado nos anos 50. No mesmo período a região Sudeste contava com um déficit em seu comércio internacional, mas nem por isso estava perante uma restrição de divisas, visto que o superávit da região Nordeste viabilizava a continuidade de suas importações em um patamar mais elevado do que seria possível – sem comprometer as reservas internacionais ou depender de endividamento – se a região Sudeste fosse um país. Em suma: não há restrição de divisas internacionais pra uma região, especificamente, mas sim para um país, cuja restrição pode contar, ou não, com uma contribuição significativa da região em questão.

⁶⁵ Mais especificamente, da obra de Dias (1996): "... uma significativa parte do progresso tecnológico toma a forma de novos produtos e a tecnologia para eles desenvolvida não pode ser apresentada segundo um grande número de alternativas de intensidade de capital." [Dias, 1996, p. 28]; "Cada novo produto desenvolvido tem uma tecnologia que traz a relação capital-trabalho adequada à sua produção nas condições vigentes no momento histórico do sistema onde a tecnologia é ou foi desenvolvida". [Dias, 1996, p. 28]; "Ademais, outra significativa parte do progresso tecnológico está relacionada à tecnologia incorporada em bens de capital, produzidos segundo projetos desenvolvidos com o uso de conjuntos de conhecimentos atualizados. A produção de bens de capital é concentrada em países centrais mais que a produção de bens de consumo e as empresas dos setores produtores de bens de capital competem exatamente tendo como uma de suas armas fundamentais a atualização tecnológica de seus produtos. Não há disponibilidade de bens de capital que operem com relação capital-trabalho adequada aos preços relativos dos países periféricos e simultaneamente incorporem adequada atualização tecnológica em outros aspectos." [Dias, 1996, p. 29]

Sendo assim, a região Nordeste pode importar do resto do mundo até o limite da restrição externa nacional, que, atualmente, quando a região Sudeste obtém superávits comerciais internacionais muito expressivos, tende a ser mais que suficiente tendo em vista o menor porte da região frente ao tamanho da economia do país. As importações do resto do país, por sua vez, não envolveriam qualquer restrição monetária, mas tão somente a capacidade ociosa existente e o tempo necessário para ampliar a capacidade produtiva. Contudo, se a dependência de bens de capital for predominantemente orientada para o exterior, mesmo a região não sendo tão importante em termos de PIB, não pode ser tida enquanto uma região pequena, e déficits comerciais significativos estariam contribuindo negativamente, favorecendo uma situação de restrição externa para o país. Se a maior dependência for em torno de bens de capital importados de outras regiões do Brasil então, a priori, não existiria um limite ao crescimento da região que pudesse advir do aumento de suas importações – até o limite do mercado ofertante no resto do país e de sua capacidade de expandir sua produção.

Entretanto, embora a importação de bens de capital que incorporem conteúdo tecnológico vital no processo de crescimento, o segundo elemento citado precisa ser levado em conta. O desenvolvimento de tecnologia acarreta certos riscos e certos custos, mas também repercute positivamente para a região que o promove. A cadeia produtiva associada é adensada, e a divisão social do trabalho se amplia para novas atividades, associadas ao desenvolvimento da tecnologia.⁶⁶ Além disso, há que se considerar que este desenvolvimento tecnológico interno pode ser ajustado ao desenvolvimento das atividades econômicas beneficiadas por aquela tecnologia, criando sinergias e aumento da eficiência por uma melhor relação fabricante-usuário. Um quadro comparativo mais detalhado das formas alternativas de internalização de inovações tecnológicas pode ser visto abaixo.

Quadro 1- Características das três formas básicas de "internalização" de inovações

⁶⁶ "...o prejuízo [por importar tecnologia] não é apenas porque não se pode ter o monopólio provisório daquela inovação que se está comprando, seja na forma de um bem de capital importado ou de um pacote tecnológico, ou da perda do maior potencial produtivo relacionado à inovação monopolizada pelos concorrentes, mas está também na perda de oportunidade para elevar as potencialidades das empresas. As capacitações das empresas não são desenvolvidas, o que, inclusive, tende a afetar as exportações, e não só a capacidade de concorrer com os produtos importados" [Duarte, 2001, p. 47].

IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL	IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA	DE GERAÇÃO AUTÔNOMA DE INOVAÇÕES
Baixa relação setor produtivo / base técnico-científica	Relação limitada setor produtivo / base técnico-científica	Relações intensas setor produtivo / base técnico-científica
Não requer capacidade tecnológica	Requer algum grau de capacidade tecnológica	Requer plena capacidade tecnológica
Demanda pouca Qualificação dos Recursos Humanos	Demanda certa qualificação dos Recursos Humanos	Demanda amplo contingente de recursos humanos qualificados
Basta operar a máquina / equipamento adquirido (Baixa criatividade)	Necessita adaptar o pacote tecnológico às condições locais (Média criatividade)	Plenas condições de implantação e desenvolvimento de inovações (Alta criatividade)
Relações passivas com os fornecedores de tecnologia	Relações pouco mais ativas com fornecedores de tecnologias	Relações intensas com parceiros de geração de tecnologias
Baixíssimo / quase nulo investimento em P&D e atividades correlatas	Reduzido mas positivo investimento em P&D e atividades (mais 'D' que 'P')	Alto investimento em P&D e atividades correlatas (risco e incerteza maiores)

Fonte: Galvão (1993), apud Galvão (1998)

Uma forma alternativa de tratar a questão tecnológica, que ainda não foi incorporada ao debate regional, mas que apresenta potencial, é o recurso do conceito de regime tecnológico, entendido aqui enquanto conjunto de fatores que envolvem a geração, incorporação e difusão de inovações características de cada indústria ou atividade econômica.⁶⁷

Segundo Malerba e Orsenigo (1990 e 1993) o regime tecnológico seria uma combinação particular de:

- Características da base do conhecimento relevante, em duas dimensões
 - Grau em que o conhecimento é tácito (implícito)
 - Grau de complexidade do conhecimento
- Oportunidades tecnológicas, também em duas dimensões:
 - Grau das oportunidades
 - Abrangência (pervasidade)
- Apropriabilidade das inovações
- Cumulatividade do conhecimento tecnológico

Cada atividade teria seu próprio regime tecnológico, transformável no tempo. Sendo assim, a adoção de um padrão de especialização específico poderia ser justificada pelo fato das características observadas nos regimes tecnológicos dominantes garantirem taxas de

⁶⁷ Podendo também ser definido como: “a descrição do ambiente tecnológico no qual as firmas operam” [Malerba & Orsenigo, 1993, pág.44. Tradução própria.] ou ainda “uma representação sintética do processo de aprendizado e inovação nas distintas indústrias, sendo a base para caracterizar as distintas estruturas produtivas.” [Gadelha, 1999, pág.192]

crescimento da produtividade mais acentuadas em algumas atividades econômicas do que sobre outras.

Estas considerações sobre a questão tecnológica remetem aos condicionantes para internalização de inovações em uma economia regional periférica. Em termos do modelo do crescimento liderado pela demanda, tais processos podem afetar v , g^e , u^N , d , m e m_{rb} .

2.3.5 Estrutura de mercado e estrutura produtiva

A tese fundamental de Francisco de Oliveira sobre a questão regional é da funcionalidade da divisão regional do trabalho entre a dita "economia moderna" e a dita "economia tradicional", tentando mostrar como os baixos salários, a precarização do trabalho e as formas "não capitalistas" de produção serviram ao processo de acumulação de capital da "economia moderna". Também aqui, como em Roberto Smith (comentários a seguir), as relações de produção e o processo de acumulação de capital definem as condições assimétricas entre as regiões, mas, no caso de Oliveira, destaca-se que tal condição não é inerente a cada setor, mas ao setor em dado momento histórico em determinada região (Smith não exclui isso, até porque, como Guimarães Neto, pesquisa mais detalhadamente o fenômeno de 'modernização' do setor têxtil na região Nordeste, apenas não destaca).

A tese central de Roberto Smith foi descrever a "troca desigual" enquanto o resultado de uma distribuição (apropriação) assimétrica do excedente a partir das diferentes composições orgânicas do capital dos diferentes setores das regiões envolvidas. Ele adverte que a assimetria não é homogênea em todos os setores para cada região, ou seja, alguns setores, em algumas micro-regiões da região Nordeste, podem escapar da incapacidade de reter uma maior parcela do excedente, mas o conjunto da região revela uma estrutura produtiva na qual predomina a incapacidade de reter o 'sobre-lucro', enquanto que as economias estaduais centrais, com maiores composições orgânicas do capital e o predomínio de estruturas oligopolistas, conseguem sua parcela maior de excedente, com transferência de renda (não meramente via termos de troca, mas via uma maior capacidade do centro capitalista em gerar e reter maiores parcelas do excedente).

A rigor, esta questão não está dissociada da internalização de inovações tecnológicas, visto que a relação capital-produto é alterada exatamente dentro do processo de troca de 'trabalho vivo' por 'trabalho morto', o que só é possível ser feito – sem redução da produção, naturalmente – a partir da adoção de tecnologias mais produtivas. O que justifica a separação

é que, mesmo que ambas as regiões parem de se desenvolver em termos tecnológicos, se os parques produtivos já estão estabelecidos, as condições de "troca desigual" já estão colocadas.

Em termos de modelo de crescimento liderado pela demanda, a questão da estrutura produtiva atinge v , m e m_{rb} .

2.4 – Conclusões Parciais

As interpretações heterodoxas consideradas sobre o desenvolvimento regional são compatíveis, enquanto complementares, à aplicação de um modelo de crescimento liderado pela demanda, usado aqui como instrumento explicativo que coordene e hierarquize os fatores de demanda citados pela tradição da teoria econômica heterodoxa, em geral. Em outras palavras: o modelo de crescimento liderado pela demanda é usado enquanto fio condutor de articulação e tentativa de mensuração de diferentes interpretações heterodoxas, submetidas à primazia do princípio da demanda efetiva enquanto ordenador das ações das empresas em sua busca pela maximização do lucro e acumulação de capital.

Esta articulação foi feita a partir da identificação de que variáveis do modelo de crescimento liderado pela demanda estão sendo consideradas nas interpretações heterodoxas investigadas. Neste sentido, foram feitas as seguintes associações entre os focos das interpretações e as variáveis associadas no modelo:

Estrutura de consumo, estrutura produtiva e comércio – c , m_{rb} , $(m_{ne}^{rb} \times m_{rb}^{ne}) / F_{rb}$.

Estrutura de financiamento privado – C_0 , I_p^{NP} .

Estrutura de financiamento e gastos públicos – G , I_g e I_{ee} .

Estrutura tecnológica, inovação endógena e fluxos comerciais – h (taxa de investimento, que envolve v , g^e , u^N , d), m e m_{rb} .

Capítulo 3 – Estatísticas Macroeconômicas do Nordeste

3.1 – Da obtenção dos dados

Antes da aplicação do modelo é preciso um detalhamento quanto à origem e as especificidades dos dados adotados. Tal procedimento se torna imprescindível tendo em vista a inexistência de uma única série de dados sobre a demanda agregada aceita por todos os pesquisadores. O país conta com instituições de pesquisa que adotam estimativas distintas entre si, inclusive mesmo quando fazem uso das mesmas estatísticas básicas. As diferenças metodológicas entre as instituições nem sempre estão explicitadas, motivando, inclusive, iniciativas específicas de tratamento da questão.⁶⁸ Os resultados envolvem diferenças em nada irrelevantes,⁶⁹ mas também não são em nada irrelevantes as dificuldades associadas a compatibilização das estimativas entre as diferentes fontes.

Antes da apresentação dos dados, é preciso esclarecer porque abaixo o levantamento de dados se refere à Formação Bruta de Capital Fixo, e não ao investimento. Ocorre que existe um problema no tocante à informação da variação de estoques. Existe este dado para o Brasil para quase todos os anos entre 1960 e 1999 (em alguns anos esse dado foi incluído no consumo), mas não há para a região Nordeste, para a qual há dados especificamente para a FBCF. Ainda em termos de investimentos, dos dois procedimentos alternativos para apresentar os investimentos, reafirma-se a opção de separar os investimentos das empresas estatais (em todos os níveis) dos investimentos das administrações centrais mais autarquias e fundações, em detrimento de um segundo procedimento possível, que seria separar investimentos do governo federal dos investimentos dos governos estaduais e municipais.

Como, na descrição dos dados abaixo, será considerada a FBCF e não o investimento total, a variação de estoques estará sendo incluída, de forma residual, no consumo privado da região Nordeste.

⁶⁸ No TD 18/97, da UFPR, Cássio Rolim abre seu artigo intitulado "*Brasil X Regiões: quem cresceu mais?*" expondo esta dificuldade: "*Este texto apresenta a perspectiva de um usuário das Contas Regionais no Brasil, perplexo diante das dificuldades de interpretá-las para compreender os intrincados processos da divisão espacial do trabalho no país.*" [Rolim, 1997, p. 1]

⁶⁹ Comentário de Rolim sobre as discrepâncias entre as estimativas de PIB das diferentes instituições: "... *Embora sejam valores relativos às estimativas a preços correntes, as menos problemáticas, as diferenças entre elas são substanciais. A diferença entre a SUDENE e o IPEA chega a um ponto percentual. Isso não é uma diferença insignificante, ela equivale a anexar o estado do Maranhão à Bahia! A diferença entre a SUDENE e a SEI [Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia], equivale ao estado da Paraíba!*". [Rolim, 1997, p. 17]

Abaixo será feito o detalhamento das fontes de dados e das séries alternativas referentes ao produto interno bruto, ao consumo governamental, ao investimento governamental, ao comércio inter-regional e ao comércio internacional da região Nordeste. O consumo privado será obtido residualmente.

3.1.1 O Produto Interno Bruto

Três instituições realizaram estimativas regulares do PIB do Nordeste: a FGV, a SUDENE, e o IBGE, esta última instituição a partir de 1970, com periodicidade quinquenal, segundo o conceito a custo de fatores, e, a partir de 1985, com periodicidade anual, segundo o conceito a preços de mercado.

Quando da divulgação das séries históricas, o IBGE fornece as estimativas realizadas pela FGV para os períodos anteriores a 1970, inclusive porque a FGV era, até então, a instituição responsável pelo cálculo do PIB oficial. Estas estimativas da FGV referem-se ao Produto Interno Líquido a custo de fatores das Unidades da Federação, entre 1939 e 1966.

A série histórica da SUDENE não é considerada por parte do IBGE, mas foi construída, segundo metodologia informada nas publicações da SUDENE, a partir dos dados do IBGE, da FGV e de outras instituições de pesquisa ou de governo do país. A série da SUDENE compreende o ano de 1960 e o período de 1965 a 1999 dos valores do Produto Interno Bruto, com cálculo do deflator implícito do PIB da região Nordeste (enquanto o IBGE adota, para a região, o deflator implícito do PIB nacional), e de 1960 a 1999 das taxas de variação do PIB real. Esta série de taxas de variação do PIB real da região Nordeste predominou nos trabalhos acadêmicos sobre a região Nordeste até o final da década de 90⁷⁰, visto que, em 2001, a SUDENE foi fechada, tendo sua última estimativa referente ao PIB da região sido em relação ao ano de 1999, em versão preliminar.

É fácil perceber as razões da preferência pela série da SUDENE, em detrimento das estimativas da FGV e depois do IBGE. Há a vantagem da continuidade, tendo em vista que a SUDENE, além de estimar para o ano de 1960, calculou o PIB para todos os anos entre 1965 e 1998, enquanto que a FGV interrompeu a série em 1966, e o IBGE intercalou suas estimativas quinquenalmente, entre 1970 e 1985. Uma outra vantagem reside no próprio propósito de existência da SUDENE, ou seja, a mesma foi criada exatamente para prover o país de um órgão especializado na região Nordeste. Ao mesmo tempo em que era uma instituição federal, com maior facilidade de acesso a informações dos ministérios e órgãos

⁷⁰ Trabalhos como Gomes & Vergolino (1995), Guimarães Neto (1989), Araújo (2000), Siqueira & Siffert Filho (2001), entre outros.

públicos em geral, a SUDENE contava com sua própria rede de atuação na região, de convênios e parcerias com os governos estaduais e municipais, e suas próprias pesquisas de campo. Ao mesmo tempo, as estimativas da SUDENE seguiam uma metodologia de adotar informações obtidas do IBGE, do Banco Central, da Petrobrás, da CHESF, da Eletrobrás, da FGV, do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (SINDICOM), da RFFSA, da INFRAERO, do DAC, da EMBRATEL, e das próprias pesquisas de campo da SUDENE.

Na apresentação de sua metodologia, a SUDENE diferenciava as estimativas referentes aos anos básicos, correspondentes aos anos censitários, e aos anos correntes. O cálculo seguia a ótica do produto, com a estimativa do valor bruto da produção e do consumo intermediário de cada atividade econômica, com a adoção de uma agregação por grande setor diferente da existente na estimativa de outras instituições. No tocante à indústria, em especial, a SUDENE incluía os Serviços Industriais de Utilidade Pública e a Construção Civil, enquanto que a FGV e o IBGE consideravam apenas a indústria extrativa e de transformação. Tendo em vista a adoção de diferentes fontes, a SUDENE estimava a participação das atividades econômicas com pesos diferentes das estimativas da FGV e do IBGE,⁷¹ o que explica, em maior medida, a diferença das duas séries, além do fato da série da SUDENE ser a preços de mercado, enquanto que a FGV calculou o Produto Interno Líquido a custo de fatores, e o IBGE o Produto Interno Bruto a custo de fatores, entre 1970 e 1980, e a preços de mercado a partir de 1985.

Tabela 3 – PIB da Região Nordeste do Brasil, a preços e unidades monetárias correntes, anos selecionados, entre 1960 e 2000, estimados pela FGV/IBGE e SUDENE.

	IBGE*	SUDENE	IBGE/SUDENE
	UM\$ 1.000.000,00	UM\$ 1.000.000,00	
1960	338.011	385.000	87,80%
1965	4.708.203	5.775.000	81,53%

⁷¹ "A SUDENE ... tem uma metodologia bastante complexa e detalhada. (...) Do que foi possível apurar, fica evidenciada a maior abrangência das suas contas; por exemplo, em Transportes todas as modalidades são analisadas e não apenas o Rodoviário. Também se destaca o uso de pesquisas diretas específicas para muitas das atividades, especialmente para aquelas do setor terciário. A grande maioria dessas atividades foi objeto de tais pesquisas." [Rolim, 1997].

1970	18.821	23.980	78,49%
1975	101.154	126.170	80,17%
1980	1.440.999	1.637.653	87,99%
1985	183.038.109	207.006.278	88,42%
1991	22.167.138	26.703.363	83,01%
1996	102.594	122.542	83,72%
1999	127.670	173.898	73,42%
2000	144.135	-	-
2004	248.445	-	-

* O IBGE adota em suas séries históricas as estimativas da FGV, realizadas até 1966.

Obs 1: As unidades monetárias no período foram as seguintes: Cr\$ nos anos de 1960 a 1991, e R\$ nos anos de 1996 a 2000. A unidade monetária "cruzeiro" difere entre os anos considerados em função das reformas monetárias realizadas no período. A reforma de 1967 converteu Cr\$ 1.000,00 de 1965 em NCr\$ 1,00 (um cruzeiro novo); a de 1970 converteu NCr\$ 1,00 em Cr\$ 1,00; a de 1986 converteu Cr\$ 1.000,00 em CZ\$ 1,00 (um cruzado); a de 1989 converteu CZ\$ 1.000,00 em NCZ\$ 1,00 (um cruzado novo); a de 1990 só mudou a denominação, de NZ\$ 1,00 para Cr\$ 1,00; a de 1993 converteu Cr\$ 1.000,00 em CR\$ 1,00 (um cruzeiro real). Por fim, o plano real em 1994 converteu CR\$ 2.750,00 em R\$ 1,00 (um real). Assim, Cr\$ 1,00 de 1991 correspondia a Cr\$ 1.000.000.000,00 de 1960.

Obs. 2: Com as diferenciações já expostas, em termos de preços de mercado e preços a custo de fatores.

Fontes: IBGE – planilha 1_4_pib_por_uf, obtida no portal do IBGE (www.ibge.gov.br) e Contas Regionais (1985-2004). SUDENE – na publicação "Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, agosto de 2000", e em "Agregados Econômicos Regionais – Nordeste do Brasil", 1965-98.

Foram considerados na Tabela 3 os anos de referência para avaliação do comportamento da demanda agregada (entre 1996 e 1999, os dados da SUDENE eram preliminares), mais os anos de 2000 e de 2004, só para efeito de ilustrar a magnitude das diferenças entre as duas medidas do PIB do Nordeste.

Serão feitas decomposições da demanda agregada com uso primeiramente da série da SUDENE, mas depois também da série do IBGE. No tocante aos componentes da demanda agregada, o único afetado será o consumo estimado, visto que os outros componentes terão suas estimativas próprias. Vale lembrar que tanto a SUDENE quanto o IBGE estimavam o PIB pelo lado da oferta, ou seja, pelo valor adicionado a custo de fatores, com estimativa dos impostos indiretos para cálculo do PIB a preços de mercado (pela SUDENE, em todo o período).

A decorrência lógica e imediata do cálculo próprio do PIB da região Nordeste por parte da SUDENE é a revisão do cálculo do PIB do país. Não se trata de um ajuste geral, aplicável ao cálculo do PIB das outras regiões. A SUDENE faz uso de pesquisas próprias e de estimativas de outras instituições, inclusive o próprio IBGE, para fazer sua própria estimativa de PIB da região. Este procedimento, adotado nas outras regiões, teria resultados bastante

específicos, sem ser possível definir, anteriormente, se as novas estimativas envolveriam valores maiores ou menores que os estimados pelo IBGE.⁷²

Pode-se considerar, assim, com a inexistência de outras estimativas sistemáticas do PIB das outras regiões, que os valores do PIB do Brasil que deveriam ser considerados, quando da adoção das estimativas da SUDENE, consistam na subtração do PIB da região Nordeste calculado pelo IBGE e posterior adição do PIB do Nordeste calculado pela SUDENE ao PIB do Brasil estimado pelo IBGE. De acordo com cada estimativa conjugada, o peso da economia nordestina no conjunto da economia nacional varia significativamente, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – PIB da região Nordeste pelo PIB do Brasil, a preços correntes: medidas alternativas do IBGE e da SUDENE, em anos selecionados entre 1960 e 1999.

	IBGE/IBGE (%)	SUDENE/IBGE (%)	SUDENE/SUDENE* (%)
1960	10,62	12,10	11,92
1965	11,04	13,54	13,21
1970	9,69	12,34	12,02
1975	9,64	12,02	11,74
1980	11,52	13,09	12,89
1985	14,00	15,83	15,54
1989	13,28	18,57	17,64
1991	13,37	16,11	15,68
1996	13,17	15,73	15,34
1999	13,11	17,86	17,05

* PIB do Brasil estimado pela SUDENE = PIB BR (IBGE) – PIB NE (IBGE) + PIB NE (SUDENE)

Obs.: O ano de 1989 foi incluído por corresponder à maior participação do PIB da região, segundo a SUDENE, considerando o período entre 1960 e 1999.

Fonte: Cálculo próprio. Fontes primárias: IBGE (www.ibge.gov.br); SUDENE (2000).

Também decorre da série do PIB do Nordeste calculada pela SUDENE uma estimativa diferenciada das taxas anuais de variação do produto, entre IBGE e SUDENE, assim como uma composição entre os estados, no produto total da região, diferenciada.

No primeiro ponto, o resultado é expresso na Tabela 5.

Tabela 5 – Evolução das taxas de variação do PIB do NE segundo IBGE e SUDENE, entre 1986 e 1999.

⁷² Tal indefinição, inclusive, decorre da difusão das diferenças metodológicas entre o IBGE e os órgãos estaduais de estatísticas, ou seja, procedimentos similares aos da SUDENE, no tocante às pesquisas próprias, seguiriam resultados bem específicos. Ou seja: "... As diferenças metodológicas entre as instituições estaduais e o fato de o IBGE ter publicado apenas até 1985 a distribuição estadual do PIB brasileiro tornam impossível, conscientemente, afirmar-se que um determinado estado esteja aumentando ou diminuindo a sua participação na economia nacional." [Rolim, 1997, p. 2] e " É de se esperar que uma boa estimativa de PIB regional aponte corretamente a participação da região no PIB nacional. Essa é uma consideração óbvia. No entanto, não é óbvio se essa participação refere-se à participação no PIB nominal ou no real, nem se a referência é o PIB a custo de fatores ou o PIB a preços de mercado, ou ainda se o PIB a custo de fatores inclui ou não a imputação de serviços dos intermediários financeiros." [Rolim, 1997, p. 5].

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
SUDENE	14,5	-1	1,1	3,2	-5,9	2,4	-1,5	-1,8	9,7	4,4	4,1	5,8	1,5	3,3
IBGE	8,0	0,9	3,1	1,2	0,1	1,9	0,0	2,3	5,1	2,1	2,6	4,8	0,6	2,2

Fontes: SUDENE (2000) e IBGE – Contas Regionais (via portal www.ibge.gov.br).

A SUDENE tem uma série estimada de variação do PIB da região Nordeste entre 1960 e 1999, inclusive nos anos para os quais esta instituição não estimou o valor corrente do PIB (anos de 1961 a 1964). Ocorre que o IBGE, por sua vez, só faz uma série contínua de variação do PIB da região a partir de 1986, disponibilizando a mesma em seu portal e em sua publicação "Contas Regionais do Brasil". Torna-se pouco prático insistir na comparação em períodos anteriores tendo em vista a interrupção da série da FGV em 1966, e o fato do IBGE calcular o PIB da região apenas nos anos censitários de 1970, 1975, 1980 e 1985, sem cálculos para os outros anos do período.⁷³

Pode-se observar, ainda na Tabela 5, as expressivas diferenças de magnitudes das taxas de variação do PIB entre as duas instituições. Nos casos mais extremos, chama a atenção a diferença na taxa do PIB observada em 1986, que o IBGE estimou em 8% e a SUDENE em 14,5%, a taxa em 1990 e 1994, estimadas pelo IBGE, respectivamente, em 0,1% e 5,1%, enquanto que a SUDENE estimou, por sua vez, uma variação de – 5,9% em 1990 e 9,7% em 1994. Em síntese, para a SUDENE o produto da região oscilou em magnitudes maiores, tanto positiva quanto negativamente, do que para o IBGE. Para efeito de avaliação dos impactos da variação do produto sobre a taxa de investimento, por exemplo, a série indicada pela SUDENE sugere uma economia com maior sensibilidade aos estímulos recebidos. Dentro de uma perspectiva de um modelo de crescimento liderado pela demanda, significa dizer ou que o supermultiplicador regional foi maior, no período considerado, que o supermultiplicador estimado pelo IBGE, ou que os componentes autônomos da demanda variaram de forma mais acentuada, segundo a SUDENE, do que supõe o IBGE. Na Tabela 6, abaixo, segue um quadro da variação do PIB por todo o período a ser pesquisado, segundo a fonte escolhida por referência. Já no Gráfico 2, o propósito foi relacionar esta variação do PIB

⁷³ A fonte destas diferenças, mesmo nos anos censitários, reside, para além do fato da Sudene calcular a preços de mercado e o IBGE a custo de fatores, sobretudo, da forma como é regionalizada a produção do setor terciário. Quanto a isso, retorne-se a Rolim: "...a dinâmica do terciário regional não segue, necessariamente, a dinâmica dos demais setores. Isso também está relacionado com o fato de se calcular o PIB e não o PNB regional. As regiões são economias abertas, não se pode esquecer essa verdade."

"Um ponto de partida para o esclarecimento desse assunto poderá ser a compreensão da maneira pela qual o IBGE regionaliza o PIB nacional. Esse PIB é aquele calculado a custo de fatores. Além disso, existem algumas atividades que não são regionalizadas, como, por exemplo, a indústria de Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública, Transporte Aéreo e Departamentos de Transporte Rodoviário, nos anos de 1970 e 1975, e Transporte Aéreo e Departamentos de Transporte Rodoviário, em 1980 e 1985." [Rolim, 1997, p. 13]

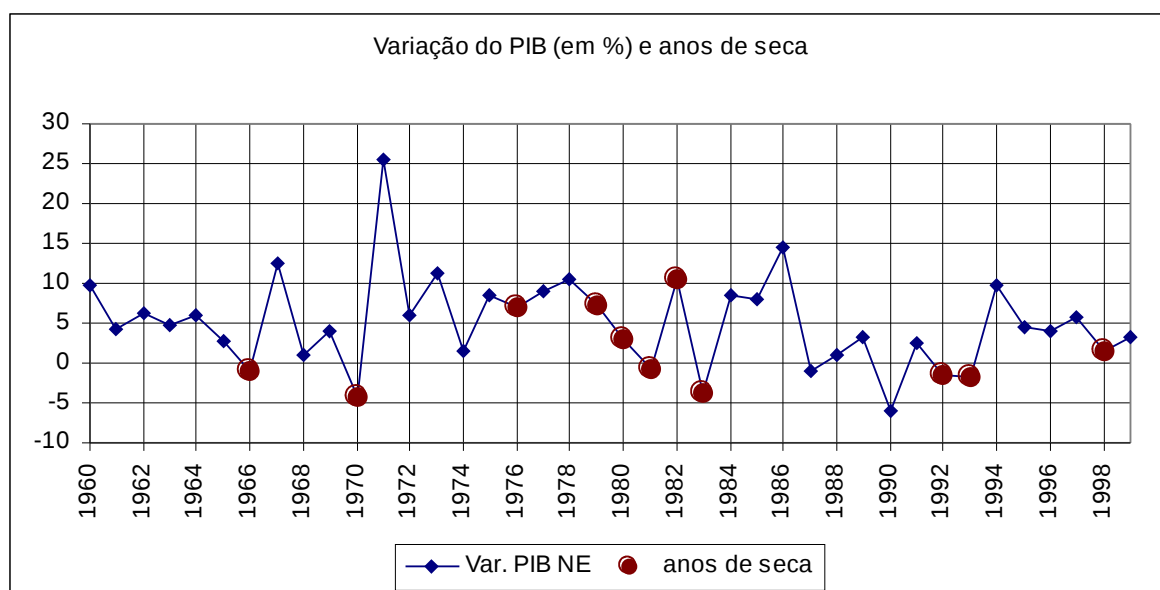
aos anos de seca na região, para que fique explícito em que medida este fator pode ter repercutido no desempenho econômico,

Tabela 6 – Taxa de variação do PIB do Nordeste entre 1960 e 1999, segundo a SUDENE.

Ano	Var. PIB (%)	Ano	Var. PIB (%)	Ano	Var. PIB (%)	Ano	Var. PIB (%)
1960	9,8	1970	-4,2	1980	2,9	1990	-5,9
1961	4,2	1971	25,4	1981	-0,7	1991	2,4
1962	6,3	1972	5,9	1982	10,5	1992	-1,5
1963	4,7	1973	11,3	1983	-3,8	1993	-1,8
1964	5,9	1974	1,6	1984	8,6	1994	9,7
1965	2,7	1975	8,5	1985	8,0	1995	4,4
1966	-1,0	1976	7,0	1986	14,5	1996	4,1
1967	12,6	1977	8,9	1987	-1,0	1997	5,8
1968	0,9	1978	10,5	1988	1,1	1998	1,5
1969	4,1	1979	7,2	1989	3,2	1999	3,3

Fonte: SUDENE (2000) e Oliveira & Viana (2005).

Gráfico 2 – Taxa de Variação do PIB, segundo a SUDENE e anos de seca, entre 1960 e 1999.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SUDENE e de Oliveira & Vianna (2005).

3.1.2 Consumo Governamental

O componente do consumo governamental constitui-se no fator mais confuso dentre as variáveis consideradas, no tocante à obtenção das séries no período. Isso decorre da conjugação de três circunstâncias: de um maior número de informantes, primários e secundários, da adoção de diferentes critérios (nem sempre explicitados) e da não continuidade das séries.

Oficialmente, a instituição a quem se atribuiu, inicialmente, a contabilidade do consumo governamental foi a FGV, que divulgou os resultados de suas pesquisas em publicações denominadas "Regionalização das Transações do Setor Público", englobando, em sua versão mais atual, os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985.⁷⁴ O IBGE deu prosseguimento a esta pesquisa, divulgando os resultados do ano de 1991 em diante. Nos anos 60, contudo, também a Revista de Finanças Públicas e a Revista Finanças do Brasil, ambas do Ministério da Fazenda, divulgavam estimativas de consumo governamental, sem o adequado esclarecimento quanto a tais dados se referirem aos governos centrais (como aparenta pelas tabelas observadas) ou se ao consolidado dos níveis da administração pública, ou seja, incluindo autarquias e fundações, ou do setor público, ao se acrescentar as empresas estatais, embora especificassem adequadamente a natureza do consumo, diferenciando consumo corrente de consumo de custeio e de despesa de capital. O IPEA, através de seu banco de dados via rede, o Ipeadata, divulga a série do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, em perfeita compatibilidade com os dados divulgados nas duas revistas do referido Ministério.⁷⁵ O fato de fontes secundárias apresentarem estimativas atribuídas à FGV, mas incongruentes com a série informada pelo STN,⁷⁶ acrescidas ao fato de outras pesquisas só tratarem com os dados já em valores constantes, mas sem explicitação do deflator adotado⁷⁷, foram circunstâncias complicadoras para definição da série a ser adotada.

Também a SUDENE estimou o consumo do governo na região Nordeste nos três níveis de governo, e separando administração direta, autarquias e empresas estatais. A metodologia da SUDENE para aferição do consumo governamental não é esclarecida em suas publicações. Há uma explicação relativamente detalhada quanto ao cálculo do PIB, mas pela ótica do valor adicionado. Para este caso, o valor adicionado pelo setor público é mensurado em acordo com as pesquisas da FGV e do IBGE de "Regionalização das Transações do Setor Público". Contudo, a metodologia apresentada para a estimativa da FBCF do setor público, na qual a instituição explicita o recurso a pesquisas diretas junto aos órgãos governamentais nos três níveis de representação política,⁷⁸ conjugada com a discrepância de dados entre a

⁷⁴ Não tive acesso a nenhuma das versões desta publicação, nem a mais recente nem as mais antigas.

⁷⁵ Neste detalhe, serviu a conversão a valores correntes, que permitiu visualizar a equivalência entre os valores divulgados nas publicações dos anos 70 e 80, e os dados informados no portal www.ipeadata.gov.br.

⁷⁶ Refiro-me a BNB (1995). Os autores da referida publicação trabalharam com séries em valores constantes, em cruzados novos a preços de 1988. A incongruência foi constatada após conversão dos valores informados em valores correntes a partir de dois deflatores, convertendo os valores em questão seja pelo deflator implícito do PIB seja pelo IGP-DI, deflatores mais comuns de serem adotados quando da ausência de um deflator específico, em termos macroeconômicos.

⁷⁷ Refiro-me, em especial, a Monteiro Neto (2005), que por sua vez usa os dados calculados em Rodriguez (1995), publicação da qual não tive acesso.

⁷⁸ Ao nível municipal, a SUDENE adotava uma pesquisa por amostragem aleatória estratificada por estado, mas separando em dois agrupamentos: os municípios com mais de 20 mil habitantes e os municípios com menos de 20 mil habitantes. Vide metodologia em SUDENE (1999). [FBCF do setor público, 1960-96]

SUDENE e outras fontes, sugere que a instituição recorreu a procedimentos próprios também no cálculo desta componente da demanda agregada.

No tocante ao critério adotado, as séries divulgadas no Ipeadata diferenciam a natureza das despesas, em conformidade com sua fonte primária, a Secretaria do Tesouro Nacional, mas não deixa explícita a informação quanto à abrangência dos dados, ou seja, se tais dados são referentes apenas à administração central ou se incluem também a administração descentralizada (fundações e autarquias). Pelo observado em BNB (1995), a FGV explicita essa condição de incluir dados de fundações e autarquias, assim como apresenta séries referentes às empresas estatais. O mesmo é feito pelo IBGE, cuja série inicia dos dados de 1991, já demonstrando a terceira circunstância, que é a interrupção das séries de dados. Em ambos os casos, FGV e IBGE, é considerado consumo de governo os gastos com pessoal mais o consumo de bens e serviços necessários para o funcionamento da administração pública.

Os dados apresentados pela SUDENE correspondem a uma série com dados iniciando em 1975, envolvendo os três níveis de governo, e uma estimativa de deflator, visto que os dados são apresentados em valores correntes e a preços de 1980, com cálculo de índice do consumo real. Um comparativo entre as diferentes fontes segue na Tabela 7 abaixo, em unidades monetárias correntes a cada ano.

Tabela 7 – Comparativo de estimativas de despesas de consumo do governo, em anos selecionados entre 1960 e 1999, a preços correntes, em UM\$ milhões.

	SUDENE			STN/MF *			STN/MF **		FGV/IBGE ***	
	Consumo do governo			despesas de custeio			Estados & Municípios		Despesas de custeio	
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	custeio	corrente	União	Estados
1960				10.749	14.431	4.343				
1965				73.148	208.088		208.087	262.406		
1970				148	889	109	889	1.271	2.200	1.592
1975	7.590	5.500	2.035		3.893		3.893	6.351	10.042	7.537
1980	68.558	76.010	30.938	10.363	48.894	24.837	48.897	94.935	96.892	107.266
1985	6.708.955	10.698.490	4.440.343		3.340.514	573.510	7.241.454	15.361.753		
1991	481.128	1.539.267	780.560				1.969.276	3.326.654	841.415	2.357.394
1996	3.117	8.057	6.336				14.877	20.504	4.594	15.025
1999							19.112	26.152	6.909	22.543

Obs.: Para o ano de 1980 a única informação disponível quanto às despesas da União na região Nordeste é o total geral de despesas realizadas, que inclui despesas correntes e despesas de capital. Na mesma fonte, entretanto, há o detalhamento quanto ao tipo de despesas para o ano de 1979. O valor informado acima consiste na multiplicação do peso percentual de despesas de custeio em relação ao total geral em 1979 pelo valor total geral em 1980.

Fontes:

* Através das Revistas de Finanças Públicas e Finanças do Brasil, em diferentes anos.

** Dados obtidos em www.ipeadata.gov.br. Até 1985, dados referentes apenas aos Estados, visto que a série de dados municipais tem em 1986 seu primeiro ano.

*** Dados de 1970, 1975 e 1980 apresentados em BNB (1995), com valores originais em NCZ\$ a preços de 1988. Foi adotado o deflator implícito do PIB do Brasil para converter os valores em moedas correntes, além da conversão da moeda. O uso do IGP-DI resultou em maiores discrepâncias em relação às outras estatísticas. Os

dados referentes aos anos de 1991, 1996 e 1999 foram obtidos em www.ibge.gov.br, dos arquivos para "download" referentes às finanças públicas.

A preocupação em apresentar duas estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional obtidas por meios diferentes decorre do fato de que o primeiro meio, a partir diretamente dos dados de duas revistas do Ministério da Fazenda, demonstrou a existência de dados referentes ao nível federal e municipal, enquanto que o segundo meio, via Ipeadata, não registra dados federais regionalizados, e só contabiliza estimativas de despesas municipais a partir de 1986. Para efeito da série a ser adotada neste trabalho, optou-se por uma combinação de fontes. Os dados de 1960 a 1970 adotados foram os obtidos nas revistas do Ministério da Fazenda, por contemplar, pelo menos parcialmente, os três níveis de governo. De 1975 a 1996 a escolha recaiu na série da SUDENE, pelo fato de estarem apresentados os dados de consumo governamental consolidado pelas três esferas de governo. Observe-se que a SUDENE não explicita se está tratando com despesas de custeio ou despesas correntes. Pela comparação com a série do Ipeadata de despesas de custeio e despesas correntes, presume-se que sejam despesas de custeio, com a diferença, provavelmente, residindo nas pesquisas próprias realizadas pela SUDENE junto aos diversos órgãos públicos da região.

Essa escolha apresenta uma fragilidade em especial no ano de 1991, tendo em vista a expressiva diferença nos gastos federais estimados pela SUDENE e os gastos estimados pelo IBGE – a soma dos gastos estaduais e municipais, das duas instituições, apresentam uma diferença muito pequena. É interessante comparar as duas estimativas com o PIB da região para aquele mesmo ano. Adotando, para este caso, o PIB da SUDENE, observa-se que os gastos federais estimados pela SUDENE corresponderam a 1,8% do PIB do Nordeste em 1991, tendo representado 3,24% em 1985. Se adotada a estimativa do IBGE, a relação dos gastos federais em 1991 subiria para 3,15% do PIB da região. Ocorre que, segundo pesquisa realizada no portal do Banco Central,⁷⁹ entre 1986 e 1991, os gastos totais do governo federal em custeio e investimento caíram de 6,4% do PIB para 2,1%. No mesmo portal é informado que os gastos com pessoal aumentaram, de 3% para 3,4% do PIB, o que demonstra, primeiro, que o critério adotado pelo BCB para custeio não inclui despesas com pessoal e, segundo, que a magnitude da queda da primeira conta compensa largamente o aumento relativamente pequeno da participação dos gastos com pessoal. No conjunto, as despesas totais do governo federal caíram de 14,3 % do PIB em 1986 para 10,5 % em 1991 (tendo chegado a 19,2% em 1988).⁸⁰

⁷⁹ Em julho de 2007.

⁸⁰ Dados referentes às despesas do governo federal obtidos no portal do BCB (www.bcb.gov.br), em julho de 2007, e dados referentes ao PIB do Brasil calculado pelo IBGE obtido do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br) em maio de 2007, ou seja, já após suas mais recentes atualizações metodológicas, originalmente em R\$ mil,

Tendo em vista esta significativa tendência de queda das despesas de custeio (mesmo incluindo gastos com pessoal), a opção dos dados da SUDENE parece mais adequada com a tendência nacional de queda dos gastos de consumo do governo. Entretanto, é preciso ressaltar-se que a única informação alternativa que se obteve, do Banco Central, mistura despesas de custeio com despesas de investimento, de maneira que a queda registrada nesta conta poderia ter sido motivada muito mais pela queda dos investimentos federais na região (componente da demanda a ser visto adiante) do que pela queda do consumo governamental. Ao se observar que, segundo a SUDENE, tal queda da proporção dos investimentos não se observou, e considerando as iniciativas do governo Collor de reforma do Estado visando sua redução, e adotando-se a hipótese que a região Nordeste não tenha sido beneficiada em relação ao resto do país neste tocante, a conclusão só poderia ser que ocorreu, de fato, uma queda do consumo federal na região, o que atestaria a favor das estimativas da SUDENE.

Para o ano de 1999 foram encontrados apenas os dados da pesquisa do IBGE, "Regionalização das Transações do Setor Público".

Por fim, faz-se necessário um comentário acerca dos gastos das empresas estatais na região. A série da SUDENE de FBCF do setor público inclui, nas três esferas, os gastos referentes às suas respectivas empresas estatais. Ao apresentar as tabelas de consumo do governo, e não consumo do setor público, presume-se, na ausência de explicações metodológicas, que a SUDENE esteja tratando apenas com a administração pública. O IBGE, por sua vez, separa explicitamente as duas contabilidades, tendo sido informado na tabela acima apenas aqueles gastos estritamente da esfera da administração pública consolidada.

3.1.3 FBCF do setor público

A Formação Bruta do Capital Fixo do setor público constitui-se na principal contribuição da SUDENE às Contas Regionais do Brasil. Com estimativas que partem de 1960 e seguem, ininterruptamente, até 1996, com divulgação de uma publicação específica dos referidos dados.⁸¹ A SUDENE detalhava estes dados por tipo de bem de capital, por esfera política, por situação jurídica das entidades (se da administração central, de autarquias e fundações ou de empresas públicas, incluindo sociedades mistas), por agente da transação (se governo em geral ou empresa), por setores econômicos e segundo as atividades econômicas. Em sua última publicação referente ao tema, todos os dados estavam em reais a preços

convertido para as moedas correntes de cada ano do período.

⁸¹ A última publicação de "Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público – Nordeste do Brasil" foi relativa ao período de 1960-1996, publicada em agosto de 1999.

correntes de cada ano, mas a instituição ainda apresentou uma estimativa da FBCF do setor público total a preços constantes de 1980, explicitando a variação real anual e permitindo o cálculo de um deflator próprio, pelo menos para o período entre 1970 e 1996, que é o período definido para esta estimativa a preços constantes. A SUDENE também apresentava uma série referente à participação dos estados na FBCF do setor público, abrangendo o período de 1974 a 1996.

Com uma metodologia considerada compatível com os conceitos e classificações da ONU,⁸² a pesquisa de campo da SUDENE recorria de levantamentos censitários tanto da administração centralizada quanto da administração descentralizada até o ano de 1983 e nos anos de 1988 a 1996, sendo que, para este último período, as informações foram obtidas junto ao Ministério da Fazenda – Departamento do Tesouro Nacional, através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

E é exatamente do Ministério da Fazenda que parte a fonte primária dos dados divulgados no Ipeadata,⁸³ referentes às despesas de capital dos estados e municípios, sendo que, também nesta conta, os dados dos estados abrangem o período entre 1965 e 2005, e os dados dos municípios de 1986 a 2005. Não há, contudo, nem no portal do Ipeadata nem diretamente no portal da STN do Ministério da Fazenda, informações regionalizadas sobre os investimentos (na conta das despesas de capital) da administração pública federal e das empresas estatais. Tais dados vão existir na pesquisa do IBGE, "Regionalização das Transações do Setor Público", disponíveis no portal da instituição na rede de computadores, mas, no tocante aos investimentos federais regionalizados, para os anos de 1991 a 2003, e das empresas estatais de 1999 a 2002.

Conjugando este quadro de opções, parece-me claro que a melhor opção é fazer uso das estatísticas da SUDENE, complementando o período analisado com as estimativas do IBGE para finanças públicas em 1999. O quadro comparativo segue na Tabela 8.

Tabela 8 – FBCF do setor público no Nordeste. Comparação entre fontes alternativas, entre 1960 e 1999. Valores em UM\$ milhões.

⁸² O que não é garantia de ausência de inconsistências, visto que: "*Se questionadas sobre as suas metodologias de estimativa do PIB, todas as instituições brasileiras dirão que seguem as recomendações da ONU [para o cálculo do PIB]; algumas ainda acrescentarão o termo "adaptadas às condições locais". O problema, no entanto, parece estar nessa adaptação às condições locais, especialmente naquelas relativas ao setor terciário da economia.*" [Rolim, 1997, p. 13, grifo no original]

⁸³ No portal da Secretaria da Fazenda Nacional (www.stn.fazenda.gov.br) estão disponibilizadas séries de finanças estaduais e municipais de 1986 a 2005.

	SUDENE		STN *	RFB & IBGE **		FGV ***		IBGE – estatais	
	Federal	Estados& Municípios	Estados& Municípios	Federal	Estados& Municípios	Federal	Estadual	Federal	Estados& Municípios
1960	17.999	9.001				3.517	8.203		
1965	317.075	214.005	38.614	1.771	38.614				
1970	1.464	1.556	219	15	220	374	500		
1975	8.847	5.989	1.268			1.249	1.458		
1980	93.088	71.327	24.225	437 (1)	35.497	8.606	18.519		
1985	9.740.500	9.052.725	4.075.574						
1991	1.237.702	988.383	477.609	139.200	486.740				
1996	2.971	3.023	2.396	313	2.240				
1999			3.883	849	3.406			1.115	937

Obs.: Dados da SUDENE para todo o setor público. Dados do STN, de RFB&IBGE e FGV referentes à administração pública. Dados da coluna "IBGE – estatais" referentes aos investimentos das empresas estatais na região Nordeste.

(1) Para o ano de 1980 a única informação disponível quanto às despesas da União na região Nordeste é o total geral de despesas realizadas, que inclui despesas correntes e despesas de capital. Na mesma fonte, entretanto, há o detalhamento quanto ao tipo de despesas para o ano de 1979. O valor informado acima consiste na multiplicação do peso percentual de investimentos em relação ao total geral em 1979 pelo valor total geral em 1980.

* Dados obtidos via Ipeadata.

** Dados de 1965 e 1970 da Revista de Finanças do Brasil, 1965-1970, vol. XXII, tomo 1, do Ministério da Fazenda, de 1973. Dados de 1980 da Revista de Finanças do Brasil, volume XXV, de 1983. Dados de 1991, 1996 e 1999 obtidos do IBGE, via portal – valores correspondentes às despesas de capital fixo menos as despesas com "aquisição de terrenos e imóveis", ou seja, igual a soma das despesas com máquinas e equipamentos com as despesas com construções.

*** Dados de 1960 obtidos de "Recursos e Necessidades do Nordeste", BNB (1969). Dados de 1970, 1975 e 1980 de BNB (1995), com valores originais em NCZ\$ de 1988. O deflator adotado para conversão a valores correntes foi o deflator implícito do PIB do Brasil, cujos resultados apresentaram menor discrepância do que a conversão realizada com o uso do IGP-DI (o uso do deflator implícito do PIB resultou em maior proximidade dos valores do STN para o ano de 1975, enquanto o uso do IGP-DI permitiu melhores resultados para a estimativa do ano de 1980. No conjunto, as discrepâncias foram menores com o deflator do PIB).

Mas a SUDENE também calculava a FBCF do setor público separando por situação jurídica, ou seja, separando administração pública, autarquias e empresas estatais, e por grande setor da economia. Estas informações são apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – FBCF do setor público do Nordeste, segundo a situação jurídica, em anos selecionados, em UMC\$ 1.000.000.

	Adm. Cent.	Aut&Fund	Empresas Estatais	SOMA
1960	6.000,5	12.001,0	9.000,8	27.002,3
1965	91.987,5	176.000,0	263.010,0	530.997,5
1970	512,9	1.389,0	1.117,9	3.019,8
1975	1.840,0	3.159,8	9.834,0	14.833,8
1980	26.713,5	30.085,0	107.580,0	164.378,5
1985	4.125.000,0	2.139.225,0	12.529.000,0	18.793.225,0
1991	371.612,1	260.595,4	1.593.877,6	2.226.085,1
1996	1.593,1	611,5	3.789,2	5.993,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SUDENE.

No caso da FBCF do setor público por grande setor da economia, optou-se por uma outra forma de apresentação de dados. Optou-se por se adiantar um procedimento, calculando-se os valores em termos de valores ajustados por um único deflator. Segue junto, na Tabela 10, o resultado da deflação da FBCF do setor público e do PIB da região Nordeste por seus respectivos deflatores implícitos, calculados pela SUDENE.

Tabela 10 – FBCF do setor público do Nordeste, a preços ajustados e deflacionados, em anos selecionados.

Preços ajustados (1)								
	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1991	1996
Agropecuária	101	93	127	241	338	174	137	86
Extrativa Mineral	354	493	520	437	1.385	2.773	804	468
Ind. de Transformação	0	158	164	338	258	274	1.361	374
SIUP	202	660	965	2.533	2.243	2.252	3.502	1.383
Construção Civil	0	0	0	0	12	2	5	6
Comércio	0	0	18	22	5	272	18	6
T&C	455	572	1.599	1.726	2.197	1.634	1.992	2.323
IF, AL&SE	0	37	62	101	300	278	182	227
SCSP	253	456	1.093	1.283	2.060	2.587	2.616	2.318
Soma	1.364	2.468	4.548	6.681	8.798	10.247	10.616	7.191
PIB NE	19.454	26.842	36.110	56.833	87.636	112.877	127.345	147.013
fbcf_pub/YNE	7,01%	9,20%	12,59%	11,76%	10,04%	9,08%	8,34%	4,89%
Preços deflacionados (2)								
	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1991	1996
Agropecuária	64	59	81	198	308	156	151	87
Extratativa Mineral	223	311	333	359	1.262	2.494	882	473
Ind. de Transformação	0	100	105	278	235	246	1.493	378
SIUP	128	417	619	2.082	2.044	2.026	3.841	1.400
Construção Civil	0	0	0	0	11	2	6	6
Comércio	0	0	12	18	5	245	19	6
T&C	287	361	1.026	1.418	2.003	1.470	2.185	2.350
IF, AL&SE	0	23	40	83	273	250	200	230
SCSP	160	288	701	1.055	1.878	2.326	2.869	2.345
Soma	862	1.560	2.917	5.491	8.019	9.216	11.645	7.275
PIB NE	24.478	33.774	37.885	61.728	87.673	108.544	123.699	142.650
fbcf/Y	3,52%	4,62%	7,70%	8,90%	9,15%	8,49%	9,41%	5,10%

(1) Todos os preços deflacionados pelo deflator implícito do PIB do Brasil, acumulado com referência a 1999.

(2) FBCF do setor público do Nordeste e PIB do Nordeste deflacionados por seus respectivos deflatores, obtidos da SUDENE, acumulados com referência a 1999.

Obs.: SIUP – Energia elétrica e abastecimento de água; SCSP – Serviços comunitários, sociais e pessoais; T&C – Transportes, armazenagem e comunicações; Agropecuária – Agropecuária, Silvicultura e Pesca; IF, AL & SE – Atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas; Comércio – Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de SUDENE (1999) e IBGE apud www.ipeadata.gov.br

3.1.4 FBCF do setor privado

Não há estimativas diretas referentes à FBCF do setor privado na região Nordeste. O que existe foi o resultado da iniciativa da SUDENE de calcular a FBCF total na região Nordeste, entre 1965 e 1995, a preços correntes. De posse da FBCF do setor público, a participação do setor privado sai pela diferença entre as duas séries, conforme está descrito na Tabela 11.

Tabela 11 – FBCF total, do setor público e do setor privado, em UM\$ milhões, entre 1960 e 1996.

	FBCF total do Nordeste	FBCF total do setor público	FBCF total do setor privado
1960		27.000	
1965	1.155.000	531.080	623.920
1970	6.958	3.020	3.937
1975	36.603	14.835	21.767
1980	362.945	164.414	198.531
1985	37.347.008	18.793.225	18.553.783
1991	4.570.327	2.226.085	2.344.242
1996		5.994	

Fonte: SUDENE (1999).

Para viabilizar uma série completa entre 1960 e 1999, portanto, seria necessário estimar a FBCF total para 1960, 1996 e 1999, visto que há informações do IBGE quanto à FBCF do setor público (administração pública consolidada mais empresas estatais) para 1999.

Para o ano de 1996 adotei que a FBCF total da região teve a mesma variação nominal que a FBCF total do país entre 1995 e 1996, obtendo, por diferença dos dados da SUDENE referentes ao setor público, a FBCF total do setor privado. Para o ano de 1999, considerei, em separado, a FBCF em máquinas e equipamentos e a FBCF em construção civil. A primeira parte foi obtida pelo consumo aparente de máquinas e equipamentos, a partir da soma das importações internacionais e inter-regionais da região Nordeste com a produção regional, e subtração das exportações.

As importações internacionais foram estimadas a partir de uma seleção própria das mercadorias referentes aos capítulos 84 a 90 da NCM, correspondendo a US\$ 491 milhões de um total de US\$ 626 milhões referentes a todas as mercadorias comercializadas por estados da região Nordeste, em 1999, pelos capítulos 84 a 90. As exportações das mercadorias dos capítulos 84 a 90 identificadas enquanto bens de capital totalizaram, para o conjunto da região Nordeste, R\$ 41 milhões. Das importações inter-regionais, foi adotado o critério de somar os capítulos 29, 30, 33 e 35 da CNAE referentes às importações inter-regionais dos estados do Nordeste. Decerto que esta última escolha apresenta clara debilidade, tendo em vista a presença de bens de capitais nos capítulos 31, 32 e 34 da CNAE, e até mesmo no capítulo 36 (móveis e indústrias diversas). Considerou-se, contudo, que nestes referidos capítulos

predominam outros tipos de bens, tanto de bens de consumo durável e bens intermediários nos capítulos referentes a: máquinas e aparelhos elétricos (cap. 31), em função da presença de eletrodomésticos; material eletrônico e de aparelhos de comunicação (cap. 32), em função da presença dos componentes eletrônicos e eletrodomésticos; e de veículos, pela presença de uma quantidade não calculada de automóveis de passeio, enquanto que, nos capítulos escolhidos, embora também contenham bens de consumo durável e bens intermediários, há um predomínio folgado de bens de capital. O total das importações inter-regionais, seguindo este critério, foi de R\$ 3.538 milhões, para um valor estimado das exportações para o resto do país de R\$ 663 milhões. Considerando, por fim, que a Receita Líquida de Vendas destes mesmos capítulos da CNAE, obtida na Pesquisa Industrial Anual de 1999, totalizou R\$ 983 milhões, a estimativa final do Consumo Aparente de Bens de Capital, equivalente à Formação Bruta de Capital Fixo de Máquinas e Equipamentos (*fbcf_me*) do Nordeste ficou em R\$ 4.709 milhões. Estas informações estão organizadas na Tabela 12.

A FBCF em construção civil foi estimada a partir da adoção da hipótese que a relação desta variável com o Valor Adicionado na Construção Civil (variável para qual há disponibilidade de dados para os anos 90), na região Nordeste, obedeceu a mesma proporção que foi observada na relação entre estas duas variáveis em termos nacionais. Em 1996 a relação $VAB_{cc}/FBCF_{cc}$ (BR) foi de 95,15%, e em 1999 foi de 91,47%, demonstrando uma relativa estabilidade no período (variação de menos de 5%). Esta última proporção foi aplicada sobre o VAB_{cc} (NE), e obtida uma estimativa da $FBCF_{cc}$ para a região Nordeste. De posse da estimativa do IBGE para FBCF do setor público, decomposto em máquinas e equipamentos e construção civil, obtém-se de imediato a FBCF para o setor privado.

Este mesmo raciocínio foi aplicado para o período entre 1960 e 1965, tendo esbarrado na dificuldade adicional de não existirem estimativas (conhecidas por este autor) do Valor Adicionado da Construção Civil para a região Nordeste neste período. Com isso foi necessário adotar-se uma outra forma de estimativa da FBCF da construção civil, tendo em vista que os dados referentes a importações internacionais e inter-regionais de bens de capital estão disponíveis, embora de forma imprecisa, como mencionado acima.

A metodologia adotada foi usar as informações disponíveis de 1967 referentes às importações de bens de capital, inter-regionais e internacionais, adotando que, para este ano, a produção própria desta categoria de uso poderia ser desprezada, assim como as exportações. Com as importações servindo enquanto estimativa aproximada da *fbcf_me* (máquinas e equipamentos), considerando ainda que se tem, para este ano, a estimativa da SUDENE para *fbcf_me* do setor público, obtém-se a *fbcf_me* do setor privado, para 1967. Recorre-se, então,

a um fator de ajuste, formado pela variação do INCC e pela taxa de variação do consumo de cimento na região Nordeste. Adota-se a hipótese que a variação real do consumo de cimento sirva de estimativa aproximada adequada para taxa de variação do quantum da fbcf_cc (construção civil), utilizando-se o INCC enquanto seu deflator. Dividindo o valor estimado de fbcf_cc para 1967 por este fator de ajuste para o mesmo ano, obtém-se uma estimativa da fbcf_cc para o final de 1966. Prossigo com este procedimento até obter uma estimativa para 1960.

Como há disponibilidade de estimativas⁸⁴ de importação internacional de bens de capital, e do valor total das importações inter-regionais, para os anos de 1960 e 1961, adota-se a hipótese simplificadora que o valor das importações inter-regionais de bens de capital em 1960 – informação também possível de ser estimada pelos dados disponíveis⁸⁵ – manteve a mesma proporção nas importações inter-regionais totais que aquela observada em 1961. O resultado destes procedimentos estão descritos na Tabela 13.

Tabela 12 – Dados utilizados para estimativa do consumo aparente de bens de capital na região Nordeste em 1999.

NE - comércio inter-regional de BK (aproximado)	
Exportações	663
Importações	3.538
NE - comércio internacional de BK (aproximado)	
Exportações	41
Importações	892
Receita Líquida de Vendas	983
Consumo Aparente	4.709

Fontes: Comércio inter-regional – planilha fornecida pelo IPEA, com o comércio interestadual por capítulo da CNAE. Comércio internacional – sistema ALICEWEB. Receita Líquida de Vendas – PIA 1999, IBGE.

Tabela 13 – Estimativa de FBCF total em 1960, com dados em UMC\$ 1.000.000

	SUDENE		Estimativa				
	fbcf_cc pub	fbcf_me pub	fbcf_me total	fbcf_me priv	fbcf_cc priv	fbcf priv total	fbcf total
1960	19.000	8.000	15.272	7.273	26.564	33.837	60.836
1961	26.001	15.001	22.514	7.513	39.384	46.898	87.900
1962	57.998	23.001			66.224		
1963	88.990	43.010			115.483		
1964	148.995	96.993			244.881		
1965	454.025	77.000	325.923	248.923	375.052	623.975	1.155.000
1966	705.100	112.008	405.644	293.636	566.756	860.393	1.677.500
1967	901	126	578	452	804	1.256	2.283

⁸⁴ Obtidas de Goodman e Albuquerque (1974).

⁸⁵ Goodman e Albuquerque (1974) fornecem estimativas de importações do mercado externo e do mercado interno por gênero industrial, para os anos de 1961 e 1967. Como também fornecem uma estimativa para as importações (do mercado externo) de bens de capital nestes dois anos, estimo a relação entre gêneros em que se enquadram as importações, com a categoria de bens de capital. Esta relação é praticamente a mesma (diferença de menos de 1%) nos anos de 1961 e 1967. Adotei, assim, que esta relação seria observada também em 1960.

Obs.: em 1967 ocorreu uma reforma monetária que "cortou três zeros" da moeda nacional.

Fonte: SUDENE (1999). Comércio inter-regional e internacional em anos selecionados – Goodman e Albuquerque (1974). Fbcf_cc do setor privado estimado a partir das informações de 1967, com ajuste até 1960 por fator resultante da multiplicação do INCC com a taxa real de variação do consumo de cimento portland no Nordeste (obtido de SUDENE (2000)).

3.1.5 Exportações e Importações inter-regionais

Nenhuma instituição conseguiu elaborar e manter uma série de estatísticas de comércio inter-regional no Brasil. O IBGE, nos Anuários Estatísticos do Brasil divulgava, até meados dos anos 70, estimativas do comércio interestadual por cabotagem e por vias internas. Já nos dois últimos anos da década de 70, esta iniciativa ficou comprometida pela falta de dados de vários estados da federação, em especial de São Paulo e de Minas Gerais.

O Ministério da Fazenda, através de sua Revista de Finanças Públicas, chegou a apresentar uma série englobando um período mais extenso, entre 1974 e 1986, mas também não manteve uma continuidade destas estimativas.⁸⁶ Entre 1975 e 1980, a SUDENE, por métodos próprios, também buscou estimar este comércio, a partir de consultas às secretarias da fazenda sobre o comércio interno por vias internas, embora também divulgasse dados referentes ao comércio de cabotagem, cujo controle cabia à Portobrás. A principal diferença entre o levantamento realizado pelo Ministério da Fazenda e o levantamento da SUDENE residia no fato do primeiro cruzar as informações entre os estados, entre exportadores e importadores, adotando os valores mais elevados informados, enquanto a SUDENE aceitava as informações enviadas pelas Secretarias dos Governos dos Estados do Nordeste.⁸⁷

As outras iniciativas que ocorreram nos anos 90 e início dos anos 2000 foram para alguns anos específicos. Em 1993, o Grupo de Estudos sobre o STN da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco elaborou uma estimativa do comércio da região Nordeste com o resto do país, em 1991. Alguns autores citam uma matriz interestadual de comércio para o ano de 1997, elaborada pelo CONFAZ/MF.⁸⁸ Contudo, em carta resposta ao pedido de informações sobre esta matriz, o referido órgão informou que não dispunha de tais informações. O IPEA, em dois textos para discussão,⁸⁹ apresenta estimativas de matrizes de comércio interestadual para os anos de 1998 e 1999. Além das estimativas de instituições, há

⁸⁶ Em especial, cabe destacar o registro feito pela Revista segundo a qual não são incluídos dados do setor agropecuário e das microempresas, fato que favorece o aparecimento de déficits comerciais mais elevados dos Estados especializados em atividades primárias. Vide Revista de Finanças Públicas número 372, ano XLVII, de outubro a dezembro de 1987.

⁸⁷ Consta da publicação "Importações e Exportações do Nordeste do Brasil – ano de 1975", da SUDENE: "A pesquisa do comércio do Nordeste por vias internas integra o Programa de Apoio ao Fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Planejamento, que a SUDENE mantém com os Governos dos Estados da Região, mediante convênios. As Secretarias de Planejamento, diretamente ou através de seus órgãos vinculados e as Secretarias de Fazenda, respondem pelo levantamento dos dados." [SUDENE, 1979, p. 11]

⁸⁸ Haddad et al (2002), e Perobelli & Haddad (REC 2006).

uma estimativa de Goodman & Albuquerque (1974) para o comércio interestadual entre 1960 e 1968.

A opção deste trabalho é conjugar os dados das diferentes instituições. Para o período de 1960 a 1968, a série de Goodman & Albuquerque (1974) constitui-se na única alternativa. Para o período entre os anos de 1970 e 1980, a série da Revista de Finanças Públicas não só abrange um período mais amplo, como adota um critério mais amplo que o da SUDENE, pois são informados os valores totais das operações tributadas, mas também os valores totais das operações globais (incluindo as operações não tributadas). A única exceção fica por conta do ano de 1975, pois, para este ano, o Ministério da Fazenda admite o baixo grau de confiabilidade da estatística, em função da perda de parte significativa dos documentos de arrecadação durante a cheia de 1975, em Recife. Especificamente para este ano, a opção fica com a estatística da SUDENE. Para o ano de 1991, só há a opção da informação da SEFAZ/PE.

O ano de 1996, escolhido enquanto ano de referência em função da disponibilidade de outros dados para este ano, demanda uma estimativa própria. Adotou-se o seguinte recurso: foram encontrados dados referentes ao comércio interestadual em 1997, em dois trabalhos distintos,⁹⁰ mas apenas com informações sobre as exportações e importações dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Com a balança comercial interestadual de 1998, calculada pelo IPEA, mensurou-se a participação destes dois estados no total das importações e no total das exportações da região Nordeste. Adotou-se a hipótese que tais proporções, observadas em 1998, foram aproximadamente as mesmas em 1997, estimando-se assim um valor total de exportações e importações da região. Com estas estimativas, calculei as razões X inter-regionais por PIB e M inter-regionais por PIB. Foi então adotada uma segunda hipótese, segundo a qual as exportações e importações da região em 1996 tiveram a mesma participação no PIB observada em 1997. São duas hipóteses que escondem as eventuais mudanças de comércio inter-regional da região Nordeste entre 1996 e 1998, mas tais estimativas de pouca precisão constituem-se em prejuízo menor do que saltar a análise de

⁸⁹ TD 0783 e TD 0817, ambos de 2001. Há ainda o TD 1159, que faz uma análise mais aprofundada da matriz de 1999.

⁹⁰ Os dados referentes ao RS foram obtidos em julho de 2007 do portal da Secretaria da Fazenda do referido estado. Já os dados do estado de São Paulo foram obtidos do estudo "*A influência dos novos mecanismos de controle fiscal na adoção do princípio de destino nas operações interestaduais do ICMS*", terceiro colocado no XI Prêmio de Finanças Públicas do STN (obtido em www.stn.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIPremio/financas/3tefpXIPTN/3premio_tefp.pdf), em julho de 2007.

1991 para 1999.⁹¹ Os valores estimados foram de aproximadamente R\$ 15,3 milhões de exportações, e R\$ 37,8 de importações, para o ano de 1996.

O quadro final das estimativas obtidas segue descrito na Tabela 14.

Tabela 14 – Estimativas de comércio inter-regional da região Nordeste. Incluídos apenas os anos para os quais há estimativas. Valores em UMC\$ 1.000.000,00.

	Goodman & Cavalcanti		SUDENE		Revista de Finanças Públicas (MF)		Outros *	
	Xrb	Mrb	Xrb	Mrb				
1960	42.200	63.900						
1961	66.100	94.200						
1962	82.700	157.200						
1963	159.300	166.600						
1964	260.400	436.600						
1965	390.900	705.200						
1966	516.600	1.128.200						
1967	686	1.941						
1968	948	3.645						
1969							1.047	3.106
1970							1.646	7.804
(...)								
1974			**	**	8.904	23.295		
1975			10.488	29.797	9.877	22.486		
1976			16.034	48.176	17.809	65.122		
1977			24.289	65.219	30.100	81.967		
1978			41.504	94.823	51.801	129.385		
1979			77.204	158.835	99.047	212.614		
1980			182.065	304.600	242.393	452.488		
1981					454.103	951.957		
1982					1.018.343	2.129.656		
1983					2.227.308	3.596.282		
1984					9.480.111	14.445.409		
1985					33.058.548	56.528.267		
1986					293.475	308.050		
(...)								
1991							1.694.299	2.969.689
(...)								
1998							18.115	38.108
1999							23.420	47.744

* Outros:

- 1969 e 1970 – Estimativas a partir de Chaloult (1978), que apresenta os dados em valores constantes de 1960, sendo adotado o IGP-DI como deflator tanto para as exportações quanto para as importações inter-regionais para os anos de 1969 e 1970. Este indicador foi escolhido por ter maior correlação com as variações de preços obtidas na comparação dos dados de Chaloult (1978), em valores constantes, com os dados de Goodman & Albuquerque (1974), em valores correntes;

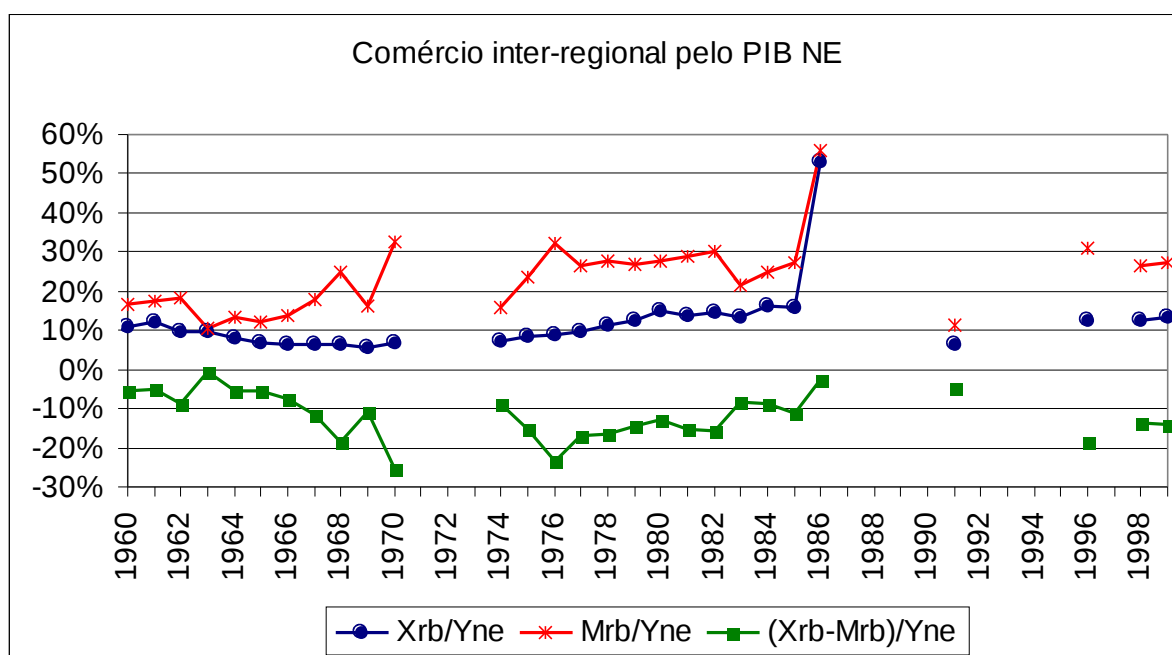
⁹¹ Foi feita uma estimativa das importações valendo-se de uma regressão sobre a função logarítmica natural dos valores nominais das importações e do PIB da região Nordeste nos anos de 1998 e 1999, e uma outra das exportações seguindo o mesmo procedimento, exceto pela substituição do PIB do Nordeste pelo PIB do resto do Brasil. Os resultados foram os valores de R\$ 9,6 milhões de exportações e R\$ 23 milhões de importações inter-regionais. Considera-se, contudo, que estas estimativas não são mais precisas que a adoção das duas hipóteses citadas, tanto pelo curtíssimo período considerado, quanto pela não consideração de outros fatores que atingem o comércio inter-regional como a evolução dos preços internos, o efeito sobre tal comércio provocado pelo comércio internacional, e o crescimento do produto sobre a competitividade da região Nordeste e do resto do país.

- 1991 – Estimativas próprias a partir dos dados da SEFAZ/PE apud Hidalgo & Vergolino (1998, p. 710). As estimativas originais foram, respectivamente, US\$ 3.450 milhões e US\$ 6.047 milhões, para Xrb e Mrb, valores para os quais, aplicando-se uma taxa média de câmbio de Cr\$ 409,25/US\$ 1,00, obteve-se, respectivamente, Cr\$ 1.411.916 milhões e Cr\$ 2.474.741 milhões. Como os valores originais estimados pela SEFAZ/PE correspondiam apenas às operações tributadas, Maia Gomes & Vergolino (1995) (que apresentam os dados a valores constantes) adotaram o critério de considerar que as operações globais mantiveram a mesma relação com as operações tributadas observadas em 1985, ou seja, tiveram um valor 20% superior. Adotei o mesmo critério.
- 1998 e 1999 – IPEA.

** Em SUDENE (1979) consta a informação da existência de estimativas para o ano de 1974, em publicação anterior, mas a mesma não foi encontrada.

Fonte: Goodman e Albuquerque (1974); SUDENE (1983?); Revista de Finanças Públicas, vários números. Hidalgo & Vergolino (1998). TD IPEA 0783 e TD IPEA 0817.

Gráfico 3 – Participação das exportações e importações no PIB da região, para os anos disponíveis.



Fonte: Período de 1960 a 1968 - Goodman & Albuquerque (1974); anos de 1969 e 1970 obtidos a partir do ajuste, pelo IGP-DI, dos valores fornecidos constantes, a preços de 1960, por Chaloult (1978); período entre 1974 e 1986, exceto 1975 - Revista de Finanças Públicas, vários números; 1975 - SUDENE; 1991 - Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco; 1996 - estimativa própria a partir das balanças comerciais de 1998 e 1999; 1998 e 1999 - Textos para Discussão do IPEA. PIB do Nordeste – SUDENE.

Já no Gráfico 3 acima, buscou-se fazer um comparativo da evolução do comércio inter-regional do Nordeste em termos de proporção no PIB. A informação de maior destaque neste gráfico é o resultado para o ano de 1986.⁹² Para este ano, adotando os dados da Revista de Finanças Públicas do Ministério da Fazenda e o PIB da região Nordeste estimado pela SUDENE, obtém-se, respectivamente, 53,15% do PIB de exportações e 55,79% de importações inter-regionais. O salto destes indicadores, entre 1985 e 1986, sugere uma falha nos dados informados, mas os mesmos foram conferidos, e ainda apresentam a característica

⁹² Maia Gomes & Vergolino (1995) desprezaram este resultado na tabela 10, p. 63, registrando em nota: "As estimativas da SEF para 1986 foram desconsideradas, por apresentarem valores de difícil credibilidade". Como o ano de 1986 não foi escolhido para efeito de decomposição do crescimento, registro os valores encontrados pelo Ministério da Fazenda, sem prejuízo das análises aqui desenvolvidas.

de comporem duas séries das mesmas instituições, ou seja, o comércio inter-regional informado pelo Ministério da Fazenda compreende o período de 1976 a 1986 (visto que houve a opção de considerar, para 1975, os dados da SUDENE), enquanto que os dados da SUDENE também não sofreram interrupções no período.

O ano de 1986 foi marcado por uma relativamente alta taxa de crescimento, se comparada à média dos anos 80, e a uma forte expansão do consumo. Do ponto de vista macroeconômico, nada impede uma expansão simultânea das duas contas, visto que o aumento das importações foi devidamente compensado pelo aumento das exportações, ou seja, o saldo comercial negativo, de 2,64% do PIB, foi, inclusive, o segundo menor saldo negativo entre 1960 e 1999, só atrás do saldo de 1963, de 0,45%. No período considerado, a região Nordeste nunca obteve, para os anos para os quais há disponibilidade de dados, qualquer superávit no comércio inter-regional.⁹³

3.1.6 Exportações e Importações Internacionais

De todos os componentes da demanda agregada, estas são as informações mais completas e consensuais, tendo em vista que os dados oficiais atualmente estão centralizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que divulga, inclusive, as antigas estimativas da CACEX (Câmara de Comércio Exterior, do Banco do Brasil). Mas os dados consensuais referem-se ao valor total das importações e exportações do país entre 1960 e 1999. Não há, até 1989, uma estimativa oficial do MDIC em relação ao comércio das regiões.

Galvão & Vergolino (2004) são autores que reúnem as informações oficiais dispersas nos AEBs do IBGE para fazer um quadro das exportações e importações internacionais por regiões. A soma das exportações regiões é praticamente compatível, com pequenas diferenças, do valor obtido no portal do MDIC, entre 1960 e 1999, para as exportações brasileiras. É na soma das importações que ocorre uma discrepância muito elevada. Optou-se por considerar que as estimativas de Galvão & Vergolino (2004) para as importações da região Nordeste estivessem corretas, tendo em vista a maior consolidação das instituições aduaneiras na região, inclusive pela peculiaridade da maior parcela de produtos importados de outros países chegar de forma centralizada pelos portos. A diferença nas estimativas ficaria, assim, concentrada nas estatísticas do resto do Brasil. Estas estimativas e uma comparação em termos de participação no PIB da região estão descritos na Tabela 15.

⁹³ Fenômeno histórico registrado no documento do GTDN (1959), para os anos de 50.

Tabela 15 – Comércio Exterior da Região Nordeste, em UM\$ milhões correntes, e a participação percentual no PIB da região calculado pela SUDENE. Anos selecionados entre 1960 e 1999.

	X	M	X/Yne (%)	M/Yne (%)
1960	51.825	16.318	13,46	4,24
1965	515.116	163.316	8,92	2,83
1970	1.990	959	8,30	4,00
1975	11.693	5.523	9,27	4,38
1980	117.236	83.973	7,16	5,13
1985	15.045.083	5.199.477	7,27	2,51
1991	1.168.674	645.757	4,38	2,42
1996	3.872	4.192	3,16	3,42
1999	4.269	4.562	2,45	2,62

Fontes: MDIC, Galvão & Vergolino (2004), SUDENE.

3.1.7 Consumo privado

O consumo privado resulta, assim, enquanto resíduo da diferença do PIB para os componentes da demanda agregada. Como tanto se pode adotar o PIB calculado pelo IBGE quanto o PIB calculado pela SUDENE, sendo este último a referência principal deste trabalho, coloca-se na Tabela 16 abaixo as duas possibilidades, para efeito de comparação.

Tabela 16 – Consumo estimado por resíduo, em UM\$ milhões correntes, e sua proporção em relação ao PIB da SUDENE e do IBGE.

	Consumo por resíduo		C/Yne (%)	
	SUDENE	IBGE	SUDENE	IBGE
1960	280.833	233.843.614	72,94	69,18
1965	4.301.264	3.234.466.994	74,48	68,70
1970	21.004	15.845.409	87,59	84,19
1975	87.581	62.564.963	69,41	61,85
1980	1.276.035	1.079.381.657	77,92	74,91
1985	161.435.596	137.467.427.341	77,99	75,10
1991	20.084.554	15.548.329.105	75,21	70,14
1996	111.949	92.001.168	91,36	89,68
1999	148.261	102.032.543	85,26	79,92

Fonte: cálculo próprio a partir das tabelas anteriores.

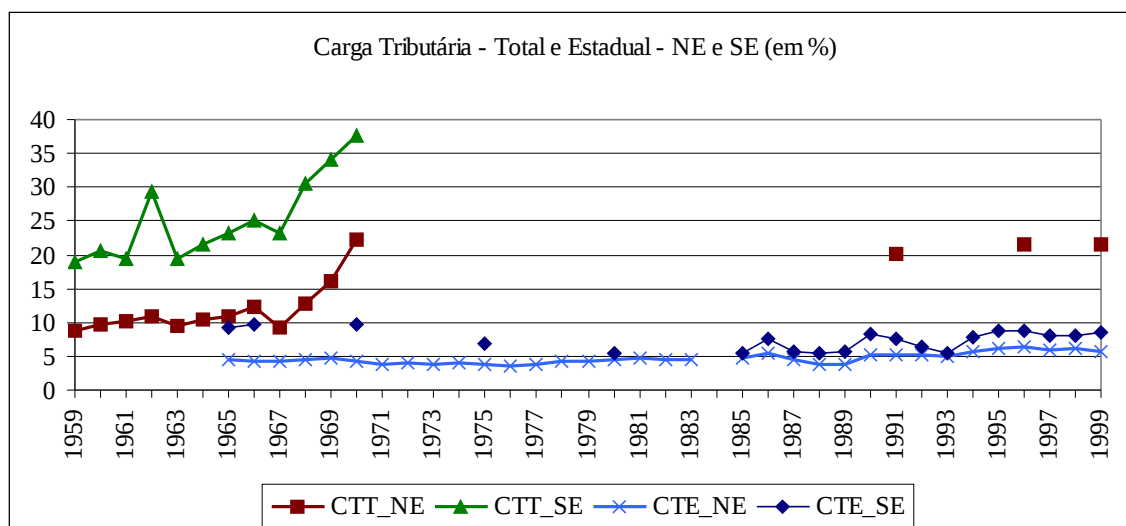
O elevado percentual do consumo privado em relação ao PIB em 1996, único ano para o qual foi feita uma estimativa própria do comércio inter-regional, pode sugerir que o déficit comercial projetado foi superestimado. Ao se retornar à série de dados referentes ao comércio inter-regional constata-se que a participação negativa do saldo comercial em 1996 foi, de fato, das maiores do período considerado (tendo sido de 18,38% do PIB, foi inferior aos déficits observados em 1968, de 18,4%, e em 1976, de 23,47%). Contudo, como se observa no

Gráfico 3, não ficou tão distante dos resultados obtidos em 1998 e 1999 que não possa ser considerado um resultado factível perante a série observada.

3.1.8 Tributação

A tributação total na região Nordeste foi estimada pela FGV e IBGE, em períodos distintos. A FGV publicou estimativas para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985 na publicação "Regionalização das Transações do Setor Público (Administração Pública e Atividade Empresarial)".⁹⁴ O IBGE deu prosseguimento a uma publicação homônima, de 1991 a 2000. Para efeito de comparação, segue no Gráfico 4 um comparativo da carga tributária total e dos estados das regiões Nordeste e Sudeste, em termos de percentuais dos respectivos PIBs regionais.

Gráfico 4 – Carga Tributária Total e Estadual das regiões Nordeste e Sudeste, em % do PIB regional, entre 1959 e 1999.



Obs.: CTT_NE – Carga Tributária Total da região Nordeste; CTT_SE – Carga Tributária Total da região Sudeste; CTE_NE – Carga Tributária dos Estados da região Nordeste; CTE_SE – Carga Tributária dos Estados da região Sudeste, todos em percentuais do PIB regional.

Fonte: Elaboração própria a partir de Chaloult (1978) (da tabela "Carga tributária total do Nordeste e do Sudeste: receita tributária (União, Estados e Municípios)/Renda Interna, 1959/1970", na página 59), dos dados fornecidos pelo Ipeadata para carga tributária dos estados e para o PIB do Sudeste, e do PIB do Nordeste calculado pela SUDENE.

3.2 – Série a preços constantes de 1999

⁹⁴ Não consegui obter esta publicação, assim como não consegui obter Rodriguez (1995) que usa diretamente esta publicação. Monteiro Neto (2005), que cita Rodriguez (1995), não apresenta os dados primários, apenas os usa para obter índices derivados.

Não existem deflatores para todos os componentes da demanda agregada e da oferta externa. O que existe são as estimativas da SUDENE para a FBCF e o consumo governamental na região, além do deflator implícito do PIB. Fez-se uso, então, do seguinte recurso: calculou-se o PIB, a FBCF e o consumo governamental a preços de 1999, obtendo-se a diferença, composta por $C + X_{rb} + X - M_{rb} - M$. Tendo o resultado desta soma, a preços correntes, para todos os anos, foi possível calcular um deflator composto, para aplicar sobre estes componentes. Os resultados deste procedimento seguem abaixo, na Tabela 17.

Tabela 17 – Deflatores para conversão a preços de 1999

	Fator de Ajuste acumulado – 1999			
	Def. Y - NE	Def_fbcf_NE	Def_CG_NE	def. (C+X _{rb} +X-M _{rb} -M)
1960	1,748444E+14	8,724669E+13	1,494382E+14	1,954770E+14
1965	1,608304E+13	7,785741E+12	1,374605E+13	1,844330E+13
1970	4,34462E+12	2,56E+12	4,453E+12	5,118543E+12
1975	1,345417E+12	9,813631E+11	1,332157E+12	1,527113E+12
1980	1,472229E+11	1,293006E+11	1,499038E+11	1,527127E+11
1985	1,441962E+09	1,299982E+09	1,478248E+09	1,472472E+09
1991	1,273892E+04	1,386649E+04	1,119184E+04	1,269650E+04
1996	1,164091	1,229785	1,199696	1,145352
1999	1	1	1	1

Fonte: Cálculo próprio. Índices utilizados: deflator implícito do PIB do Nordeste (SUDENE), 1966-1998; deflator da FBCF total do Nordeste (SUDENE), 1966-1995; deflator da FBCF total do Brasil (IBGE), 1971-1999; deflator do consumo governamental no Nordeste (SUDENE), 1976-1996; deflator implícito do PIB do Brasil (IBGE), 1960-1999; IPA-OG Grupo II – produtos industriais (FGV apud Ipeadata), 1960-1999; IPC (FGV apud Ipeadata), 1960-1999; IGP-DI – geral (FGV apud Ipeadata), 1960-1999. Os deflatores complementares foram escolhidos a partir da correlação entre diferentes índices e os deflatores oficiais nos períodos em que existiam tais dados. Assim, o IPA-OG – grupo II (produtos industriais) da FGV foi escolhido para substituir o deflator da FBCF do Nordeste entre 1960 e 1965, porque entre 1965 e 1996 este índice apresentou maior correlação com o deflator calculado pela SUDENE para a FBCF do Nordeste do que os índices alternativos considerados.

Com a aplicação destes deflatores foi possível obter-se o mesmo quadro dos componentes da demanda agregada e da oferta externa a preços de 1999. Observe-se que há uma informação estranha no ano de 1970, neste referido quadro. O consumo, a preços constantes de 1999, seria maior que o próprio PIB. A rigor, não há nenhum requisito teórico que impeça tal situação, visto que basta que o saldo comercial negativo seja suficientemente elevado. Cabe lembrar, contudo, que sendo a preços constantes, trata-se muito mais de um efeito de distorção dos preços relativos, provocado pelas elevadas taxas inflacionárias acumuladas no período. Neste sentido, destaque-se que a preços correntes o consumo privado teria correspondido a 87,59% do PIB, em 1970.

Para efeito de comparação, segue abaixo outra estimativa da demanda agregada e da oferta externa da região Nordeste, também a preços de 1999, elaborada por Azzoni, Kadota, Haddad e Rodrigues (2001). Há três diferenças fundamentais entre estas duas estimativas:

adoto o PIB da SUDENE; considero o consumo privado como a variável residual; e opto por evitar regressões sobre os dados disponíveis (a não ser enquanto recurso comparativo) para definir os dados estimados, preferindo adotar hipóteses de estabilidade de certas características para dados em períodos muito próximos. Já Azzoni et al (2001) estuda o período de 1970 a 1998, analisando todo o período; o PIB adotado é do IBGE; a variável residual é o saldo comercial inter-regional, e as variáveis são estimadas a partir do uso de regressões sobre os dados disponíveis. Os dados adotados referentes ao consumo governamental e à FBCF também foram os da SUDENE, mas os dados referentes ao comércio inter-regional, utilizados para definição de uma função de importações e outra de exportações, estimadas via regressões, foram os dados da Revista de Finanças Públicas para o período entre 1975 e 1980, dados da SUDENE para o período entre 1985 e 1991 (sem especificação da publicação) e CONFAZ para 1997. O quadro com estimativas próprias segue na Tabela 18, e o quadro com estimativas alternativas de Azzoni et al (2001) está na Tabela 19.

Tabela 18 – Componentes da Demanda Agregada, em anos selecionados entre 1960 e 1999, a preços de 1999, em R\$ milhões.

	Y	C	CGf	Cgem	I priv	Iee	Ig	Xrb	Mrb	X	M	Igem	Igf
1960	24.478	19.962	584	1.020	1.073	286	571	3.000	4.542	3.684	1.160	286	571
1965	33.774	28.847	366	1.040	1.766	745	759	2.622	4.730	3.455	1.095	606	898
1970	37.885	39.095	240	1.616	3.666	1.041	1.771	3.063	14.525	3.704	1.785	1.449	1.363
1975	61.728	48.635	3.677	3.650	7.768	3.509	1.785	5.824	16.547	6.493	3.067	2.137	3.157
1980	87.673	70.861	3.737	5.830	9.335	5.058	2.672	13.461	25.128	6.510	4.663	3.354	4.377
1985	108.544	86.440	3.606	8.138	8.771	5.923	2.961	17.701	30.268	8.056	2.784	4.279	4.605
1991	123.699	92.729	1.958	9.441	11.821	8.037	3.188	7.822	13.711	5.396	2.981	4.984	6.241
1996	142.650	128.221	3.740	17.268	12.215	4.660	2.711	17.472	43.271	4.435	4.801	3.717	3.654
1999	173.898	148.261	6.909	22.543	14.519	2.052	4.255	23.420	47.744	6.090	6.405	4.343	1.964

Obs.: No canto direito da tabela estão as séries dos investimentos governamentais de Estados e Municípios e do Governo Federal. Foi conferido que, para o ano de 1960, os investimentos das empresas estatais foram equivalentes, em valor, aos investimentos dos governos dos Estados e Municípios (que incluem as estatais estaduais e municipais), e que os investimentos governamentais (administração pública mais autarquias e fundações dos três níveis) foram equivalentes, também em valor, aos investimentos do governo federal, que incluem os investimentos das empresas estatais federais. Observe-se também que, para o ano de 1970, surge um problema de arredondamento perceptível para Iee e Ig, comparativamente a Igem e Igf, que tiveram menor escala de arredondamento pela SUDENE.

Fonte: Elaboração própria a partir das tabelas anteriores.

Tabela 19 – Componentes da Demanda Agregada, a preços de 1999, em R\$ milhões – versão alternativa.

	Y	C	CGf	Cgem	Ip	Igem	Igf	Xrb	Mrb	X	M
1970	32.987	22.183	2.916	1.836	3.330	1.316	1.237	6.245	7.852	2.862	1.087
1975	51.928	34.806	3.825	3.797	6.822	1.877	2.772	10.022	16.280	7.306	3.017
1980	71.633	51.836	3.888	6.064	7.973	2.864	3.737	13.917	21.618	7.348	4.375
1985	88.177	62.047	3.752	8.465	7.448	3.634	3.910	20.576	27.663	8.645	2.636
1991	102.921	75.760	2.037	9.821	10.265	4.328	5.420	14.160	21.131	5.048	2.785
1996	116.985	87.612	3.890	17.963	10.806	3.522	3.220	19.579	29.239	4.838	5.205

1998	124.418	90.805	4.535	20.956	11.939	5.524	3.465	19.509	32.208	4.803	4.910
------	---------	--------	-------	--------	--------	-------	-------	--------	--------	-------	-------

Fonte: Azzoni et al (2001).

3.3 – Adaptação do modelo teórico à disponibilidade dos dados

No capítulo 2 foi exposto um modelo teórico de crescimento liderado pela demanda multi-regional. O propósito desta seção é ajustar o modelo teórico à disponibilidade de dados, de maneira a viabilizar uma aplicação do modelo. De imediato, constata-se a impossibilidade de aplicação simultânea de um modelo matemático multi-regional e multi-setorial, para o período considerado, tendo em vista a inexistência de alguns dados vitais ao modelo de crescimento liderado pela demanda (em especial, a não separação do componente privado e do componente público na FBCF) e de outros dados setoriais regionais que cubram o intervalo temporal entre 1960 e 1999. Além disso, há disponibilidade de matrizes de insumo produto para a região Nordeste – ferramenta analítica básica para desenvolvimento de modelos multi-setoriais – apenas para os anos de 1980, 1985 e 1992. Estes condicionantes operacionais reforçam o enfoque metodológico adotado nesta tese de realçar o papel da pesquisa enquanto definidora de tendências e contra-tendências da realidade econômica, adotando-se enquanto inadequada – para efeito desta pesquisa – a priorização da formalização de modelos fechados, em detrimento da busca por uma hierarquização dos fatores relativos ao crescimento dentro de uma abordagem aberta. Considera-se, assim, que a opção de realizar a integração da dimensão multi-regional (que é apresentada no formato do modelo adotado) com a dimensão multi-setorial no campo estrito da análise pode ser mais imprecisa do ponto de vista formal, porém é mais fértil do ponto de vista analítico – para os objetivos desta tese.

O modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional, colocando a equação em termos da região Nordeste, sem considerações sobre as informações disponíveis, ficaria no formato abaixo:

$$Y_{NE} = \left\{ \frac{1}{\left[F_{NE} - \frac{m_{ne}^{rb} \cdot m_{ne}^{ne}}{F_{RB}} \right]} \times \left[Z_{NE} + \frac{m_{rb}^{ne} \cdot Z_{RB}}{F_{RB}} \right] \right\} \quad (21)$$

Onde

$$F_{NE} = 1 - c_{ne} \cdot (1 - t_{ne}) - h_{ne} + (mk_{ne} + mk_{ne}^{rb}) \cdot h_{ne} + (mi_{ne} + mi_{ne}^{rb}) \cdot \lambda_{ne} + mc_{ne} + mc_{ne}^{rb} \quad (21 a)$$

$$h_{ne} = v_{ne} \cdot (g^e - cr_{ne} \cdot (u_{ne} - u_{ne}^{rb})) \quad (21 b)$$

$$F_{RB} = 1 - c_{rb} \cdot (1 - t_{rb}) - h_{rb} + (mk_{rb} + mk_{rb}^{ne}) \cdot h_{rb} + (mi_{rb} + mi_{rb}^{ne}) \cdot \lambda_{rb} + mc_{rb} + mc_{rb}^{ne} \quad (21 \text{ c})$$

$$Z_{NE} = Caut_{NE} + G_{NE} + X_{NE} + Ig_{NE} + Iee_{NE} + Ip_{NE}^{np} \quad (21 \text{ d})$$

$$Z_{RB} = Caut_{RB} + G_{RB} + X_{RB} + Ig_{RB} + Iee_{RB} + Ip_{RB}^{np} \quad (21 \text{ e})$$

A equação para o resto do Brasil é equivalente.

Foi visto que para algumas destas variáveis não há disponibilidade de dados para os períodos selecionados ou mesmo para qualquer período, em termos agregados e/ou setoriais. No tocante aos componentes da demanda autônoma, não há como discriminar quanto do consumo foi induzido pela renda do período e quanto autônomo, especialmente o motivado pela disponibilidade de crédito. Uma alternativa seria considerar o consumo de bens de consumo duráveis, tipicamente financiados pelo crédito, como equivalente a consumo autônomo, mas não foi encontrada essa informação para a região Nordeste. De qualquer maneira, tendo em vista o perfil de baixa renda da população da região, e pelo que se sabe da expansão do sistema financeiro regional⁹⁵, o crédito ao consumo não parece ter sido relevante entre 1960 e 1994. A partir do plano Real há evidências no sentido de crescente oferta de crédito ao consumo. Os resultados do supermultiplicador, a partir de 1995, portanto, precisam ser considerados enquanto superdimensionados, e os resultados da demanda autônoma enquanto subdimensionados.

No tocante à taxa de tributação, além da insuficiência de dados, e da necessidade de se separar as transferências diretas para consumo (aposentadorias), não se adota, nesta tese, a dimensão da carga tributária como fator explicativo para as teses aqui exploradas.⁹⁶

Como este conjunto de informações, como foi visto no capítulo anterior, não está disponível para todos os anos selecionados, e considerando que C já inclui o consumo autônomo que não pôde ser separado, adota-se c_{ne} como um coeficiente de consumo (e não uma propensão a consumir, visto que esta teria que ser calculada sobre a renda disponível para consumo, e apenas para o consumo induzido).

No tocante aos coeficientes de importações da região Nordeste, a separação acima especificada em bens de consumo, bens de capital e bens intermediários poderia ser realizada

⁹⁵ Vide Crocco & Jayme Jr. (2006).

⁹⁶ Houve o fato da isenção fiscal ter sido um recurso importante para implantação de empresas na região, mas esta isenção atendeu empresas de diferentes regiões, de maneira que a redução da arrecadação surgia na região de origem, enquanto no Nordeste tendia a ocorrer aumento da arrecadação de outros impostos, que não o imposto de renda – alvo da isenção – com a implantação das empresas. E como as empresas não ficaram restritas a suas áreas específicas de atuação (Chico de Oliveira (1989/[1977])), inclusive, argumentou pela tendência de formação de conglomerados), sequer a identificação do setor econômico das empresas investidoras ajuda na inserção desta variável no modelo e/ou na (posterior) correlação entre especialização e crescimento econômico da região.

enquanto aproximação⁹⁷ para os anos de 1985, 1992 e 1999, em termos de comércio inter-regional, nas matrizes de insumo-produto para o Nordeste e na matriz interestadual de comércio de 1999, e de 1985 e de 1989 a 1999 para o comércio internacional, a partir da matriz insumo-produto de 1985 e do sistema AliceWeb, respectivamente. Para efeito de decomposição dos impactos das importações, este detalhamento é útil. Para efeito de cálculo do supermultiplicador, entretanto, é absolutamente indiferente, visto que a soma dos coeficientes dos diferentes tipos de importação resultará no coeficiente de importações global. Estas informações são relevantes, apesar de seu grau significativo de imprecisão, mas não se constituem enquanto imprescindíveis para inclusão no modelo, pelo menos não para o efeito dos propósitos mais gerais desta tese.

De todas as limitações à aplicação do modelo decorrentes da ausência de dados, a que parece mais importante é o necessário não detalhamento da taxa de investimento, que será apresentada integralmente, ou seja, não será decomposta em termos da relação capital-produto, do crescimento esperado da economia e da diferença entre capacidade ociosa efetiva e capacidade ociosa planejada. O não detalhamento decorre da ausência ou deficiência destes dados citados.

Destas simplificações necessárias, resulta a equação abaixo, adotada para efeito de verificação empírica:

$$Y_{NE} = \left[\frac{1}{1 - c_{ne} - h_{ne} + m_{ne}^{rb} + m_{ne} - \frac{m_{ne}^{rb} \cdot m_{ne}^{ne}}{F_{RB}}} \right] \times \left[X_{NE} + G_{NE} + FBCFg_{NE} + FBCFee_{NE} + \frac{m_{rb}^{ne} \cdot Z_{RB}}{F_{RB}} \right] \quad (22)$$

onde

$$F_{RB} = (1 - c_{rb} - h_{rb} + m_{rb}^{ne} + m_{rb}) \quad (22 \text{ a})$$

$$Z_{RB} = (X_{RB} + G_{RB} + FBCFg_{RB} + FBCFee_{RB}) \quad (22 \text{ b})$$

Embora alguns dados adicionais estejam disponíveis para o conjunto do país, não é possível calcular-se uma equação para o resto do Brasil se não há informações para a região Nordeste. A equação adotada para o resto do Brasil, para viabilizar comparações, precisa ser de mesmo formato. Registre-se aqui uma clara deficiência do uso dos dados. Pelo que foi exposto no capítulo 3, o PIB da região Nordeste calculado pela SUDENE constitui-se em uma interpretação diferente da realizada pelo IBGE, especificamente para a região, no que resulta

⁹⁷ Tendo em vista que os dados disponíveis são agregados por capítulos que misturam os bens de diferentes categorias de uso, sobrando o recurso de identificar o tipo de bem predominante em cada capítulo.

em um PIB calculado de valor maior. Para efeito de ajustamento destes dados, seria preciso considerar o PIB do Brasil calculado pelo IBGE, descontar o PIB do Nordeste também calculado pelo IBGE, e somar o PIB do Nordeste calculado pela SUDENE, de maneira que o PIB do resto do Brasil estaria compatível com os dados da SUDENE. Ocorre que o IBGE não conta com uma série detalhada de todos os componentes da demanda agregada das regiões, de maneira a realizar esta operação para cada um destes componentes, e viabilizar um ajustamento da equação para o resto do Brasil em relação aos dados selecionados para a região Nordeste. Como os critérios da SUDENE e do IBGE também foram discrepantes no cálculo da FBCF, do consumo do governo, e do comércio inter-regional, independentemente do cálculo do PIB (feito pelo lado da oferta, pela diferença entre valor bruto da produção e consumo intermediário dos setores da economia), cria-se uma incompatibilidade adicional,⁹⁸ que não se restringe à indisponibilidade de estimativas para a FBCF do setor privado na região Nordeste – visto que o consumo privado pode ser obtido residualmente – por outra instituição que não a SUDENE. Em outras palavras: as estimativas da oferta interna tanto da SUDENE quanto do IBGE podem estar incompatíveis com as estimativas de demanda agregada e oferta externa realizadas por estas mesmas instituições, visto que partiram de pesquisas distintas e não compatibilizadas entre si.

Desta maneira, parece que envolve menores riscos de distorção calcular os componentes do resto do Brasil a partir da diferença da identidade entre PIB e DIB para o Brasil, estimada pelo IBGE (que compatibilizou os lados da oferta e da demanda na contabilidade elaborada para o país), e a mesma equação para a região Nordeste, adotada neste trabalho, a qual – incluindo estimativas da SUDENE, do MDIC e do Ministério da Fazenda – padece da debilidade de não ter sido trabalhada por uma instituição que buscasse sua compatibilização, mas que se constitui na melhor opção de aproximação encontrada. A suposição aqui adotada é que este recurso venha a envolver menor imprecisão que a tentativa de ajustar as contas do IBGE com as estimativas das outras instituições.

Por fim, ressalte-se que as séries investigadas foram elaboradas pela adoção de um único deflator, mantendo assim a proporção dos preços relativos de cada época, favorecendo uma visualização das influências dos componentes da demanda agregada na magnitude efetiva que foi observada quando da tomada das decisões de produção e de investimento.

3.4 – Conclusões Parciais

⁹⁸ Se o PIB de ambas as instituições tivesse sido calculado pelo lado da demanda agregada e da oferta externa, as diferenças encontradas entre os dois produtos estariam detalhadas também pelo lado da demanda, viabilizando este ajustamento item a item.

Tentou se demonstrar o grau de confusão que reside na contabilidade regional.⁹⁹ O esforço inicial foi no sentido de se tentar organizar, esclarecer as diferenças, e sistematizar as estimativas de diferentes fontes, de maneira a viabilizar uma série de dados que permita uma aplicação do modelo escolhido.

Também se buscou esclarecer o porquê de algumas escolhas metodológicas, como a preferência por apresentar os dados correntes para posterior ajuste a partir de um único deflator, aceitando-se o viés dos preços relativos como parte dos fatos observados. A comparação entre anos específicos decorre da impossibilidade de se trabalhar com uma série consistente e confiável dos componentes da demanda agregada e da oferta externa para todo o período entre 1960 e 1999.

A etapa de estimativa dos dados também demandou comparações para avaliação de sua adequação, assim como as primeiras considerações sobre as informações contidas na série estimada. Com estes propósitos, calculou-se a série a preços constantes de 1999, a partir da adoção de três deflatores para agrupamentos das variáveis da demanda agregada, permitindo uma comparação com outra série, estimada por outros autores a partir de uma metodologia distinta. A formação de uma série para os anos selecionados para o Brasil também serviu para uma primeira consideração das informações contidas na série formada.

Tendo em vista a dificuldade, a complexidade e o caráter basilar da estimativa da série com os componentes da demanda agregada e da oferta externa – visto que, a adoção de estimativas distintas acarretaria resultados igualmente distintos, quando da análise da aplicação dos dados no modelo escolhido – optou-se por destacar, explicar e justificar os procedimentos adotados para formação de uma base de dados que, sob outras circunstâncias, poderiam ser meramente apresentados, sem maiores considerações.

É neste sentido que esta tese se inscreve, também, enquanto uma tese sobre Estatísticas Econômicas, sobre a diversidade existente, os métodos adotados (explicitados ou não), o desencontro entre instituições muitas vezes de mesmo nível federativo (como a SUDENE e o IBGE, ambos órgãos de um mesmo governo federal), e a eventual fragilidade de alguns dados considerados.

⁹⁹ Rolim (2001) define esta situação enquanto "caótica".

Capítulo 4 – Decomposição do Crescimento da Região Nordeste

4.1 – Metodologia e Resultados da Decomposição do Crescimento

A decomposição do crescimento será feita por dois enfoques: primeiro, em termos de comparação entre demanda interna e demanda externa, e em segundo em termos de demanda induzida e demanda autônoma.

Uma vantagem do primeiro enfoque é que, por sua simplicidade e pela disponibilidade de todos os dados, é possível contrastar os resultados da região Nordeste com os resultados do resto do Brasil, e explicitar o nível de dependência de fatores externos. No segundo enfoque tenta-se mensurar as contribuições da demanda induzida e da demanda autônoma no crescimento da região.

Ambos os enfoques serão explorados seguindo os períodos históricos acima especificados. Antes de apresentá-los, contudo, é interessante apresentar um quadro geral da variação média anual das contas da contabilidade da região Nordeste, na Tabela 20, e do Resto do Brasil, na Tabela 21.

Tabela 20 – Taxa média de crescimento anual dos componentes do PIB do Nordeste (NE), em %, por períodos.

NE	ΔY	ΔC	ΔG	$\Delta FBCF_EE$	$\Delta FBCF_APU$	$\Delta FBCF\ priv$	ΔX	ΔM	$\Delta Xp/rb$	$\Delta Md/rb$
65/60	6,65	7,10	-2,61	21,87	6,50	11,15	-1,78	-1,64	-3,15	0,30
70/65	6,11	9,61	5,71	6,61	18,11	15,38	4,59	13,73	6,40	29,09
75/70	9,50	4,52	31,61	21,35	-4,69	10,58	11,94	11,49	13,77	2,69
80/75	9,05	11,60	6,63	5,38	6,19	1,62	3,56	12,55	22,38	12,53
85/80	5,19	5,21	4,87	3,48	2,35	-0,97	5,51	-8,80	6,80	4,95
91/85	2,03	1,42	1,93	1,79	-2,06	1,68	-6,24	1,39	-12,52	-12,16
96/91	2,91	6,99	9,48	-9,77	-2,58	1,28	-3,58	10,31	17,76	26,19
99/96	5,76	3,34	11,92	-23,29	17,17	6,81	-2,77	-3,20	8,57	1,75

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 21 – Taxa média de crescimento anual dos componentes do PIB do Resto do Brasil (RB), em %, por períodos.

RB	ΔY	ΔC	ΔG	$\Delta FBCF_EE$	$\Delta FBCF_APU$	$\Delta FBCF\ priv$	ΔX	ΔM	ΔXne	ΔMne
65/60	3,93	3,41	3,07	5,21	8,21	-2,46	16,41	1,02	0,30	-3,15
70/65	8,39	7,07	9,64	18,27	4,36	16,88	6,72	15,38	29,09	6,40
75/70	10,15	10,98	5,64	20,22	10,26	16,80	10,43	19,50	2,69	13,77
80/75	6,94	6,29	4,52	6,38	-5,09	11,13	13,23	7,27	12,53	22,38
85/80	0,63	-0,71	3,92	-11,61	2,18	-4,50	9,39	-6,38	4,95	6,80
91/85	1,68	0,88	12,72	5,15	5,83	0,66	-4,70	2,72	-12,16	-12,52
96/91	5,47	5,26	7,32	-10,32	-2,07	7,89	-0,38	6,02	26,19	17,76

99/96	-0,49	-0,25	-0,44	-24,49	-14,80	1,71	10,62	7,68	1,75	8,57
-------	-------	-------	-------	--------	--------	------	-------	------	------	------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

As duas tabelas acima servem para apresentar um panorama da evolução das contas por período. O cálculo foi realizado sobre os valores correntes de cada ano deflacionados pelo deflator implícito do PIB do Brasil acumulado em relação a 1999. Como foi adotado um único deflator, o efeito dos preços relativos, a cada ano, fica mantido.

4.1.1 Demanda Interna X Demanda Externa

A decomposição das contribuições para o crescimento econômico da região segue a referência da identidade básica "produto agregado igual à demanda agregada". No tocante à comparação entre as contribuições da demanda interna, demanda externa e oferta externa, a equação obtida é a que se segue:

$$\Delta Y_{NE} = \Delta DI_{NE} + \Delta DE_{NE} - \Delta OE_{NE} \quad (23)$$

onde:

$$\Delta DI_{NE} = \Delta(C_{NE} + G_{NE} + FBCFg_{NE} + FBCFee_{NE} + I_{NE}) \quad (23 a)$$

$$\Delta DE_{NE} = \Delta X_{NE}^{RB} + \Delta X_{NE} \quad (23 b)$$

$$\Delta OE_{NE} = \Delta M_{NE}^{RB} + \Delta M_{NE} \quad (23 c)$$

A oferta externa, entretanto, pode ser considerada inteiramente induzida, constituindo-se em parcelas da demanda interna e da demanda externa, adotando-se um coeficiente total de importações (ou seja, que inclua importações inter-regionais e internacionais). A decomposição abaixo é uma variante própria da decomposição proposta por Fábio Freitas, que a elaborou em conjunto com Franklin Serrano:

$$OE_{NE} = m_T \cdot (DI + DE) \quad (24)$$

Tal que:

$$Y = (1 - m_T) \cdot (DI + DE) \quad (25)$$

$$\Delta Y_{NE} = (1 - m_{NE_T}^0) \cdot \Delta DI_{NE} + (1 - m_{NE_T}^0) \cdot \Delta DE_{NE} - \Delta m_{NE_T} \cdot (DI^1 + DE^1) \quad (26)$$

$$\frac{\Delta Y_{NE}}{Y_{NE}} = \frac{(1 - m_{NE_T}^0) \cdot \Delta DI_{NE}}{Y_{NE}} + \frac{(1 - m_{NE_T}^0) \cdot \Delta DE_{NE}}{Y_{NE}} - \frac{\Delta m_{NE_T} \cdot (DI_{NE}^1 + DE_{NE}^1)}{Y_{NE}} \quad (27)$$

O primeiro componente do lado direito da equação (27) refere-se à contribuição da variação da demanda interna à variação do produto, o segundo à contribuição da variação da demanda externa à variação do produto, e o terceiro a contribuição da variação dos coeficientes de importação – que refletem uma dada estrutura produtiva e competitividade regional – para o crescimento do produto.

As equações correspondentes ao resto do Brasil são similares.

Colocando em termos de quanto a variação da demanda interna, da demanda externa e dos coeficientes de importação representam, em termos percentuais, da variação do PIB no período, para a região Nordeste e para o resto do Brasil, obtém-se a Tabela 22.

Tabela 22 – Composição da variação do PIB em termos da variação da demanda interna, da demanda externa e de coeficientes de importação, em %, em períodos selecionados, a partir de preços ajustados.

NE	Nordeste				Resto do Brasil			
	$\Delta Y/Y$	$\Delta Y _{\Delta DI}/Y_0$	$\Delta Y _{\Delta DE}/Y_0$	$\Delta Y _{\Delta m}/Y_0$	$\Delta Y/Y$	$\Delta Y _{\Delta DI}/Y_0$	$\Delta Y _{\Delta DE}/Y_0$	$\Delta Y _{\Delta m}/Y_0$
65/60	37,98	33,66	-2,30	6,62	21,28	15,34	4,45	1,50
70/65	34,53	55,58	4,09	-25,15	49,60	45,17	7,29	-2,85
75/70	57,39	38,37	9,16	9,85	62,15	63,71	4,64	-6,19
80/75	54,20	47,22	12,72	-5,74	39,86	33,86	7,58	-1,58
85/80	28,80	19,95	6,00	2,85	3,18	-5,00	5,57	2,61
91/85	12,82	7,25	-8,58	14,15	10,51	14,91	-5,65	1,24
96/91	15,44	30,08	6,43	-21,06	30,49	27,73	4,10	-1,34
99/96	18,29	12,22	3,33	2,74	-1,47	-1,25	2,52	-2,74

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

A variação foi calculada sobre a série a preços correntes convertida em uma mesma moeda a partir do deflator implícito do PIB do Brasil, para todas as contas. Este procedimento faz com que as diferenças entre os preços relativos das contas observadas, para cada ano, sejam mantidas.

4.1.2 Demanda Induzida X Demanda Autônoma

Embora seja uma informação relevante separar o que é demanda interna do que é demanda externa, a separação mais característica de um modelo de crescimento liderado pela demanda tende a ser os componentes da demanda induzida dos componentes da demanda autônoma. Essa separação é relevante para efeito de compreensão do fenômeno do crescimento, de identificação do potencial ou limitação de crescimento e, por conseqüência, para definição de políticas econômicas. Em especial, é hipótese central desta tese que a

composição setorial da economia gera impactos distintos nestes dois componentes da demanda agregada e da oferta externa, envolvendo políticas regionais fundamentalmente diferentes, embora possam ter forte componente de integração.

Em termos de componentes e valores do supermultiplicador, retoma-se a questão, exposta no capítulo 2, da existência de duas maneiras de se encarar as exportações inter-regionais. De forma mais simplificada, tratando-as enquanto estritamente autônomas, ou de forma mais detalhada, como foi adotado no capítulo 2 e está descrito acima, a partir da separação entre um componente autônomo e um componente induzido pela própria renda da região, em conexão com o resto do país. O resultado deste procedimento está contido nas tabelas abaixo (Tabela 23, Tabela 24 e Tabela 25) nas quais o supermultiplicador com índice 1 refere-se ao conceito mais simplificado de exportações estritamente autônomas, enquanto que os valores dos supermultiplicadores de índice 2 e 3 incluem um componente induzido e um componente autônomo para as exportações inter-regionais. A diferença entre os coeficientes de índice 2 e índice 3 é que o primeiro é uma aproximação, resultante do produto entre os coeficientes de importação inter-regional, sem efeito multiplicador, enquanto que o segundo é mais preciso, por incluir o efeito multiplicador da região destino das exportações no cálculo do supermultiplicador. O SM3 foi obtido a partir da resolução de um sistema de duas equações, envolvendo a região Nordeste e o resto do Brasil.

Tabela 23 – Coeficientes e valor do supermultiplicador do Nordeste, a partir de exportações inter-regionais inteiramente autônomas e parcialmente autônomas, em anos selecionados entre 1960 e 1999.

NE	c_{ne}	h_{ne}	m_{ne}	m_{ne}^{rb}	m_{rb}^{ne}	SM1	SM2	SM3	SM3-SM1
1960	0,729	0,088	0,042	0,166	0,015	2,557	2,574	2,627	0,070
1965	0,745	0,108	0,028	0,122	0,011	3,361	3,375	3,415	0,054
1970	0,876	0,164	0,040	0,325	0,010	3,074	3,104	3,175	0,102
1975	0,694	0,173	0,044	0,236	0,011	2,420	2,436	2,477	0,057
1980	0,779	0,121	0,051	0,276	0,022	2,341	2,375	2,467	0,126
1985	0,780	0,090	0,025	0,273	0,030	2,333	2,378	2,472	0,139
1991	0,752	0,088	0,024	0,111	0,012	3,384	3,400	3,428	0,043
1996	0,914	0,081	0,034	0,308	0,021	2,874	2,929	3,029	0,155
1999	0,852	0,083	0,026	0,275	0,027	2,741	2,799	2,897	0,156

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Tabela 24 – Coeficientes e valor do supermultiplicador do Resto do Brasil, a partir de exportações inter-regionais inteiramente autônomas e parcialmente autônomas, em anos selecionados entre 1960 e 1999.

RB	c_{rb}	h_{rb}	m_{ne}	m_{rb}^{ne}	m_{ne}^{rb}	SM1	SM2	SM3	SM3-SM1
1960	0,740	0,103	0,067	0,015	0,166	4,169	4,213	4,283	0,114
1965	0,721	0,075	0,058	0,011	0,122	3,664	3,681	3,723	0,059
1970	0,678	0,109	0,079	0,010	0,325	3,312	3,347	3,421	0,110
1975	0,704	0,146	0,119	0,011	0,236	3,564	3,598	3,648	0,084
1980	0,683	0,177	0,121	0,022	0,276	3,529	3,607	3,718	0,189
1985	0,639	0,136	0,084	0,030	0,273	2,945	3,018	3,121	0,176
1991	0,609	0,128	0,090	0,012	0,111	2,744	2,754	2,779	0,035
1996	0,603	0,144	0,092	0,021	0,308	2,730	2,779	2,877	0,147
1999	0,608	0,153	0,117	0,027	0,275	2,610	2,663	2,759	0,149

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Tabela 25 – Variação dos coeficientes de indução, por períodos, para o Nordeste e para o Resto do Brasil.

Períodos	Nordeste				Resto do Brasil			
	Δc_{ne}	Δh_{ne}	Δm_{ne}	Δm_{ne}^{rb}	Δc_{rb}	Δh_{rb}	Δm_{rb}	Δm_{rb}^{ne}
1965/1960	0,015	0,020	-0,014	-0,044	-0,019	-0,028	-0,009	-0,004
1970/1965	0,131	0,056	0,012	0,203	-0,043	0,034	0,021	-0,001
1975/1970	-0,182	0,008	0,004	-0,089	0,026	0,037	0,040	0,002
1980/1975	0,085	-0,051	0,008	0,040	-0,021	0,031	0,002	0,011
1985/1980	0,001	-0,032	-0,026	-0,003	-0,044	-0,041	-0,037	0,008
1991/1985	-0,028	-0,002	-0,001	-0,162	-0,029	-0,008	0,005	-0,018
1996/1991	0,161	-0,007	0,010	0,197	-0,006	0,015	0,002	0,009
1999/1996	-0,061	0,002	-0,008	-0,034	0,004	0,010	0,025	0,006

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Para permitir uma mensuração das contribuições ao crescimento, oriundas dos diferentes componentes da demanda autônoma, foi elaborada a Tabela 26, para a região Nordeste, e a Tabela 27, para o Resto do Brasil, nas quais cada variação absoluta das variáveis da demanda autônoma é dividida pelo respectivo PIB regional do ano inicial do período. Com isso se consegue mensurar o impacto da referida variação sobre o produto.

Tabela 26 – Contribuição dos componentes da demanda autônoma para o crescimento do produto da região Nordeste, em períodos selecionados, em %.

NE	Y	DA	G	FBCF_EEF	FBCF_APU	X	Xrb (aut)
1965/1960	37,98	2,34	-0,95	3,95	1,73	-1,15	-1,23
1970/1965	34,53	13,09	1,56	1,72	6,03	2,25	1,54
1975/1970	57,39	32,05	14,09	7,61	-1,69	6,29	5,76
1980/1975	54,20	22,15	4,54	2,34	1,39	1,77	12,11
1985/1980	28,80	11,56	2,88	1,23	0,43	2,20	4,83
1991/1985	12,82	-7,54	1,28	0,68	-0,36	-2,33	-6,82
1996/1991	15,44	8,93	6,01	-2,40	-0,29	-0,73	6,34
1999/1996	18,29	7,82	5,74	-1,70	1,10	-0,26	2,93

Obs.: Xrb (aut) refere-se às exportações autônomas destinadas ao resto do Brasil.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Tabela 27 – Contribuição dos componentes da demanda autônoma para o crescimento do produto do Resto do Brasil, em períodos selecionados, em %.

RB	Y	DA	G	FBCF_EEF	FBCF_APU	X	Xne (aut)
1965/1960	21,28	9,23	1,97	0,46	1,88	4,78	0,15
1970/1965	49,60	16,87	6,76	2,20	1,13	2,85	5,38
1975/1970	62,15	15,22	3,87	3,91	2,47	4,40	-0,40
1980/1975	39,86	10,21	2,46	1,45	-0,91	5,98	1,23
1985/1980	3,18	6,16	1,88	-1,80	0,25	5,23	0,60
1991/1985	10,51	7,72	10,94	0,72	0,95	-3,51	-1,62
1996/1991	30,49	9,37	8,19	-1,05	-0,30	-0,18	2,94
1999/1996	-1,47	0,96	-0,28	-0,63	-0,79	2,53	0,12

Obs.: Xne (aut) refere-se às exportações autônomas destinadas ao Nordeste.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Como o propósito é distinguir as contribuições dos componentes induzidos da contribuição dos componentes autônomos para a variação do crescimento da região, então será preciso explicitar o problema em termos de variação agregando os dois tipos de fatores. Adotando o segundo procedimento para cálculo do supermultiplicador e da demanda autônoma, ou seja, considerando que as exportações inter-regionais contam com um componente induzido pelo próprio PIB da região, detalha-se a seguir a decomposição da variação do PIB.

$$\Delta Y_{NE} = \Delta(SM_{NE} \times DA_{NE}) = \overline{SM_{NE}} \times \Delta DA_{NE} + \Delta SM_{NE} \times \overline{DA_{NE}} \quad (28)$$

$$\frac{\Delta Y_{NE}}{Y_{NE}^0} = \frac{\overline{SM_{NE}} \times \Delta DA_{NE}}{Y_{NE}^0} + \frac{\Delta SM_{NE} \times \overline{DA_{NE}}}{Y_{NE}^0} \quad (29)$$

Onde a barra representa o valor médio das variáveis consideradas entre os dois períodos pesquisados, e Y^0 é o PIB no ano inicial do período. É possível resumir estas duas partes em dois termos, a saber:

$$P1_{NE} = \frac{\overline{SM_{NE}} \times \Delta DA_{NE}}{Y_{NE}^0} \quad (30)$$

$$P2_{NE} = \frac{\Delta SM_{NE} \times \overline{DA_{NE}}}{Y_{NE}^0} \quad (31)$$

Na Tabela 28 são apresentados os cálculos para a região Nordeste, e na Tabela 29 são apresentados os cálculos para o Resto do Brasil.

Tabela 28 – Componentes da variação do produto do Nordeste em termos de valores médios e variações percentuais, por períodos selecionados.

NE	\overline{SM}	\overline{DA}	ΔSM	ΔDA	$\Delta Y/Y$ (%)	P1 (%)	P2(%)	verificação (%)
1965/1960	3,021	7.632	0,788	455	37,98	7,07	30,91	0,000
1970/1965	3,295	9.616	-0,240	3.512	34,53	43,12	-8,59	0,000
1975/1970	2,826	17.158	-0,698	11.572	57,39	90,57	-33,18	0,000
1980/1975	2,472	29.237	-0,011	12.586	54,20	54,74	-0,54	0,000
1985/1980	2,469	40.597	0,005	10.135	28,80	28,55	0,25	0,000
1991/1985	2,950	41.409	0,956	-8.511	12,82	-22,24	35,06	0,000
1996/1991	3,229	42.841	-0,398	11.375	15,44	28,84	-13,39	0,000
1999/1996	2,963	54.276	-0,132	11.496	18,29	23,17	-4,88	0,000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Tabela 29 – Componentes da variação do produto do Resto do Brasil em termos de valores médios e variações percentuais, por períodos selecionados.

RB	\overline{SM}	\overline{DA}	ΔSM	ΔDA	$\Delta Y/Y$ (%)	P1 (%)	P2 (%)	verificação (%)
1965/1960	4,003	39.529	-0,560	13.045	21,28	36,94	-15,66	0,000
1970/1965	3,572	60.509	-0,302	28.916	49,60	60,25	-10,64	0,000
1975/1970	3,535	94.485	0,227	39.036	62,15	53,80	8,36	0,000
1980/1975	3,683	135.231	0,070	42.456	39,86	37,60	2,26	0,000
1985/1980	3,420	174.378	-0,597	35.839	3,18	21,07	-17,89	0,000
1991/1985	2,950	215.480	-0,342	46.365	10,51	22,79	-12,28	0,000
1996/1991	2,828	269.750	0,098	62.175	30,49	26,51	3,98	0,000
1999/1996	2,818	304.974	-0,118	8.273	-1,47	2,69	-4,14	-0,017

Obs.1: A verificação da validade dos cálculos resulta na diferença dos índices de variação do PIB da soma das duas parcelas, P1 e P2. O único período para o qual não se conseguiu eliminar uma diferença residual no cálculo foi entre 1996 e 1999, para o resto do Brasil.

Obs.2: Valores expressos em R\$ de 1999.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados selecionados no capítulo 3.

Como P1 expressa o efeito da variação da demanda autônoma, e P2 o efeito da variação do supermultiplicador, torna-se factível concluir que, exceto nos períodos 1960-1965 e 1985-1991, o crescimento da região Nordeste foi liderado pela variação da demanda autônoma. Por três vezes, inclusive, compensando variações negativas relevantes do supermultiplicador (para os períodos 1965-1970, 1970-1975, 1991-1996 e 1996-1999). Os períodos nos quais o fator mais relevante para o crescimento da região Nordeste foi a variação do supermultiplicador apresentam a característica comum de terem incluído sub-períodos recessivos para o país e/ou para a região, impactando na redução dos coeficientes de importação e ampliando os supermultiplicadores.

Para o caso do resto do país, a variação da demanda autônoma corresponde ao fator dominante do crescimento para todo o período considerado. No período de 1996-1999 a relação entre variação da demanda autônoma multiplicada pelo supermultiplicador médio e a

variação do PIB foi negativa, mas em função da queda do PIB em 1999, comparativamente ao PIB (ajustado pelo deflator implícito do PIB do país) do resto do Brasil em 1996.

Em termos de variação do supermultiplicador, constata-se que o mesmo diminuiu em quase todos os intervalos, excetuando de 1975-1980 e 1991-1996. O supermultiplicador médio que foi igual a 4, entre 1960-1965, terminou com uma média de 2,818 entre 1996-1999.

4.2 – Elementos para interpretação do crescimento da região Nordeste: Condicionantes internacionais e nacionais

O desenvolvimento da região Nordeste depende diretamente do modelo de desenvolvimento brasileiro, que inclui, com especial destaque, a forma de inserção de nossa economia na economia internacional. Pareceria uma afirmação trivial, se não fosse, como foi visto no capítulo 1, as interpretações "localistas", com seus pressupostos e decorrências já examinados. O propósito desta seção é fazer um rápido panorama sobre o desempenho e o contexto internacional das escolhas do Brasil, no período considerado, que repercutiram sobre suas políticas de desenvolvimento regional.

4.2.1 Interpretações sobre a economia política da globalização

O primeiro ponto a ser recuperado é um grande panorama histórico, com o quadro de crescimento do PIB das diversas regiões do mundo, desde o século XIX, apresentado na Tabela 30. O que se observa, segundo as estimativas feitas por Angus Maddison (2001), é que foi no período entre 1950 e 1973 que as taxas médias anuais de crescimento do produto observadas em todas as regiões do mundo foram as mais elevadas. As médias de crescimento mundial nos períodos seguintes, de 1973-1992 e 1992-2006 também foram significativas, frente às taxas observadas entre 1820 e 1950, mas ainda assim foram expressivamente inferiores, e representaram diferenças mais elevadas entre as regiões de menor crescimento e as regiões de maior crescimento que o período entre 1950-1973 (4,0 X 6,3% no período entre 1950 e 1973, - 0,4% X 5,1% no período entre 1973 e 1992, e 1,7 X 6,1 % no período entre 1992 e 2006).

Tabela 30 – Crescimento do PIB por regiões e períodos

	1820 – 1870	1870 – 1913	1913 – 1950	1950 – 1973	1973 – 1992	1992 – 2006*
Europa capitalista de alta renda	1,7	2,1	1,4	4,7	2,2	1,9
EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	4,3	3,9	2,8	4,0	2,4	3,2
Europa capitalista de renda média alta	1,0	1,5	1,3	6,3	3,1	3,5
Leste europeu e Rússia	1,6	2,4	1,6	4,7	-0,4	1,7
América Latina	1,5	3,3	3,4	5,3	2,8	3,1
Ásia	0,2	1,1	1,0	6,0	5,1	6,1
África	0,4	1,1	3,0	4,4	2,8	3,2
Mundo	1,0	2,1	1,9	4,9	3,0	3,8

*Estimativa da AFBNB, a partir de dados do FMI.

Fonte: Maddison (2001) e FMI apud AFBNB (2006).

Obs.: Nos grupos "Europa capitalista de alta renda", "Europa capitalista de renda média alta"; "América Latina", e "África" constam, respectivamente, doze, cinco, sete e dez países. No grupo "Leste europeu e Rússia" constam seis países mais a URSS, nas estatísticas de Maddison, e nove países (considerando a fragmentação ocorrida nos anos 90) na estimativa da AFBNB. No grupo "Ásia" há onze países, nas estatísticas de Maddison, aos quais foi acrescentado Hong Kong, nas estimativas da AFBNB.

O pensamento estruturalista brasileiro mais recente, articulado, em maior medida, em torno das Escolas de pensamento econômico da Unicamp e da UFRJ,¹⁰⁰ interpretou este período como o resultante de um pacto político e social observado no pós Segunda Guerra Mundial. Entre as diferentes abordagens teóricas internas a esta corrente de pensamento, uma "economia política da globalização" foi elaborada a partir de três consensos:

- que não é possível explicar a dinâmica capitalista sem considerar, simultaneamente, as dimensões econômicas e políticas;
- que o fato novo que caracteriza essa nova fase da "globalização", ou internacionalização capitalista, como preferem os autores, reside na esfera financeira;
- que a reorganização política e econômica das relações internacionais associada a esta nova fase da internacionalização capitalista tem sido marcada por um processo de re-hierarquização dos poderes políticos e econômicos regionais marcadamente assimétrica.

Tendo por referência fundamental esta interpretação estruturalista, é que se busca sintetizar as circunstâncias internacionais no período estudado, entre 1960 e 1999. Para que o contexto se torne compreensível, entretanto, é preciso retroceder para o momento histórico definidor da ordem internacional na segunda metade do século XX.

¹⁰⁰ Mais especificamente, a vertente estruturalista articulada em torno da série formada pelas seguintes obras: Fiori & Tavares (org.) (1997), Fiori (org.) (1999), Fiori & Medeiros (org.) (2001) e Fiori (org.) (2004), intituladas, respectivamente, "Poder e Dinheiro", "Estados e Moedas", "Polarização Mundial e Crescimento", e "O Poder Americano". Destas obras participaram, além do cientista político José Luís Fiori, os economistas Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Carlos de Souza Braga, José Carlos Miranda, Carlos Aguiar de Medeiros, Luiz Eduardo Melin, Ernani Teixeira Torres Filho, Franklin Serrano, Aloísio Teixeira, Luís Manuel Fernandes, Wilson Cano, José Carlos Miranda, Luciano Coutinho, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, Carlos Pinkunfeld M. Bastos, Carlos Lessa, Paulo Arantes, Marcos Antonio Macedo Cintra, Glória Moraes e Gabriel Palma.

Após o mundo enfrentar duas guerras mundiais e um período de grave recessão econômica nos anos 30 do século passado, a disposição predominante das principais forças políticas nos principais países do mundo, e a ação da superpotência central em disputa geopolítica com um bloco político alternativo, iam no sentido de adoção de modelos econômicos que 'buscassem' o "pleno emprego"¹⁰¹ e elevação da renda e do bem estar da população em geral. É a partir da hegemonia desta agenda política que vão ser formadas as diversas estratégias nacionais, que podem ser tipificadas enquanto variações de algum padrão: o keynesianismo militarista nos EUA; a social-democracia europeia e canadense; o desenvolvimentismo conservador da América Latina; os regimes de economia centralmente planejada; o desenvolvimentismo híbrido (politicamente autoritário, socialmente distendido) da Ásia. Todos estes projetos nacionais, inseridos em um contexto internacional amplamente favorável, serviram para viabilizar um período não apenas de crescimento econômico, mas também de difusão do bem-estar social – embora, neste caso, a maioria dos países do Terceiro Mundo não tenha se esmerado em distribuir a renda ou difundir bens públicos como educação e saúde, sendo o caso brasileiro o exemplo mais destacado.

Interpreto que este "período de ouro" do capitalismo pode ser explicado pelo predomínio das seguintes características¹⁰²:

a) Padrão monetário dólar-ouro, marcado por:

- Regimes cambiais fixos, mas ajustáveis;
- Baixas taxas de juros internacionais;
- Existência e uso difundido de controles de fluxos de capitais, com ênfase no controle do capital de curto prazo;
- Existência de uma instituição internacional de apoio a países em eventuais crises de balanços de pagamentos, na condição de "emprestadora em última instância", o Fundo Monetário Internacional;

b) Predomínio de políticas de desenvolvimento ativas, executadas a partir de:

- Política comercial seletiva, com prioridade para proteção de setores tidos enquanto estratégicos no mercado interno;
- Política de gastos públicos focada na criação de infra-estrutura, na garantia da demanda efetiva (ação fortemente anti-cíclica) e na criação de alguma rede de proteção social (elemento bastante diferenciado entre os países);

¹⁰¹ A rigor, baixas taxas de desemprego.

¹⁰² Uma caracterização semelhante pode ser vista em AFBNB & AABNB (2006).

- Criação e fortalecimento de empresas estatais em setores entendidos enquanto estratégicos. Esta ação, em especial, foi crucial para transformação do padrão de especialização dos países subdesenvolvidos;

- Política industrial articulada com a política comercial, a política de crédito público e a política de fomento à pesquisa;

- Inclusão, entre as políticas de desenvolvimento, de ações orientadas para o desenvolvimento regional, nos países que enfrentavam assimetrias espaciais de renda relevantes.

c) Principal fonte energética, o petróleo, com preços relativamente baixos;

d) Revolução tecnológica pelo desenvolvimento e difusão da eletrônica e das telecomunicações.

Em síntese, pode-se resumir enquanto característica fundamental do período a existência de um ambiente econômico internacional que facilitou em muito a promoção de políticas de desenvolvimento, favorecendo a expansão de gastos públicos – em especial de investimentos públicos – e a atuação de empresas estatais que foram fundamentais para transformação das estruturas produtivas de países subdesenvolvidos. Em termos do modelo descrito, o ambiente internacional favoreceu a expansão da demanda autônoma, e ainda favorecia o aumento do supermultiplicador, via taxas de investimento mais elevadas que a média histórica, e, para parte significativa dos países, pela contenção dos coeficientes de importação, dado o foco preferencial de desenvolvimento dos mercados internos por parte dos países de maior porte.

Entre 1971 e 1979 as bases deste ambiente internacional acima descrito são modificadas. Em 1971 os EUA quebram o Acordo de Bretton Woods, declarando a inconversibilidade de sua moeda em ouro. Em 1973, decretam a desvalorização do dólar, afetando o comércio internacional. Em 1974, ocorre o primeiro choque do petróleo, ocorrendo um segundo em 1979. O intervalo entre 1974 e 1979 seria consumido em dois processos paralelos: o esforço dos países para se ajustarem às novas circunstâncias econômicas mundiais, e a crescente desregulamentação do sistema financeiro dos EUA. O processo de ajustamento envolveu duas estratégias: a maioria dos países optou por promover ajustes recessivos, para fazer frente ao encarecimento de suas importações pela elevação dos preços do petróleo, mas alguns países optaram por manter elevadas taxas de crescimento a partir de um maior endividamento externo, entre os quais, o Brasil.

A escolha estratégica do governo federal brasileiro, em 1974, de continuar crescendo acima da média mundial e de sua própria média histórica, embora em um ritmo de desaceleração, conduziu a duas especificidades para o caso brasileiro: por um lado, o país contou com uma capacidade e uma disposição de realizar gastos públicos, de custeio e de investimento, relativamente maiores que a média então predominante no mundo; e, por outro lado, ampliou seu endividamento de uma forma atípica frente à média dos comportamentos dos governos pelo mundo. Para as taxas de juros então praticadas, contudo, tal endividamento não só estava sob controle, como teve por contrapartida o II PND e o avanço na infraestrutura e na estrutura produtiva do país, que seriam importantes na expansão exportadora dos anos 80.¹⁰³

Nos anos de 1979 e 1980, porém, a ordem econômica mundial foi afetada pela elevação das taxas básicas de juros nos EUA, as quais, em adição a uma já avançada desregulamentação do seu sistema financeiro, atraiu um forte fluxo de capitais. Para tentar conter a 'fuga' de capitais, a maioria dos países do mundo optou pela elevação de suas próprias taxas de juros, em um processo que iria finalizar o período de transição e inaugurar um novo padrão monetário e financeiro internacional, denominado de Padrão Dólar Flexível, em função do regime cambial flutuante adotado pelos EUA.

Vale ressaltar que esta destruição do padrão monetário internacional de Bretton Woods não foi fortuito, ocasional, nem um resultado "natural" da ação das "forças de mercado". A essência de todo o processo é definida em termos do esforço da potência hegemônica mundial de recuperar seu poder de influência econômica, política e militar, assim como também é no contexto do acirramento da guerra fria via intensificação da corrida armamentista, no confronto geopolítico entre EUA e URSS, que é redesenhada a Europa e parte da Ásia, com a fragmentação da própria URSS,¹⁰⁴ da Iugoslávia e da Tchecoslováquia, assim como foi norteado o discurso ideológico liberal, fortalecido em todo o mundo nos anos 80, e vitorioso (quanto ao exercício do poder e influência social) no Brasil nos anos 90.

As características deste período podem ser tipificadas enquanto quase que o inverso do observado no período de vigência do Acordo de Bretton Woods:

a) Padrão monetário dólar-flexível, marcado por:

- Predomínio de Regimes cambiais flutuantes;

¹⁰³ Vide Castro & Souza (1985).

¹⁰⁴ Um trabalho que trata da queda da URSS, relacionando a mesma ao modelo de inserção na economia mundial é Fernandes (1991). A tese fundamental do autor é que a entrada da URSS no sistema financeiro internacional capitalista, hegemônico pelos EUA e por sua estratégia de desregulamentação financeira, comprometeu os instrumentos econômicos da URSS e sua capacidade de gerir de forma autônoma suas estratégias de crescimento econômico.

- Taxas de juros internacionais voláteis, alternando períodos com percentuais relativamente muito elevados, e períodos com taxas razoavelmente baixas, mas com duas características fundamentais: conexão com a taxa de câmbio flutuante, e definição enquanto principal ferramenta de política econômica da grande maioria dos governos;

- Desregulamentação e diversificação financeira, promovendo a intensificação dos fluxos de capitais, especialmente os de curto prazo;

- Atuação do FMI, na sua condição de instituição "emprestadora em última instância", enquanto agente de pressão a favor da desregulamentação e abertura comercial e financeira dos países atendidos quando de crises de balanços de pagamentos (mais frequentes no padrão dólar flutuante do que foi no padrão dólar-ouro);

b) Predomínio de políticas econômicas centradas na estabilização do valor da moeda e integração econômica internacional:

- Redução de tarifas e maior dubiedade nas políticas de proteção de mercados, marcadas pelo recurso de barreiras alfandegárias não tarifárias e maior seletividade no recurso da proteção tarifária;

- Política de ajustes fiscais, inclusive com redução de direitos sociais, como forma de garantir a capacidade do poder público dar conta da maior volatilidade das taxas de juros – sujeitas aos "humores" internacionais – e da elevada intensidade que as mesmas alcançam quando de períodos de crise;¹⁰⁵

- Política de privatizações aceleradas, em todos os setores da economia, tanto para as empresas deficitárias quanto, sobretudo, para aquelas mais lucrativas, freqüentemente acompanhadas de níveis elevados de redução de pessoal (em alguns poucos casos, o crescimento posterior reverteu a redução e permitiu a contratação de pessoal);

- Predomínio de políticas industriais e tecnológicas “passivas”, no sentido de serem reforçadoras e reativas aos impulsos oriundos do “mercado”. Em termos de países periféricos, praticamente inexistência de políticas industriais e tecnológicas articuladas, que não fosse, quando muito, o recurso ao crédito público. De parte dos países centrais,¹⁰⁶ manutenção de

¹⁰⁵ As crises financeiras internacionais foram mais freqüentes a partir de 1980: a crise da dívida dos países do terceiro mundo, na primeira metade da década de 80; a crise da bolsa de Nova York em 1987; a crise com a libra esterlina da Inglaterra, em 1992; a crise do México em 1994/1995; a crise do leste asiático, em 1997; a crise da Rússia e do Brasil, em 1998/1999; a crise da Argentina, em 2001 – lembrando que os anos de referência expressam apenas os momentos mais agudos da crise. De 2002 a 2007 – período que não é objeto de pesquisa nesta tese – as crises foram reduzidas, talvez, em parte, pelos motivos a serem comentados mais adiante, mas, ainda assim, o mundo experimentou uma crise financeira em 2007, com a crise no mercado imobiliário dos EUA, mas que ainda não reverteu, significativamente, nas expectativas de crescimento mundial.

¹⁰⁶ O caso específico da política industrial dos EUA nos anos 90, que confronta uma retórica neoliberal com uma versão renovada de keynesianismo militarista, é pesquisado por Cassiolato & Britto (1998). Em síntese, a conclusão dos autores é pela existência de uma política comercial seletiva e de outros mecanismos de política industrial em paralelo a um processo de financeirização da economia (não é este o termo adotado pelos autores, mas é este o sentido descrito). Em Duarte (2001, p. 65 e 66) comento este relatório, tentando explicar porque o

mecanismos estratégicos (como os gastos militares) para indução de desenvolvimento industrial e tecnológico, mas, também com uma orientação mais “passiva”, redução dos mecanismos de ação direta (especialmente através das privatizações, desregulamentação da economia e enfraquecimento da política comercial) por parte dos Estados nacionais;

- Desmantelamento de políticas sociais e de desenvolvimento regional, com a defesa que caberia ao Estado garantir um ambiente sistêmico (fundamentalmente, estabilidade de moeda) favorável para os investimentos privados.

c) Tentativas de diversificação das matrizes energéticas, mas sem sucesso em retirar do petróleo a condição chave do funcionamento das economias e com preços desta commodity consolidados em patamares mais elevados que os observados no período entre 1950-1973;

d) Revolução tecnológica pelo desenvolvimento e difusão da microeletrônica, da internet, das telecomunicações e da informática;

e) Fenômeno da "financeirização".

Esta última característica necessita de um maior detalhamento, até porque, segundo a abordagem estruturalista brasileira e de outros grupos de pesquisa,¹⁰⁷ é no campo financeiro que se encontra a novidade na atual fase de globalização da economia. Por "financeirização" entende-se um "padrão sistêmico de riqueza"¹⁰⁸ no qual a lógica de acumulação de capital é hegemonizada pela esfera financeira.¹⁰⁹ Este processo foi originado nos anos 60, nos EUA,¹¹⁰ mas teve sua constituição enquanto fenômeno mundial e dominante a partir da formação do Padrão Dólar Flexível, resultante, em especial, mas não exclusivamente, da seqüência de

predomínio da lógica financeira nos EUA nos anos 90 não impediu um crescimento produtivo deste país, ao mesmo tempo em que identifiquei uma contradição de longo prazo no referido modelo.

¹⁰⁷ Como, por exemplo, o grupo de pesquisa na França que tem por principal referência François Chesnais. Constam entre as obras do grupo "A mundialização financeira" (1998) e "A finança mundializada" (2005), tratando, especificamente do fenômeno da "financeirização".

¹⁰⁸ Braga, 1997, p. 195.

¹⁰⁹ Há outras definições possíveis (e mais detalhadas) como em "... Braga (1985:374-375): "A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira (...) não se trata mais de que os capitais se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização (...) [mas sim que] buscam valorizar-se simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização (...) formam (...) a partir de suas "microestratégias" de valorização do capital próprio, uma macroestrutura financeira." [Braga, 1997, p. 195], ou "A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: as operações situadas na esfera da circulação) **tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas.**" [Netto & Braz, 2006, pág. 232. Grifos no original] ou ainda "O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o **fabuloso crescimento** (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucro) **dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente**, mas que **succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global – trata-se, como se vê, de uma sucção parasitária.**" [Netto & Braz, 2006, p. 231 e 232. Grifos no original]

¹¹⁰ Segundo Braga, 1997, p. 200. Outros autores não falam exatamente de suas raízes, mas das condições de sua ocorrência: "... a razão essencial da financeirização (...) resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta". [Netto & Braz, 2006, p. 231]

ações efetivadas pelos EUA em sua busca pela retomada da plena hegemonia econômica mundial, do qual se destaca: inconvertibilidade do dólar em ouro, em 1971; desvalorização do dólar e adoção do regime de câmbio flutuante, em 1973; desregulamentação do mercado financeiro e aumento da dívida pública anglo-americana, nos anos 70 em diante; elevação da taxa de juros em 1979/1980.¹¹¹ Sua lógica mais básica reside no fato que o capital, em sua forma mais líquida, garante um maior poder aos seus detentores na condução do processo de acumulação de capital,¹¹² sustentado por expectativas de ganho futuro¹¹³ que tendem, no processo de financeirização, descolar a evolução dos valores dos ativos produtivos da evolução dos valores dos ativos financeiros (que incluem, portanto, o capital fictício – patentes, marcas, ações e títulos com rendimentos financeiros).

Uma forma alternativa de tratar esta questão seria considerar o fenômeno da financeirização em uma base abstrata ainda mais profunda, ou seja, resgatando que, associado às mensurações diferenciadas do capital fictício, há o crescimento do conteúdo de trabalho intelectual, caracterizado por oferecer uma maior dificuldade de avaliação de sua importância social, por abrir conexões com um futuro incerto que a razão busca antecipar e por ter conexões mais sofisticadas com os fatores políticos que a apropriação do trabalho físico,¹¹⁴ embora, como a definição de valor envolve um elemento comparativo, a 'desmedida' do valor do trabalho intelectual abra as portas para a 'desmedida' de qualquer trabalho – o que não elimina a existência de fatores objetivos que definam os limites inferiores destes valores. A

¹¹¹ Os fenômenos constitutivos da financeirização podem ser melhor detalhados nos seguintes pontos: "1) a mudança de natureza do sistema monetário-financeiro com o declínio da moeda e dos depósitos bancários enquanto substrato dos financiamentos, substituídos pelos ativos que geram juros; 2) a securitização que interconecta os mercados creditício e de capitais; 3) a tendência à formação de "conglomerados de serviços financeiros"; 4) a intensificação da concorrência financeira; 5) a ampliação das funções financeiras no interior das corporações produtivas; 6) a transnacionalização de bancos e empresas; 7) a variabilidade interdependente de taxas de juros e de câmbio; 8) o déficit público financeiro endogeneizado; 9) o banco central market oriented; 10) a permanência do dólar como moeda estratégica mundial." [Braga, 1997, p. 211]

¹¹² "A autonomização do capital-dinheiro sob a forma de capital a juros e a correspondente expansão do sistema de crédito são os elementos que permitem entender a centralização do capital e a fusão de interesses entre os bancos e a indústria. (...) O controle da riqueza sob a forma líquida é que permite ao sistema de crédito impor o seu comando sob todas as outras formas de riqueza." [Belluzzo, 1999, p. 88]

¹¹³ "Se os ativos tangíveis podem ser avaliados pelo seu custo de produção ou reposição, aqueles de natureza não-tangível só podem sê-lo através de sua capacidade líquida de ganho. Esta, por sua vez, só pode ser estimada como o valor capitalizado da totalidade dos rendimentos futuros esperados, menos o custo de reposição dos ativos tangíveis. É aqui, neste último elemento (ativos não-tangíveis), que reside a elasticidade do capital, comumente utilizada pela "classe financeira" para ampliar a capitalização para além dos limites da capacidade "real" de valorização." [Belluzzo, 1999, p.90 e 91]

¹¹⁴ "Embora o **próprio trabalho médio simples** mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples **potenciado** ou, antes, **multiplicado**, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples. (...) As diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição" [Marx, 1983/[1867], pág. 51 e 52. Grifos no original]. Na financeirização este processo de mensuração seria hegemônico, por vias da lógica da acumulação de capital, pelo capital financeiro.

financeirização corresponde ao poder do capital financeiro de interferir na mensuração do valor do trabalho socialmente necessário a partir de sua própria lógica de auto-valorização desconectada da lógica de valorização do capital produtivo,¹¹⁵ poder este potencializado perante um trabalho intelectual que abre maiores brechas para indefinição na medida do valor.¹¹⁶ Esse fenômeno se revela, por exemplo, pelo papel desempenhado pelas projeções de ganhos futuros com a informática e as telecomunicações no processo de criação de ativos financeiros, sobretudo durante os anos 90, a ponto de surgir uma bolsa de valores só de atividades de maior conteúdo tecnológico (e, portanto, de maior conteúdo de trabalho intelectual) nos EUA.

Os principais impactos deste processo sobre a periferia capitalista são: a forte dependência de capitais externos para 'fechar as contas' do balanço de pagamentos, manter estável a taxa de câmbio e, por conseqüência, os preços internos; o recurso à elevação da taxa de juros como forma de evitar a fuga de capitais e/ou atrair mais capitais – tipicamente de curto prazo; a primazia conferida à estabilidade da moeda resultando em trajetórias de crescimento medíocres ou, pelo menos, voláteis – pois fortemente dependentes da estabilidade financeira internacional; crise fiscal dos Estados periféricos, com todas as repercussões daí originárias referentes a corte de gastos e desmonte de políticas de desenvolvimento. É este último ponto que marca a crise do desenvolvimento regional no Brasil. Por um lado, o Estado nacional e as unidades sub-nacionais vêm-se às voltas com um elevado endividamento (resultante das elevadas taxas de juros praticadas nos períodos de crise internacional e de dificuldades próprias para obtenção de saldos positivos no balanço de pagamentos do país), comprimindo os gastos não-financeiros – tratados como secundários perante o compromisso de estabilidade da moeda que exige, no modelo econômico adotado, pleno atendimento às expectativas do 'mercado financeiro'; por outro lado há o crescente predomínio da lógica de curto prazo, característica recorrente da lógica financeira no padrão dólar flexível. O resultado é que as políticas de desenvolvimento regional passam a ser encaradas enquanto estorvos a uma "sadia política fiscal", que garanta a "credibilidade" perante "os mercados".

¹¹⁵ Daí surge uma outra definição da financeirização: "... após a profunda crise dos anos 70 do século XX, o capitalismo entra numa nova etapa que será caracterizada pela desmedida do próprio valor, ou, dizendo de outro modo, pela negação da possibilidade de cristalização do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias." [Prado, 2005, p. 14]

¹¹⁶ "... em razão do crescente conteúdo intelectual do trabalho, o valor encontra-se desmedido. Ao invés de um tempo de trabalho socialmente necessário na produção de mercadorias, o qual se formava objetivamente segundo a lógica de valorização do capital produtivo, agora se tem uma medida de tempo de trabalho abstrato até certo ponto arbitrária, que se torna dependente da arbitragem do próprio capital financeiro". [Prado, 2005, p. 15]

4.2.2 Escolhas nacionais na globalização pós 1980

Observa-se na Tabela 31 que em 1980, quando o mundo inaugura uma nova fase política e econômica mundial, o Brasil apresentava um PIB por Paridade de Poder de Compra de US\$ 447 bilhões, ligeiramente superior ao da China, em US\$ 445 bilhões, enquanto que a Índia apresentava um PIB por PPC de US\$ 431 bilhões. Em 2007, as projeções indicam que o PIB por PPC da China venha a corresponder a 6,65 vezes o PIB do Brasil, e o da Índia 2,43 vezes. A diferença na trajetória destes países, neste intervalo, afora as especificidades de cada país, residiu no fato de que o Brasil foi "enquadrado" na nova ordem mundial, ficando em uma posição passiva de inserção internacional ao abandonar alguns dos mecanismos mais importantes da estratégia desenvolvimentista. A China e a Índia mantiveram controles sobre os fluxos de capitais, regimes de câmbio fixo, proteção seletiva do mercado interno, baixas taxas de juros, elevados investimentos públicos em infra-estrutura, um grau de regulamentação pública da economia mais elevado que o Brasil e forte atuação das empresas estatais. Neste último ponto, no caso da China, as empresas estatais constituem o núcleo central da economia,¹¹⁷ enquanto que na Índia o processo de 'liberalização' e privatização ocorrido nos anos 90 não impediu a manutenção do domínio estatal no setor financeiro¹¹⁸ e a manutenção de uma participação das empresas estatais na economia a um nível capaz de interferir na trajetória de crescimento do país.¹¹⁹

Tabela 31 – Evolução do PIB PPC, em US\$ bilhões, dos países do G7 e do BRIC, em anos selecionados entre 1980 e 2007.

PIB PPC (US\$ bilhões)	1980	1985	1991	1994	1996	1999	2000	2005	2007
EUA	2.750	4.161	5.912	6.973	7.707	9.138	9.679	12.278	13.678
China	445	956	1.846	2.892	3.669	4.830	5.350	9.412	11.694
Índia	431	724	1.210	1.511	1.817	2.246	2.420	3.633	4.282
Japão	1.053	1.583	2.506	2.738	3.004	3.152	3.297	3.911	4.215
Alemanha *	768	1.049	1.575	1.754	1.875	2.067	2.178	2.522	2.699
Reino Unido	476	678	951	1.090	1.197	1.370	1.456	1.833	2.004
França	540	752	1.064	1.168	1.252	1.424	1.514	1.830	1.988
Rússia	858	1.073	1.287	916	881	937	1.054	1.576	1.812

¹¹⁷ Segundo Oliveira (2005), p. 5: "A China não realizou qualquer programa de privatizações. A terra continua a ser de propriedade do Estado e é cultivada por meio de concessões dos poderes públicos aos agricultores. A relativa perda de participação das empresas estatais sob controle do governo central deve-se ao rápido crescimento de empresas controladas por unidades sub-nacionais de governo, as chamadas *Towns and Villages Enterprises (TVEs)*. O investimento direto estrangeiro em [sic] é realizado por meio de associações com empresas chinesas (estatais ou TVEs) as quais, em geral, assumem o controle das novas unidades".

¹¹⁸ Na Índia "...não transferiram ao setor privado (nacional ou estrangeiro) nenhum banco estatal: dez anos depois de inaugurado o programa de reformas, o governo – em seus dois níveis, central e estadual – ainda controlava 80% dos ativos dos bancos comerciais." [Velasco, 2005, p. 35, in Economia Política Internacional, número 7 – Unicamp]

¹¹⁹ Vide Velasco (2005).

Itália	536	744	1.051	1.147	1.241	1.367	1.439	1.668	1.791
Brasil	447	609	823	972	1.081	1.175	1.253	1.577	1.758
Canadá	268	395	540	625	679	810	871	1.105	1.225

* Para os anos de 1980 e 1985, já considerada a soma da Alemanha Ocidental com a Alemanha Oriental.

Obs.: Os dados referentes à Rússia para os anos de 1980 e 1985 foram estimados a partir do valor de seu PIB em PPC em 1992, informado pelo FMI, e as taxas de variação do PNB da URSS entre 1980 e 1990, e da Rússia em 1991 e 1992, obtidas no portal da divisão de Estatísticas da ONU.

Fonte: Dados obtidos no portal do FMI e da ONU (divisão de estatísticas). Elaboração própria.

A economia brasileira, por sua vez, sofreu o impacto da crise da dívida externa, a partir de 1981 até 1983, que deixou uma herança de endividamento externo e indisponibilidade de capitais externos que iria fomentar a transformação do modelo econômico brasileiro do que se denominava de "desenvolvimentismo conservador" para um modelo crescentemente liberal.¹²⁰

O processo se inicia pela escolha adotada pelo país frente à crise da dívida externa. A dívida do país, que até 1979 era administrável, torna-se rapidamente problemática ao longo de um ano em que o país optou por continuar a crescer em ritmo acelerado – o país cresceu 9,2% em 1980. Já ao final de 1980, e ao longo de 1981, porém, o governo brasileiro inverteu sua estratégia, aceitando a drástica mudança das taxas internacionais de juros, imposta pelos EUA, e não adotou uma moratória. A recessão provocada pela política econômica e a desvalorização da moeda, entre outras medidas, não foram suficientes para reverter o impacto da alta das taxas de juros nos EUA, e o país acabou por recorrer ao FMI para recuperar as suas reservas internacionais, acatando suas regras para a realização do empréstimo, do qual se destaca o aprofundamento de políticas recessivas, como forma de reduzir as importações, e a continuidade da desvalorização da moeda brasileira, como forma de expandir as exportações. O objetivo central do programa do FMI era viabilizar a continuidade do pagamento dos serviços da dívida externa, sem compromissos efetivos com o controle da inflação. Como o país já apresentava, em 1980, um certo patamar inflacionário¹²¹, a desvalorização da moeda deflagrou um encrudescimento do processo inflacionário que provocou valorização real dos preços dos produtos exportados. Perante o compromisso do governo federal de garantir elevados superávits comerciais, e tendo em vista que a maior parte das exportações brasileiras era de commodities, fortemente dependentes dos preços, o governo continuou realizando desvalorizações nominais, perseguindo uma competitividade por preços das exportações do país, provocando uma realimentação do processo inflacionário. É difícil de precisar em que

¹²⁰ O impacto da crise da dívida externa sobre os países asiáticos, nos anos 80, foi completamente distinto. Para um estudo sobre os condicionantes assimétricos entre os países subdesenvolvidos da Ásia e da América Latina, vide Medeiros (1997).

¹²¹ Decorrente, em parte, da elevação dos custos de produção associados à segunda crise do petróleo (pode-se considerar que a primeira, em 1974, pode ter deixado algum resíduo por efeito inercial), à estrutura oligopolista da economia brasileira, e à baixa capacidade ociosa em alguns setores da economia.

ponto, mas não tardou que a inflação inercial passasse a comandar o processo inflacionário no país. Convivendo com um período de baixa liquidez internacional, o país não podia contar com novo endividamento externo para 'fechar as contas' e permitir uma valorização da moeda, assim como não se afastou do compromisso de manter os serviços da dívida externa. A moratória realizada em 1987 não pode ser classificada enquanto uma escolha política. Foi mais uma falta de escolha em função dos níveis muito baixos de reservas internacionais, indicando, mantida a trajetória de então, um virtual 'esvaziamento' das reservas internacionais.

Só em 1994, quando a liquidez internacional estava em alta¹²², o país conseguiu adotar um plano econômico capaz de debelar a inflação inercial e manter a estabilidade de preços em compatibilidade com o cenário internacional da época – no qual predominavam países sem problemas relevantes com a inflação. Decerto que tal só foi possível revertendo o fechamento comercial observado desde a crise da dívida, embora, como pode ser visto na Tabela 32, a abertura comercial do Brasil – entendida como fluxo de comércio (exportações mais importações) pelo PIB do país – tenha sido maior nos anos 70 e mesmo nos anos 80, do que foi nos anos 90. Ocorre, assim, nos anos 90, o processo inverso do ocorrido nos anos 80. Enquanto que os anos 80 foram caracterizados pelo chamado "ajuste exportador", processo pelo qual a ação governamental se orientou em ampliar as exportações e reduzir as importações para garantir o pagamento dos serviços da dívida externa, os anos 90 são caracterizados pelo chamado "ajuste importador", a partir de uma valorização da moeda e redução das proteções tarifárias, visando expor o mercado interno aos preços internacionais (mais estáveis) e completar a estratégia de estabilização de preços, que teve no recurso da URV o mecanismo de controle da inflação inercial, mas que precisava de mecanismos para conter outras fontes inflacionárias (de demanda, de custos ou mesmo estrutural). O aumento da oferta de produtos estrangeiros serviu para conter diferentes fontes inflacionárias e sacramentar a eliminação da inflação inercial.

O problema desta estratégia é que a valorização da moeda foi mantida via atração de capitais de curto prazo por uma taxa de juros interna mais alta que as taxas aplicadas em outros países. Durante os anos 90 o Brasil se manteve entre os países de mais elevadas taxas de juros do mundo. A conexão entre taxa de câmbio e taxa de juros, tendo em vista a desregulamentação da conta financeira e maior mobilidade de capitais, consistiu em uma ligação que serviu de 'armadilha' para a economia brasileira, pois a elevada taxa de juros (passado o primeiro momento de euforia com a estabilização de preços) travou o crescimento

¹²² Já a partir de 1992 o país seguiu um forte processo de recuperação das reservas internacionais. Até 1994, este processo ocorreu de forma conjugada entre superávits comerciais e entrada líquida de capitais estrangeiros, tipicamente de curto prazo.

da economia, dificultando investimentos que permitissem ganho de competitividade por parte das exportações, e mais ainda sua diversificação para produtos de maior valor agregado e maior elasticidade renda de demanda.¹²³ O mesmo efeito gerou sobre a produção interna, que enfrentava uma competição adversa frente a uma moeda razoavelmente sobrevalorizada, e custos financeiros muito superiores aos enfrentados pelas empresas produtoras dos bens importados. De 1994 a janeiro de 1999, o regime de câmbio fixo então adotado, acompanhado que foi pela liberalização da conta financeira e de capitais, e pela escolha inicial do governo de fazê-lo relativamente sobrevalorizado (posteriormente, o governo federal passou a ter dificuldade de corrigir o câmbio, rapidamente, sem gerar efeitos inflacionários significativos), não desempenhou o mesmo caráter vantajoso observado pela adoção deste mesmo mecanismo na China e na Índia (países nos quais não ocorreu liberalização financeira, e a taxa de câmbio – fixo, mas ajustável – foi mantida subvalorizada).

Tabela 32 – Média aritmética do Comércio Exterior Anual de Bens e Serviços (n.f.) pelo PIB – Brasil

	Exportações / PIB (em %)	Importações / PIB (em %)	Comércio Exterior / PIB (em %)	Exportações / Importações
Média dos Anos 70	7,12	9,18	16,30	0,7756
Média dos Anos 80	10,64	8,05	18,69	1,3217
Média dos Anos 90	8,15	8,03	16,18	1,0149
Média 94-99	7,65	8,76	16,41	0,8733

Fonte: Banco Central, calculado por Duarte (2001).

O resultado dos condicionantes internacionais favoráveis ao crescimento econômico entre 1960 e 1980, foi que os governos brasileiros aplicaram políticas de desenvolvimento regional a partir de seus investimentos públicos, de seus gastos com consumo de custeio, e da atuação de empresas estatais, além da expansão do crédito público ao setor privado. A partir da crise da dívida externa, nos anos 80, a capacidade fiscal do Estado brasileiro entra em crise, embora, até 1986, não se possa falar de retração de gastos públicos para a região Nordeste, sobretudo na forma de gastos de custeio. O processo de crise, entretanto, inicia-se nos anos 80 e tem prosseguimento pelos anos 90, período no qual entra em crise a política brasileira de desenvolvimento regional.¹²⁴

Observe-se, por fim, que a crise fiscal dos governos não significou, necessariamente, redução drástica dos gastos em custeio da administração pública. Isso porque os gastos com

¹²³ Mais do que isso: reorientou a preferência empresarial para projetos cuja maturação dos investimentos fosse em prazos menores, favorecendo os setores de menor complexidade e dinamismo tecnológico e menor intensidade de capital, entre os quais predominam atividades de menor valor agregado e menor elasticidade renda de demanda, propiciando o que alguns autores denominaram de “especialização regressiva”, como Coutinho (1997) e Santos (1993).

¹²⁴ Entre os trabalhos que tratam do tema, pode-se citar Araújo (2000) e Monteiro Neto (2005).

consumo, diferentemente dos investimentos, apresentam certa inelasticidade temporal, tendo em vista que o governo não pode promover demissões em massa, nem pode deixar de atender certos serviços legalmente obrigatórios. Ao mesmo tempo, os governos não podem deixar de ter algum tipo de política assistencial para aliviar os efeitos sociais seja dos períodos recessivos, seja dos impactos da reestruturação produtiva associada ao avanço do neoliberalismo – terceirização de serviços com queda dos salários; aumento da produtividade mais pela redução de pessoal do que pelo aumento da produção; redução de direitos sociais; privatizações seguidas de demissões. Em tese, o uso destes recursos para investimentos poderia promover o crescimento e atenuar os citados efeitos sociais da reestruturação produtiva, mas há que se considerar tanto o maior tempo de maturação dos investimentos na geração de efeitos multiplicadores, quanto a questão do direcionamento dos recursos, visto que a realização de investimentos simplesmente não garante o atendimento do público-alvo do assistencialismo (a renda gerada pelo investimento tanto pode ser concentrada pelos capitalistas, quanto atender uma camada da população já empregada. O efeito multiplicador não oferece garantias quanto ao destino da renda), de maneira que não se consegue arrefecer a pressão social. Além disso, existe o efeito de escala mínima: os gastos com assistencialismo podem ser muito mais pulverizados do que gastos com investimentos que só fazem sentido se atenderem toda a amplitude da infra-estrutura a ser criada, ou do serviço a ser prestado.

4.3 – Decomposição do crescimento do produto por período – descrição e interpretação focada na contribuição setorial

O propósito desta seção é descrever a decomposição do crescimento por período, enfatizando os aspectos mais relevantes, ressaltando os condicionantes históricos mais cruciais e uma interpretação focada na contribuição setorial para os resultados obtidos. Cabe ressaltar, mais uma vez, que os valores decompostos nas tabelas anteriores referem-se a valores correntes deflacionados pelo deflator implícito do PIB do Brasil. Na medida em que todos os componentes do produto tiveram seus preços ajustados por um único deflator, o efeito dos preços relativos, observado a cada ano, fica mantido. Este procedimento precisa ser lembrado quando da leitura dos comentários abaixo.

4.3.1 Período 1960-1965

I – Descrição dos resultados da decomposição

Entre 1960 e 1965 o PIB da região Nordeste cresceu a uma média de 6,65% ao ano, enquanto que o resto do Brasil crescia a 3,93%. No caso da região Nordeste, os gastos governamentais com custeio foram reduzidos, assim como as exportações internacionais e as exportações inter-regionais (respectivamente, - 2,61%, - 1,78% e - 3,15%). A FBCF das empresas estatais, por sua vez, apresentou uma elevada taxa média anual de crescimento, de 21,87%, a maior taxa entre os períodos analisados. Já o resto do Brasil teve em suas exportações internacionais, com 16,41%, a evolução individual dos componentes do produto mais destacada.

Em termos de contribuição ao crescimento do PIB, a parcela referente à variação da demanda interna constituiu-se em 33,66% do PIB em 1960, enquanto que a própria variação do PIB foi de 37,98% em relação ao PIB nordestino no mesmo ano. A contribuição da demanda externa para o crescimento do PIB da região Nordeste foi negativa, isto é, a demanda externa foi reduzida, em 1965, da ordem de - 2,3% do PIB em 1960. Já a variação do coeficiente de importações totais sobre as demandas interna e externa, contribuiu positivamente, com aproximadamente 6,62% do PIB em 1960. Se comparado com o resto do Brasil, este resultado para a região Nordeste destaca a maior importância que a demanda interna teve no período para o crescimento do produto.

Em termos de coeficientes da demanda induzida, observe-se que o coeficiente de importações inter-regionais, em 1960, foi da ordem de quatro vezes o coeficiente de importações internacionais e quase duas vezes a taxa de investimento da região Nordeste. Para o mesmo ano, o resto do Brasil contava com um coeficiente de importações inter-regionais de 0,0151, ou seja, menos de 10% do mesmo coeficiente de 0,166 da região Nordeste. Comparando com o ano de 1965, observa-se um crescimento do coeficiente de consumo e da taxa de investimento na região Nordeste, simultaneamente a uma queda nos dois coeficientes de importação, com maior destaque para a maior redução do coeficiente de importações inter-regionais. Para o resto do Brasil, todos os coeficientes foram reduzidos, com maior destaque para a redução da taxa de investimento, em - 0,028 (medida adimensional).¹²⁵

Em termos das contribuições dos componentes da demanda autônoma, já ponderadas pelo peso destas contas no PIB, o destaque para a região Nordeste ficou mesmo com a FBCF das empresas estatais, com o equivalente a 3,95% do PIB de 1960. Para efeito de comparação,

¹²⁵ Ou seja, uma redução do investimento induzido da ordem de 2,8% do PIB.

observe-se que, para o resto do Brasil, o fator mais relevante foi a variação das exportações internacionais.

Considerando o procedimento de agregar as contribuições em duas parcelas, P1 função da variação da demanda autônoma e do supermultiplicador médio, e de P2, função da variação do supermultiplicador e da demanda autônoma média, constata-se que a maior parcela do crescimento da região Nordeste foi explicada, neste período, por P2, ou seja, pela variação do supermultiplicador, com 30,9% do PIB de 1960. Cabe resgatar que esta variação foi função, em maior medida, da redução do coeficiente de importações inter-regionais.

Perante este quadro, pode-se classificar este período de crescimento enquanto "liderado" pela redução do coeficiente de importações inter-regionais (uma espécie de "substituição de importações" regional) e, em menor medida, pelos investimentos em formação bruta de capital fixo das empresas estatais federais.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

O ano de 1960 foi o penúltimo ano de um ciclo de crescimento econômico nacional associado ao Plano de Metas do governo de JK, ocorrido entre 1956 e 1961. O PIB do NE cresceu 9,8%, o que favoreceu o aumento das importações. A partir de 1961 a economia arrefeceu, com taxas de 4,2%, 6,3%, 4,7%, 5,9% e 2,7%, respectivamente nos anos de 1961, 1962, 1963, 1964 e 1965. A economia nordestina não chegou a entrar em recessão, apresentando mais um quadro de desaceleração com significativas oscilações para cima, como em 1962 e 1964. Mas o fato é que, em 1965, a taxa de crescimento foi relativamente baixa, perante o observado desde 1960, o que deve ter contribuído, para além das contribuições dos fatores preços relativos internos e taxa de câmbio real, para a redução dos coeficientes de importação, assim como da taxa de investimento. Para o caso da região Nordeste, o coeficiente de importações internacionais caiu da ordem de 1/3 de seu valor em 1960, enquanto o coeficiente de importações inter-regionais foi reduzido na ordem de 26% de seu valor no mesmo período.

Outras conclusões podem ser extraídas no tocante à composição do comércio. No caso específico das importações e exportações inter-regionais, entre 1961 e 1967 (não há dados para os anos de 1960 e 1965), descritas na Tabela 33 segundo a classificação adotada por Goodman & Albuquerque (1974),¹²⁶ dois fatos merecem ser destacados. O primeiro é a maior

¹²⁶ Na tabela original constam os seguintes capítulos: 1.0 – Produtos de Origem Vegetal; 2.0 – Produtos de Origem Animal; 3.0 – Animais Vivos; 4.0 – Produtos de Origem Animal (SIC) e 5.0 – Produtos Industrializados. Não se conseguiu confirmação, mas o mais provável é que o capítulo 4.0 refira-se a produtos de origem mineral.

concentração de importações em produtos industrializados (96,0% e 98,7%, respectivamente, nos anos de 1961 e 1967), enquanto a pauta de produtos exportados contava com uma maior participação de produtos não industrializados, sobretudo os de origem vegetal. Em 1961, 74,6% da pauta de exportações inter-regionais era composta por produtos industrializados, e 19,1% por produtos de origem vegetal, enquanto que em 1967 a participação dos produtos industrializados caiu para 63,6%, enquanto os produtos de origem vegetal tiveram um aumento para 25,9% da pauta exportadora.¹²⁷

Um segundo fato é que o perfil da especialização comercial da região Nordeste era centrado na indústria química e na indústria têxtil

Estes fatos reforçam o argumento de Francisco de Oliveira da intensificação da redivisão regional do trabalho no Brasil nos anos 60, processo que confere ao Nordeste uma maior especialização na agropecuária, um "afunilamento" das indústrias regionais, com a indústria têxtil do Nordeste, em especial, perdendo espaço para a indústria do Centro-Sul (observe-se a queda das exportações de têxteis e vestuário, concomitantemente ao aumento das importações). Observe-se ainda que a especialização na indústria química não fica inequivocamente prejudicada no período, visto que a queda da participação deste setor no total das exportações foi compensada com uma queda das importações inter-regionais, demonstrando uma certa vitalidade desta indústria no Nordeste, já neste período.

Tabela 33 – Composição setorial das exportações e importações inter-regionais, nos anos de 1961 e 1967, em %.

	Xrb			Mrb	
	1961	1967		1961	1967
5.0 – Produtos Industrializados	74,6	63,6	5.0 - Produtos Industrializados	96,0	98,7
1.0 – Produtos de Origem Vegetal	19,1	25,9	5.15 Têxteis e artigos de vestuário	17,2	21,0
5.11 Química	28,0	21,5	5.5 Material de transporte	10,7	18,9
5.15 Têxteis e artigos de vestuário	23,0	18,9	5.4 Material elétrico	6,7	9,1
4.0 – Produtos de Origem [mineral]	5,4	10,1	5.12 Produtos farmacêuticos	7,3	8,8
5.16 Produtos Alimentares	13,9	7,8	5.16 Produtos Alimentares	12,0	8,8
5.4 Material elétrico	0,2	2,7	5.2 Metalúrgica	8,5	5,7
5.10 Couros e Peles	2,7	2,6	5.11 Química	9,2	3,9
5.2 Metalúrgica	0,2	2,1	5.18 Fumo	1,1	3,7
5.20 Diversos	0,2	1,9	5.3 Mecânica	3,4	2,6
5.1 Minerais não metálicos	1,6	1,3	5.8 Papel e papelão	2,2	2,4
5.5 Material de transporte	1,1	1,3	5.17 Bebidas	3,4	2,4
5.17 Bebidas	0,2	1,0	5.13 Perfumaria, sabões e velas	3,3	2,3
5.18 Fumo	1,1	1,0	5.1 Minerais não metálicos	1,3	1,7
			5.14 Materiais plásticos	1,4	1,6
			5.7 Mobiliário	1,2	1,5
			1.0 - Produtos de Origem Vegetal	3,9	1,2
			5.20 Diversos	0,7	1,2

¹²⁷ Este fato é tratado indiretamente por (1989/[1977]), quando destaca a mudança do papel da região Nordeste na divisão regional do trabalho, com uma nova "atribuição", vide p. 70 a 75 de Oliveira (1989/[1977]).

			5.6 Madeira	2,4	1,1
			5.19 Editorial e gráfica	0,7	1,0

Fonte: Goodman & Albuquerque (1974). Ordenamento próprio.

No tocante aos indicadores de especialização produtiva, descritos na Tabela 34, o que se observa é uma relativa estabilidade destes indicadores tanto para a região Nordeste quanto para a região Sudeste, tomada aqui enquanto referência para comparação do grau de dinamismo setorial existente no país. Nesta relativa estabilidade, entretanto, a região Nordeste apresentou um maior número de casos de alteração dos índices igual ou superior a 0,05 (valor tomado aqui, arbitrariamente, enquanto referência de mudança significativa). A Administração Pública (APU), com aumento de 0,06, o setor de Aluguéis e Serviços para as empresas (ASE), com aumento de 0,05, e o setor de Transportes e Comunicações (TC), com aumento também de 0,05, expressaram uma lenta tendência de mudança estrutural da região, em direção a uma maior semelhança da média nacional.

Tomados os grandes setores, portanto, não foram observadas mudanças significativas do perfil da estrutura econômica nem do Nordeste nem do Sudeste. Cabe, contudo, observar-se com maior atenção o caso da indústria.

O que se constata pela Tabela 35 é que, entre 1960 e 1966 (também não há dados para 1965, para a indústria), 13 gêneros industriais tiveram aumento em seu índice simétrico de especialização, enquanto 9 tiveram redução. Para o mesmo período, a região Sudeste teve aumento em 4 e redução em 18 gêneros.

Como o impacto recessivo do período de 1962 a 1967 foi maior na região Sudeste que na região Nordeste – inequivocamente, segundo a SUDENE, e a depender do deflator adotado, se consideradas as estimativas do IPEA – seria de se esperar um avanço relativo das outras regiões, incluindo a região Nordeste, que continuaram a crescer e a transformar suas economias, como parece ter ocorrido. Mas há, ainda outra razão, válida para todos os períodos aqui examinados: em função do tamanho da economia da região Sudeste, perante a economia brasileira, a tendência é que as proporções setoriais observadas sejam mais próximas da média nacional do que qualquer outra região.

Tabela 34 – Evolução dos índices de especialização produtiva, entre 1960 e 1965.

	Nordeste								Sudeste							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1960	0,20	-0,08	0,10	-0,23	-0,30	-0,02	-0,40	-0,14	-0,19	0,04	-0,01	0,08	0,10	0,02	0,13	0,04
1961	0,21	-0,04	0,07	-0,23	-0,31	0,01	-0,42	-0,09	-0,20	0,01	0,00	0,09	0,11	0,02	0,13	0,04
1962	0,22	-0,08	0,09	-0,24	-0,38	-0,03	-0,43	-0,12	-0,21	0,00	0,00	0,09	0,13	0,03	0,15	0,06
1963	0,24	-0,04	0,07	-0,20	-0,35	-0,02	-0,42	-0,08	-0,22	0,01	0,00	0,07	0,12	0,01	0,13	0,03
1964	0,22	-0,03	0,07	-0,21	-0,33	-0,04	-0,35	-0,10	-0,21	0,01	0,00	0,07	0,12	0,02	0,12	0,05
1965	0,21	-0,02	0,08	-0,22	-0,33	-0,05	-0,35	-0,09	-0,20	0,00	0,00	0,08	0,12	0,02	0,12	0,06

Nota: Agr – agropecuária; APU – Administração Pública; Com – Comércio; IF – Instituições Financeiras; Ind – Indústria; OS – Outros Serviços; ASE – Aluguéis e Serviços para as empresas; TC – Transporte e Comunicações.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE obtidos em www.ipeadata.gov.br.

Tabela 35 – Evolução do ISE dos gêneros industriais entre 1960 e 1966, para as regiões Nordeste e Sudeste.

NORDESTE	1960	1966	diferença	SUDESTE	1960	1966	diferença
Produtos minerais	0,683	0,174	-0,508	Produtos minerais	-0,410	-0,092	0,319
1. Dinâmicos	-0,319	-0,182	0,137	1. Dinâmicos	0,373	0,048	-0,325
Química	0,221	0,362	0,141	Farmácia	0,109	0,097	-0,012
Minerais não-metálicos	0,055	0,111	0,056	Material de transporte	0,106	0,090	-0,016
Perfumaria	-0,031	-0,157	-0,126	Borracha	0,096	0,081	-0,015
Metalúrgica	-0,726	-0,491	0,235	Material elétrico	0,102	0,074	-0,028
Materiais plásticos	-0,944	-0,510	0,434	Mecânica	0,086	0,063	-0,023
Papel e papelão	-0,306	-0,567	-0,261	Metalúrgica	0,078	0,054	-0,024
Borracha	-0,828	-0,726	0,102	Perfumaria	0,033	0,053	0,020
Mecânica	-0,922	-0,740	0,182	Materiais plásticos	0,107	0,047	-0,060
Material elétrico	-0,928	-0,742	0,186	Química	-0,009	-0,003	0,006
Farmácia	-0,799	-0,863	-0,064	Papel e papelão	0,012	-0,008	-0,021
Material de transporte	-0,825	-0,885	-0,060	Minerais não-metálicos	0,002	-0,009	-0,011
2. Tradicionais	0,142	0,168	0,026	2. Tradicionais	-0,202	-0,070	0,132
Fumo	0,364	0,502	0,139	Diversas	0,06	0,059	-0,001
Bebidas	-0,034	0,291	0,325	Editorial e gráfica	0,045	0,022	-0,023
Produtos alimentares	0,239	0,26	0,021	Têxtil	0,004	-0,014	-0,018
Têxtil	0,289	0,26	-0,03	Mobiliário	0,007	-0,031	-0,038
Couros e peles	0,311	0,079	-0,232	Vestuário	-0,009	-0,046	-0,036
Editorial e gráfica	-0,274	-0,099	0,175	Bebidas	-0,019	-0,069	-0,051
Mobiliário	-0,2	-0,197	0,003	Produtos alimentares	-0,122	-0,111	0,011
Vestuário	-0,278	-0,216	0,062	Fumo	-0,115	-0,147	-0,032
Madeira	-0,358	-0,438	-0,079	Couros e peles	-0,178	-0,187	-0,009
Diversas	-0,681	-0,708	-0,027	Madeira	-0,389	-0,406	-0,018
DESVIO MÉDIO			0,155	DESVIO MÉDIO			0,034
DESVIO PADRÃO			0,207	DESVIO PADRÃO			0,074
H (índice de entropia)	27,88	28,35		H (índice de entropia)	-	10,74	

Obs 1: A classificação dos gêneros é diferenciada entre as duas fontes consultadas. Foi tomada por referência a classificação do Censo Industrial.

Obs 2: Não há informações para o ano de 1965.

Fonte: Cálculo próprio a partir do Censo Industrial de 1960 e da PIA de 1966.

4.3.2 Período 1965-1970

I – Descrição dos resultados da decomposição

Isoladamente, a conta macroeconômica com maior taxa de variação média anual, no período, foi o aumento das importações inter-regionais, com 29,09%, seguida da FBCF da Administração Pública, com 18,11% de taxa média anual. No mesmo período, o resto do Brasil apresentou a contrapartida do crescimento das exportações inter-regionais no citado percentual – lembrando que se trata, neste ponto, da variação dos componentes do produto sobre seus próprios valores nos anos iniciais. Em seguida, para o resto do Brasil, a conta que mais variou foi a FBCF das empresas estatais.

A variação da demanda interna teria propiciado um aumento de 55,58% do PIB do Nordeste em 1965, não fosse a contribuição negativa da variação dos coeficientes de importações, em - 25,15% do PIB de 1965, no período, enquanto a contribuição do aumento da demanda externa foi de apenas 4,09%, totalizando os 34,53% de variação do PIB da região. No mesmo período, o resto do Brasil tinha o crescimento de seu também liderado pela variação da demanda interna, mas com uma contribuição negativa do aumento das importações bem menor, em - 2,85% do PIB do resto do Brasil em 1965.

Frente ao detalhamento dos coeficientes da demanda induzida, observou-se um aumento do coeficiente de importações inter-regionais em tamanha magnitude que resultou, em 1970, um coeficiente correspondente a cerca do dobro observado em 1960 (0,1660 X 0,3254). A taxa de investimento da região Nordeste também apresentou expansão significativa, também alcançando uma magnitude, em 1970, correspondente a quase o dobro do observado em 1960 (0,0879 X 0,1642). A rigor, como será melhor comentado mais adiante, estes fenômenos estão vinculados.

Em termos de variação da demanda autônoma entre 1965 e 1970, este período teve como maior contribuição a FBCF da Administração Pública, com 6,03% do valor do PIB do Nordeste em 1965, seguida pelo aumento das exportações internacionais, com 2,25%. Neste mesmo período, o resto do Brasil contava com a principal contribuição ao crescimento, por parte da demanda autônoma, oriunda dos gastos governamentais com custeio, com 6,76%, seguida da contribuição das exportações para a região Nordeste, com 5,38% do PIB do resto do Brasil em 1965.

Para este período, a contribuição decorrente da variação da demanda autônoma do Nordeste foi de 43,12% do PIB no ano inicial, em contrapartida a uma variação negativa de - 8,59%, oriunda da variação do supermultiplicador, resultante do grande aumento de importações inter-regionais, totalizando um percentual de 34,53% de variação do PIB no período. Para o resto do Brasil, também o componente da variação do supermultiplicador apresentou contribuição negativa, de 10,64% do PIB no ano inicial, só que, neste caso, bem

mais em função da redução do coeficiente de consumo e do aumento do coeficiente de importações internacionais.

O saldo destes processos conjuntos de indução da demanda por parte de uma demanda autônoma é que podemos classificar este período de crescimento do Nordeste enquanto liderado pela FBCF da Administração Pública. A mesma classificação pode ser dada ao crescimento do resto do Brasil, ressalvando-se, entretanto, que relativamente próxima (6,76% X 5,38%) a contribuição das exportações do resto do Brasil destinadas ao Nordeste.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

Período que envolve o final de uma recessão nacional e o início do "milagre econômico". Como foi visto acima, o crescimento da região Nordeste no período foi liderado pela FBCF da Administração Pública.

Em termos da evolução setorial, o quadro de indicadores simétricos de especialização pode sinalizar as tendências de transformação, conforme se observa na Tabela 36.

Tabela 36 – Evolução do ISE dos grandes setores da economia das regiões Nordeste e Sudeste

	NORDESTE								SUDESTE							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1965	0,21	-0,02	0,08	-0,22	-0,33	-0,05	-0,35	-0,09	-0,20	0,00	0,00	0,08	0,12	0,02	0,12	0,06
1966	0,23	-0,03	0,05	-0,04	-0,37	-0,02	-0,44	-0,05	-0,20	0,00	0,02	-0,01	0,12	0,01	0,13	0,04
1967	0,25	-0,01	0,07	-0,05	-0,40	-0,04	-0,35	-0,12	-0,23	0,01	0,02	-0,01	0,13	0,01	0,14	0,05
1968	0,26	0,00	0,05	-0,04	-0,39	-0,03	-0,17	-0,11	-0,25	0,00	0,02	-0,01	0,13	0,01	0,12	0,04
1969	0,25	0,04	0,04	-0,02	-0,38	-0,01	-0,18	-0,09	-0,25	-0,01	0,03	-0,01	0,12	0,01	0,10	0,03
1970	0,28	0,12	0,04	-0,16	-0,25	-0,03	0,03	-0,03	-0,32	-0,04	-0,03	0,03	0,10	0,03	0,01	0,01

Obs.: Onde Agr – Agropecuária; APU – Administração Pública; Com – Comércio; IF – Instituições Financeiras; Ind – Indústria; OS – Outros Serviços; ASE – Aluguéis e Serviços às empresas; TC – Transporte e Comunicações.

Fonte: Dados primários do IBGE, obtidos em www.ipeadata.gov.br. Cálculo próprio.

No período, a região Nordeste apresentou um aumento do indicador da especialização agropecuária, inclusive em 1970, ano de uma seca na região, quando ocorreu uma queda do PIB da ordem de 4%. A evolução do ISE da Administração Pública foi de uma melhora crescente, mas relativamente lenta. Nos anos de 1969 e 1970 ocorrem, em seqüência, dois "saltos" no ISE, até ficar em 0,12. Aparentemente, o efeito de 'compensação' ocorreu em maior medida na região Sudeste, que teve seu indicador reduzido de 0,00 em 1968 para – 0,04 em 1970. A indústria teve uma trajetória oscilante neste seu indicador, que apontou uma redução em seu peso relativo (vis a vis o peso nacional) de 1965 a 1967, com leve melhora nos anos de 1968 e 1969, e certa aceleração entre 1969 e 1970. Ao final do período, de todos

os grandes setores considerados, foi o setor de Aluguéis e Serviços para as empresas que apresentou a maior variação, deixando a condição de "fortemente desespecializado", entre 1965 e 1967, para um índice positivo em 1970.

Em síntese, este período não foi marcado por taxas especialmente elevadas de crescimento para a região Nordeste. A expansão da indústria, por sua vez, só foi impactar de forma relevante, em termos comparativos, no ano de 1970, que foi até de recessão para a região. A liderança da FBCF da Administração Pública parece não ter repercutido significativamente sobre a estrutura econômica, talvez apenas em algum grau de influência sobre o aumento da relevância do setor de "Aluguéis e Serviços às Empresas".

Apesar da região continuar apresentando um ISE negativo de especialização na indústria relativamente significativo, mesmo em 1970 quando foi tornado menos negativo, não deixa de ser uma informação relevante considerar como evoluiu a especialização internamente entre os gêneros da indústria, agrupando os gêneros em termos de "dinâmicos" e "tradicionais". Dada a relativa estabilidade do indicador de especialização da indústria da região Sudeste, um comparativo entre as duas regiões foi descartado na Tabela 37.

Tabela 37 – Evolução do ISE dos gêneros da indústria da região Nordeste, entre 1966 e 1970.

NORDESTE	1966	1970	diferença
Produtos minerais	0,174	0,090	-0,084
DINÂMICOS	-0,182	-0,203	-0,021
Material elétrico	-0,742	-0,364	0,378
Minerais não metálicos	0,111	0,310	0,199
Mecânica	-0,74	-0,589	0,151
Material de transporte	-0,885	-0,755	0,130
Metalúrgica	-0,491	-0,399	0,092
Farmácia	-0,863	-0,774	0,089
Papel e papelão	-0,567	-0,509	0,058
Borracha	-0,726	-0,710	0,016
Materiais plásticos	-0,51	-0,510	0,000
Perfumaria	-0,157	-0,299	-0,142
Química	0,362	0,186	-0,176
TRADICIONAIS	0,168	0,192	0,024

Vestuário	-0,216	0,041	0,257
Madeira	-0,438	-0,222	0,216
Mobiliário	-0,197	-0,060	0,137
Produtos alimentares	0,260	0,364	0,104
Diversas	-0,708	-0,653	0,055
Bebidas	0,291	0,334	0,043
Couros e peles	0,079	0,008	-0,071
Fumo	0,502	0,416	-0,086
Têxtil	0,260	0,160	-0,100
Editorial e gráfica	-0,099	-0,212	-0,113
H (índice de entropia)	28,35	22,27	

(1) VTI Estimado pela relação Sal (SE) / Sal (BR), dada a ausência de dados para região Sudeste em função do critério de confidencialidade do IBGE.

Fonte: Santana (2001) e PIA de 1966. Cálculos próprios.

Constata-se que a maioria dos gêneros apresentou evolução positiva em seus indicadores. Contudo, apesar de todos os outros gêneros de grupo de indústrias dinâmicas ter tido variação positiva em seus índices simétricos de especialização, a redução da importância relativa, em termos de VTI, do gênero de Perfumaria e – esta sim, crucial – do gênero da indústria Química, conferiu um recuo no nível de especialização da região no agrupamento de gêneros dinâmicos. O aumento do indicador de especialização do grupo de indústrias tradicionais, por sua vez, foi refletido na variação positiva de seis dos dez gêneros.

4.3.3 Período 1970-1975

I – Descrição dos resultados da decomposição

Mais uma vez a FBCF das empresas estatais é destaque em termos de taxa média de crescimento anual, e na mesma magnitude que no período entre 1960 e 1965, com 21,35% de variação anual. Neste período, entretanto, esta conta ficou atrás dos gastos governamentais em custeio, que teve uma taxa média de crescimento anual de 31,61%.¹²⁸

Neste período não houve contribuição negativa ao crescimento do PIB nem da variação da demanda externa, que contribuiu com o equivalente a 9,16% do PIB de 1970, nem da variação dos coeficientes de importações, que contribuiu, positivamente, com 9,85%. Mas

¹²⁸ Observe-se que, segundo Gremaud, Vasconcelos & Toneto Jr. (2002), a reforma tributária inclusa no PAEG ocorreu entre os anos de 1964 e 1966. Como pode ser visto no capítulo 3, a carga tributária total começou a crescer a partir de 1968, pois só a partir deste ano ocorreu a plena coincidência entre aumento da capacidade arrecadatória e altas taxas de crescimento do produto, visto que até 1967 o país enfrentava uma recessão. Acrescido a este aumento da arrecadação o desenvolvimento do sistema financeiro, fortalecendo a capacidade de endividamento do setor público, os condicionantes do financiamento dos gastos públicos foram bastante favoráveis. Naturalmente que esta maior capacidade de nada serviria se não houvesse a decisão política de ampliar os gastos públicos.

foi a variação da demanda interna, em 38,37% do PIB de 1970, que viabilizou o PIB da região acumular um crescimento de 57,39%, em 1975, em relação a 1970.

O impacto positivo da variação dos coeficientes de importações decorreu da redução do coeficiente de importações inter-regionais, de 0,325 para 0,236, enquanto o coeficiente de importações internacionais foi ampliado de 0,04 para 0,0438. A taxa de investimento ainda foi maior em 1975 do que tinha sido em 1970, alcançando, para este primeiro ano, o valor de 0,1725, ou seja, com o investimento correspondendo a 17,25% do PIB. Em termos de variação, o fator mais expressivo foi a redução do coeficiente de consumo em $-0,182$, que foi tão impactante que alterou o patamar do supermultiplicador, que estava em 3,175 em 1970, e passou para menos de 2,5 em 1975, ficando em 2,477. Para o resto do Brasil, as variações dos coeficientes foram mais próximas entre si, com destaque para o aumento do coeficiente de importações internacionais, em 0,04, e da taxa de investimentos em 0,037.

Dos componentes da demanda autônoma, em consonância com a magnitude da taxa de variação média anual, o destaque da contribuição ficou com a variação da conta dos gastos governamentais em custeio, responsável por 14,09% de variação do PIB de 1970, quando a variação total no período foi de 57,39%. Em segundo lugar em importância, para a região Nordeste, ficou a variação do gasto em FBCF das empresas estatais. Para o resto do Brasil, ocorreu uma maior proximidade das contribuições dos componentes da demanda autônoma, ficando a variação das exportações internacionais, em 4,4%, com a variação dos gastos em FBCF das empresas estatais vindo em segundo, com 3,91%, e a variação dos gastos governamentais em custeio vindo logo atrás, com 3,87%.

A composição das parcelas da variação do crescimento seguiu sentidos distintos no comparativo entre a região Nordeste e o resto do Brasil. Enquanto que na região Nordeste P1 correspondeu a um percentual relativamente elevado de variação frente ao PIB, sendo compensado por um P2 que revelou um impacto negativo significativo na redução do supermultiplicador da região, para o resto do Brasil ambas as contribuições foram positivas: tanto a variação da demanda autônoma quanto a variação no supermultiplicador contribuíram para o crescimento do PIB no período, embora o maior destaque tenha ficado com a variação da demanda autônoma.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

O principal fato econômico isolado, neste período entre 1970 e 1975 foi, sem dúvida, o início da implantação do Pólo de Camaçari na Bahia,¹²⁹ cuja importância está bastante difundida na literatura regional.¹³⁰ Observe-se que os investimentos começaram a ser feitos a partir de 1972, mas só em 1978 o Pólo de Camaçari entra em operação, de maneira que seus efeitos abarcam dois períodos aqui considerados, entre 1970 e 1975, e 1975 e 1980.

Para a região Nordeste, vale resgatar, o processo de crescimento foi liderado pela expansão dos gastos governamentais com consumo de custeio, com 14,09% da variação do PIB de 1970, seguida pela FBCF das empresas estatais, com 7,61%. Também foi nesta ordem que se registrou o grau de importância das taxas médias de crescimento de cada conta, com G sendo ampliado em 31,61% ao ano, e a FBCF_EE em 21,35%. Em síntese, o processo de implantação do Pólo de Camaçari pode ser vinculado diretamente ao segundo movimento, de expansão da FBCF das empresas estatais, tendo em vista a presença da Petrobrás na condição de 'âncora' na implantação deste Pólo Industrial, mas a relação do mesmo com a expansão dos gastos governamentais em consumo corrente não parece algo nada direto nem certo.

No tocante aos dados de comércio inter-regional, os mesmos estão fragmentados e incompletos, mas há o suficiente para viabilizar algumas conclusões. Os dados sobre comércio inter-regional podem ser encontrados na publicação da SUDENE referente ao ano de 1975, na qual esta instituição detalha o comércio por capítulos da NCM. Na Tabela 38 observa-se um ordenamento das importações inter-regionais em 1975, com os capítulos com maior participação percentual. Dos 100 capítulos possíveis (incluindo um capítulo "classe não identificada"), 15 capítulos totalizaram 65% do valor importado do resto do país. Se comparado este quadro com a Tabela 33 vamos constatar a ampliação do grau de diversidade das importações da região Nordeste, o que tanto pode sinalizar um aumento da complexidade de sua economia, demandando o consumo de novos bens, quanto pode indicar a fragilização de setores anteriormente capazes de atender sozinhos o conjunto da região, vencidos pela concorrência nacional. Decerto que apenas esta tabela não é suficiente para identificar a

¹²⁹ A implantação do Pólo de Camaçari envolve vários momentos ao longo dos anos 70, conforme comentado por Guimarães Neto (1989), p. 210. Estes momentos podem ser resumidos em:

- Fase de estudo técnico realizado pelo "Bureau d'Etudes Industrielles e de Cooperation de l'Institut Français du Pétrole" (BEICIP), de 1971 a 1973;
- Início dos investimentos de implantação, a partir de 1972;
- Elaboração do Plano Diretor de Camaçari, em 1974;
- Programa de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Camaçari, em 1975;
- Entrada em operação, em 1978.

¹³⁰ O próprio trabalho de Guimarães Neto (1989) já dedica toda uma seção para destacar esta importância. Mas há outras referências que destacam sua importância: "*O pólo petroquímico de Camaçari, como mostram Lima e Katz (1993), constitui-se num dos principais pilares da crescente importância da produção de bens intermediários no Nordeste. (...) O pólo de Camaçari concorreu para alterar estruturalmente a economia baiana, aumentando o peso do setor secundário, de 12%, em 1960, para quase 30% do PIB estadual em 1990*". [Araújo, 2000, p. 173].

natureza deste momento econômico da região, mas serve para ilustrar a maior penetração das importações de bens de capital (também presentes no capítulo 87) e de bens de consumo durável na economia nordestina.

Tabela 38 – Participação do capítulo NCM nas importações totais inter-regionais da região Nordeste, em 1975, em %.

CAP. NCM – Mercadoria	Mrb
87. Veículos, automóveis, tratores, etc	11,26
84. Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	9,94
73. Ferro fundido e aço	7,27
85. Máquinas e aparelhos elétricos	6,37
30. Produtos farmacêuticos	4,29
40. Borracha natural ou sintética	3,43
Classe não identificada	3,16
55. Algodão	2,88
60. Tecidos e artigos de malharia	2,59
04. Leite e produtos lácteos; ovos de aves; mel natural	2,54
39. Matérias plásticas artificiais, éteres, resinas	2,48
48. Papel, cartolina, cartão	2,39
94. Móveis; mobiliário médico-cirúrgico	2,36
61. Vestuários e seus acessórios	2,03
02. Carnes e miúdos comestíveis	2,01
SUBTOTAL	65,00

Fonte: SUDENE (1979) ["Importações e exportações do Nordeste do Brasil – 1975"]

Quando comparamos com a Tabela 39, referente às exportações, constatamos a primazia do algodão na pauta exportadora do conjunto dos sete estados da região, afora Bahia e Sergipe. Estes dois estados não informaram à SUDENE a composição setorial e/ou por produtos das suas exportações, o que prejudica em muito a análise das exportações, sobretudo quando se constata que a Bahia correspondeu, neste ano de 1975, a praticamente metade das exportações da região. Para enfatizar essa supremacia comercial do Estado da Bahia, o mesmo foi listado, assim como Sergipe, como se fosse um capítulo NCM. Os produtos listados, portanto, referem-se ao total exportado apenas pelos outros setes estados do Nordeste.

Mesmo que a Bahia apresentasse um perfil de exportações completamente distinto do resto da região (e a Tabela 40 é apresentada para mostrar a pauta de exportações da Bahia em 1973, permitindo uma comparação), é uma informação relevante constatar-se tanto o baixo nível de exportações – comparativamente ao Estado da Bahia, que representava, em 1975, cerca de 29% do PIB da região –, quanto o maior destaque de produtos básicos, embora já contasse com exportações dos capítulos 85 e 84 (4,1% e 1,8%, respectivamente), praticamente irrelevantes na pauta de 1967.

Tabela 39 – Participação por capítulo NCM nas exportações totais inter-regionais da região Nordeste, em 1975, com exportações da Bahia e de Sergipe não incluídas por capítulos.

Capítulo NCM	%
BA	49,88
55. Algodão	7,40
85. Máquinas e aparelhos elétricos	4,11
61. Vestuários e seus acessórios	3,77
SE	2,78
76. Alumínio	2,40
56. Têxteis sintéticos e artificiais, descontínuos	2,38
40. Borracha natural ou sintética	2,27
62. Outros artigos confeccionados com tecidos	2,16
39. Matérias plásticas artificiais, éteres, resinas	1,77
84. Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	1,76
73. Ferro fundido e aço	1,69
60. Tecidos e artigos de malharia	1,52
10. Cereais	1,34
15. Gorduras e óleos	1,21
64. Calçados, perneiras, polainas	1,01
Valor total das exportações (em Cr\$ milhões – moeda corrente)	10.488

Fonte: SUDENE (1979) ["Importações e exportações do Nordeste do Brasil – 1975"]

Tabela 40 – Participação por classe de mercadorias no valor total das exportações inter-regionais do Estado da Bahia, em 1973.

BA - Xrb de 1973	%
II - Matérias-primas, em bruto e preparadas	31,76
VI - Manufaturas classificadas segundo a matéria prima	23,49
IV – Produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes	13,55
V - Maquinaria e Veículos	13,22
VII – Artigos manufaturados diversos	9,22
III – Gêneros alimentícios e bebidas	8,58
I - Animais vivos	0,17
Valor total das exportações (em Cr\$ milhões – moeda corrente)	2.314

Obs.: No AEB de 1977, ainda consta a informação da Bahia referente a 1973.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

Os dados observados até aqui ilustram a mudança do perfil da especialização produtiva da região Nordeste revelada por seu comércio inter-regional, mas só indicam uma redução relativa do vigor comercial de sua indústria, uma maior força da agropecuária e do setor extrativo, e o surgimento de algumas indústrias praticamente inexistentes antes de 1960, sem participação relevante no conjunto da economia, mas sinalizando para a inexistência de

uma "especialização completa", ou seja, embora seja inequívoca a especialização da região Sudeste em bens de capital e bens de consumo durável, embora tenha sido ampliada a presença destes produtos na pauta importadora da região Nordeste, tal processo não impediu o surgimento de 'nichos' para uma pequena presença destas indústrias na região.

Já em termos estritamente dos índices de especialização, os resultados são descritos nas Tabela 41 e Tabela 42.

Tabela 41 – Evolução do ISE dos grandes setores da economia das regiões Nordeste e Sudeste, entre 1970 e 1975

	NORDESTE								SUDESTE							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1970	0,28	0,12	0,04	-0,16	-0,25	-0,03	0,03	-0,03	-0,32	-0,04	-0,03	0,03	0,1	0,03	0,01	0,01
1975	0,28	0,15	0,05	-0,14	-0,20	-0,07	0,07	-0,01	-0,34	-0,05	-0,01	0,04	0,07	0,04	0,01	0,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Tabela 42 – Evolução do ISE da Indústria do Nordeste, entre 1970 e 1975

NORDESTE	1970	1975	diferença
Produtos minerais	0,090	0,223	0,133
DINÂMICOS	-0,203	-0,151	0,052
Materiais plásticos	-0,510	-0,179	0,331
Papel e papelão	-0,509	-0,267	0,242
Mecânica	-0,589	-0,359	0,230
Metalúrgica	-0,399	-0,235	0,164
Borracha	-0,710	-0,590	0,120
Perfumaria	-0,299	-0,196	0,103
Material de transporte	-0,755	-0,685	0,070
Farmácia	-0,774	-0,747	0,027
Química	0,186	0,168	-0,018
Material elétrico	-0,364	-0,403	-0,039
Minerais não metálicos	0,310	0,180	-0,130
TRADICIONAIS	0,192	0,174	-0,018
Diversas	-0,653	-0,322	0,331
Têxtil	0,160	0,318	0,158
Vestuário	0,041	0,097	0,056
Fumo	0,416	0,446	0,030
Couros e peles	0,008	0,019	0,011
Madeira	-0,222	-0,242	-0,020
Produtos alimentares	0,364	0,330	-0,034
Editorial e gráfica	-0,212	-0,294	-0,082
Mobiliário	-0,060	-0,158	-0,098
Bebidas	0,334	0,201	-0,133
H (índice de entropia)	22,27	17,88	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

4.3.4 Período 1975-1980

I – Descrição dos resultados do modelo

Em termos de contas isoladas, a maior taxa média de variação anual ficou com as exportações da região Nordeste para o resto do Brasil, com 22,38% ao ano. Praticamente empatadas em segundo lugar, vieram as contas de importações internacionais e importações inter-regionais, com 12,55% e 12,53%, respectivamente. Estes dois movimentos, de aumento das exportações simultaneamente ao aumento das importações, também estão fortemente ligados, como será comentado adiante.

O crescimento no período foi liderado pela variação da demanda interna, com 47,22% do valor do PIB deflacionado da região de 1970. A demanda externa também contribuiu positivamente, com 12,72%, enquanto a variação dos coeficientes de importações deu uma relativamente pequena contribuição negativa para a variação do PIB no período.

Esta contribuição negativa dos coeficientes de importações partiu tanto das importações internacionais quanto das importações inter-regionais. Estes coeficientes, entretanto, não variaram de forma tão relevante quanto a redução da taxa de investimento no período, em $-0,051$, e menos ainda do que o coeficiente de consumo, que foi ampliado em $0,085$. Para o mesmo período, no resto do Brasil, a taxa estimada de investimento privado foi ampliada em $0,031$, constituindo-se na variação mais significativa dos coeficientes da demanda induzida do resto do Brasil.

Das contribuições ao crescimento do PIB, oriundas da variação da demanda autônoma, o destaque do período ficou por conta da variação das exportações inter-regionais, que correspondeu a 12,1% do valor do PIB da região em 1975. A segunda contribuição "ficou distante", com 4,54%, correspondendo à variação dos gastos governamentais em consumo de custeio. Para o resto do Brasil, o crescimento foi liderado pelo aumento das exportações internacionais, com 5,98%, vindo os gastos governamentais com consumo de custeio em segundo lugar, com 2,46%.

A composição destas contribuições das variações dos coeficientes da demanda induzida com a variação da demanda autônoma resulto em um crescimento conduzido praticamente por P1, com 54,74% do PIB do ano inicial do período, quando a variação acumulada do PIB no período foi de 54,2%. Tal decorreu do fato de ter ocorrido uma compensação entre os coeficientes da demanda induzida, de maneira que o supermultiplicador

da região Nordeste variou muito pouco. Fenômeno semelhante foi observado no resto do Brasil, com P1 valendo 37,6% e P2 valendo 2,26% do PIB em 1975.

Disso resulta que o período, para o crescimento da região Nordeste, pode ser classificado enquanto liderado pelas exportações inter-regionais.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

O período entre 1975 e 1980 inclui os investimentos do II PND realizados na região Nordeste, em especial a continuidade dos investimentos no Pólo Industrial de Camaçari, que viriam a consolidar o novo perfil industrial da região, cada vez mais especializada em bens intermediários. Este fato repercutiu na intensidade dos investimentos públicos, mas também no comércio inter-regional.¹³¹

Com esta interpretação, busca-se, primeiro, resgatar a evolução dos índices simétricos de especialização por setor, descritos na Tabela 43, para, a partir daí, tentar relacionar tal evolução com o crescimento das exportações, considerando também, na Tabela 44, o peso relativo dos setores no PIB do Nordeste.

De imediato é fundamental observar que apenas os setores de Agropecuária, Indústria e Transportes e Comunicações podem ter dado contribuições às exportações da região (as exportações de serviços, se ocorreram, foram residuais, visto que, mesmo na matriz de 1999, já após uma grande expansão na oferta de serviços na região e no país, tais itens não se revelam relevantes).

Tabela 43 – Evolução do ISE dos grandes setores da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1975 e 1980.

	NORDESTE								SUDESTE							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1975	0,28	0,15	0,05	-0,14	-0,20	-0,07	0,07	-0,01	-0,34	-0,05	-0,01	0,04	0,07	0,04	0,01	0,00
1980	0,24	0,15	0,03	-0,12	-0,12	0,00	0,07	0,01	-0,28	-0,07	-0,01	0,01	0,05	0,02	0,01	0,00

Fonte: Dados primários – IBGE, apud Ipeadata. Cálculo próprio.

¹³¹ De muitos comentários de diferentes autores sobre a questão, resgato apenas dois de Tânia Bacelar: "Das vendas realizadas pela indústria incentivada [pela SUDENE], pouco mais de um terço se destina à própria região Nordeste (36%). O destino principal é o Sudeste, que compra 44% da produção da indústria incentivada (...). A predominância da produção de bens intermediários está na base desta vocação "para fora" da nova indústria: os insumos que produz são transformados, em grande parte, onde se localiza a maior base industrial do país (o Sudeste)." [Araújo, 2000, p. 216 e 217]; e "Mais uma vez, seguindo a tendência geral da economia brasileira, as relações comerciais do Nordeste com o resto do mundo se dão cada vez menos através da venda dos chamados produtos básicos e cada vez mais pela oferta de produtos semimanufaturados e manufaturados." [Araújo, 2000, p. 218]

Tabela 44 – Peso setorial no PIB do Nordeste, segundo o IBGE, entre 1975 e 1980, em %.

	Ind	APU	Agrop	Com	OS	IF	TC	ASE
1975	23,70	11,04	21,03	17,44	9,08	5,42	3,94	8,35
1980	32,16	8,81	16,67	11,78	12,34	6,11	4,21	7,93

Obs.: calculado a partir de série de valores constantes, a preços de 2000. Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB

do país.

Fonte: IBGE, apud Ipeadata. Cálculo próprio.

Os índices simétricos de especialização indicam um congelamento da importância dos setores de Administração Pública e Aluguéis & Serviços às Empresas, na região Nordeste, comparativamente ao observado no país. Isso não significa dizer que tais setores não possam ter crescido de forma significativa e contribuído decisivamente para o crescimento, mas, tão somente, que seu crescimento foi equivalente ao observado no conjunto do país. De qualquer maneira, como observado, estes itens não poderiam contribuir com crescimento tão significativo das exportações inter-regionais.

A agropecuária e o Comércio perderam importância relativa para a região. Embora a agropecuária possa ter tido uma redução de importância relativa no PIB da região, ainda assim as exportações de produtos agropecuários podem ter aumentado. Antes de recorrer a um estudo mais aprofundado para esta eventualidade, relativamente remota, se considerarmos, com Kaldor, que há uma relação entre aumento da produção, aumento da produtividade e conquista de mercados,¹³² buscar-se-á primeiro uma alternativa mais provável.

Sobraram quatro indicadores para os quais ocorreu uma evolução positiva dos índices: Instituições Financeiras, Indústria, Outros Serviços e Transportes & Comunicações. O setor industrial se destaca não apenas por ter apresentado a maior evolução nominal do índice, mas também por ser o maior setor dos setores considerados, de maneira que pequenas modificações em seus índices pesam mais, para o crescimento da região, do que modificações maiores nos outros três setores citados. Além disso, como já observado, só a indústria e o setor de serviços de transportes e comunicações poderiam contribuir, significativamente, com o aumento das exportações. Por estas razões, cabe uma investigação mais detida no caso da indústria.

¹³² "[é] a taxa de crescimento da produção manufatureira (...) que provavelmente exerce uma influência dominante sobre a taxa geral de crescimento econômico: em parte por conta de sua influência sobre a taxa de crescimento da produtividade no próprio setor industrial, e em parte também porque ela tenderá a aumentar, indiretamente a taxa de crescimento da produtividade nos outros setores" [Kaldor, 1978/[1966], p. 112, tradução e citação de Freitas (2002), p. 69]. O aumento da produtividade, por sua vez, favoreceria a conquista de mercados.

Tabela 45 – Evolução do índice simétrico de especialização da Indústria no Nordeste, entre 1975 e 1980.

NORDESTE	1975	1980	diferença
Produtos minerais	0,223	-0,009	-0,232
(A) Gêneros Dinâmicos	-0,151	-0,098	0,053
Borracha	-0,590	-0,417	0,173
Perf. Sabões e velas	-0,196	-0,030	0,166
Química	0,168	0,297	0,129
Prod. Farm. e Veterinários	-0,747	-0,668	0,079
Mecânica	-0,359	-0,368	-0,009
Prod. Miner. Não metálicos	0,180	0,169	-0,010
Papel e papelão	-0,267	-0,287	-0,020
Prod. de Mat. Plásticas	-0,179	-0,205	-0,026
Material Elétr./Comunic.	-0,403	-0,453	-0,050
Metalurgia	-0,235	-0,344	-0,109
Material de Transporte	-0,685	-0,818	-0,133
(B) Gêneros Tradicionais	0,174	0,144	-0,029
Diversas	-0,322	0,048	0,370
Madeira	-0,242	-0,139	0,103
Editorial e gráfica	-0,294	-0,195	0,098
Mobiliário	-0,158	-0,133	0,026
Couros e Peles	0,019	0,032	0,013
Bebidas	0,201	0,208	0,007
Vestuários e calçados	0,097	0,042	-0,054
Têxtil	0,318	0,259	-0,059
Fumo	0,446	0,385	-0,060
Produtos Alimentares	0,330	0,253	-0,077
H (índice de entropia)	17,88	20,19	

Fonte: Santana (2001) e cálculo próprio a partir dos Censos Industriais.

Observa-se, na Tabela 45, que ocorreu, em ambos os grupos de indústrias, tanto avanço quanto retrocesso na participação dos gêneros constitutivos, mas que, no conjunto, os gêneros dinâmicos aumentaram mais sua participação na indústria do Nordeste do que os gêneros tradicionais. Foram quatro os gêneros que apresentaram evolução positiva no ISE: borracha; perfumaria, sabões e velas; química; e produtos farmacêuticos e veterinários. Destes, a região Nordeste só tinha especialização positiva em Química, em 1975. Nos outros três gêneros a região tinha especialização negativa em 1975, e continuou a tê-la em 1980, mas com índices negativos de valores menores. Em compensação, sete gêneros, tidos enquanto dinâmicos, tiveram uma redução em seus respectivos ISEs.

Já no grupo de gêneros tradicionais ocorreu um processo inverso. O conjunto do grupo ficou com um ISE menor, embora seis gêneros tenham tido aumento dos ISEs, inclusive com o gênero "Indústrias diversas" apresentando o maior aumento deste indicador em toda a indústria. A redução deste indicador em quatro outros gêneros considerados tradicionais, contudo, foi mais impactante para o indicador do grupo, em função da maior participação

destes gêneros na indústria total. Observe-se que estes quatro gêneros (vestuário e calçados; têxtil; fumo; produtos alimentares) tinham índices de especialização simétricos positivos e, no caso dos últimos três gêneros, superiores a 0,3 em 1975.

Em termos de categorias de uso, fica patente o aprofundamento da especialização da região, entre 1975 e 1980, em bens intermediários, sendo bastante razoável supor que seja essa a principal fonte de expansão das exportações inter-regionais no período.¹³³

4.3.5 Período 1980-1985

I – Descrição dos resultados da decomposição

Embora não tenha crescido a taxas tão elevadas como as observadas entre 1967 e 1978¹³⁴, a região Nordeste cresceu mais que o Brasil entre 1980 e 1985, apresentando taxas acima da média histórica em três destes seis anos considerados (1982, apesar da seca que ocorreu este ano, 1984 e 1985, com, respectivamente, 10,5%, 8,6% e 8%), e com o ano de maior redução do PIB ficando em – 3,8%, em 1983, ou seja, de maneira que o crescimento observado em 1984 não foi apenas recuperação da queda do ano anterior.¹³⁵

A conta regional com maior taxa média de crescimento anual no período foi a de exportações inter-regionais, com 6,8% ao ano. Em seguida veio a conta de exportações internacionais, com 5,51%. Observe-se que o consumo privado veio em terceiro, provavelmente contando com uma parcela significativa de repasses de assistencialismo emergencial, tendo em vista que ocorreram secas na região – de forte impacto – em 1980, 1981, 1982 e 1983. Para o resto do país, a conta com maior taxa média de variação foi a de exportações internacionais, com 9,39%, seguida do contraponto às exportações inter-regionais do Nordeste, ou seja, de importações oriundas do Nordeste com o citado percentual de 6,8% ao ano. Tendo em vista a especialização produtiva e comercial da região em bens intermediários, parece razoável supor, antes mesmo de qualquer verificação mais rigorosa, que o aumento das exportações da região Nordeste tenha vínculo significativo com o aumento das exportações internacionais do resto do Brasil, via venda de insumos para a indústria do Sudeste. Do ponto de vista de um impacto negativo, merece destaque a redução da conta da

¹³³ Esta idéia está disseminada na obra de diferentes autores, como Souza (2000) e Araújo (2000).

¹³⁴ Apesar de, também neste período, ter ocorrido um ano com queda do PIB do Nordeste, de -4,2 %, em função da seca de 1970, e dois anos com crescimento abaixo de 2%, em 1968, com 0,9%, e em 1974, com 1,6%.

¹³⁵ Entre 1980 e 1983, período de auge da crise da dívida: "... no setor urbano nordestino apenas a indústria e o comércio declinaram naquela época (– 21% e –0,5%, respectivamente). O crescimento negativo do primeiro pode ser explicado pelo fato de que a indústria nordestina era uma unidade estreitamente integrada à estrutura industrial nacional" [Baer, 1995, p. 304]

FBCF das empresas estatais no resto do Brasil, com – 11,61% de taxa média anual de redução.

O crescimento mediano da região Nordeste no período foi liderado pela variação da demanda interna, com 19,95%, mas com contribuições positivas oriundas também da variação da demanda externa, com 6% e da variação dos coeficientes de importações, com 2,85%. Para o mesmo período o resto do Brasil contou com uma contribuição negativa da variação da demanda interna, em – 5%, em contrapartida a contribuições positivas da variação da demanda externa e da variação dos coeficientes de importações, com 5,57% e 2,61%, respectivamente.

Em termos de coeficientes, a região Nordeste apresentou praticamente o mesmo coeficiente de consumo observado em 1980 no ano de 1985. A taxa de investimento, entretanto, apresentou uma variação negativa relevante, de – 0,032, parcialmente compensada pela redução do coeficiente de importações internacionais, que caiu (contribuindo, portanto, com o aumento do supermultiplicador) em 0,026. Com isso o supermultiplicador da economia da região manteve-se na faixa de 2,4 (foi de 2,467 para 2,472).

A contribuição mais importante para a demanda autônoma da região Nordeste proveio, mais uma vez, da parcela autônoma das exportações inter-regionais, com 4,83% do PIB da região em 1980. Em segundo lugar ficou a conta de gastos governamentais com custeio, em 2,88%. Já para o resto do Brasil, com expressiva vantagem sobre a conta de gastos governamentais que ficou em segundo, a conta de exportações internacionais representou a maior parcela do PIB do ano inicial do período, com 5,23%.

Para a região Nordeste, a parcela P1 foi de 28,55%, enquanto que P2 também foi positiva, mas apenas em 0,25%. No resto do Brasil, a parcela de P1 foi de 21,07%, sendo em grande medida contrabalançada por uma contribuição de – 17,89% de P2.

A característica mais fundamental deste período foi o impacto da crise da dívida, que repercutiu na redução das importações internacionais para todo o país. A recessão econômica que atingiu o conjunto do país entre 1981 e 1983 não impediu o crescimento específico da região Nordeste, nem impede que se classifique o período enquanto liderado pelas exportações para o resto do Brasil.

Deve-se, por fim, ressaltar a evidente limitação deste recurso de comparar os limites de um período, ao invés de seu contínuo, especialmente em períodos que incluem grandes perturbações econômicas, como entre 1980 e 1985. Decerto que esta não foi uma escolha teórica, mas estritamente operacional, tendo em vista a ausência de dados para todos os anos do período. Mas ao fazer a comparação entre estes dois extremos, o papel dos gastos públicos

na demanda autônoma da região, nos anos de 1981 a 1984, fica relativamente subestimado, enquanto a literatura regional, ao contrário, realça esta maior importância do que os outros componentes da demanda agregada.¹³⁶

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

O período em questão foi marcado pela crise da dívida externa, embora a região Nordeste tenha obtido um desempenho superior, em termos de crescimento do PIB, ao observado no conjunto do país. Em termos de liderança do processo de crescimento, já foi observado que coube à conta das exportações inter-regionais fornecer a maior contribuição à demanda autônoma, sem que as alterações no supermultiplicador tenham sido significativas no período. Ressalte-se que as contas dos gastos governamentais com consumo de custeio e de exportações internacionais também apresentaram contribuições positivas e relevantes para o crescimento do período. A interpretação que predomina na literatura sobre este período vai enfatizar o papel do governo na realização de gastos compensatórios do período prolongado de seca na região – e também de atenuação da própria crise nacional da dívida externa, com sua tendência de repercutir mais fortemente nas regiões mais pobres¹³⁷ – e no aumento das exportações internacionais promovido pela política econômica e pelos avanços industriais observados no II PND.

Em termos de evolução setorial, é possível formar um panorama com o mesmo recurso de apresentação de uma tabela comparativa da evolução dos indicadores de especialização produtiva dos principais setores de atividade econômica no período. Com este propósito apresenta-se a Tabela 46.

Tabela 46 – Evolução do ISE dos grandes setores da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1980 e 1985.

	NORDESTE								SUDESTE							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1980	0,24	0,15	0,03	-0,12	-0,12	0,00	0,07	0,01	-0,28	-0,07	-0,01	0,01	0,05	0,02	0,01	0,00
1985	0,18	0,12	0,06	-0,33	-0,09	0,05	0,01	-0,07	-0,23	-0,08	-0,03	0,05	0,06	-0,02	-0,01	0,00

¹³⁶ Werner Baer (1995), por exemplo, destaca uma pesquisa realizada por Gustavo Maia Gomes em 1987, na qual este último tenta demonstrar que foram os investimentos públicos que mantiveram a taxa de crescimento da região, entre 1980 e 1986, acima da taxa nacional. Enfatizando que "... no setor de serviços o crescimento do Nordeste foi excepcionalmente maior do que o do país – no período de 1980-86 foi de 8,4% versus 3,1% ao ano, e durante os anos de crise foi de 7,8% versus zero ao ano", Baer sintetiza afirmando que: "Maia Gomes conclui que o desempenho do Nordeste foi melhor que o do restante do país devido à realização de investimentos compensatórios por parte do governo e empresas estatais" [Baer, 1995, p. 304]

¹³⁷ Vale lembrar que a região Nordeste também se tornou, com as eleições de 1982, no "reduto eleitoral" do governo militar de então, o que, com certeza, influenciou na destinação dos recursos federais para a região, especialmente pela crescente contestação enfrentada pela ditadura.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Pode-se considerar que o conjunto dos indicadores variou relativamente pouco no período, com exceção do ISE de instituições financeiras da região Nordeste, que resultou significativamente mais negativo, representando uma expressiva redução na atuação do sistema financeiro na região, em contrapartida a um crescimento no ISE da região Sudeste. Uma hipótese razoável é considerar que, com a crise econômica, as instituições financeiras ampliaram sua 'aversão ao risco', reduzindo suas atividades nas regiões mais pobres e, por isso, de crédito mais incerto.

Em termos de especialização na indústria, o quadro geral da evolução do ISE apresenta um avanço relativo dos gêneros dinâmicos, com uma redução do seu grau de "desespecialização", simultaneamente ao mesmo movimento observado para os gêneros tradicionais. Conjugando os dois grupos, os grandes destaques em avanço relativo foram os gêneros de material elétrico (0,235 de variação de ISE), Couros e Peles (0,159) e indústria metalúrgica (0,149). Soa estranho, no quadro abaixo, a drástica evolução negativa da indústria extrativa vis a vis o desempenho nacional, ainda mais em um período econômico marcado pela expansão das exportações de commodities. A hipótese que parece mais razoável é considerar exatamente que esta expansão das exportações de minérios ficou concentrada nas outras regiões do país, em especial na região Norte com o desenvolvimento do projeto Grande Carajás.

No tocante à correlação entre mudança da estrutura produtiva e fatores de liderança do crescimento da região no período, a Tabela 47 está consonante com a condição de destaque das exportações inter-regionais, tendo em vista o desempenho positivo das indústrias tipicamente de bens intermediários, como a indústria química e a indústria metalúrgica.

Tabela 47 – Evolução do índice simétrico de especialização da Indústria no Nordeste, entre 1980 e 1985.

	1980	1985	diferença
Indústria Extrativa	-0,009	-0,573	-0,564
Indústria de Transformação	0,000	0,034	0,034
(A) Gêneros Dinâmicos	-0,098	-0,046	0,053
Material Elétrico	-0,453	-0,218	0,235
Metalúrgica	-0,344	-0,195	0,149
Materiais Plásticos	-0,205	-0,112	0,093
Material de Transporte	-0,818	-0,729	0,090
Farmácia	-0,668	-0,613	0,056
Perfumaria	-0,030	-0,013	0,018

Química	0,297	0,312	0,015
Minerais não metálicos	0,169	0,168	-0,002
Mecânica	-0,368	-0,394	-0,025
Papel e papelão	-0,287	-0,398	-0,111
Borracha	-0,417	-0,608	-0,191
(B) Gêneros Tradicionais	0,144	0,161	0,017
Couros e Peles	0,032	0,191	0,159
Vestuários e calçados	0,042	0,115	0,073
Têxtil	0,259	0,306	0,047
Mobiliário	-0,133	-0,105	0,027
Editorial e gráfica	-0,195	-0,172	0,023
Produtos Alimentares	0,253	0,266	0,013
Bebidas	0,208	0,210	0,002
Madeira	-0,139	-0,205	-0,066
Fumo	0,385	0,098	-0,287
Diversas	0,048	-0,700	-0,748
H (índice de entropia)	20,19	24,23	

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Industriais.

4.3.6 Período 1985-1991

I – Descrição dos resultados da decomposição

No tocante ao desempenho das contas isoladamente, quatro contas apresentaram taxas médias de variação negativas, sendo duas relativamente elevadas: uma taxa média de – 12,52% na conta das exportações inter-regionais, compensada por uma taxa média de – 12,16% da conta de importações inter-regionais. Em termos de uma evolução positiva, o melhor desempenho ficou com os gastos governamentais de consumo de custeio, com 1,93 de taxa média de variação anual. Em termos de resto do Brasil, além da troca de taxas entre exportações e importações inter-regionais, comparativamente à região Nordeste, registrou-se uma taxa média de variação positiva bastante expressiva de 12,72% da conta dos gastos governamentais em consumo de custeio, seguida de relativamente "longe" de uma taxa média anual de 5,83% da conta de FBCF da Administração Pública e de 5,15% da conta de FBCF das empresas estatais.

O supermultiplicador da região Nordeste, no comparativo entre os dois anos, cresceu significativamente, de 2,472 em 1985, para 3,428 em 1991. O coeficiente de consumo privado contribuiu negativamente para este crescimento. As importações internacionais e a taxa de investimento tiveram reduções muito pequenas, e ainda assim em sentidos opostos (o coeficiente de importações internacionais contribuindo para o aumento do supermultiplicador, e a taxa de investimento contribuindo para sua redução) ficando a redução do coeficiente de

importações inter-regionais, de 0,03 para 0,0122, praticamente responsável por todo o aumento do supermultiplicador.

Embora exista o risco de se estar diante de um choque entre metodologias e de capacidades institucionais de aferição do comércio inter-regional (os dados de 1985 foram objeto de apuração da Revista de Finanças Públicas, do Ministério da Fazenda, enquanto que os dados de 1991 foram estimados pela Secretaria da Fazenda de Pernambuco), a magnitude da diferença é bastante elevada para caracterizar-se enquanto tendência. Tendo em vista o período recessivo da economia nacional e nordestina, em especial nos anos de 1990 e 1991, com os impactos decorrentes do Plano Collor, seria de se esperar um arrefecimento do comércio inter-regional, embora a magnitude deste arrefecimento sugira um perfil comercial menos básico, ou seja, um predomínio de produtos de maior elasticidade renda de demanda na pauta de importações.

No comparativo entre 1985 e 1991, para a região Nordeste, ocorreu uma redução no conjunto da demanda autônoma,¹³⁸ resultante do baixo crescimento do consumo governamental e da FBCF das empresas estatais, acrescido da contribuição negativa advinda da redução no valor da conta da FBCF da Administração Pública e da conta das exportações internacionais. Mas a grande contribuição negativa para o crescimento do PIB foi a variação do total das exportações inter-regionais autônomas, em – 6,85% do PIB da região Nordeste em 1985.

Observe-se que, para o resto do Brasil, ocorreu aumento da demanda autônoma, mas que tanto as exportações internacionais quanto as exportações inter-regionais contribuíram negativamente neste crescimento, enquanto que as contas associadas aos investimentos das empresas estatais e da Administração Pública não alcançaram 1%, enquanto que a variação dos gastos governamentais em consumo de custeio foi de 10,94% do PIB do resto do Brasil em 1985.

Com a variação negativa da demanda autônoma, a parcela P1 resulta em – 22,24% do PIB da região Nordeste em 1985, mais que compensada por P2 igual a 35,06%, fruto da expressiva redução do coeficiente de importações inter-regionais.

Com isso, o crescimento do período pode ser classificado enquanto liderado por um processo de substituição de importações inter-regionais (as importações internacionais pouco variaram), provocando o aumento do supermultiplicador.

¹³⁸ Foi a única vez em que tal ocorreu entre todos os períodos considerados.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

Período marcado pela perda de controle do processo inflacionário, com o primeiro "surto" superinflacionário ocorrido em 1989. Do ponto de vista do crescimento da região Nordeste, após um ótimo ano em 1986, no qual a economia da região cresceu 14,5%, segundo a SUDENE, o período foi caracterizado por taxas negativas (em 1987, com – 1,0%, e em 1990, com – 5, 9%) ou baixas (1,1% em 1988, 3,2% em 1989 e 2,4% em 1991), relativamente ao crescimento populacional e à média histórica de crescimento.

Assim como no período entre 1960 e 1965, neste período o crescimento da região foi oriundo da mudança no supermultiplicador, enquanto que a variação da demanda autônoma contribuiu negativamente para o crescimento do PIB do Nordeste. Mais uma vez, o principal fator explicativo da mudança do supermultiplicador residiu em uma elevada redução do coeficiente de importações inter-regionais.¹³⁹ O supermultiplicador da economia da região, que foi de 2,471 em 1985, subiu para 3,428 em 1991. Como o coeficiente de importações internacionais praticamente ficou estável, seria de se esperar que o efeito de "substituição de importações inter-regionais", considerando que o PIB do resto do Brasil cresceu menos no período, tivesse sido de uma certa elevação dos índices de especialização sobre a agropecuária e a indústria, tipicamente setores de produtos "comercializáveis".

Como pode ser visto na Tabela 48, tal ocorreu para a agropecuária, que embora tenha tido uma pequena redução em seu ISE (positivo) no comparativo direto entre 1985 e 1991, apresentou elevação no mesmo indicador ao longo dos anos do período. Já a indústria da região Nordeste seguiu movimento contrário: praticamente ficou na mesma posição relativa, em termos do VTI total da indústria, comparativamente ao Brasil, que o ocorrido em 1985, mas este intervalo temporal, o índice ficou mais negativo, exceto em 1986. No conjunto da evolução dos outros indicadores, merece destaque a recuperação relativa das Instituições Financeiras na região.

Tabela 48 – Evolução dos índices de especialização simétrica do Nordeste e do Sudeste entre 1985 e 1991.

	NORDESTE								SUDESTE							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1985	0,18	0,12	0,06	-0,33	-0,09	0,05	0,01	-0,07	-0,23	-0,08	-0,03	0,05	0,06	-0,02	-0,01	0,00
1986	0,17	0,08	0,08	-0,33	-0,08	0,06	-0,02	-0,02	-0,31	-0,06	-0,03	0,06	0,06	-0,01	0,01	-0,01
1987	0,20	0,10	0,09	-0,30	-0,12	0,07	0,01	0,04	-0,28	-0,06	-0,03	0,05	0,06	-0,03	0,00	-0,02
1988	0,24	0,12	0,11	-0,29	-0,13	0,07	-0,01	0,07	-0,28	-0,08	-0,04	0,04	0,05	-0,03	0,03	-0,03
1989	0,22	0,11	0,13	-0,35	-0,12	0,10	-0,09	0,06	-0,28	-0,08	-0,04	0,03	0,05	-0,02	0,07	-0,03
1990	0,19	0,13	0,10	-0,26	-0,10	0,13	-0,08	0,04	-0,25	-0,07	-0,03	-0,04	0,04	-0,04	0,01	-0,02

¹³⁹ Este resultado, como foi visto, foi função da estimativa de importações inter-regionais obtida da SEFAZ-PE, não existindo uma medida alternativa para comparação.

1991	0,16	0,09	0,08	-0,26	-0,09	0,12	0,02	0,03	-0,21	-0,05	-0,03	0,00	0,04	-0,04	0,02	-0,02
1985-1991	-0,02	-0,03	0,02	0,07	0,00	0,07	0,01	0,10	0,02	0,03	0,00	-0,05	-0,02	-0,02	0,03	-0,02

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

Em termos da evolução da especialização na indústria, não há informações referentes ao ano de 1991 para um detalhamento por gênero, pois não houve Pesquisa Industrial Anual do IBGE neste ano. Como o ano de 1992 foi um ano recessivo para o Nordeste e para o Brasil, é de se esperar que a estabilidade relativa do conjunto da indústria, em termos de indicadores de especialização, entre 1985 e 1991, não venha a ocorrer.

O que se constata na Tabela 49 é que a quase totalidade dos gêneros tidos como dinâmicos (exceto a indústria metalúrgica) apresentou variação negativa em seus indicadores. Já o agrupamento dos gêneros tidos enquanto tradicionais teve um resultado mais positivo, pois três dos seus gêneros apresentou evolução positiva no indicador, com destaque para a indústria têxtil, por seu peso no conjunto da indústria da região.

Tabela 49 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros industriais entre 1985 e 1992.

	1985	1992	diferença
Indústrias extrativas e de produtos minerais	-0,573	0,083	0,657
Indústria de transformação	0,034	-0,1286	-0,162
(A) Gêneros Dinâmicos	-0,046		
Metalúrgica	-0,195	-0,073	0,122
Farmácia	-0,613	-0,648	-0,035
Química	0,312	0,259	-0,053
Minerais não-metálicos	0,168	0,102	-0,066
Borracha	-0,608	-0,706	-0,098
Papel e papelão	-0,398	-0,579	-0,181
Material de transporte	-0,729	-0,911	-0,182
Mecânica	-0,394	-0,587	-0,193
Perfumaria	-0,013	-0,228	-0,216
Material elétrico	-0,218	-0,451	-0,233
Materiais plásticos	-0,112	-0,362	-0,250
(B) Gêneros Tradicionais	0,161		
Têxtil	0,306	0,476	0,171
Diversas	-0,700	-0,542	0,158
Bebidas	0,210	0,303	0,093
Produtos alimentares	0,266	0,180	-0,086
Editorial e gráfica	-0,172	-0,269	-0,097
Vestuário	0,115	-0,060	-0,175
Fumo	0,098	-0,139	-0,237
Madeira	-0,205	-0,486	-0,281
Couros e peles e produtos similares	0,191	-0,164	-0,355
Mobiliário	-0,105	-0,816	-0,711
H (índice de entropia)	24,23	24,89*	

* Calculado para o ano de 1990.

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Industrial de 1985 e da PIA de 1992.

III – Outros instrumentos para análise setorial

A análise do período entre 1985 e 1991 é privilegiada por uma maior disponibilidade de dados para o ano de 1985 e a partir de 1992. Embora não seja um procedimento preciso, mas parece uma aproximação aceitável considerar os dados de 1992, em substituição aos dados não coletados em 1991. O detalhamento da análise permite explorar mais as conexões entre crescimento econômico e especialização produtiva da região, em termos dos impactos diretos e indiretos setoriais e do perfil setorial das exportações regionais.

==> Impactos Diretos e Indiretos

A contribuição isolada de um setor para o crescimento não é o mais relevante. É preciso levar-se em conta não só os efeitos diretos, mas também os efeitos indiretos decorrentes da atividade econômica de cada setor. Neste sentido, pode-se fazer uso das

matrizes de insumo-produto para os anos de 1985 e 1992, elaboradas por Considera et al (1997), para cálculo dos índices com efeitos "para trás" (Uj) e com efeitos "para frente" (Ui). Os setores que apresentem os maiores índices de ligação para trás e para frente constituem-se nos "setores-chave" da referida economia.

O cálculo dos índices é feito a partir da soma dos elementos da matriz inversa de Leontief. Considere-se l_{ij} um destes elementos, obtém-se que L_{nj} seja a soma dos elementos de uma linha desta matriz, e L_{jn} a soma dos elementos de uma coluna, como expresso abaixo.

$$L_{nj} = \sum_{i=1}^n l_{ij} \text{ e } L_{jn} = \sum_{j=1}^n l_{ij} \quad i, j = 1, 2, \dots, n \quad (32)$$

Considerando L^* a média de todos os elementos da matriz inversa de Leontief, obtém-se os índices de ligação para trás e para frente através das fórmulas descritas abaixo.

Índices de ligação para trás

$$U_j = \frac{[L_{nj}/n]}{L^*} \quad (33)$$

Índices de ligação para frente

$$U_i = \frac{[L_{in}/n]}{L^*} \quad (34)$$

Tendo em vista o elevado grau de variação que pode ocorrer em torno destes índices, e considerando que os mesmos são obtidos pelo cálculo de médias dos efeitos diretos e indiretos da matriz de Leontief, é preciso complementar a informação indicando os coeficientes de variação "para trás" (Vj) e "para frente" (Vi). De posse destas informações pode-se identificar os setores-chaves em termos de impactos interindustriais, o que envolve, decerto, a influência destes setores em termos de coeficientes de importação, mas também de taxa de investimento. A observação da Tabela 50 e da Tabela 51 reafirma a importância do setor químico, logo após a indústria têxtil que aparece enquanto o setor econômico cujo crescimento mais repercute sobre outras atividades da economia em geral e, muito provavelmente, também sobre a formação da taxa de investimento a partir da contribuição destes setores atingidos.

Tabela 50 – Resultados de Vínculos 1985 – 15 principais setores

Matriz 31 X 31	Ui	Uj	Vi	Vj	Matriz 39 X 39	Ui	Uj	Vi	Vj
Têxtil	1,18	1,30	4,97	4,90	Produtos têxteis	1,18	1,24	5,38	5,32

Química	2,37	1,29	5,04	4,74	Produtos petroquímicos	1,98	1,24	5,15	4,78
Siderurgia	1,63	1,27	5,54	5,37	Resinas	1,07	1,24	4,04	4,01
Indústrias alimentares	1,01	1,22	3,96	4,06	Álcool	0,73	1,24	3,86	4,02
Borracha	0,76	1,19	3,95	3,98	Outros preparados químicos	0,88	1,24	3,85	4,01
Plástico	0,71	1,19	3,60	3,87	Elementos químicos não petroquím.	0,96	1,24	3,92	4,05
Bebidas	0,68	1,19	3,76	3,81	Produtos Siderúrgicos	1,81	1,21	6,03	5,78
Editorial e gráfica	0,68	1,13	3,62	3,86	Produtos alimentares	1,17	1,14	4,29	4,35
Papel e celulose	1,36	1,11	5,24	5,01	Artigos de Plástico	0,71	1,14	3,88	4,04
Minerais não Metálicos	0,84	1,10	4,09	4,08	Bebidas	0,66	1,14	4,04	4,13
Calçados, Couros e Peles	0,75	1,06	4,11	4,12	Produtos derivados da borracha	0,74	1,14	4,26	4,26
Fabricação Material Elétrico	0,76	1,05	3,83	3,93	Derivados do Petróleo	1,23	1,11	4,05	4,09
Farmacêutica e Perfumaria	0,67	1,05	3,68	3,71	Serviços gráficos	0,65	1,09	3,89	4,12
Energia elétrica	1,27	1,03	4,28	4,27	Papel, papelão e artefato	1,41	1,06	5,19	4,90
Mecânica	0,81	1,02	3,79	3,83	Celulose	0,84	1,06	4,39	4,48

Fonte: Cálculos próprios a partir das matrizes de insumo produto de 1985, elaboradas por Considera et al (1997).

Tabela 51 – Resultados de Vínculos 1992 – 15 principais setores

Matriz 31 X 31	Ui	Uj	Vi	Vj	Matriz 39 X 39	Ui	Uj	Vi	Vj		
Têxtil	18	1,64	1,43	5,96	5,45	Produtos têxteis	180	1,50	1,32	4,12	3,76
Papel e celulose	12	1,25	1,38	4,60	4,50	Papel, papelão e artefato	121	1,11	1,27	3,14	3,11
Vestuário	19	0,66	1,37	3,58	4,16	Artigos de Vestuário	190	0,43	1,27	2,45	2,88
Siderurgia	5	1,81	1,31	5,36	5,13	Produtos Siderúrgicos	50	1,62	1,22	3,69	3,50
Calçados, Couros e Peles	20	0,76	1,27	4,17	4,14	Celulose	120	0,40	1,19	2,46	2,46
Plástico	17	0,76	1,27	3,67	3,93	Couros e peles	200	0,54	1,18	2,85	2,82
Material Elétrico	7	0,84	1,17	3,97	4,02	Artigos de Plástico	170	0,63	1,18	2,52	2,59
Indústrias alimentares	21	1,07	1,16	4,05	4,07	Produtos químicos não petroquímicos	150	0,72	1,13	2,51	2,53
Editorial e gráfica	13	0,68	1,14	3,63	3,68	Resinas	154	0,96	1,13	2,59	2,49
Indústrias diversas	23	0,72	1,13	3,60	3,60	Produtos petroquímicos	153	1,21	1,13	2,95	2,82
Bebidas	22	0,68	1,13	3,64	3,71	Álcool	151	0,50	1,12	2,45	2,48
Automóveis., caminhões e ônibus	9	0,66	1,12	3,65	3,76	Outros preparados químicos	155	0,90	1,12	2,47	2,48
Farmacêutica e Perfumaria	16	0,65	1,09	3,59	3,60	Equip. de energia elétrica	70	0,76	1,08	2,72	2,75
Madeira e Mobiliário	11	0,69	1,07	3,72	3,73	Automóveis., caminhões e ônibus	90	0,47	1,05	2,50	2,57

Fonte: Cálculos próprios a partir das matrizes de insumo produto de 1992, elaboradas por Considera et al (1997).

==> Exportações setoriais

A evolução dos componentes autônomos da demanda não impacta apenas por sua magnitude, mas também por suas repercussões setoriais, tendo em vista os efeitos multiplicadores e os vazamentos de renda diferenciados de cada atividade. Em primeiro momento, é preciso observar a importância das exportações inter-regionais e internacionais para a demanda total de cada produto considerado na Matriz Insumo-Produto regional, para os anos de 1985 e 1992, calculada por Considera et al (1997).

Na Tabela 52 abaixo os produtos estão ordenados em termos de maior participação das exportações inter-regionais na demanda total de cada produto (observe-se que não estão listados os 39 produtos da matriz, mas sim os 25 produtos com maior participação). Em 1985,

quatro produtos tinham mais da metade de sua demanda total realizada em exportações para o resto do Brasil: resinas; automóveis, caminhões e ônibus; elementos químicos não petroquímicos; e outros veículos. Ou seja, o primeiro e o terceiro produtos são bens intermediários, e o segundo e o quarto incluem bens intermediários e bens de consumo duráveis, estes últimos predominantemente dependentes da renda do resto do país. Doze outros produtos apresentaram participação das exportações inter-regionais entre 20% e 31,2% (as margens de distribuição também apresentaram relação de exportações por demanda total neste intervalo, com 25,17%), mais três produtos com participação entre 10% e 16%, e dezenove produtos com menos de 10% de suas demandas totais. Em síntese: em termos de participação das exportações inter-regionais, em 1985, apenas quatro produtos efetivamente dependiam – diretamente – da evolução da renda do resto do país, e para doze outros a contribuição era muito significativa, mas não necessariamente imprescindíveis. Em termos de exportações internacionais, os dois produtos de maior dependência eram, respectivamente, das indústrias de "Couro e Peles" (com 25,15%) e "Produtos Alimentares" (com 19,71%).

Em 1992, o número de produtos majoritariamente dependentes das exportações para o resto do país continuou o mesmo. Estes quatro setores, entretanto, foram todos distintos dos observados em 1985: papel, papelão e artefatos (77,1%); produtos petroquímicos (55,1%); produtos de pecuária (53,1%) e máquinas e tratores (53,0%). Dois outros setores apresentaram percentuais elevados, embora não majoritários, de praticamente 40% – produtos da agricultura e elementos químicos não petroquímicos. Seis produtos ficaram com participação entre 18% e 31,4%, quatro com a participação entre 10% e 13,9%, e os outros vinte e três produtos com menos de 10% de suas respectivas demandas finais compostas por exportações inter-regionais. Em termos de exportações internacionais, em 1992, o grande destaque foi a indústria de couros e peles, que teve 52% de sua demanda total resultante das exportações internacionais. Bem atrás, os produtos siderúrgicos e as resinas, com 23,1% e 21,5%, respectivamente, foram os produtos com participação superior a 20%. Quatro produtos ainda contaram com participação entre 10% e 16,1%, mas todos os outros tiveram participação das exportações internacionais em suas respectivas demandas totais inferiores a 10%.

Perante a lista de produtos, há uma tentação natural de enquadrar as atividades segundo usualmente são definidas por categoria de uso. Ocorre que tanto os produtos podem alterar suas finalidades (no exemplo mais óbvio, um computador pode ser para uso pessoal ou uso empresarial), quanto os produtos listados referem-se a indústrias, com uma diversidade interna de produtos. A forma de definir essa classificação deve ser referente ao destino

predominante. Produtos cujo valor do consumo intermediário tenha sido superior a 50% da demanda total foram classificados enquanto bens intermediários. Produtos que tiveram mais de 50% do valor de sua demanda total destinado ao consumo pessoal foram classificados como bens de consumo, duráveis ou não duráveis. E produtos em que predominou o destino para FBCF foram classificados como bens de capital. Na classificação também foram considerados Serviços Finais e Serviços Intermediários. Ocorre que alguns produtos não apresentaram um quadro tão inequívoco em função da magnitude de suas exportações. A rigor, nada impede que a maior parte das indústrias associadas a um grupo de produtos fabrique bens destinados ao consumo pessoal, enquanto que a maior parte das indústrias exportadoras esteja associada a um sub-grupo do produto com finalidade para bem intermediário. É o caso, por exemplo, da indústria de "automóveis, ônibus e caminhões". Embora a região Nordeste não contasse com nenhuma grande montadora, em 1985, o fato é que 16,8% do valor da demanda total era destinado ao Consumo Pessoal, enquanto 28,7% destinava-se ao uso de bens intermediários (em ambos os casos, muito provavelmente deveria ser comércio de peças). Como 57,1% da demanda total destinava-se a exportações, nada poderia garantir que a maior parcela destas exportações não fosse destinada ao consumo pessoal em outras regiões do país. Caso semelhante ocorre com o produto "Equipamentos de energia elétrica". Por isso que estes dois itens constituíram, a parte, um grupo de "indefinidos", para o ano de 1985. Para o ano de 1992 a participação do destino para consumo intermediário foi inequívoco para os dois grupos de produtos. Outros sete produtos também apresentaram inexistência de um destino inequivocamente dominante. Tais produtos, contudo, tanto apresentavam o perfil tipicamente de bens intermediários, quanto a vantagem da destinação para consumo intermediário interno em relação ao consumo pessoal foi suficientemente grande para se fazer a opção por classificá-los enquanto bens intermediários.

Do quadro descrito algumas conclusões parciais podem ser consideradas:

1. A maior importância das exportações inter-regionais não decorreu de poucos produtos, embora em quatro dos produtos considerados, a cada ano, tais exportações tenham correspondido a mais da metade do valor total das respectivas demandas totais. Há uma maior distribuição da importância das exportações inter-regionais do que das exportações internacionais por demanda total;

2. Do ponto de vista da categoria de uso, o grupo de Bens de Consumo Durável se destaca em 1985, mas consistia apenas, neste ano, em "Eletrodomésticos". Reduzida sua relevância, ganha destaque o grupo de Bens Intermediários, cuja proporção exportada

aumenta em 1992, ampliando o destaque do grupo. O grupo de Bens de Capital apresenta uma participação irrelevante, enquanto que o grupo de Serviços Intermediários (Comunicação; Serviços Gráficos e SIUPs) foi inexpressivo em 1985 (0,15%), mas significativo em 1992 (16,6%) – quase que exclusivamente em função dos SIUPs.

Já na Tabela 53 os produtos estão ordenados por participação no valor total das exportações nos dois anos de referência, permitindo a identificação da importância relativa de cada produto nas pautas de exportação inter-regional e internacional.

Tabela 52 – Participação das exportações do Nordeste para o resto do Brasil e para o resto do mundo na Demanda Total de cada produto, em 1985 e 1992, dos principais produtos, em %.

1985	Xrb/DT	X/DT	1992	Xrb/DT	X/DT
Resinas	61,39	6,99	Papel, papelão e artefato	77,10	2,35
Automóveis, caminhões e ônibus	54,56	2,55	Produtos petroquímicos	55,13	10,67
Elementos Quím. não petroquímicos	52,47	3,83	Produtos da Pecuária	53,12	0,00
Outros veículos	50,18	0,00	Máquinas e tratores	52,97	0,90
Produtos têxteis	31,16	8,66	Produtos da Agricultura	39,99	2,85
Eletrodomésticos	30,41	0,46	Elementos Quím.não petroquímicos	39,99	11,00
Produtos petroquímicos	29,80	10,21	Produtos têxteis	31,32	5,09
Produtos da Extrativa Mineral	29,56	2,20	Produtos Siderúrgicos	30,31	23,09
Equipamento de energia elétrica	25,22	1,40	Produtos da Extrativa Mineral	24,07	4,15
Margens de distribuição	25,17	3,58	Produtos alimentares	22,82	12,16
Couros e peles	25,00	25,15	SIUPs	20,04	0,00
Artigos de Plástico	23,07	7,25	Celulose	18,77	16,03
Produtos diversos	22,63	1,43	Outros veículos	13,81	3,74
Outros preparados químicos	21,81	12,19	Equipamento de energia elétrica	13,16	2,01
Produtos Siderúrgicos	21,79	9,88	Resinas	13,04	21,45
Produtos derivados da borracha	21,36	0,00	Margens de distribuição	10,22	3,78
Farmacêuticos	21,25	0,17	Produtos diversos	7,56	0,24
Derivados do Petróleo	15,88	11,34	Derivados do Petróleo	4,75	1,48
Perfumaria	11,34	0,00	Comunicação	3,44	0,31
Máquinas e tratores	10,96	0,56	Automóveis, caminhões e ônibus	3,36	1,76
Bebidas	9,32	0,32	Artigos de Plástico	3,07	6,28
Produtos Alimentares	8,19	19,71	Madeira	2,99	2,18
Produtos da Agricultura	8,08	4,84	Produtos derivados da borracha	2,86	0,04
Calçados	7,89	0,52	Minerais não metálicos	2,68	0,71
Madeira	6,75	0,00	Bebidas	1,77	0,70
BCD	30,41	0,46	BCD	0,09	0,12
BCND	7,61	14,84	BCND	16,85	9,34
BI	19,22	5,89	BI	33,60	6,74
BK	0,17	0,00	BK	0,17	0,00
SF	5,84	0,00	SF	1,50	0,38
SI	0,15	0,00	SI	16,61	0,04
Indefinido	32,25	1,68	Indefinido		
Margens de distribuição	25,17	3,58	Margens de distribuição	10,22	3,78

Obs.: BCD – Bens de Consumo Durável; BCND – Bens de Consumo Não Durável; BI – Bens Intermediários; BK – Bens de Capital; SF – Serviços Finais; SI – Serviços intermediários.

Fonte: Elaboração própria a partir das Matrizes de Insumo-Produto do Nordeste dos anos de 1985 e 1992, calculadas por Considera et al (1997).

Tabela 53 – Produtos com maior participação nas exportações totais, em 1985 e 1992, em %.

1985	Xrb	X	XT	1992	Xrb	X	XT
Margens de distribuição	20,4	8,0	17,1	Produtos da Agricultura	20,4	6,1	17,7
Produtos alimentares	6,4	42,3	15,9	Produtos alimentares	11,1	24,7	13,7
Produtos petroquímicos	8,8	8,3	8,6	Produtos petroquímicos	13,3	10,8	12,8
Outros Serviços	11,5	0,0	8,4	Produtos da Pecuária	13,0	0,0	10,5
Produtos da Extrativa Mineral	9,7	2,0	7,7	Produtos Siderúrgicos	7,0	22,4	10,0
Produtos têxteis	7,7	5,9	7,2	Margens de distribuição	8,1	12,5	8,9
Derivados do Petróleo	5,0	9,8	6,3	Produtos têxteis	7,3	4,9	6,8
Resinas	7,3	2,3	6,0	SIUPs	7,9	0,0	6,4
Produtos da Agricultura	5,0	8,3	5,9	Outros Serviços	2,7	2,8	2,7
Produtos Siderúrgicos	5,4	6,7	5,7	Elementos Químicos não petroquímicos	2,1	2,4	2,2
Elementos Químicos não petroquímicos	3,6	0,7	2,8	Produtos da Extrativa Mineral	2,1	1,5	2,0
Outros preparados químicos	1,8	2,8	2,1	Resinas	0,8	5,5	1,7

Obs.: Os produtos não relacionados não ultrapassaram a marca de 0,0% das exportações totais.

Fonte: Elaboração própria a partir das Matrizes de Insumo Produto 1985 e 1992, elaboradas por Considera et al (1997).

4.3.7 Período 1991-1996

I – Descrição dos resultados da decomposição

Para a região, a taxa média de variação positiva das exportações inter-regionais, em 17,76% ao ano, só não foi maior que a taxa média anual de 26,19% das importações inter-regionais. A terceira conta com maior variação anual ficou sendo as importações internacionais, com 10,3%, não tão distante da conta de gastos governamentais, com 9,48%. Para o resto do Brasil, o destaque das variações isoladas também ficou com as taxas de comércio inter-regional, seguidas pela taxa de investimento privado, com taxa média de variação positiva de 7,89%.

O crescimento do período foi liderado pela variação do coeficiente total de importações, cuja redução garantiu uma parcela de 14,15% do PIB da região em 1991, enquanto que a variação da demanda interna correspondeu a 7,25%, e a variação da demanda externa contribuiu negativamente, com – 8,58%.

Ocorre no período uma queda significativa no supermultiplicador da região Nordeste, explicada, em maior medida, pela expressiva elevação do coeficiente de importações inter-regionais. O coeficiente de consumo privado da região Nordeste, em 1996, apresenta um valor que pode ser dito enquanto 'estranho', tal sua magnitude, e que contribuiu para elevação, e não redução do supermultiplicador. A trajetória do coeficiente de importações inter-regionais seria suficiente para garantir uma queda no supermultiplicador, perante o coeficiente de consumo,

mas esse efeito foi reforçado pela elevação do coeficiente de importações internacionais e pela queda na taxa de investimento da região.

Os componentes da demanda autônoma da região Nordeste mais uma vez apresentaram trajetórias divergentes. Com o conjunto da demanda autônoma crescendo no período, a conta da variação das exportações inter-regionais foi a que, isoladamente, mais contribuiu para esse crescimento, com 6,34% do PIB de 1991, seguida de perto do aumento da conta de gastos governamentais em consumo de custeio, com 6,01%. Em contrapartida, a FBCF das empresas estatais contribuiu negativamente, com uma variação de - 2,4%, assim como a FBCF da Administração Pública e as exportações internacionais, mas sendo estas duas últimas contas com variações inferiores a - 1%. Perante o resultado de P1 ter sido de valor positivo, em 28,84%, em detrimento de P2 com contribuição negativa, em - 13,39%, constata-se que o crescimento da região no período foi liderado pelas exportações inter-regionais.

A contribuição negativa dos investimentos das empresas estatais pode ter associação ao período recessivo, para o Nordeste nos anos de 1991, 1992 e 1993, e para o Brasil nos anos de 1991 e 1992, mas também tem relação tanto com a crise fiscal do setor público, quanto com o processo de privatização de empresas estatais.

Para o resto do Brasil, a variação dos gastos governamentais liderou a variação positiva da demanda autônoma e, portanto, o crescimento do produto, com 8,19% do PIB de 1991. Considerando que P1, para o resto do Brasil, foi de 26,51% no período, constata-se que o fator que tenha liderado a demanda autônoma também liderou o crescimento do conjunto do PIB.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

Este período é marcado pela recessão econômica nos anos de 1991 e 1992, e pela estabilização dos preços em 1994, com o Plano Real, e o conseqüente crescimento mais acentuado da economia em 1994 e 1995. O crescimento do produto, neste período, foi caracterizado enquanto liderado pelas exportações inter-regionais, tendo logo em seguida a contribuição dos gastos governamentais em consumo de custeio. A queda do supermultiplicador, apesar do aumento no coeficiente de consumo, decorreu do aumento dos coeficientes de importações inter-regionais e internacionais, associado exatamente ao aumento de consumo em geral, advindo da estabilização dos preços e do crescimento (ainda que relativamente modesto) da economia.

Em termos de especialização setorial, a evolução é descrita abaixo, na Tabela 54.

Tabela 54 – Evolução dos índices simétricos de especialização da região Nordeste e da região Sudeste, entre 1991 e 1996.

	Nordeste								Sudeste							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1991	0,16	0,09	0,08	-0,26	-0,09	0,12	0,02	0,03	-0,21	-0,05	-0,03	0,00	0,04	-0,04	0,02	-0,02
1992	0,18	0,10	0,10	-0,27	-0,09	0,13	-0,01	0,05	-0,21	-0,06	-0,05	0,05	0,04	-0,04	0,04	-0,01
1993	0,06	0,15	0,11	-0,33	-0,08	0,14	-0,05	0,03	-0,23	-0,05	-0,05	0,10	0,04	-0,05	0,06	-0,01
1994	0,13	0,12	0,08	-0,32	-0,08	0,13	-0,08	0,02	-0,21	-0,06	-0,02	0,08	0,03	-0,03	0,07	0,01
1995	0,20	0,14	0,05	-0,29	-0,08	0,10	-0,17	0,04	-0,24	-0,06	-0,01	0,06	0,03	-0,03	0,07	-0,01
1996	0,21	0,13	0,04	-0,29	-0,09	0,10	-0,10	0,05	-0,28	-0,07	-0,01	0,06	0,03	-0,02	0,05	0,00
1991-1996	0,05	0,04	-0,04	-0,03	0,00	-0,02	-0,12	0,02	-0,07	-0,02	0,02	0,06	-0,01	0,02	0,03	0,02

Fonte: Cálculo próprio a partir de dados do IBGE.

A região Nordeste avançou em sua especialização em agropecuária, administração pública e transportes e comunicações, enquanto a região Sudeste ampliou a vantagem de sua especialização em instituições financeiras e no setor de "aluguéis e serviços às empresas. Em termos de destaque negativo, a região Nordeste, que era tida enquanto especializada em "aluguéis e serviços às empresas", regrediu, e tornou-se significativamente "desespecializada". Pelos indicadores acima, este processo teria ocorrido exatamente a partir da estabilização de preços em 1994, agravando-se em 1995, com redução da "desespecialização" em 1996.

A indústria, mais uma vez, manteve-se estável em seu conjunto, comparativamente ao desempenho da região Sudeste, sugerindo uma integração a partir de uma sólida complementaridade, ou seja, sem indicar "disputas" regionais pelos setores industriais especializados de cada região. Tal só pode ser confirmado com uma observação mais detalhada dos índices de especialização industrial Tabela 56. Como não houve PIA em 1991, e como a PIA de 1996 atende outra classificação dos gêneros, optou-se por apresentar os índices entre 1990 e 1995.

Liderando em variação positiva do ISE, no período, ficou a indústria de borracha, que em 1990 apresentava um ISE extremamente negativo, revelando uma participação pífia deste gênero no total da indústria nordestina, comparativamente à participação do referido gênero no VTI da indústria brasileira. Apesar de ter variado em 0,586, o gênero continuou não só com ISE negativo, mas ainda em uma magnitude que expressa uma "desespecialização" relevante. O gênero de Perfumaria teve seu ISE variado em 0,535, mas já resultou, em sua posição em 1995, bem mais perto da média nacional.

Do ponto de vista da efetivação de impactos significativos sobre a indústria, o fato de a indústria química ficar em terceiro em termos de variação positiva do ISE constitui-se na informação mais importante da Tabela 55. Primeiro pelo seu peso na economia nordestina. Segundo pelo seu grau de integração com a economia do Sudeste do país. Este desempenho da indústria química deve ter relação com o fato do crescimento da região no período ter sido liderado pela variação (positiva) das exportações inter-regionais.

Tabela 55 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros da indústria, entre 1990 e 1995.

Total	1990	1992	1993	1994	1995	90-95
Indústrias extrativas e de produtos minerais	0,316	0,083	0,231	0,132	0,206	-0,110
Indústria de transformação	-0,155	-0,129	-0,139	-0,148	-0,076	0,079
Borracha	-0,823	-0,706	-0,714	-0,237	-0,237	0,586
Perfumaria	-0,607	-0,228	-0,281	-0,205	-0,072	0,535
Química	0,111	0,259	0,258	0,282	0,288	0,177
Bebidas	0,340	0,303	0,296	0,358	0,491	0,151
Produtos de matérias plásticas	-0,338	-0,362	-0,115	-0,183	-0,221	0,117
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	0,026	-0,060	0,192	0,071	0,122	0,096
Produtos farmacêuticos e medicinais	-0,925	-0,648	-0,764	-0,840	-0,839	0,086
Minerais não-metálicos	0,095	0,102	0,078	0,156	0,151	0,056
Diversas	-0,449	-0,542	-0,280	-0,482	-0,402	0,047
Papel e papelão	-0,600	-0,579	-0,468	-0,510	-0,570	0,030
Têxtil	0,312	0,476	0,258	0,306	0,313	0,001
Material de transporte	-0,896	-0,911	-0,922	-0,891	-0,917	-0,021
Editorial e gráfica	-0,220	-0,269	-0,280	-0,158	-0,243	-0,023
Mecânica	-0,461	-0,587	-0,589	-0,625	-0,489	-0,028
Produtos alimentares	0,175	0,180	0,171	0,176	0,102	-0,073
Metalúrgica	0,054	-0,073	-0,033	-0,107	-0,101	-0,155
Couros e peles e produtos similares	-0,138	-0,164	-0,273	-0,324	-0,323	-0,185
Madeira	-0,436	-0,486	-0,594	-0,496	-0,628	-0,192
Material elétrico e material de comunicações	-0,331	-0,451	-0,557	-0,454	-0,531	-0,200
Mobiliário	-0,531	-0,816	-0,772	-0,657	-0,731	-0,200
Fumo	0,079	-0,139	-0,365	-0,574	-0,447	-0,526
H (índice de entropia)	24,89				26,80	

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Industriais Anuais.

4.3.8 Período 1996-1999

I – Descrição dos resultados da decomposição

Por fim, há que se ver a trajetória entre 1996 e 1999. Embora seja um período mais breve do que os outros considerados, foi um período no qual se insere parte da reestruturação produtiva ocorrida quando do aumento das importações internacionais por parte do país, a partir da valorização e estabilização da moeda em 1994. É certo que parte das importações de

bens de capital ocorridas nos anos 90, ocorreu ainda nos anos de 1994 e 1995, mas as estatísticas demonstram que os anos de 1996 e 1997 também foram atípicos, perante a história econômica do país desde a crise da dívida externa. Além disso, a adoção do regime de câmbio flutuante, em 1999, iniciou um processo de ajustamento das contas externas que, se não foi concluído no próprio ano de 1999, teve parte significativa neste mesmo ano. Por outro lado, o ano de 1999 foi também um ano recessivo, fato que pressiona para baixo os coeficientes de importação.

O grande destaque em termos de taxas médias de variação anual recaiu em um desempenho negativo, com a redução média anual de $-23,29\%$ da FBCF das empresas estatais. Em contrapartida, a conta de FBCF da Administração Pública apresentou uma taxa média positiva de $17,17\%$ ao ano.

Do ponto de vista do valor do supermultiplicador, a mudança foi relativamente significativa, por envolver uma redução superior a 0,1. O coeficiente de consumo caiu para patamares mais razoáveis em termos de comparação histórica, no ano de 1999, o que contribuiu para a redução do supermultiplicador, queda parcialmente compensada pela redução dos coeficientes de importações inter-regionais e importações internacionais.

Apesar da conta da FBCF da Administração Pública ter sido o destaque em termos de taxa média de variação sobre seu próprio valor, o componente da demanda autônoma que gerou maior impacto sobre o crescimento foi a conta dos gastos governamentais com consumo de custeio, com $5,74\%$, seguida das exportações inter-regionais autônomas, de $2,94\%$. A variação da FBCF das empresas estatais mais uma vez apresentou uma contribuição negativa ao crescimento. Em termos de resto do Brasil, tanto a FBCF das empresas estatais quanto a FBCF da Administração Pública apresentaram contribuições negativas ao crescimento, enquanto que as exportações internacionais variaram o correspondente a $2,53\%$ do PIB de 1996. Observe-se que o PIB do resto do Brasil, entre 1996 e 1999, teve uma redução de $-1,47\%$. Pelo que se constata na observação das parcelas da redução do PIB no período, P1 foi relativamente pequena, de $2,69\%$, mas foi positiva. Já P2 foi de $-4,14\%$, esclarecendo que foi a redução do supermultiplicador que explicou a maior parcela da queda do PIB no período.

Para este período, mais do que para o período anterior, o processo de privatização de empresas pesou no resultado negativo dos investimentos das estatais. Observe-se, em especial, que foi neste período que ocorreu a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, muito atuante no estado do Maranhão, e do Sistema Telebrás, presente em toda a região

Nordeste. Estas duas grandes privatizações já seriam suficientes para explicar a redução dos investimentos das empresas estatais na região Nordeste.

II – Interpretação focada nas contribuições setoriais

O período entre 1996 e 1999 caracterizou-se pelo que Batista Jr. (1993) denominaria "armadilha da dolarização". Segundo a lógica do Plano Real a moeda sobrevalorizada constituía-se em uma âncora fundamental do plano de estabilização de preços. Com a desregulamentação da conta financeira e de capitais e com as turbulências no mercado internacional, a forma adotada pelo governo federal para evitar "fuga de capitais" era mantendo a taxa de juros interna muito mais alta do que as principais taxas internacionais, desestimulando o consumo, pressionando pela redução dos gastos governamentais, estimulando as importações e, com a conjugação destes fatores, desestimulando o investimento privado.

O resultado deste período, em termos de evolução setorial, pode ser parcialmente avaliado pelas informações contidas na Tabela 56 abaixo:

Tabela 56 – Evolução dos índices simétricos de especialização das regiões Nordeste e Sudeste, entre 1996 e 1999.

	Nordeste								Sudeste							
	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC	Agr	APU	Com	IF	Ind	OS	ASE	TC
1996	0,21	0,13	0,04	-0,29	-0,09	0,10	-0,10	0,05	-0,28	-0,07	-0,01	0,06	0,03	-0,02	0,05	0,00
1997	0,15	0,12	0,06	-0,32	-0,05	0,10	-0,11	0,04	-0,25	-0,06	-0,02	0,05	0,03	-0,03	0,06	0,00
1998	0,06	0,13	0,05	-0,28	-0,03	0,11	-0,14	0,07	-0,20	-0,06	-0,02	0,03	0,02	-0,03	0,07	0,00
1999	0,05	0,13	0,05	-0,31	-0,03	0,09	-0,13	0,07	-0,25	-0,06	-0,02	0,05	0,03	-0,02	0,07	0,01
1996-1999	-0,16	0,00	0,01	-0,02	0,06	-0,01	-0,03	0,02	0,03	0,01	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,02	0,01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE.

Os índices da região Nordeste variaram pouco no período, exceto para a Agropecuária, que apresentou uma significativa redução do ISE, em - 0,16, e para a Indústria, que teve um aumento de 0,06 em seu índice, mas ainda ficando com um índice negativo, embora bastante próximo de 0. Já para a região Sudeste, a maior variação de um índice ocorreu com o ISE da agropecuária, que variou positivamente em 0,03. Ocorre que o ISE do Sudeste em Agropecuária, em 1999, continuou sendo muito negativo, em -0,25. Para os outros setores, prevaleceu uma estabilidade na participação do VTI total, comparativamente ao seu equivalente nacional.

Tratando em termos de gêneros da indústria, o que se constata, na Tabela 57, é que o avanço no índice de especialização industrial representou transformações proporcionalmente maiores no que se refere à alteração dos níveis de especialização. Pela magnitude de variação dos índices, setores relativamente inexpressivos na indústria nordestina tornaram-se significativos durante o período, de modo equivalente ao que ocorreu com a indústria de borracha, no período anterior. Em especial, neste período a indústria de máquinas para escritório e equipamentos de informática, que era muito pequena na região, comparativamente ao país, torna-se uma "especialidade" regional em 1999. A indústria de reciclagem, por sua vez, embora ainda indicasse uma posição de especialização negativa, ou "desespecialização" em 1999, deixou uma condição de presença ínfima, em 1996, para se aproximar do tamanho médio observado no país, em termos de VTI. Desta vez, nenhuma grande indústria da região apresentou uma variação significativa dos índices de especialização. Apesar disto, o fato do conjunto da indústria ter ampliado o ISE em 0,06 indica que a soma dos desempenhos isolados foi relativamente mais favorável do que o observado no conjunto da indústria brasileira, compensando a falta de destaque das maiores indústrias da região.

Tabela 57 – Evolução dos índices simétricos de especialização dos gêneros industriais da região Nordeste, entre 1996 e 1999.

NORDESTE	1996	1997	1998	1999	96-99
C Indústrias extrativas	0,478	0,446	0,424	0,494	0,015
D Indústrias de transformação	-0,016	-0,018	-0,015	-0,028	-0,012
30 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-0,514	-0,051	0,075	0,153	0,668
37 Reciclagem	-0,760	-0,180	-0,189	-0,194	0,566
28 Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	-0,526	-0,511	-0,245	-0,176	0,350
19 Couros e artefatos, artigos de viagem e calçados	0,183	0,321	0,346	0,351	0,168
21 Celulose, papel e seus produtos	-0,217	-0,091	-0,131	-0,065	0,152
34 Veículos automotores, reboques e carrocerias	-0,953	-0,941	-0,943	-0,896	0,057
25 artigos de borracha e plástico	-0,301	-0,318	-0,207	-0,249	0,052
17 Produtos têxteis	0,384	0,297	0,342	0,427	0,043
27 Metalurgia básica	0,063	0,117	0,061	0,105	0,042
32 Material eletrônico e de comunicações	-0,997	-0,996	-0,999	-0,961	0,036
33 Instrumentos diversos	-0,607	-0,588	-0,583	-0,618	-0,011
23 Coque, refino de petróleo, e álcool	0,000	-0,047	-0,026	-0,033	-0,033
36 Móveis e indústrias diversas	-0,447	-0,420	-0,409	-0,481	-0,034
18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,091	0,149	0,127	0,043	-0,047
24 Produtos químicos	0,239	0,219	0,208	0,183	-0,056
31 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,129	-0,182	-0,150	-0,189	-0,060
29 Máquinas e equipamentos	-0,471	-0,503	-0,441	-0,556	-0,086
22 Edição, impressão e reprodução de gravações	-0,237	-0,247	-0,261	-0,338	-0,101

26 Produtos de minerais não-metálicos	0,141	0,072	0,118	0,030	-0,111
15 Produtos alimentícios e bebidas	0,196	0,231	0,169	0,068	-0,128
20 Produtos de madeira	-0,468	-0,469	-0,544	-0,641	-0,173
35 Outros equipamentos de transporte	-0,661	-0,590	-0,568	-0,864	-0,203
16 Produtos do fumo	-0,018	-0,296	-0,553	-0,587	-0,569
H (índice de entropia)	23,54	24,87	21,57	21,09	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

4.4 – Considerações especiais

Esta seção tem o propósito de estender comentários em torno de pontos entendidos enquanto fundamentais quando da inclusão da análise da especialização produtiva dentro da lógica de um modelo de crescimento liderado pela demanda, em termos de variáveis cuja trajetória não se encaixa adequadamente em um sub-período, mas ou estão distribuídas por todo o grande período de 1960 a 1999, ou afetam anos específicos de sub-períodos distintos.

4.4.1 Taxa de investimento e investimentos estatais

A taxa de investimento privado pode ser relacionada a componentes da demanda autônoma, a partir de uma identificação dos canais de indução da decisão de investimento. Dentre as alternativas, destaca-se aqui a relevância do papel da depreciação física e tecnológica para o comportamento da taxa de investimento privado.

Em termos da depreciação física, não foram encontrados elementos para inferir o papel da especialização na composição de uma taxa geral de depreciação da economia nordestina. Decerto que a maior presença da indústria tende a ampliar a parcela da FBCF destinada a máquinas e equipamentos, cujo prazo de depreciação contábil (oficial) é, em geral, de 10 anos, enquanto que as construções civis (proporcionalmente mais importantes no conjunto do setor de serviços) contam com prazo de depreciação contábil de 25 anos, circunstância que pode influir na composição da taxa de investimento. Tendo em vista a durabilidade física média das máquinas e equipamentos, que pode ser inferida tendo por patamar mínimo o prazo de depreciação contábil oficial (atribuído pela Secretaria da Receita Federal), considera-se que o perfil industrial e, dentro deste, em que indústrias a região é especializada, associa-se muito mais à taxa de depreciação tecnológica da economia do que à

taxa de depreciação física. Ou seja, não é tanto a durabilidade dos equipamentos que interfere na taxa de investimento,¹⁴⁰ é mais o grau de obsolescência tecnológica dos mesmos.

Neste sentido, cabe se observar o perfil tecnológico das indústrias da região, buscando identificar aquelas com maior tendência a altas taxas de depreciação tecnológica. Uma ressalva crucial precisa ser feita, quanto à temporalidade deste fenômeno. Só para citar o caso mais famoso, a indústria têxtil nordestina, nos anos 40 e 50, fundamentava-se em um parque produtivo cuja tecnologia apresentava dinamismo claramente inferior ao observado no Sudeste do país. Com a modernização da indústria têxtil da região (vide Francisco de Oliveira e Leonardo Guimarães), sua taxa de depreciação muito provavelmente aumentou, com um crescimento dos valores e da frequência com que as empresas precisaram renovar sua maquinaria, para além da existência de aumento da demanda, mas tão somente para se manterem competitivas frente à indústria das outras regiões.

Uma forma para se tentar mensurar este efeito é fazendo uso de uma classificação da indústria segundo sua intensidade tecnológica, seguindo a taxonomia definida pela OCDE, com um único ajuste a ser esclarecido adiante. A classificação dos gêneros da indústria brasileira por intensidade tecnológica segue o critério do IBGE obtido no PINTEC 2005 e corresponde ao abaixo.

Quadro 2 – Classificação dos gêneros industriais segundo o nível de intensidade tecnológica.

Alta	Média-alta	Média *	Média-baixa	Baixa
* Produtos farmacêuticos e medicinais * Material elétrico e de comunicações	* Mecânica * Material de transporte	* Química	* Minerais não-metálicos * Metalúrgica * Papel e papelão * Borracha * Produtos de perfumaria, sabões e velas * Produtos de matérias plásticas * Editorial e gráfica * Diversas	* Madeira * Mobiliário * Couros e peles e produtos similares * Têxtil * Vestuário, calçados e artefatos de tecidos * Alimentos * Bebidas * Fumo

* O grupo de média intensidade tecnológica não existe na classificação da OCDE. Foi adotado em função da impossibilidade de se dividir o gênero da indústria química nas atividades consideradas pelo IBGE de fabricação de coque, álcool e combustíveis nucleares (de baixa intensidade tecnológica); de refino de petróleo (de média-baixa intensidade tecnológica); e de fabricação de produtos químicos (de média-alta intensidade tecnológica).
Fonte: Classificação própria dos gêneros, a partir da classificação por atividades do IBGE (PINTEC 2005).

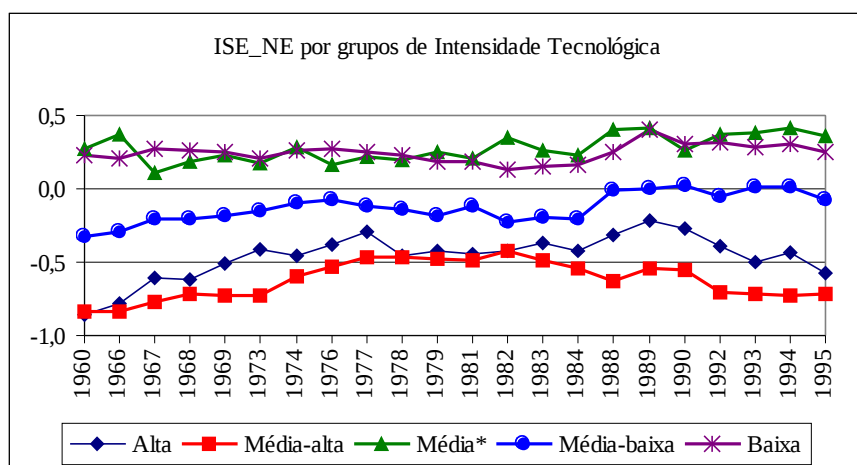
¹⁴⁰ Este autor, no exercício de sua função de analista de negócios, já encontrou equipamentos com mais de 30 anos, em empresas industriais competitivas em termos nacionais e com escala significativa de exportações para diversos países do mundo. A característica fundamental de tais equipamentos era sua simplicidade, e seu baixíssimo conteúdo tecnológico.

Da trajetória da região Nordeste, descrita no Gráfico 5, é possível destacar-se pelo menos três fatos estilizados. O primeiro é que a posição final do período considerado, em 1995, não difere muito da posição inicial, em 1960, mantendo quase a mesma ordem dos grupos em termos de ISE, com a única diferença, o empate entre o grupo de média-alta e o grupo de alta tecnologia, em 1960, pouco relevante frente à trajetória observada. O segundo fato estilizado é a inequívoca especialização da região, durante todo o período nos grupos de média (inclui exclusivamente o gênero de Indústria Química) e baixa intensidade tecnológica. Neste sentido, pode-se afirmar que as mudanças estruturais na indústria nordestina, tão citadas por diversos autores, podem ter ocorrido internamente aos grupos de média e baixa intensidade, mas não foram tais mudanças que definiram a especialização positiva da região na indústria química e nas indústrias tradicionais. O terceiro fato é que estas mesmas mudanças estruturais podem ser percebidas, do ponto de vista da participação das indústrias por intensidade tecnológica, no tocante à redução da especialização negativa da região. Até 1982 a região Nordeste avançou nos grupos de média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica, reduzindo seus índices de especialização negativa, merecendo destaque o fato desta redução ter sido mais acentuada no grupo de alta tecnologia. A partir de 1982 o grupo de indústrias de média-alta intensidade tecnológica começou a regredir, com um aumento dos valores negativos de ISE. Os grupos de média-baixa e alta intensidade tecnológica ainda continuaram avançando até 1989. A partir deste ano, o índice simétrico de especialização do grupo de média-baixa tecnologia estagnou praticamente em zero, ou seja, com uma participação no VTI da indústria semelhante ao observado na indústria do país, enquanto que a participação do grupo de alta tecnológica, que chegou a ser praticamente de $-0,2$, em 1989, passou a cair, até resultar, em 1995, em um índice próximo a $-0,6$.

Da trajetória da região Sudeste, descrita no Gráfico 6, quatro fatos estilizados podem ser destacados. O primeiro é que, diferentemente do caso da região Nordeste, no Sudeste ocorreu uma mudança de posições entre os grupos, em termos de Índices Simétricos de Especialização. Em 1960 os grupos de alta e média-alta tecnologia estavam empatados, sendo o primeiro com um ISE de $0,098$, e o segundo com um ISE de $0,093$. Mas em 1995, enquanto o grupo de média-alta tecnologia mantém sua importância relativa (agora com um ISE de $0,082$), o grupo de alta tecnologia perde importância relativa, em termos de índice de especialização, e passa a registrar um ISE de $0,011$. Um segundo fato estilizado é a tendência, ao longo de todo o período, de perda constante de relevância do grupo de baixa tecnologia, para a região Sudeste, comparativamente à participação deste grupo no conjunto do país. E o terceiro fato estilizado é a condição de especialização positiva em três dos cinco grupos

(média-alta, média-baixa e alta intensidade tecnológica), e uma especialização negativa no grupo de média intensidade, em 1995, que alternou, ao longo do período, com momentos de especialização positiva, inclusive no ano anterior, 1994, quando a região registrou um ISE de 0,004 neste grupo. Um quarto fato estilizado é a menor diferença entre o índice mais negativo e o índice mais positivo da região, em comparação com o observado no caso da região Nordeste, o que reflete apenas o maior tamanho da indústria do Sudeste, e não uma mera semelhança estrutural com a média do país.

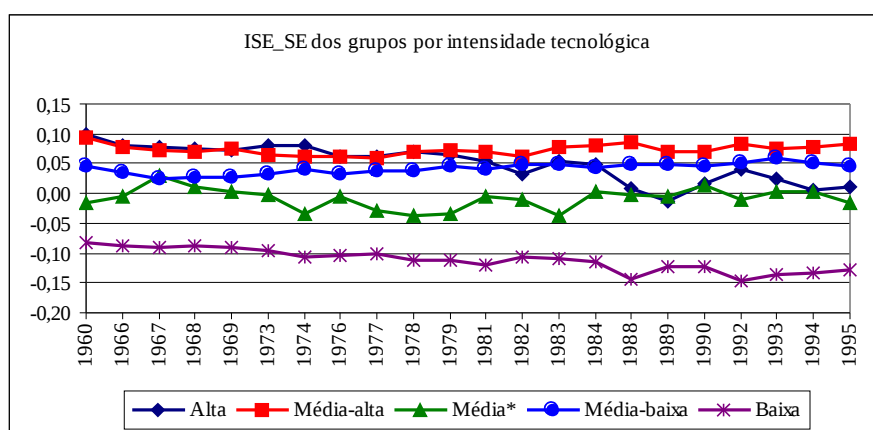
Gráfico 5 – ISE da região Nordeste dos grupos industriais por intensidade tecnológica



* Classificação própria, não adotada pela OCDE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das Pesquisas Industriais Anuais obtidos no SIDRA/IBGE..

Gráfico 6 – ISE da região Sudeste dos grupos por intensidade tecnológica



* Classificação própria, não adotada pela OCDE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das Pesquisas Industriais Anuais obtidos no SIDRA/IBGE.

Mas os índices de especialização são medidas de importância relativa, em uma comparação entre a região e a média do país. É preciso resgatar o peso absoluto da participação destes grupos industriais no total da indústria brasileira. Na Tabela 58 abaixo,

resgata-se a perspectiva do quanto pequenos são os grupos de alta e média-alta intensidade tecnológica, para a região Nordeste, no comparativo com estes grupos na indústria brasileira. Por outro lado, a elevada participação da região Sudeste fornece uma medida para a interpretação acima citada quanto ao tamanho relativo da indústria desta região.

Tabela 58 – Participação do VTI dos grupos por intensidade tecnológica das regiões Nordeste e Sudeste no VTI da indústria de Transformação brasileira, em %, em anos selecionados.

VTI - NORDESTE	1960	1966	1976	1984	1989	1992	1995	1999**
Alta	0,51	0,75	2,62	3,58	3,50	2,60	1,71	2,55
Média-alta	0,60	0,57	1,75	2,60	1,65	1,01	1,06	6,41
Média*	11,98	13,52	8,06	13,90	13,35	12,94	13,39	
Média-baixa	3,53	3,40	4,90	5,76	5,47	5,32	5,46	7,53
Baixa	10,93	9,60	9,95	12,26	12,99	11,44	10,50	9,71
Total – IT	6,89	6,25	5,76	8,83	5,50	5,88	6,35	7,74
VTI - SUDESTE	1960	1966	1976	1984	1989	1992	1995	1999**
Alta	96,39	95,54	87,24	78,67	69,95	77,74	72,83	61,75
Média-alta	95,49	95,12	87,43	84,07	82,75	84,55	83,97	74,89
Média*	76,74	80,32	76,46	72,08	71,17	70,16	69,12	
Média-baixa	86,96	87,15	82,21	78,14	79,36	79,38	78,26	68,61
Baixa	67,12	68,08	62,72	56,80	56,31	53,34	55,05	50,48
Total – IT	79,17	81,25	77,13	71,50	71,91	71,52	71,22	66,28

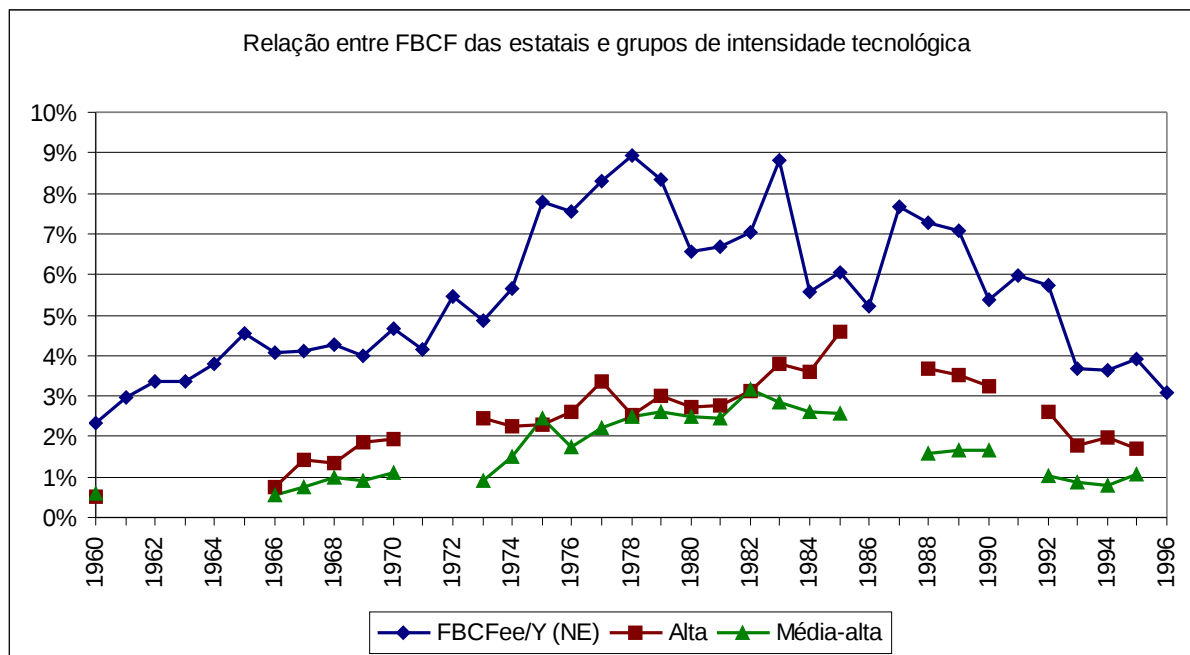
* Corresponde à indústria química.

** Classificação distinta da adotada entre 1960 e 1995, permitindo separar a indústria química em indústrias de média-alta e média-baixa intensidade tecnológica.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE.

O conjunto destas informações serve enquanto evidências favoráveis para a interpretação que a tendência foi da taxa de depreciação tecnológica da região Nordeste contribuir com relativamente pouco para a taxa de investimento da região, em relação ao observado, por exemplo, no Sudeste do país. As mudanças da estrutura industrial, decorrentes das políticas públicas para a região é que favoreceram ou mesmo viabilizaram diretamente – no tocante à instalação de empresas estatais – a instalação de empresas e o desenvolvimento de setores industriais com maior conteúdo tecnológico em seus produtos, processo que é diferente da renovação tecnológica associada à depreciação da maquinaria das empresas. Esta tese pode ser fortalecida a partir da observação conjunta da trajetória da participação da FBCF das empresas estatais no PIB da região e a evolução dos grupos de mais alta intensidade tecnológica, descritas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Relação entre FBCF das empresas estatais, em percentual do PIB, e a participação do VTI dos grupos de alta e média-alta intensidade tecnológica do Nordeste no VTI dos mesmos grupos do país, entre 1960 e 1999.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SUDENE e do IBGE.

Observe-se que o avanço da FBCF das empresas estatais, sobretudo a partir de 1972, até 1992, coincidiu com o aumento da participação do VTI dos grupos de alta e média-alta intensidade tecnológica da região Nordeste sobre o VTI dos mesmos grupos em termos nacionais. Observe-se ainda que não se tratou apenas de um avanço dentro da indústria da própria região, o que já seria um processo digno de registro, mas foi um avanço relativo em termos de representatividade na indústria brasileira. Poder-se-ia argumentar que poderia ser só isso, uma coincidência, não fosse o fato do grupo de alta intensidade tecnológica ser constituído exclusivamente, na atual classificação do IBGE, ser formado pela indústria de material elétrico e de comunicações, na qual tinham inserção a Telebrás e a CHESF.

4.4.2 Gastos governamentais

As matrizes de insumo-produto regionais não permitem uma especificação do consumo intermediário da atividade de Administração Pública, de maneira que pudéssemos identificar quais setores são diretamente beneficiados quando o setor público amplia seus gastos. Esta informação, contudo, está presente nas matrizes de insumo-produto nacionais. Parece bastante razoável a suposição que o perfil dos gastos públicos da administração direta

e até indireta tenha um considerável grau de semelhança entre as regiões, tendo em vista a semelhança dos serviços prestados. Os impactos setoriais dos gastos públicos regionais podem ser identificados, em sua proporção, via esses dados nacionais, descritos na Tabela 59.

Observa-se que a estrutura do Consumo Intermediário, nos dois anos considerados, é bastante semelhante, com os dois primeiros produtos, em termos de participação, sendo os mesmos nos dois anos – Serviços prestados às empresas, com quase o mesmo percentual (30,3% em 1986, e 30,8% em 1996), e Outros serviços, registrando um aumento de participação de 8,9% para 11,5%. Os três produtos seguintes, na ordem por participação, são os mesmos nos dois anos, mas com uma mudança de posição relativa: "papel, celulose, papelão e artefatos" troca de posição com "alojamento e alimentação", de terceira posição em 1985 para quinta em 1996, e vice-versa. O produto "Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP" continua sendo, nos dois anos, o quarto mais afetado pelos gastos do governo.

Da lista dos produtos de maior relevância no consumo intermediário da Administração Pública, em 1996, uma ausência chama a atenção. Enquanto que, em 1985, o item "Produtos Farmacêuticos e de perfumaria" representou 3,13% do valor total em consumo intermediário, em 1996 sequer aparece na lista dos vinte produtos com maior participação. Em 1996 sua participação representou 0,13% do valor total do consumo intermediário.

Do ponto de vista dos impactos diretos sobre a indústria, o consumo intermediário da administração pública só afeta de forma relevante (mais de 1% do valor total do consumo intermediário) os "Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP", e a "indústria de papel, celulose, papelão e artefatos". A indústria de "produtos farmacêuticos e de perfumaria", que inclui a indústria farmacêutica, caracterizada enquanto de alta intensidade tecnológica, chegou a ser significativa, para o consumo da administração pública no Brasil, em 1985, mas foi praticamente irrelevante em 1996, como acima já observado.

Como seria de se esperar, os gastos com administração pública impactaram mais diretamente as atividades de serviços de baixo conteúdo tecnológico – considerando-se que os serviços de maior conteúdo tecnológico sejam telecomunicações e serviços financeiros. Dentro do produto "serviços prestados às empresas" também há empreendimentos de maior conteúdo tecnológico, como a prestação de consultorias especializadas e os serviços de informática, mas não há nas matrizes consideradas como mensurar sua relevância.

Tabela 59 – Consumo Intermediário da Administração Pública no Brasil, segundo Matrizes Insumo-Produto, em 1985 e 1996 – produtos com maior participação.

Consumo intermediário das atividades, em 1985		Consumo intermediário da produção nacional, em 1996	
TOTAL (em R\$ milhões)	61.689	Total (em Cr\$ 10 ⁹)	40.134.604
Serviços prestados à empresa	30,31%	Serviços prestados às empresas	30,77%
Outros serviços	8,90%	Outros serviços	11,49%
Papel, celulose, papelão e artefatos	7,82%	Alojamento e alimentação	6,60%
SIUP	6,02%	SIUP	6,49%
Alojamento e alimentação	5,58%	Papel, celulose, papelão e artefatos	6,13%
Gasoalcool	5,52%	Outros produtos agropecuários	3,80%
Outros produtos agropecuários	4,16%	Gasoálcool	3,51%
Produtos diversos	3,29%	Margem de comércio	3,43%
Prod. Farmacêuticos e de perfumaria	3,13%	Margem de transporte	3,32%
Comunicações	2,65%	Produtos diversos	2,73%
Aluguel de imóveis	1,93%	Comunicações	2,71%
Margem de transporte	1,92%	Aluguel de imóveis	2,45%
Outros veículos e peças	1,78%	Produtos da construção civil	2,29%

Fonte: Matrizes Insumo-Produto do Brasil, de 1985 e 1996. Elaboração própria.

4.5 – Conclusões Parciais

As conclusões deste capítulo precisam ser vistas com uma devida ressalva. Como o objetivo central da tese foi desenvolver um instrumental empírico de análise a partir de um modelo teórico, os resultados obtidos não podem ser lidos enquanto comprovação desta ou daquela hipótese, mas sim enquanto evidências favoráveis a esta ou aquela hipótese. A aplicação do modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional precisa ser vista como mais uma ferramenta para análise, que permite mensurar fenômenos muitas vezes avaliados em torno de fatos estilizados, e não deve ser entendida enquanto elemento suficiente para dar conta, por si só, das análises macroeconômicas.

Pela aplicação do modelo foi possível tipificar cada período em termos das contas que lideraram o crescimento. Contudo, foi preciso fazer-se recurso de outras evidências estatísticas para que fosse possível estabelecer uma interpretação das contribuições setoriais ao crescimento em cada período. Um quadro estilizado pode ser formado com os resultados da aplicação do modelo e das análises adicionais focadas na especialização revelada (segundo a Tabela 25, a Tabela 26 e a Tabela 28):

Quadro 3 – Síntese dos resultados da aplicação do modelo e do cálculo dos Índices de Especialização Simétrica, por período, para a região Nordeste

NE	Liderança do crescimento	Variações do ISE
1960-1965	Substituição de importações inter-regionais	Aumento - Setores: APU; ASE; TC - Indústria: materiais plásticos, bebidas, metalúrgica

		<p>Redução</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: --- - Indústria: Couros e peles; papel e papelão; perfumaria <p>Maior: Fumo</p> <p>Menor: Material de Transporte</p> <p>Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agr.: ISE de 0,2 (1960) a 0,21 (1965) - Ind.: ISE de - 0,3 (1960) a - 0,33 (1965)
1965-1970	FBCF da Administração Pública	<p>Aumento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: APU; ASE; Ind - Indústria: material elétrico; vestuário; madeira <p>Redução</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: --- - Indústria: química; perfumaria; editorial e gráfica <p>Maior: Fumo</p> <p>Menor: Material de Transporte</p> <p>Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APU: ISE de - 0,02 (1965) a 0,12 (1970)
1970-1975	Consumo da Administração Pública	<p>Aumento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: Ind - Indústria: materiais plásticos; indústrias diversas; papel e papelão <p>Redução</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: --- - Indústria: bebidas; minerais não metálicos; mobiliário <p>Maior: Fumo</p> <p>Menor: Farmácia</p> <p>Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APU: de 0,12 (1970) a 0,15 (1975) (em um período de expansão em todo o país)
1975-1980	Exportações inter-regionais	<p>Aumento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: Ind; OS - Indústria: diversas; borracha; perfumaria <p>Redução</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: --- - Indústria: material de transporte; metalurgia; produtos alimentícios <p>Maior: Fumo</p> <p>Menor: Material de transporte</p> <p>Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agr: 0,28 (1975) a 0,24 (1980) - Ind.: - 0,20 (1975) a - 0,12 (1980)
1980-1985	Exportações inter-regionais	<p>Aumento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: Ind; OS - Indústria: diversas; borracha; perfumaria <p>Redução</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: IF; TC; Agr - Indústria: diversas; fumo; borracha <p>Maior: Química</p> <p>Menor: Material de transporte</p> <p>Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agr: 0,24 (1980) a 0,18 (1985) - Ind.: - 0,12 (1980) a - 0,09 (1985)
1985-1991	Substituição de importações inter-regionais	<p>Aumento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Setores: TC; OS; IF

		<ul style="list-style-type: none"> - Indústria: têxtil; diversas; metalúrgica Redução - Setores: --- - Indústria: mobiliário; couros e peles; madeira Maior: Têxtil Menor: Material de transporte Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento: - Agr.: 0,18 (1985) a 0,16 (1991) - Ind.: - 0,09 (1985) a - 0,09 (1991)
1991-1996	Exportações inter-regionais e Consumo da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> Aumento - Setores: Agr - Indústria: borracha; perfumaria; química Redução - Setores: --- - Indústria: fumo; mobiliário; material elétrico Maior: Bebidas Menor: Material de transporte Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento: - Agr.: 0,16 (1991) a 0,21 (1996) - Ind.: - 0,09 (1991) a - 0,09 (1996) - APU: 0,09 (1991) a 0,13 (1996)
1996-1999	Consumo da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> Aumento - Setores: Ind - Indústria: máquinas para escritório; reciclagem; produtos de metal Redução - Setores: Agr - Indústria: fumo; outros equipamentos de transporte; madeira Maior: Têxtil Menor: Material eletrônico Evolução dos setores correlacionados ao fator de crescimento: - APU: 0,13 (1996) a 0,13 (1999)

Obs. 1: Foram considerados, para efeito de classificação de aumento ou redução, apenas os setores ou gêneros com variação superior a 0,05.

Obs. 2: Onde Agr – Agropecuária; APU – Administração Pública; Com – Comércio; IF – Instituições Financeiras; Ind – Indústria; OS – Outros Serviços; ASE – Aluguéis e Serviços às empresas; TC – Transporte e Comunicações.

Fonte: elaboração própria a partir de tabelas anteriores.

Observe-se que os resultados do quadro acima devem ser lidos enquanto sinalizadores de tendências, não se constituindo em resultados inequívocos, mas em evidências favoráveis quanto às hipóteses que destacam os fatores identificados. A primeira parte, referente às variáveis macroeconômicas que lideraram o crescimento da região Nordeste nos períodos considerados, apresenta um maior poder explicativo, visto que as contribuições foram examinadas em relação ao aumento do PIB. Já no caso dos indicadores de especialização, os índices encontrados dependem do peso relativo do setor comparativamente ao seu peso nacional. Sendo assim, torna-se muito mais fácil ocorrer o destaque de setores que, em termos de peso no PIB, são muito pequenos, mas que em termos do crescimento de sua importância

relativa, comparativamente à importância que tinham antes e ao peso nacional, apresentam grandes variações.

Observe-se também que, exceto entre 1996 e 1999, não ocorre redução significativa (igual ou maior, em termos absolutos, a 0,05) dos índices de especialização da região Nordeste. Tal decorre tão simplesmente do fato da região praticamente não contar, em 1960, com inúmeros setores, cujo mero aparecimento garantiu variações expressivas dos índices de especialização. Nesses casos, os índices de especialização eram tão baixos que não era preciso muito para aumentar o índice de especialização comparativamente ao Resto do Brasil. Entretanto, nos períodos em que as variações mais significativas envolveram grandes indústrias (química, têxtil, produtos alimentícios), há que se considerar que processos mais profundos de alteração do padrão de especialização estavam em curso. Por fim, também se registre o fato do setor de materiais de transporte, que apresenta certa importância na economia do país, surgir quase sempre enquanto setor com índice de especialização mais negativo para a região Nordeste, chamando a atenção para esse aspecto da divisão regional do trabalho que destina este setor, muito dinâmico entre 1960 e 1999, enquanto praticamente ausente da economia nordestina.

Ao longo de todo o texto de exposição dos resultados buscou-se relacionar a trajetória de crescimento com as mudanças nos indicadores de especialização, tentando estabelecer conexões entre o comportamento dos coeficientes do supermultiplicador e dos componentes da demanda autônoma às mudanças da estrutura produtiva e comercial. Aqui se fez uso de algumas contribuições da literatura heterodoxa, articulando-as em torno da explicação da evolução das variáveis do modelo. Este recurso permitiu mensurar a importância – estritamente quantitativa – de cada variável, permitindo assim uma hierarquização do impacto sobre o conjunto do processo de crescimento econômico. Decerto que tal hierarquização é datada no tempo e, como observado, relacionada apenas a uma mensuração estritamente quantitativa das variáveis consideradas, sem o recurso de pesquisas mais aprofundadas que identificassem conexões indiretas que ampliassem, ou reduzissem, a importância desta ou daquela variável. Esta limitação da tese é assumida enquanto característica da mesma: a tese não pretende resolver todas as dimensões possíveis e imagináveis do fenômeno do crescimento econômico, mas tão somente sistematizar e aprimorar os recursos da macroeconomia regional para mensurar o fenômeno do crescimento a partir das variáveis econômicas que lhes são relacionadas.

A magnitude de dados envolvida neste capítulo autoriza ênfases às mais diversas, cabendo hierarquizá-las em ordem de importância. Assim, entende-se enquanto outras conclusões da aplicação do modelo, além das resultados descritos no Quadro 3:

1. Que o crescimento da região NE ocorreu mais em função dos componentes da demanda autônoma do que pelo efeito supermultiplicador, na comparação com a trajetória de crescimento do Brasil;
2. Que, decompondo a demanda autônoma, observa-se uma mudança de perfil nos gastos dos governos, com queda dos investimentos estatais (tanto das empresas estatais quanto da administração pública) e elevação do consumo de custeio dos governos;
3. Que há evidências razoáveis para se considerar a hipótese que o impacto setorial tanto dos gastos governamentais como das exportações inter-regionais tem favorecido uma especialização de menor conteúdo tecnológico, como pode ser visto pelas matrizes de insumo-produto, enquanto que o coeficiente de importações relaciona-se a setores cujas conexões "para trás" associam-se exatamente a estas empresas de maior conteúdo tecnológico. Uma segunda hipótese conexa com a primeira para a qual também há evidências é o entendimento que os grandes fatores de definição de mudança do padrão de especialização a partir dos gastos autônomos constituem-se nos gastos das empresas estatais, em especial as federais, que podem interferir na mudança da estrutura produtiva, tanto com seus investimentos quanto mesmo com seu consumo, em uma medida que os gastos com custeio da máquina administrativa e as exportações, inseridas na atual divisão regional do trabalho, não podem. Entende-se que foi isso que aconteceu com a atuação da Petrobrás na BA, RN e SE, da Companhia Vale do Rio Doce no MA e da CHESF em todo Nordeste. Por este entendimento, considera-se que a condição de "região periférica" apenas foi atualizada. Ser uma região periférica, em 1960, não incluía ter indústrias intermediárias tão desenvolvidas. Hoje inclui tais indústrias, mas sem quebra da condição desfavorável, ou, pelo menos, insuficiente no tocante ao crescimento – considerando o conjunto do período.

Capítulo 5 – Considerações Finais

5.1 – Situação internacional entre 2000 e 2007 e desempenho do Nordeste entre 2000 e 2005

O período mais recente, entre 1999 e 2007, não é objeto desta tese, tanto pela indisponibilidade de dados regionais (a SUDENE só divulgou estimativas do PIB até 1999) compatíveis com as escolhas feitas neste trabalho, quanto pelo fato de envolver fenômenos pouco estudados que demandariam um esforço adicional suficiente para ser, por si só, objeto de outra pesquisa. Entretanto, considera-se oportuno resgatar quais seriam estes elementos novos que demandam novos estudos e análises.

Desde 1999 várias circunstâncias políticas e econômicas foram alteradas. Em termos internacionais, é interessante observar – no Gráfico 8 – que um novo agrupamento de países assumiu a liderança na contribuição ao crescimento da economia mundial, medido em termos de Paridade de Poder de Compra. O grupo chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – passou, a partir de 2001, a contribuir com uma parcela maior do crescimento do PIB mundial medido por PPC do que a soma dos países constituintes do G7, responsável pela maior parcela desde, muito provavelmente, o final da segunda guerra mundial. Em decorrência desta maior participação no crescimento mundial, tem ocorrido um processo de aproximação entre a participação do PIB por PPC do conjunto dos países do G7 e a soma do PIB por PPC dos quatro países que formam o BRIC, conforme se observa no Gráfico 9. Entender o significado desta mudança na liderança da produção material requer um estudo à parte, assim como também o descolamento do saldo da conta financeira do G7 em relação ao BRIC por volta de 1999, conforme se observa no Gráfico 10. Contudo, é preciso observar dois condicionantes consideravelmente poderosos no sentido de manutenção de trajetórias de crescimento acima da média mundial por parte deste grupo:

- por um lado, há o fato de nenhum dos quatro países ser classificável enquanto de "alta renda", o que indica que as pressões políticas internas no sentido de continuidade no processo de crescimento econômico, enquanto parte fundamental na universalização do consumo e da qualidade de vida que já atinge a classe média destes países, devem se manter elevadas;
- por outro lado, há o fato de três, destes quatro países, ainda contarem com mecanismos desenvolvimentistas que lhes conferem algum grau de proteção à volatilidade financeira internacional assim como assegura aos seus governos mecanismos eficazes para promoção do

desenvolvimento. A exceção no tocante a esta opção por uma relativa autonomia perante os mercados financeiros internacionais é exatamente o Brasil.¹⁴¹

Outros fatores tendem, potencialmente, pesar mais na limitação do processo de crescimento:

- o impacto do crescimento especialmente da China, sobre a geopolítica mundial, deve corresponder a iniciativas por parte dos EUA para não perder sua condição de maior potência econômica mundial. Decerto que, atualmente, os EUA aproveitam-se exatamente do crescimento da China para alavancar seu próprio crescimento, criando uma situação difícil de compatibilização de interesses, mas, dificilmente, a perda de poder político, associado à perda da condição de país mais rico do mundo, passará em "brancas nuvens";¹⁴²

- o impacto do crescimento, sobretudo da China e dos EUA, sobre a deterioração do meio ambiente. Embora a tendência seja a busca por soluções tecnológicas que permitam o crescimento paralelamente à preservação e recuperação ambiental, o fato é que tal compatibilidade não só não é certa, como não dá para se definir o tempo necessário para transição do atual modelo técnico-produtivo-social para um outro modelo que seja sustentável;

- as crescentes desigualdades sociais na China e, aparentemente em menor velocidade de crescimento, na Índia, que podem reverter em crises sociais e políticas com repercussão internacional;

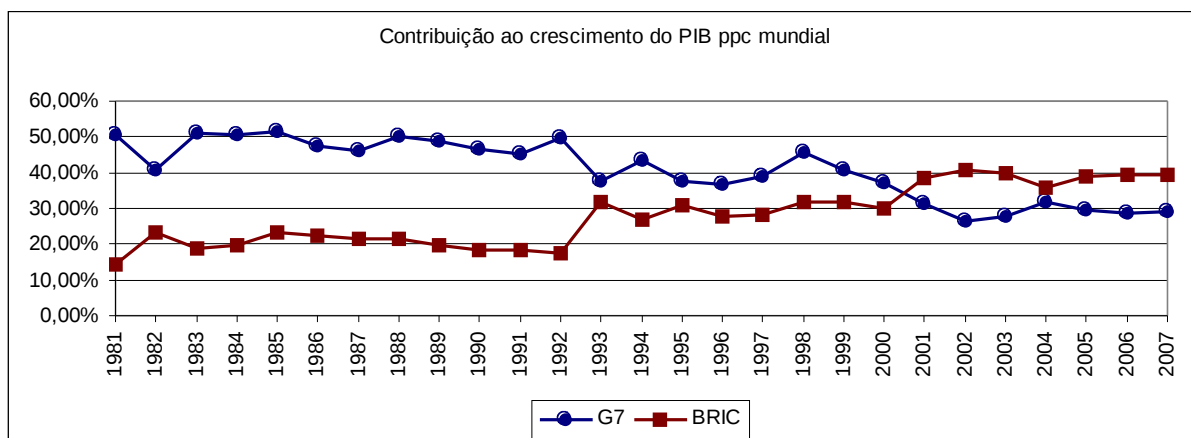
- os riscos associados a uma eventual nova bolha financeira, nos países constituintes do G7, associada ainda ao mercado imobiliário (enquanto problema não resolvido) ou à velocidade de crescimento dos saldos líquidos das contas financeiras e de capital, conforme se observa no Gráfico 10.

Estes fatores são os riscos mais facilmente perceptíveis de interrupção do atual período de relativa bonança internacional. Vale lembrar que crescimento não é desenvolvimento, e que taxas de crescimento superiores à média histórica não significam, necessariamente, distribuição de renda, ampliação da oferta de bens públicos ou preservação ambiental. As pressões sociais por mudanças nos modelos sócio-econômicos, portanto, sempre podem ocorrer.

¹⁴¹ Um trabalho acadêmico que trata especificamente deste grupo é o Boletim de Economia Política Internacional número 7, da UNICAMP, de 2005.

¹⁴² É curioso relembrar a tese, que foi defendida por Arrighi (1994), segundo a qual cada país candidato a novo centro hegemônico seria financiado, em sua ascensão 'produtivista', pelo antigo centro hegemônico, em busca de novas oportunidades de negócios.

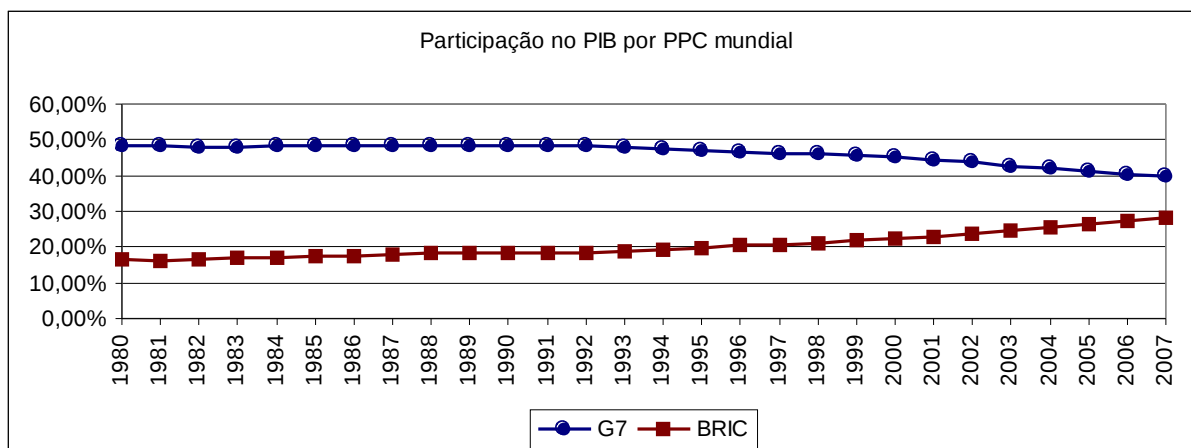
Gráfico 8 – Contribuição ao crescimento mundial do PIB por PPC - G7 e BRIC - entre 1981 e 2007.



Obs.: O FMI não informa estimativas sobre o PIB ou PNB dos países que foram desintegrados no período. Não há, assim, estimativas nem para a URSS nem para os 16 países surgidos de sua pulverização. O mesmo ocorre com a Tchecoslováquia e com a Iugoslávia. O PIB por PPC do mundo foi calculado com a inclusão de estimativas próprias para o PIB dos países que compuseram a URSS e a Tchecoslováquia. Para isso foi considerado o PIB por PPC destes países, em 1992, e as taxas de variação dos países originais (URSS e Tchecoslováquia) entre 1980 e 1990, e dos próprios novos países em 1991 e 1992.

Fonte: Dados obtidos no portal do FMI e da ONU. Elaboração própria.

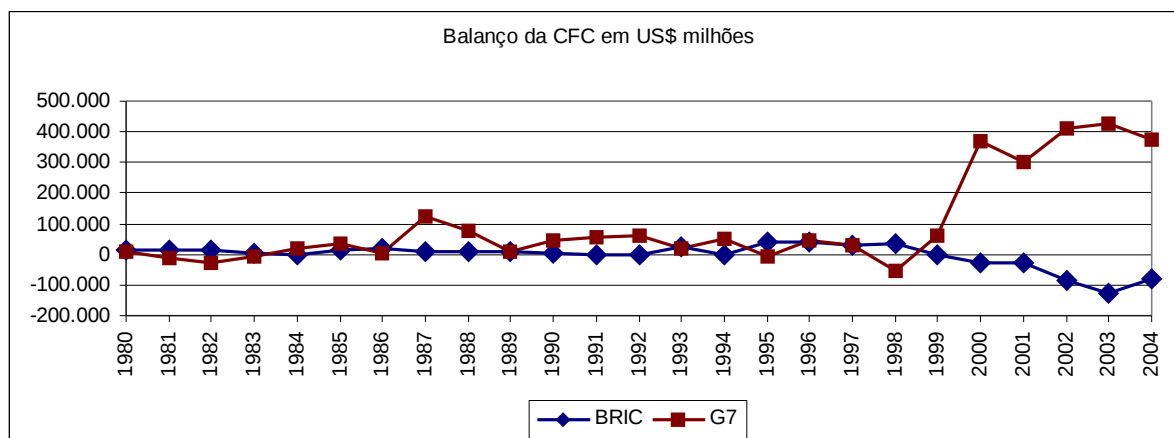
Gráfico 9 – Participação no PIB por PPC mundial – G7 e BRIC – entre 1980 e 2007.



Obs.: Mesmo procedimento do gráfico anterior.

Fonte: Dados obtidos no portal do FMI e da ONU. Elaboração própria.

Gráfico 10– Balanço Líquido da Conta Financeira e de Capital do G7 e do BRIC, entre 1980 e 2004



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTAD.

Em termos do desempenho nacional e regional neste período de bonança internacional, considera-se que as taxas de crescimento mundial e a conseqüente expansão das exportações brasileiras (em especial, para a China) contribuíram para recuperar a capacidade fiscal do governo federal e dos governos estaduais, comparativamente ao quadro observado nos anos 90. É desta interpretação que se considera que estas duas componentes da demanda autônoma (exportações e gastos governamentais) são candidatas potenciais à condição de liderança do crescimento nacional e regional do período. Em termos da trajetória nacional, é possível fazer uma verificação da evolução das principais contas nacionais entre 2000 e 2007.

Tabela 60 – Evolução das Contas Nacionais, em % do PIB, entre 2000 e 2007

em % Y	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
C	62,98	62,22	60,32	60,65	58,47	58,92	60,35	60,87
G	19,17	19,82	20,57	19,39	19,23	19,91	19,85	19,67
FBCF	16,80	17,03	16,39	15,28	16,10	15,94	16,50	17,57
FBCF apu	1,81	1,99	2,06	1,51	1,59	1,75	-	-
X	9,98	12,18	14,10	14,99	16,43	15,13	14,59	13,87
M	11,74	13,50	12,58	12,08	12,55	11,52	11,67	12,34

Fonte: IBGE. Dados obtidos via ipeadata.

Constata-se, pela Tabela 60 acima, que o componente que apresentou trajetória mais destacada foi a conta de exportações. Os gastos governamentais até que tiveram um aumento em relação a 2000, porém muito mais modesto. Talvez o fator diferencial das despesas governamentais no período refira-se não ao consumo final, mas às transferências realizadas pelo setor público. Não há, no momento da revisão final da tese, disponibilidade de dados para adequada verificação desta hipótese.

Em termos de avaliação do desempenho regional, mais uma vez esbarra-se na carência de dados, de maneira que só é possível compor um quadro parcial da macroeconomia regional entre 2000 e 2005, último ano para o qual se teve disponibilidade de estimativa do PIB do Nordeste por parte do IBGE, quando da revisão final desta tese. O resultado é descrito na Tabela 61.

Tabela 61 – Evolução das contas disponíveis para a região Nordeste entre 2000 e 2005, em % do PIB.

	Cgem	Igem	X	M
2000	21,39%	2,69%	5,11%	-6,06%
2001	25,12%	3,52%	6,25%	-7,65%
2002	20,54%	3,29%	7,11%	-7,12%
2003	21,89%	3,43%	8,64%	-6,13%
2004	20,10%	2,34%	9,51%	-6,53%
2005	20,89%	1,89%	9,16%	-5,47%

Fonte: MDIC e MF via Ipeadata.

Observa-se que também para o caso da região Nordeste o aumento significativo ocorreu nas exportações internacionais, partindo de 5,11% do PIB da região em 2000, para 9,16% em 2005.

5.2 – Considerações Gerais e conclusões

O propósito desta tese foi revisitar a temática do crescimento da região Nordeste e procurar relações com seu padrão de especialização produtiva, a partir da aplicação de uma ferramenta heterodoxa de análise macroeconômica – o modelo de crescimento liderado pela demanda ajustado para uma dimensão multi-regional –, em iniciativa até aqui inédita na literatura brasileira.

Como o objeto central da tese foi o desenvolvimento de uma ferramenta empírica a partir de um modelo teórico, em uma formatação aberta, não há muito espaço para conclusões inequívocas. Os resultados da aplicação do modelo servem mais enquanto agregação de evidências para a análise de hipóteses e teorias da análise heterodoxa da economia regional.

Para efeito da clareza dos resultados desta investigação, torna-se interessante separar as conclusões desta tese em dois grupos: uma parte referente ao propósito central da tese, que foi o cálculo da contabilidade do crescimento da região Nordeste entre 1960 e 1999 sob o formato de um modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional, que permite análises setoriais; a segunda parte se refere às conclusões decorrentes do uso dos resultados da

aplicação do modelo na interpretação sobre a economia do Nordeste no período escolhido, em especial no papel desempenhado pelo padrão de especialização da região.

Quanto a primeira parte das conclusões, torna-se interessante resgatar a relevância de ter desenvolvido o modelo de um ponto de vista mais estritamente formal e teórico, antes de ajustá-lo para a disponibilidade de dados. Esse procedimento foi interessante porque permite destacar variáveis importantes para o aprofundamento da análise sem inviabilizar a aplicação possível para os dados existentes. Uma primeira conclusão prática, decorrente desta exposição de caráter mais teórico e o ajustamento aos dados, foi a necessidade de reforçar a importância de pesquisas empíricas para alguns fenômenos econômicos para os quais não há levantamentos sistemáticos, como o consumo autônomo (a crédito); a decomposição das importações em bens de capital, bens intermediários e bens de consumo;¹⁴³ a matriz insumo-produto dos gastos públicos (com identificação dos setores diretamente beneficiados tanto por consumo quanto por investimento da Administração Pública e das empresas estatais) e o comércio inter-regional.

Mas de todos os elementos concebidos no modelo teórico e não passíveis de aproveitamento por falta de dados, dedico destaque à taxa de investimentos do setor privado. Até o ano de 1980 ainda existia, nos censos econômicos, tentativas de mensurar o valor do capital aplicado pela empresa. Talvez pelo baixo grau de confiabilidade desta informação, ou pela dificuldade de se obter estes dados para todos os estados, o fato é que há pesquisas sobre aumento e redução de capital, mas não há mais tentativas de mensuração direta dos estoques de capital (há pesquisas feitas sobre os fluxos de aquisições e depreciações para mensurações indiretas do estoque de capital provável). A ausência ou precariedade desta informação compromete o cálculo da relação capital-produto. Também a taxa de depreciação tecnológica (inclusa no cálculo da taxa de investimento) reluz enquanto variável de interessante potencial explicativo das trajetórias de investimentos setoriais (a taxa de depreciação total inclui um componente físico e um componente tecnológico), ao mesmo tempo em que se apresenta de difícil mensuração.

Em termos de instituições para a realização destas pesquisas empíricas, chama a atenção a falta que faz a SUDENE para a realização de pesquisas próprias e sistematização dos dados disponíveis para a região Nordeste, assim como o maior grau de dificuldade de levantamento do comércio inter-regional por parte do Ministério da Fazenda (apesar das iniciativas, até aqui infrutíferas para o público em geral, do CONFAZ).

¹⁴³ A intensidade de compras regionais destes bens segue diferenciada para cada fase do ciclo econômico e de cada conexão possível entre importações, por um lado, e demanda final, por outro lado, resultante do padrão de especialização da região.

Em suma: os resultados deste primeiro objetivo da tese são os dados estatísticos obtidos no formato escolhido, e apresentados em gráficos e tabelas.

O segundo agrupamento de conclusões parte do resgate da tese heterodoxa tradicional, segundo a qual as exportações inter-regionais e internacionais dependem da competitividade das regiões e da adequação, dos produtos ofertados, à evolução da demanda. É o velho argumento que a especialização em produtos de baixa elasticidade renda de demanda prejudicam o aproveitamento das fases expansivas do ciclo econômico. Quando vamos observar os resultados do capítulo 4, contudo, verificamos que o perfil comercial da região mudou entre 1960 e os períodos em que seu crescimento é liderado pelas exportações inter-regionais (1975-1980, 1980-1985, 1991-1996). E é aqui que entra o papel dos gastos autônomos governamentais e de suas empresas estatais não na confirmação e fortalecimento dos padrões de especialização, como ocorre com a influência das exportações inter-regionais e internacionais, mas sim na alteração destes padrões de especialização. O fato é que o setor petroquímico só se torna rentável, na região Nordeste, com a presença da Petrobrás em Camaçari. Produzir alumínio não seria uma alternativa viável, antes da Companhia Vale do Rio Doce procurar parcerias privadas no Maranhão. Os investimentos em telecomunicações dificilmente seriam lucrativos, em sua fase inicial, quando, na verdade, foram muito mais a aplicação de uma política pública de oferta de um bem público por parte da União através de sua empresa, a Telebrás. E os investimentos da CHESF, cruciais para viabilizar o crescimento econômico da região, foram realizados com a expectativa de amortização em um prazo tão longo quanto desestimulante para o setor privado entre 1960 e 1980 – o famoso "marco regulatório" das políticas liberais dos anos 90 viriam para tentar equacionar esta lucratividade para, pelo menos, um médio prazo. Estes fatos estilizados (porque envolveram processos mais complexos do que as sínteses descritas) são de conhecimento da literatura do pensamento econômico regional, não se constituindo em novidade. A iniciativa desta tese foi apresentar uma ferramenta para mensurar este processo em termos macroeconômicos. E aqui é que se chama a atenção para o papel da FBCF da Administração Pública e das Empresas Estatais não só enquanto componentes autônomos da demanda agregada, responsáveis pelo incentivo à manutenção do investimento privado mesmo em períodos de elevada incerteza internacional (como foi a década de 70, de duas crises do petróleo, do fim de Bretton Woods, do início da desregulamentação do sistema financeiro internacional). Mas, ao mesmo tempo em que lideravam o crescimento da região, estes componentes também alteravam o padrão de especialização da região. Em 1980 a região Nordeste era inequivocamente especializada em

bens intermediários, e foram as políticas públicas via empresas estatais ou via programas de apoio direto ao setor privado (como o PROÁLCOOL) que deram partida e sustentação para este processo. Mas não ficou nisso. Embora a região não seja especializada em materiais elétricos, máquinas e equipamentos e metalurgia, o forte incentivo dos gastos da Administração Pública e das empresas estatais permitiu que a região elevasse o seu nível de especialização nestes setores,¹⁴⁴ ou seja, ampliou o peso relativo dos mesmos, e essa mudança no perfil do padrão de especialização, por sua vez, repercutiu no comércio da região, tanto com processos de substituição de importações quanto de aumento das exportações. Vale lembrar, que não é preciso que uma região tenha especialização positiva (no sentido calculado no Índice Simétrico de Especialização) em um setor para que este seja importante e contribua para o crescimento. O padrão de especialização considerado nesta tese trata da composição dos pesos relativos dos diferentes setores. A palavra chave aqui é "composição", na medida em que as interações entre os diferentes setores, em seus diferentes graus de desenvolvimento e participação no PIB, são mais relevantes que a restrita especialização em um único setor.

Mas sabemos que estas considerações analíticas correspondem ao entendimento da tradição do pensamento econômico heterodoxo. A novidade, por parte desta tese, é a mensuração deste processo em termos macroeconômicos, de maneira que foram obtidas evidências a favor de certas interpretações. Em especial, vale destacar que as contribuições do Consumo da Administração Pública, da FBCF da Administração Pública e da FBCF das empresas estatais são distintas em termos de influência no perfil produtivo. No primeiro caso, o consumo corrente da Administração Pública tende a envolver, na história recente do Nordeste brasileiro, setores de mais baixo conteúdo tecnológico, contribuindo para uma menor depreciação tecnológica e uma menor relação capital produto (partindo-se da premissa que a alta tecnologia inclua uma parcela significativa de máquinas e equipamentos, como de fato ocorreu no período considerado). Ou seja, contribuindo para a redução na taxa de investimento (h). Por influenciar negativamente na escala produtiva das empresas de alta tecnologia da região, indiretamente estes gastos públicos acabam por contribuir, por ausência, com o aumento das importações de itens de alta tecnologia, dada a baixa competitividade regional, reduzindo o efeito supermultiplicador. Naturalmente que estamos tratando especificamente de tendências e contribuições mais gerais, não de determinação do efeito supermultiplicador.

¹⁴⁴ Mesmo quando há evidências para se achar que a intenção da integração da região com o Sudeste não foi essa, segundo a interpretação de Oliveira (1993/[1977]).

Já a FBCF da Administração Pública, por incluir a construção civil, tende a envolver setores da indústria pesada, contribuindo para o aumento da taxa de investimento regional (em função da relação capital produto do setor da construção civil).

Por fim, a FBCF das empresas estatais não estabelece, a priori, um perfil tecnológico ou de intensidade de capital. Contudo, do ponto de vista histórico e concreto, as empresas estatais no capitalismo tendem a funcionar em setores tidos enquanto estratégicos, envolvendo bens básicos, elevados níveis de risco e/ou elevados investimentos iniciais. Entre os setores que atendem estes pré-requisitos estão incluídos setores de média e alta intensidade tecnológica e, neste sentido, os resultados da aplicação do modelo favorecem a interpretação que as empresas estatais que atuaram na região Nordeste entre 1960 e 1999 (Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, CHESF, Telebrás) contribuíram para o fomento de empresas privadas atuando enquanto fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos para estas estatais, alterando o padrão de especialização da região para um de maior conteúdo tecnológico, como observado no Gráfico 7.

O processo é, assim, inteiramente visualizado em seus contornos gerais: os componentes autônomos da demanda agregada corroboram e potencializam (sobretudo as exportações) os padrões de especialização produtiva, mas também podem modificá-los (sobretudo os gastos públicos), afetando na trajetória econômica não só por influência direta, mas também através da alteração dos componentes induzidos, enquanto decorrência das alterações nas contribuições setoriais, ou seja, enquanto decorrência do fato que estes componentes autônomos influenciam setores econômicos diferentes.

A aplicação do modelo também pôde ser testada, analiticamente, enquanto ferramenta adicional para verificação de uma hipótese de classificação temporal da economia nordestina, obtida de uma leitura da literatura heterodoxa regional. A partir da distinção dos componentes do supermultiplicador dos componentes da demanda autônoma, pôde ser feita uma verificação da subdivisão original da história econômica nordestina recente, entre 1960 e 1999, em quatro fases distintas (ou seja, um detalhamento da fase de integração produtiva, formalizada conceitualmente por Leonardo Guimarães):

1. de 1960 a 1972, o desenvolvimento da região foi conduzido fundamentalmente pelo recurso da isenção fiscal, financiando o setor privado nacional e estrangeiro em uma ocupação de espaços na região Nordeste. O resultado desta fase foi que a região cresceu, mas mudando relativamente pouco sua estrutura produtiva e tendo um crescimento acumulado inferior ao do resto do país, de maneira que, em 1974, segundo a SUDENE, a participação da região

alcançou seu menor percentual registrado, em termos do PIB do país; (segundo o IBGE, foi em 1975, mas este órgão não apresenta estimativas para 1974). Esta fase é concluída com o início dos investimentos no Pólo de Camaçari.

2. de 1973 a 1980,¹⁴⁵ uma fase marcada pela mudança de primazia na condução do desenvolvimento econômico da região, com destaque para os investimentos das empresas estatais. Embora outros componentes da demanda agregada tenham tido maior impacto na taxa de crescimento, os investimentos estatais funcionaram também enquanto instrumento de transformação da estrutura produtiva, papel que já desempenhou, em menor medida, entre 1960 e 1972. Esta fase foi marcada pelo papel da ação regional contida no II PND;

3. de 1981 a 1989, uma fase ainda com maior papel de destaque para os investimentos das empresas estatais, no tocante à mudança da estrutura produtiva, mas com um fator adicional que foi a crise da dívida, centralizando os principais investimentos nos setores exportadores (CVRD, por exemplo), e o início de uma trajetória de maior destaque para os gastos de custeio governamental. Nesta fase, junto com a segunda fase, a região Nordeste cresceu mais do que o Brasil;

4. de 1990 a 1999, uma fase marcada pela liberalização da economia nacional, e pela redução acelerada da importância das empresas estatais. Embora esta política tenha trazido fortes impactos sociais e a percepção, razoavelmente difundida, de inexistência de política regional de desenvolvimento, o impacto efetivo foi uma redução da participação da região Nordeste no PIB brasileiro para um patamar inferior ao observado em 1989, mas que subitamente retorna a ganhar relevância com a crise econômica brasileira de 1999.

O uso do modelo de crescimento liderado pela demanda multi-regional permite não apenas um detalhamento da periodização histórica da economia nordestina, mas também permite fornecer subsídios quantitativos mais apurados para o tratamento de teses heterodoxas tradicionais no pensamento regional. Em especial, cabe citar a interpretação da trajetória econômica da região segundo sua inserção relativamente desfavorável na divisão regional do trabalho. Dentro desta interpretação, destaca-se a abordagem de Francisco de Oliveira, que ressaltava que as políticas regionais destinadas para o Nordeste não buscavam promover um “nivelamento” da renda entre as regiões, tratando-se o aumento da renda regional enquanto subproduto de uma integração produtiva com os estados mais ricos do país, em especial, com o estado de São Paulo. Neste sentido, as políticas regionais não buscaram uma especialização

¹⁴⁵ A rigor, as fases podem ser definidas por referências distintas. As fases acima decorreram de uma tentativa de compor diferentes fatores de influência da trajetória de crescimento da região. Se fosse adotado por referência apenas o comportamento da FBCF das empresas estatais, esta fase deveria englobar o período de 1972 a 1983, período em que predominou, apesar das quedas observadas em 1979 e 1980, participações relativamente altas em relação ao PIB.

produtiva que viabilizasse um “centro autônomo de expansão manufatureira”, como pretendido no documento do GTDN de 1959, mas sim uma especialização produtiva que contemplasse uma complementaridade sobretudo com a economia paulista, com liderança do centro dinâmico da economia brasileira.

Esta interpretação não pode ser avaliada diretamente pelo modelo, pois envolve componentes políticos e sociais que sequer são objeto desta tese. Entretanto, o tipo de gastos públicos na região – se de investimento ou se de custeio, se investimento das empresas estatais ou se da Administração Pública – e o perfil setorial destes gastos podem revelar o resultado efetivo das políticas, sem ser preciso considerar as intenções das mesmas e as disputas políticas e sociais pela hegemonia no Estado, prévias às políticas realizadas. Neste sentido, o período entre 1960 e 1974, que foi marcado pelo predomínio do recurso às isenções fiscais, contou com investimentos das empresas estatais, mas com foco muito mais em prover a região de infra-estrutura econômica básica (predominantemente, energia elétrica e estradas), fundamental para viabilizar a nova especialização da região em bens intermediários. Nos dois períodos seguintes, entre 1975 e 1980, e 1981 e 1989, o destaque da ação das empresas estatais continuou a envolver a infra-estrutura, mas desta vez com maior ênfase para os investimentos da Telebrás, cujo conteúdo tecnológico – e os conseqüentes transbordamentos para a economia da região – é mais significativo, e para as empresas estatais com maior capacidade exportadora (como a CVRD e Petrobrás) ou de substituição de importações (Petrobrás). Esta compreensão não é nova no pensamento heterodoxo regional brasileiro, mas pode ser melhor mensurado a partir do recurso de contabilidade do crescimento adotado nesta tese.

Mas ao mensurar o papel dos componentes da demanda autônoma, fica difícil de se evitar a pergunta subsequente: já que não são afetadas diretamente pela renda corrente, quais os principais fatores que podem explicar a trajetória dos gastos governamentais, dos investimentos das empresas estatais, das exportações inter-regionais e das exportações internacionais? Esta pergunta se desdobra em seqüências explicativas que tendem a envolver política, sociologia, história, economia e tecnologia. Trata-se de um arcabouço teórico muito amplo para ser contemplado por uma única tese. Contudo, pode-se fazer recurso à chamada “economia política da globalização”, explorada pelo pensamento estruturalista brasileiro (e também por sua equivalente francesa) para se tentar conformar um panorama geral da inserção internacional do país, que serviu enquanto condicionante chave (não enquanto determinante, pois cada governo nacional fez suas opções) para a evolução dos componentes da demanda autônoma. Por esta interpretação, é possível separar os períodos entre 1960 e

1973/1974, enquanto um período internacional favorável ao crescimento dos países periféricos, o período entre 1975 e 1980 de crise internacional que ainda pôde ser aproveitado por alguns países periféricos de maior porte (Brasil e México), o período entre 1980 e 1994 enquanto um período de “enquadramento” de toda a América Latina em um novo arranjo econômico internacional pautado pelo baixo crescimento econômico médio e por crises inflacionárias crônicas, e pelo período a partir de 1995, em que toda a América Latina tinha equacionado – exatamente a partir de uma maior abertura econômica – os processos superinflacionários, mas continuou, pelos mesmos mecanismos que permitiram o controle da inflação, com baixo crescimento médio da economia, apesar dos surtos de crescimento logo quando vencida a inflação inercial.

O recurso à explicação estruturalista permite tratar de forma mais analítica, e menos descritiva, a evolução dos componentes da demanda autônoma da economia brasileira. Se forem acrescentadas considerações sobre as opções nacionais de políticas regionais – afetando os fluxos públicos de renda e os gastos governamentais na região – fornece um arcabouço básico para explicar como a inserção internacional do país impactou no contexto regional, influenciando tanto a capacidade de investimento dos governos, quanto a orientação de suas políticas econômicas em favorecer mais o mercado interno (entre 1960 e 1980) ou mais o mercado externo (de 1980 a 1999, primeiro com um viés exportador, até 1993, depois com um viés importador), de buscar políticas mais “passivas”, delegando a condução do estímulo ao crescimento da região Nordeste ao setor privado (sobretudo de 1965 a 1972, mais ou menos) via isenção fiscal, ou assumindo a liderança do crescimento através dos investimentos das empresas estatais e dos gastos governamentais (sobretudo entre 1970 e 1975), dentro da estratégia do II PND de reduzir o grau de restrição externa do país, ao mesmo tempo em que se tentava (mais uma vez) reduzir as grandes disparidades regionais que, para o Nordeste, alcançou seu ápice em 1974, quando a região apresentou a menor participação no PIB observada entre 1960 e 1999.

Ao final do capítulo 5, alguns breves comentários sobre o período mais recente, entre 2000 e 2007, período que não é objeto desta tece, serviram para identificar alguns aspectos aparentemente férteis para atualizar as considerações sobre a atual inserção do país no contexto internacional, e fornecer alguns subsídios para a atualização da iniciativa desenvolvida no período entre 1960 e 1999.

Por fim, um comentário sobre as opções de escolhas da região. Não se trata de se fazer uma contraposição mecânica entre diversificação e especialização, até porque, de fato a diversificação é o resultado do próprio desenvolvimento econômico, especialmente em países

de maior porte. A questão se refere a que políticas devem ser adotadas, se orientadas para uma diversificação econômica ou se para uma maior especialização econômica.¹⁴⁶ Na verdade, ao se resgatar a importância da especialização produtiva não se pode inferir, automaticamente, que as políticas devam ser orientadas para uma especialização específica da economia. Como foi observado, a especialização é relevante por um conjunto de fatores que são alterados no tempo. A escolha de um ou de poucos setores a serem beneficiados por políticas públicas reflete uma percepção estática da validade da especialização. Deter uma vasta gama de setores permite a uma economia (regional ou nacional) alternar períodos de maior dinamismo econômico a partir de contribuições mais significativas de setores diversos. Assim, embora a diversificação produtiva possa ser entendida enquanto um resultado do próprio desenvolvimento, ficou patente nesta tese o entendimento que o desenvolvimento não é o fruto natural da “livre evolução das forças de mercado”. O processo de desenvolvimento é, em grande medida, pautado pelas ações do poder público, em maior ou menor medida de acordo com a força dos mecanismos disponíveis, em cada momento histórico. Sendo assim, a conclusão de se identificar relevância aos padrões de especialização produtiva, em termos de contribuições ao crescimento, é que o importante é a composição e o perfil deste padrão, e o grau de especialização das atividades que o compõem, de maneira que uma composição planejada e articulada de diferentes setores econômicos, a partir de uma adequada percepção de suas relações com os fatores determinantes do crescimento econômico de longo prazo – os quais foi tentada a identificação através do modelo de crescimento liderado pela demanda – permita o estabelecimento de estratégias que potencializem as oportunidades de crescimento econômico, enquanto parte importante do processo mais amplo de desenvolvimento econômico.

¹⁴⁶ Quanto a essa questão comenta Kupfer (2007): “Existem indícios crescentes de que a especialização pode não ser a melhor trajetória de mudança estrutural, sendo preferível buscar um aumento da diversificação produtiva como caminho alternativo mais eficaz para o desenvolvimento. Quão benéficos podem ser os efeitos da diversificação produtiva é matéria que ainda precisa ser mais estudada. Uma linha de estudos sugere que, dado o risco inerente a qualquer atividade econômica e a variabilidade das taxas de retorno dos diferentes investimentos, flutuações dos preços internacionais ou outras mazelas que possam afetar os mercados repercutem diferentemente sobre as estruturas produtivas. Nesse caso, a despeito dos sempre propalados ganhos de eficiência que a especialização poderia proporcionar, os riscos associados a um perfil produtivo muito concentrado em poucos setores pode levar a um resultado final indesejável.” [Kupfer, 2007]. Ressalve-se apenas que mesmo com este entendimento, continua em questão o fato de que alguns setores produtivos são mais dinâmicos do que outros, em cada momento histórico, e que qualquer composição setorial precisa garantir um espaço especial para os mesmos, até porque, nenhuma diversificação é inteiramente homogênea.

BIBLIOGRAFIA

AFBNB & AABNB (2006). *"Por um Nordeste Melhor – Proposta de Estratégias de Desenvolvimento Regional"*. Elaboração do Conselho Técnico da AFBNB. Consultor Antônio Nilson Craveiro Holanda. Secretário Laécio Rabelo Alves. Fortaleza: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

AMADO, Adriana Moreira (1999). *"Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual"*, in LIMA, Gilberto Tadeu, SICSÚ, João & PAULA, Luiz Fernando de (org.) (1999). "Macroeconomia Moderna – Keynes e a Economia Contemporânea". Rio de Janeiro – Ed. Campus.

ANDRADE, Manuel Correia de (1981). *"Estado, Capital e Industrialização do Nordeste"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira (1986). *"História do Pensamento Econômico; uma abordagem introdutória"*. São Paulo: Atlas.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de (2000). *"Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências"*. Rio de Janeiro: Ed. Revan – Fase.

ARRIGHI, Giovanni (1996). *"O Longo Século XX"*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

AZZONI, Carlos Alberto; KADOTA, Décio Katsushigue; HADDAD, Eduardo Amaral & RODRIGUES, Maurício Teixeira (2001). *"Macroeconomia do Nordeste: 1970-1998"*. Fortaleza: Banco do Nordeste.

BAER, Werner (1996). *"A Economia Brasileira"*, tradução Edite Sciulli. Editora Nobel, São Paulo, 4ª edição.

BATISTA JR., Paulo Nogueira (1993). *"A armadilha da dolarização"*. Estudos Econômicos, vol. 23, número 3, set/dez.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1997). *"Dinheiro e as transfigurações da riqueza"* in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.) (1997). "Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização". Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

BNB (1969). *"Recursos e Necessidades do Nordeste – um documento básico sobre a região nordestina"*. Fortaleza, ETENE.

BNB (1995). *"Diretrizes para um Plano de Ação do BNB (1991-1995). Volume 5 – O Setor Público"*. Fortaleza, ETENE.

BRAGA, José Carlos de Souza (1997). *"Financeirização global – O padrão sistêmico da riqueza do capitalismo contemporâneo"* in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José

Luís (org.) (1997). "Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização". Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

BRANDÃO, Carlos Antônio (2004). "O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o "jogo das escalas".", in Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2004); "Desigualdades Regionais" – Salvador: SEI.

CANUTO, Otaviano & XAVIER, Clésio L. (1999). "*Padrões de especialização e competitividade no comércio exterior brasileiro: uma análise estrutural-diferencial*". Texto para Discussão número 86, Instituto de Economia, Unicamp.

CASSIOLATO, José Eduardo & BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva (1998). "*Relatório NPI 04/98: Política Industrial – O Caso Norte Americano*". Relatório do Projeto Novas Políticas Industriais em Países Selecionados realizado para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); Instituto de Economia / UFRJ, Rio de Janeiro.

CONSIDERA, Cláudio Monteiro; RAMOS, Roberto Luís Olinto; MAGALHÃES, Kepler Mauro de Mendonça; FILGUEIRAS, Heloísa Valverde & SOBRAL, Carlos Bittencourt (1997). "*Matrizes de Insumo-Produto Regionais, 1985 e 1992 – Metodologia e Resultados*". Rio de Janeiro: NEMESIS/IPEA.

COUTINHO, Luciano (1997); "*A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*" in VELLOSO, João Paulo (coord.) et al.; "*Brasil: desafios de um país em transformação*" – Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

CROCCO, Marco & JAYME Jr., Frederico G. (2006). "*Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*". Belo Horizonte: Editora Autêntica.

DALUM, Bent (IKE) & LAURSEN, Keld (IKE) & VERSPAGEN, Bart (MERIT) (1996); "*Does specialization matter for growth?*"; IKE Group, Department of Business Studies, Aalborg University; MERIT, Department of Economics, University of Maastricht; october. Fotocópia.

DIAS, Adriano Batista (1996). "*Alta tecnologia: reflexos, reflexões*" - Recife, FUNDAJ, Editora Massangana.

DUARTE, Atenágoras Oliveira (2001). "*O Desempenho do Setor de Bens de Capital no Brasil nos anos 90: os impactos da política econômica e as implicações para o desenvolvimento*". Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia da UFRJ, janeiro de 2001.

DUAYER, Mário (1999). "*Marx, verdade e método*". Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre.

FAGERBERG, Jan (1999). "*Specialization and Growth: World Manufacturing Productivity 1973-1990*". Publicado pelo MERIT – Departamento de Economia da Universidade de Maastricht, Países Baixos.

FERNANDES, Luís (1991). "*URSS, ascensão e queda: a economia política das relações da URSS com o mundo capitalista*". Segunda edição. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1992.

FIORI, José Luís (org.) (1999); "*Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações*", in FIORI, José Luís; "Estados e moedas no desenvolvimento das nações" - Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

FREITAS, Fábio Neves Perácio de (2002). "*Uma análise da evolução das idéias de Kaldor sobre o processo de crescimento econômico*". Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois (1999). "*Desenvolvimento e Política Industrial: Uma Perspectiva Neo-Schumpeteriana Sistêmica e Estrutural*". Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UFRJ.

GALVÃO, Antonio Carlos F. (1998). "*Economia da Tecnologia – Inovações e desenvolvimento regional: alguns elos da discussão recente*". Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, vol. 29, n. 4, p. 387-405, out.- dez.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira (2004). "*O comércio exterior a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil*". Fortaleza: BNB.

GOMES, Gustavo Maia & VERGOLINO, José Raimundo (1995). "*A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994*". Texto para Discussão IPEA, número 372, maio.

GOODMAN, D. E. & ALBUQUERQUE, R. C. (1974). "*Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*". Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Coleção Relatórios de Pesquisa, 20).

GREMAUD, VASCONCELOS & TONETO JR. (2002). "*Economia Brasileira Contemporânea*". São Paulo: Ed. Atlas, 4ª edição.

GTDN (2005/ [1958]). "*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*", in ALENCAR JR, José Sydrião (org.), "Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional". Fortaleza: BNB.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1989). "*Introdução a formação econômica do Nordeste*". Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado ao Instituto de Economia da Unicamp. Prêmio Nelson Chaves 1987 na área de Economia.

HADDAD, Eduardo A.; AZZONI, Carlos R.; DOMINGUES, Edson P. & PEROBELLI, Fernando S. (2002). "*Macroeconomia dos estados e matriz interestadual de insumo-produto*". Revista Economia Aplicada, vol. 6, número 4.

KUPFER, David (1999). "*Trajetória de Reestruturação da Indústria Brasileira*", tese de doutorado, IE-UFRJ.

KUPFER, David (2007). "*Impasses conjunturais e dilemas estruturais*"; Jornal Valor Econômico, 07 de março.

MADDISON, Angus (2001). "*The World Economy: a millennial perspective*". Paris: OECD.

MALERBA, Franco & ORSENIGO, Luigi (1993). "*Technological Regimes and Firm Behaviour*". Industrial and Corporate Change 2 (1), p. 45-71.

MARX, Karl (1984/[1867]). "*O Capital: Crítica da Econômica Política*". Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de (1997). "*Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina*" in TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.) (1997). "*Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*". Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

MONTEIRO NETO, Aristides (2005). "*Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90*". Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, dezembro.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de & VIANNA, Pedro Jorge Ramos (2005). "*Desenvolvimento Regional: 50 anos do BNB*". Fortaleza: Banco do Nordeste.

OLIVEIRA, Francisco de (2003). "*Crítica à razão dualista*" [1972]&"*O ornitorrinco*". São Paulo: Boitempo Editorial, 2006 (primeira reimpressão).

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira (1993/[1977]). "*Elegia para uma Re(li)gião – SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*". Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 6ª edição.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira (1989/[1977]). "*A Economia da Dependência Imperfeita*". Rio de Janeiro: Edições Graal (Biblioteca de Economia).

OREIRO, José Luís; NAKABASHI, Luciano & LEMOS, Breno Pascualote (2007). "*A economia do crescimento puxado pela demanda agregada. Teoria e aplicação ao caso brasileiro*". Obtido na rede de computadores, no portal da UFPR, em novembro de 2007.

PAULANI, Leda (2005). "*Modernidade e discurso econômico*". Prefácio de Francisco de Oliveira. São Paulo: Boitempo Editorial.

PEROBELLI, Fernando S. & HADDAD, Eduardo A. (2006). "*Padrões de Comércio Interestadual no Brasil: 1985 e 1997*". Revista Econômica Contemporânea, Rio de Janeiro: volume 10, número 1, páginas 61-88.

PRADO, Eleutério (2005). "*Desmedida do valor – Crítica da pós-grande indústria*". São Paulo: Editora Xamã.

PREBISCH, Raul (1949); "*O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*"; Revista Brasileira de Economia, nº ?, p. 47-111. Fotocópia.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo (1997). "*Regiões X Brasil: Quem cresceu mais?*". Texto para Discussão 18/97. UFPR.

SALM, Cláudio & SABÓIA, João & CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de (1997). "*Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidências empíricas*". Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 27, n. 2, p. 377-396, agosto.

SANTANA, José Ricardo de (2001). "*A combinação indústria-estado na trajetória de crescimento do Nordeste: 1950-1985*", in SILVA, Nilton Pedro da & HANSEN, Dean Lee (org) (2001), "Economia Regional e outros ensaios"; Aracaju: Editora UFS.

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira dos (1993). "*A Transformação Industrial Argentina no período 1974-1984: Desindustrialização ou Reestruturação Industrial Regressiva?*". Dissertação de Mestrado, IEI-UFRJ, agosto.

SERRANO, Franklin & MEDEIROS, Carlos A. (1999). "*Padrões monetários internacionais e crescimento*" in FIORI, José Luís (organizador) (1999), "Estados e moedas no desenvolvimento das nações", Petrópolis/RJ: Editora Vozes.

SERRANO, Franklin (1998). "*Tequila ou Tortilha? Notas sobre a Economia Brasileira nos [Anos] 90*". Revista Archétypon, ano 6, n. 18, set./dez.

SERRANO, Franklin (2000). "*A soma das poupanças determina o investimento?*". Archetypon, maio/agosto.

SERRANO, Franklin (2001). "*Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento*", in FIORI, José Luís & MEDEIROS, Carlos (org) (2001), "Polarização mundial e crescimento". Petrópolis: Editora Vozes.

SILVA, Antonio Carlos Macedo e (1999). "*Macroeconomia sem equilíbrio*". Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; Campinas, SP: FECAMP.

SIQUEIRA, Tagore Villarim & SIFFERT FILHO, Nelson Fontes (2001). "*Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas*". Revista do BNDES, Rio de Janeiro, vol. 8, número 16, p. 79-118, dezembro.

SMITH, Roberto (1985). *"Troca Desigual e Industrialização no Nordeste"*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas.

SOUZA, Aldemir do Vale (2000/[1997]). *"Emprego no Nordeste: o papel da integração regional"*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana.

STEINDL (1983/[1952]). *"Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano"*. Tradução de Leda Maria Gonçalves Maia; revisão de Aloísio Teixeira. São Paulo: Editora Abril Cultural.

SUDENE (1999). *"Agregados Econômicos Regionais – Nordeste do Brasil, 1965-98"*.

SUDENE (1999). *"FBCF do setor público, 1960-96."*

SUDENE (2000). *"Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, agosto de 2000"*

TAVARES, Maria da Conceição; *"Acumulação de capital e industrialização no Brasil"*; 3ª edição - Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998 (1ª edição - 1985)

THIRLWALL, A. P. (1979). *"The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates"*. Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, março.

VASCONCELOS, José Romeu (2001). *"Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1998"*. Texto para Discussão N° 0783, Brasília: IPEA.

VASCONCELOS, José Romeu (2001). *"Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999"*. Texto para Discussão N° 0817, Brasília: IPEA.

VASCONCELOS, José Romeu & OLIVEIRA, Márcio Augusto de (2006). *"Análise da Matriz por Atividade Econômica do Comércio Interestadual no Brasil – 1999"*. Texto para Discussão N° 1159, Brasília: IPEA.

VASCONCELOS, Marcos Roberto; STRACHMAN, Eduardo & FUCIDJI, José Ricardo (1999). *"O Realismo Crítico e as Controvérsias Metodológicas Contemporâneas em Economia"*. Revista Estudos Econômicos, volume 29, número 3.

ANEXO – COMÉRCIO INTERESTADUAL E INTER-REGIONAL
PERÍODO DE 1974 A 1986

Balança Comercial Interestadual 1974 – Operações Globais

QUADRO IX
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL*
(OPERAÇÕES GLOBAIS)
ANO 1974

Estados Remetentes	Estados Destinatários																											Total Recebido
	AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ (+GB)	SC	SP	SE	SE	SE	SE	SE	SE	
(d)	1,1	27,1	1,5	1,2	0,2	0,2	6,3	3,9	0	1,2	6,6	3,0	0,5	2,4	28,9	0	0,9	5,0	8,7	1,2	28,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	127,9
(d)	—	0,2	49,3	9,7	0,2	2,7	2,7	0,6	0,1	0	26,7	1,3	27,9	10,9	471,5	0	7,7	31,7	108,0	10,9	403,8	27,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1190,4
(d)	0,9	1,1	3,3	28,9	0,6	0,1	3,1	3,1	0	0,3	43,5	114,0	20,4	12,0	83,3	0	2,7	46,3	119,3	26,6	232,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	739,7
(d)	0	66,3	1,4	50,4	13,2	76,2	14,7	14,7	4,7	0,1	641,9	21,2	36,3	64,7	471,6	1,8	33,2	309,1	899,1	141,4	2528,5	79,7	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	5597,5
(d)	0	27,9	3,7	53,6	—	0,2	13,0	18,9	71,4	0	176,5	32,1	93,3	21,7	516,4	46,4	72,4	72,7	354,3	44,2	1079,1	12,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	2709,2
(d)	0	1,6	0,8	11,4	3,5	—	9,4	283,6	5,6	0,3	300,6	8,9	6,9	46,8	6,1	0	4,0	112,6	388,2	58,8	1096,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	2285,9
(d)	0	0,7	0	57,0	3,1	0,3	—	1,2	0,0	0	218,1	4,2	2,5	34,3	25,9	0	3,1	147,8	640,0	46,8	591,5	1,6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1778,1
(d)	0	2,9	9,0	9,3	7,4	221,4	4,0	—	31,3	9,3	703,4	16,5	5,1	49,3	11,9	3,0	9,1	152,1	229,7	53,1	1991,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	3514,6
(d)	0	5,2	1,5	22,4	232,9	3,1	4,7	28,6	—	0	38,7	41,9	53,8	7,9	138,2	206,1	12,2	18,0	87,8	13,6	130,3	6,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1052,9
(d)	0	0,6	0,5	1,7	4,3	11,6	2,2	94,4	0	—	140,5	2,1	1,3	160,8	2,4	0	7,0	108,4	116,5	24,4	1557,6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	2236,5
(s)	0	11,0	1,8	187,7	56,0	32,7	164,8	242,3	23,9	16,8	—	12,2	40,8	413,2	102,2	5,0	18,0	533,0	2890,1	347,3	5994,1	4,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	11173
(d)	0	2,3	6,8	17,3	49,7	6,4	19,3	95,1	29,7	0,5	120,3	—	12,1	34,9	132,8	0,9	10,0	50,1	256,7	30,6	574,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1450,5
(d)	0	26,6	1,1	15,1	97,5	0,1	5,0	3,5	9,8	0,1	44,6	1,3	—	—	—	0,3	42,8	52,4	112,5	24,9	481,4	6,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1485,3
(d)	0	5,6	2,0	41,7	—	8,9	16,3	8,2	0,1	36,7	266,7	14,4	5,0	—	—	0	14,9	1653,9	1022,1	716,2	5614,8	2,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	9462,6
(d)	0	220,7	9,2	307,6	193,4	0,7	41,6	11,6	4,8	0	351,1	16,4	291,2	145,0	—	45,6	65,4	400,1	876,1	112,8	2220,3	27,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	5341,1
(d)	0	3,9	1,0	14,8	200,5	0,5	3,3	3,3	13,3	0	28,7	3,2	11,7	7,1	120,3	—	11,4	15,7	78,7	13,9	303,7	2,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	837,7
(d)	0	7,5	6,7	11,1	95,0	0	7,1	0,7	3,6	0,1	32,4	4,0	140,1	12,1	276,3	0,7	—	40,9	116,0	23,4	307,9	1,5	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1087,2
(s)	0	5,5	11,7	139,7	9,7	1,5	40,0	12,9	0,3	28,1	548,9	24,4	11,0	548,1	70,7	1,2	16,8	—	2070,9	631,6	6562,6	4,6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	10740,0
(s)	0	49,6	25,6	426,4	98,0	36,1	978,1	115,1	5,6	44,9	3053,1	18,8	98,1	910,9	342,2	6,1	44,4	1893,0	—	935,9	11809,4	26,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	20918,0
(s)	0	2,4	0,1	38,4	27,8	0,7	4,1	3,3	0	8,3	201,9	7,4	16,3	940,3	93,8	0,2	6,1	1406,9	418,1	—	—	1855,9	4,8	0,2	0,2	0,2	0,2	5036,8
(s)	16,3	65,8	545,4	1684,5	343,5	37,3	215,5	1024,6	5,7	499,1	6893,3	144,4	248,5	4374,6	985,5	7,1	152,3	5124,3	12587,5	2596,7	—	—	—	—	—	—	—	37864,7
(d)	0	47,0	0,2	163,9	6,4	0,1	3,1	2,5	0	0,2	19,5	0,3	9,6	6,8	74,5	0,1	4,5	26,2	97,9	14,5	208,0	—	—	—	—	—	—	685,3
Total																												
Remetido	17,2	555,3	855,8	3287,7	1527,8	307,4	1617,6	1872,1	209,9	646,0	13657,5	492,0	1134,4	7842,9	4499,4	323,6	538,7	12220,2	23578,7	5808,8	45512,2	271,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	126719,2

FONTE: Secretaria de Economia e Finanças

CONVENÇÕES: (s) superavitário

(d) deficitário

(*) Dados obtidos a partir do valor das saídas dos Estados remetentes aos destinatários.

Balança Comercial Interestadual 1975 – Operações Globais

QUADRO X
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL -
(OPERAÇÕES GLOBAIS)
ANO 1975

Estados Remetentes	Estados Destinatários																											Total Recebido
	AC	AL	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	SC	SP	SE	(valores nominais) valores em Cr\$ milhóes					
AC (d)	0	0	23,2	0,2	2,5	0,5	3,7	0	0	3,0	3,8	5,4	0,6	2,4	1,2	0	1,2	7,4	19,0	1,6	75,3	0	157,8					
AL (d)	0	0	0,8	60,8	32,5	0,2	8,5	2,2	0,2	0	70,1	6,6	24,7	16,2	72,7	0,5	15,1	36,6	187,2	18,2	667,3	19,1	1 894,2					
AM (e)	1,0	3,1	—	22,8	51,6	1,3	16,1	1,7	0,1	1,5	3,5	127,7	31,1	17,1	72,0	0,1	4,5	48,1	191,5	26,3	776,7	0,5	1 398,3					
BA (d)	0	84,8	3,4	—	78,3	16,5	110,1	23,7	6,3	0,1	1 003,7	18,6	61,9	86,0	681,3	7,8	47,5	418,1	1 243,2	178,2	4 585,6	81,0	8 752,2					
CE (d)	0	31,3	2,6	62,4	—	0,4	17,0	15,5	70,6	0	210,0	15,6	96,6	21,0	594,2	35,8	72,7	90,1	493,1	55,0	1 755,0	5,7	3 645,0					
DF (d)	0	2,8	1,4	26,2	4,8	—	8,2	472,1	4,5	0,6	484,6	9,7	14,2	52,5	21,1	0,1	4,4	99,3	631,5	93,3	2 100,7	0,3	4 021,6					
ES (d)	0	9,6	0,2	142,2	8,3	0,8	—	1,3	0	0	391,4	4,7	3,7	38,5	34,7	0	6,3	166,8	971,5	59,3	1 828,4	1,4	3 469,1					
GO (d)	0	4,1	0,8	6,4	13,6	254,0	4,0	—	26,3	8,3	1 075,4	28,0	8,3	41,3	33,9	8,9	9,2	175,4	408,6	70,7	2 492,9	1,8	4 671,9					
MA (d)	0	8,0	0,3	8,6	241,7	6,8	8,1	62,0	—	—	49,4	148,3	46,0	9,7	124,4	285,2	13,7	15,9	105,3	16,5	392,9	3,8	1 546,9					
MT (d)	0	3,8	0,4	2,7	4,3	12,2	2,0	173,3	0	—	253,3	2,2	2,3	210,0	10,1	3,8	8,4	192,5	200,3	32,7	2 315,2	0,2	3 429,7					
MG (e)	0	21,4	1,6	319,1	86,7	62,0	341,2	281,9	18,9	22,9	—	23,2	67,1	420,4	182,3	9,6	25,9	717,8	4104,3	475,5	13 363,4	6,3	20 551,5					
PA (d)	0	23,2	2,5	20,9	86,5	0,5	8,4	2,8	6,4	0,4	48,7	—	18,6	51,4	143,1	2,2	11,9	83,0	378,4	38,6	1 235,3	0,4	2 529,1					
PB (d)	0	10,8	4,1	46,6	19,3	6,4	16,2	19,8	0,2	114,1	523,1	22,3	17,2	—	39,7	1,5	72,3	69,2	157,9	30,7	517,8	3,6	1 846,6					
PR (d)	0	372,2	8,8	396,1	257,5	1,0	83,1	28,1	6,3	0	611,2	20,9	17,2	—	—	0	27,3	2 033,0	1 596,5	885,4	11 701,2	4,2	17 087,5					
PE (d)	0	9,1	0,6	13,9	238,6	0,7	3,5	4,6	11,3	0	42,5	25,1	17,2	—	—	82,5	100,4	472,1	1 361,5	150,3	4 494,0	26,5	8 799,0					
PI (d)	0	6,7	0,9	20,8	110,0	0,1	15,7	2,4	1,9	0	34,2	44,5	23,5	9,1	182,5	—	16,3	20,3	91,8	19,9	380,4	2,2	1 096,4					
RN (e)	0	10,0	29,6	178,2	14,5	0,7	25,4	34,9	0	6,7	637,7	29,6	31,4	638,7	99,5	0,1	23,1	54,8	144,6	18,0	534,2	2,2	1 424,9					
RJ (e)	0	53,2	100,4	645,3	161,0	76,5	959,5	223,1	25,6	55,6	3 648,9	47,5	107,1	1 205,6	724,0	7,4	36,5	2 496,1	755,6	12 427,4	7,2	17 599,0						
SC (e)	0	4,6	1,4	52,8	21,3	0,9	8,4	2,7	0	18,3	169,6	3,8	10,1	1 152,6	183,7	0	15,0	1 671,2	—	1 172,1	22 362,8	29,2	33 859,3					
SP (e)	25,2	157,8	1 014,8	2 760,3	383,0	45,2	410,7	1 050,2	11,7	670,5	9 879,7	122,9	313,3	4 341,4	1 595,0	17,1	195,1	6 458,4	17 900,9	3 190,9	—	146,2	50 088,3					
SE (d)	0	62,6	0,2	303,0	13,2	0,1	6,4	0,3	0	0	45,0	0,6	14,8	7,0	97,5	0	11,8	28,1	114,2	17,4	361,0	—	1 083,2					
Total	Remetido	26,2	889,6	1 202,7	5 124,9	1 902,0	495,0	2 015,4	2 543,5	221,4	902,0	19 417,3	685,7	1 296,3	8 486,8	6 528,5	443,2	718,6	15 334,8	32 923,1	7 297,2	87 906,9	344,2	196 715,3				

Fonte: Secretaria de Economia e Finanças
CONVENÇÕES: (e) superavitário
(d) deficitário
(*) Dados obtidos a partir do valor das saídas dos Estados remetentes aos destinatários.

QUADRO VIII
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1977

SAIDAS ENTRADAS	NORTE	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NORDESTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
	1.594,0	124,4	578,8	631,1	48,4	174,3	37,0	1.922,9	126,5	30,1	266,5	116,2	76,7	876,2	191,3	6,6	232,8
AC	223,0	—	135,8	19,4	0	67,2	0,6	63,1	0,3	0	6,1	2,9	0,8	32,5	16,2	0,3	4,0
AM	517,1	30,9	—	351,2	0,8	97,8	36,4	560,4	9,0	3,5	118,0	35,8	19,2	193,9	134,8	3,0	43,2
PA	328,6	90,4	181,3	—	47,6	9,3	0	1.233,4	117,2	25,1	133,8	67,1	51,9	621,1	37,8	2,8	176,6
AP	228,9	0	1,5	227,4	—	—	—	32,1	0	0,8	5,6	2,3	2,6	15,9	1,2	0,1	3,6
RO	145,6	31	115,2	27,3	—	—	—	25,9	0	0,3	2,4	5,7	0,2	9,4	0,9	0,2	5,0
RR	150,8	0	145,0	5,8	—	—	—	8,0	0	0,4	0,6	2,4	0,2	3,4	0,4	0,2	0,4
NORDESTE	1.477,9	21,4	308,0	1.035,5	81,4	28,0	3,6	26.333,8	916,7	1.235,1	3.245,3	1.161,3	2.074,7	11.151,0	1.977,9	1.002,1	3.569,2
MA	345,1	0	11,7	333,2	0,2	0	0	2.068,8	—	815,0	602,8	29,9	118,9	397,0	13,0	36,3	56,7
PI	119,2	0	9,0	109,6	0,3	0,2	0,1	1.730,2	279,9	—	797,6	34,8	40,2	464,4	12,5	15,1	86,7
CE	217,3	1,6	41,9	164,4	7,1	1,3	1,0	3.428,8	327,5	239,1	—	327,2	282,8	1.729,0	41,8	42,8	433,6
RN	57,7	1,0	22,0	31,6	2,3	0,7	0,1	2.418,2	23,2	7,8	428,0	—	441,0	1.313,9	25,9	7,0	171,4
PB	27,7	0,8	8,0	17,8	0,6	0,4	0,1	2.974,5	48,3	13,4	210,2	210,2	—	2.285,6	44,9	7,8	106,1
PE	295,1	13,0	91,5	186,7	2,7	0,5	0,7	4.965,6	103,5	100,8	752,3	343,9	840,9	—	1.303,5	202,2	1.318,5
AL	83,3	0,4	52,3	30,6	0	0	0	2.988,2	3,6	2,0	47,7	32,2	78,5	2.525,3	—	90,0	208,9
SE	11,1	0	3,2	7,7	0,1	0	0,1	1.758,3	6,4	4,4	48,7	43,8	59,5	312,4	100,1	—	1.182,9
BA	321,4	4,6	68,4	153,9	68,1	24,9	1,5	3.999,2	124,3	52,6	310,0	139,3	212,9	2.121,8	436,2	601,9	—
FN	0	0	0	0	—	—	—	2,0	0	0	0	0	0	1,6	0	0	0,4
C. OESTE	394,6	0,5	56,5	308,4	5,9	21,7	1,6	7.456	116,1	35,1	69,3	41,1	47,8	245,8	16,7	56,9	115,7
MT	41,3	0,1	13,8	22,6	0,1	3,9	0,8	87,4	0,7	12,7	7,8	17,7	7,0	21,3	2,2	11,3	6,6
GO	149,2	0,4	20,8	109,9	0,1	17,3	0,7	366,1	90,7	19,9	51,0	15,1	18,6	92,1	10,5	29,4	39,8
DF	204,1	0	21,9	175,9	5,7	0,5	0,1	290,1	24,7	2,5	10,5	8,3	22,2	132,4	4,0	16,2	69,3
SUDESTE	8.392,8	93,6	6.430,7	1.409,4	59,0	360,1	40,0	24.868,5	655,4	181,5	1.705,7	1.083,1	1.276,5	6.213,8	440,5	1.371,5	11.935,7
MG	371,1	3,1	46,7	243,3	4,5	71,7	1,8	2.534,5	127,7	25,8	261,0	111,5	190,7	559,8	48,4	97,8	1.109,5
ES	35,5	0,7	9,3	10,0	0,4	14,9	0,2	984,3	6,9	1,1	22,1	18,9	19,8	73,7	2,1	29,7	808,5
RJ	1.152,9	0	1.003,4	149,5	0	0	0	4.133,6	83,5	32,0	407,3	270,2	226,1	1.396,8	45,1	82,8	1.589,8
SP	6.833,3	89,8	5.371,3	1.006,6	54,1	273,5	38,0	17.216,1	437,3	122,6	1.015,3	682,5	839,6	4.183,5	344,9	1.161,2	8.427,9
SUL	495,6	5,4	269,4	172,4	1,6	30,1	16,7	2.583,1	32,5	24,8	243,4	199,7	140,1	1.071,1	63,8	67,7	719,3
PR	151,2	1,2	87,1	43,5	0,5	17,0	1,9	522,9	5,0	5,7	40,1	84,9	16,4	127,3	31,2	18,9	193,3
SC	46,5	0,2	31,7	9,2	0	1,3	4,1	938,4	1,3	7,3	123,5	37,7	46,4	594,3	10,7	14,5	102,7
RS	297,9	4,0	150,6	119,7	1,1	11,8	10,7	1.101,8	26,2	11,8	79,8	77,1	77,3	349,5	21,9	34,3	423,3
TOTAL SAIDAS	12.354,9	245,3	7.643,4	3.556,8	196,3	614,2	98,9	56.433,9	1.847,2	1.506,6	5.530,2	2.601,4	3.615,8	19.557,9	2.690,2	2.504,8	16.572,7

Balança Comercial Interestadual 1977 (b) – Operações Globais

SAÍDAS ENTRADAS	FN	C. OESTE	MT	GO	DF	SUDESTE	MG	ES	RJ	SP	SUL	PR	SC	RS	TOTAL ENTRADAS	SALDO (S/D)
	0	436,9	67,2	291,3	78,4	15.225,5	902,0	63,2	2.992,6	11.267,7	1.605,4	672,9	286,1	646,4	20.784,7	(-) 8.429,8
AC	0	23,3	10,5	9,9	2,9	566,1	41,5	1,8	71,3	441,5	104,8	52,8	14,2	37,8	970,3	(-) 725,0
AM	0	65,2	11,1	46,2	7,9	4.705,6	189,7	7,4	949,7	3.558,8	517,9	197,0	92,5	228,4	6.366,2	(+) 1.277,2
PA	0	277,8	10,8	204,0	63,0	8.294,5	589,3	29,8	1.757,6	5.917,8	720,5	281,7	136,4	300,4	10.854,8	(-) 7.298,0
AP	...	1,9	0	1,3	0,6	355,8	7,2	0,7	75,3	272,6	43,9	20,9	6,7	16,3	562,6	(-) 466,3
RO	...	66,6	34,8	29,4	2,4	1.146,4	63,1	23,2	120,1	940,0	179,4	104,2	21,8	53,4	1.563,9	(-) 949,7
RR	...	2,1	0	0,5	1,6	167,1	11,2	0,3	18,6	137,0	38,9	16,3	12,5	10,1	366,9	(-) 268,0
NORDESTE	0,5	829,5	51,1	400,7	377,7	71.432,4	5.475,1	835,1	13.920,6	51.201,6	8.227,0	2.365,7	1.737,6	4.123,7	108.300,6	(-) 51.866,7
MA	0,2	148,8	3,4	128,4	17,0	2.160,1	105,7	4,5	486,1	1.563,8	167,8	58,5	30,7	78,6	4.890,6	(-) 3.043,4
PI	0	16,6	0,2	8,7	7,7	1.927,9	116,4	10,9	364,2	1.436,4	240,9	91,1	69,6	80,2	4.034,8	(-) 2.528,2
CE	0	199,9	1,5	79,0	119,4	9.199,3	708,1	26,1	1.877,8	6.587,3	748,8	231,4	181,5	335,9	13.794,1	(-) 8.263,9
RN	0	11,5	4,3	6,7	0,5	2.602,7	112,4	17,2	556,1	1.917,0	425,8	163,2	87,1	175,5	5.515,9	(-) 2.914,5
PB	0	52,8	0,7	6,4	45,7	3.256,7	120,0	14,6	495,7	2.626,4	533,9	161,2	100,0	272,7	6.845,6	(-) 3.229,8
PE	0	174,6	11,0	77,1	86,5	20.223,1	1.492,0	69,7	3.632,7	15.028,7	2.402,3	648,3	438,6	1.315,4	28.060,7	(-) 8.502,8
AL	0	3,5	0,8	2,4	0,3	3.489,7	148,3	7,0	565,0	2.789,4	365,2	144,4	33,9	186,9	6.929,9	(-) 4.239,7
SE	0,1	47,5	11,8	10,0	25,7	2.423,0	150,0	19,2	590,7	1.663,1	286,5	90,8	69,8	125,9	4.526,4	(-) 2.021,6
BA	0,2	171,0	17,4	78,8	74,8	26.085,6	2.506,5	662,9	5.315,3	17.600,4	3.052,8	776,4	724,9	1.551,5	33.630,0	(-) 17.057,3
FN	—	3,3	0	3,2	0,1	64,3	15,7	3,0	36,5	9,1	3,0	0,4	1,5	1,1	72,6	(-) 65,5
C. OESTE	1,1	2.249,3	211,7	1.119,7	917,9	37.621,1	4.293,0	39,9	4.776,9	28.511,3	5.835,6	3.328,1	420,8	2.086,7	46.846,2	(-) 28.473,6
MT	0,1	265,2	—	214,4	50,8	11.725,5	633,9	8,0	699,2	10.384,4	3.284,9	1.787,0	122,5	1.375,4	15.404,3	(-) 7.943,3
GO	1,0	1.059,9	192,8	—	867,1	14.320,5	2.414,4	15,3	1.444,8	10.446,0	1.636,8	1.155,0	145,1	336,7	17.534,5	(-) 8.898,4
DF	0	924,2	18,9	905,3	—	11.575,1	1.244,7	16,6	2.632,9	7.680,9	913,9	386,1	153,2	374,6	13.907,4	(-) 11.631,9
SUDESTE	4,8	13.415,0	5.964,3	6.577,6	873,1	265.214,0	49.308,0	6.340,0	69.341,2	140.224,8	76.616,9	33.324,3	13.306,3	29.986,3	388.507,2	(+) 108.984,5
MG	2,3	2.726,3	271,7	2.254,0	200,6	70.749,1	—	1.660,7	14.192,1	54.895,3	7.385,3	2.874,7	1.809,2	2.701,4	83.766,3	(-) 18.971,0
ES	1,5	15,7	0,7	9,0	6,0	14.236,4	1.694,1	—	5.302,7	7.239,6	1.159,7	354,6	147,9	657,2	16.431,6	(-) 8.608,8
RJ	0	799,0	352,8	364,5	81,7	93.031,8	13.215,0	1.727,9	—	78.088,9	14.770,0	5.771,5	2.147,7	6.850,8	113.887,3	(-) 8.666,6
SP	1,0	9.874,0	5.339,1	3.950,1	584,8	87.196,7	34.398,9	2.951,4	49.846,4	—	53.301,9	24.323,5	9.201,5	19.776,9	174.422,0	(+) 145.230,9
SUL	0,7	1.441,9	1.166,7	246,8	28,4	107.998,7	4.817,2	5.44,6	14.189,4	88.447,5	29.125,0	8.687,9	6.999,4	13.437,7	141.624,3	(-) 20.214,4
PR	0,1	1.124,3	980,7	132,8	10,8	44.755,0	1.303,0	413,0	4.888,2	38.150,8	9.590,6	—	3.034,4	6.556,2	56.144,0	(-) 7.765,1
SC	0	55,8	48,1	4,7	3,0	16.510,0	936,1	27,2	1.722,6	13.824,1	12.111,0	5.229,5	—	6.861,5	29.661,7	(-) 6.911,5
RS	0,6	261,8	137,9	109,3	14,6	46.733,7	2.578,1	104,4	7.576,6	36.472,6	7.423,4	3.458,4	3.965,0	—	55.818,6	(-) 5.537,8
TOTAL SAÍDAS	7,1	18.372,6	7.461,0	8.636,1	2.275,5	497.491,7	64.795,3	7.822,8	105.220,7	319.652,9	121.409,9	48.378,9	22.750,2	50.280,8	706.063,0	—

Balança Comercial Interestadual 1978 (a) – Operações Globais

QUADRO IX
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1978

SAÍDAS ENTRADAS	NORTE	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NORDESTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
	NORTE	2.644,7	134,6	1.284,6	882,2	62,4	265,2	15,7	3.503,9	207,3	45,3	722,8	156,6	292,9	1.315,9	333,2	30,5
AC	282,8	—	260,7	22,1	265,1	0,5	1,7	37,1	4,5	0,6	161,8	45,2	0,3	13,4
AM	754,9	44,4	—	430,0	1,0	264,0	15,5	981,2	9,3	2,3	217,5	37,1	97,0	279,0	233,5	11,5	94,0
PA	787,5	90,2	614,5	—	61,4	1,2	0,2	2.084,9	190,7	38,6	391,8	105,6	179,0	837,1	49,1	17,5	275,5
AP	369,6	...	5,1	364,5	—	61,8	0,3	1,1	21,5	1,9	11,5	19,0	2,2	0,1	4,2
RO	258,3	...	199,9	58,4	85,1	6,5	0,8	37,1	5,6	1,7	17,6	3,1	1,0	11,7
RR	211,6	...	204,4	7,2	25,8	0	0,8	17,8	1,9	3,1	1,4	0,1	0,1	0,6
NORDESTE	2.290,3	155,9	540,9	1.488,9	56,2	42,0	6,4	47.346,0	1.697,7	2.641,8	6.143,8	3.261,7	5.897,2	17.840,0	2.852,3	1.525,3	5.483,7
MA	346,1	0,6	25,0	319,8	0,6	0,1	0	4.091,2	—	1.782,7	1.067,4	33,2	442,3	613,9	46,9	27,4	77,3
PI	181,5	0,2	17,8	162,7	0,5	0,3	0	2.827,7	598,6	—	1.113,7	51,5	148,2	692,9	29,7	35,7	152,4
CE	352,2	4,6	64,7	270,9	9,4	1,8	0,8	6.077,5	572,2	430,4	—	510,8	963,8	2.886,0	157,9	75,8	478,4
RN	88,7	0,4	22,2	62,2	3,6	0,3	0	4.807,3	45,9	17,5	1.190,0	—	1.244,9	2.035,9	27,6	25,0	220,5
PB	63,4	0,5	18,8	39,4	4,3	0,2	0,2	7.307,8	105,1	29,3	555,5	1.716,1	—	4.446,5	162,7	51,4	241,2
PE	549,9	9,4	206,1	324,8	5,6	0,3	3,7	8.216,7	151,7	269,7	1.307,9	530,5	2.221,4	—	1.347,4	219,3	2.168,7
AL	212,3	128,2	50,9	28,0	1,0	3,9	0,3	4.292,7	21,2	7,2	150,2	51,7	247,1	—	—	179,1	361,0
SE	31,8	1,6	9,9	19,2	0,3	0,5	0,3	3.036,0	13,6	12,7	170,2	122,5	500,6	212,6	867,5	—	1.784,2
BA	461,0	10,4	125,5	258,5	30,9	34,6	1,1	6.684,9	189,4	92,3	583,7	244,4	500,6	3.293,3	—	911,6	—
FN	3,4	...	0	3,4	4,2	0	0	0,2	1,0	1,2	0	0	0	0
C. OESTE	577,0	0,1	110,7	437,5	8,6	17,2	2,9	957,6	118,6	44,1	129,1	33,9	110,4	320,0	32,5	22,2	146,8
MT	75,6	0,1	30,9	29,5	0,1	12,1	2,9	179,3	0,7	7,6	40,0	14,7	66,9	26,1	3,5	10,1	9,7
GO	171,7	...	49,0	122,7	439,8	93,4	34,7	53,4	10,7	21,7	148,4	12,2	4,8	60,5
DF	329,7	0	30,8	285,3	8,5	5,1	0	338,5	24,5	1,8	35,7	8,5	21,8	145,5	16,8	7,3	76,6
SUDESTE	17.780,7	186,4	14.095,0	2.591,4	73,8	790,2	43,9	42.197,1	891,1	381,1	4.203,3	2.116,1	2.201,4	9.191,1	1.125,0	1.870,2	20.208,0
MG	547,5	4,1	98,5	332,1	4,1	106,4	2,3	3.810,4	176,0	50,4	536,3	166,8	322,1	632,1	63,2	201,0	1.661,5
ES	66,1	0,7	27,0	23,3	0,4	14,5	0,2	1.482,9	16,8	2,9	52,7	19,5	24,6	93,6	6,3	11,9	1.253,1
RJ	2.098,6	0	1.761,5	337,1	0	0	0	6.930,3	231,9	76,4	821,8	408,2	486,8	2.003,1	166,6	208,7	2.526,8
SP	15.068,5	181,6	12.208,0	1.998,9	69,3	669,3	41,4	29.973,5	486,4	251,4	2.792,5	1.521,6	1.367,9	6.462,3	883,9	1.448,6	14.766,6
SUL	1.404,8	8,7	530,4	436,8	5,9	417,8	5,2	5.142,2	48,5	84,2	521,8	303,4	306,1	1.630,8	134,0	893,7	1.218,7
PR	280,2	1,0	100,0	108,0	5,5	61,4	4,3	782,8	11,3	4,5	106,8	122,5	48,8	137,3	37,4	49,2	265,0
SC	109,3	0,1	58,3	40,7	0,1	9,9	0,2	1.786,6	3,1	54,2	220,1	98,1	111,0	1.005,7	13,8	26,7	253,9
RS	1.015,3	7,6	372,1	288,1	0,3	346,5	0,7	2.572,8	34,1	25,5	194,9	82,8	146,3	487,8	82,8	817,8	699,8
TOTAL SAÍDAS	24.697,5	485,7	16.561,6	5.836,8	206,9	1.532,4	74,1	99.146,8	2.963,2	3.196,5	11.720,8	5.871,7	8.808,0	30.297,8	4.477,0	4.341,9	27.456,6

Balança Comercial Interestadual 1978 (b) – Operações Globais

Cr\$ milhões

SAÍDAS ENTRADAS	Cidades																TOTAL ENTRADAS	RS	SC	PR	SUL	SP	RJ	ES	MG	SUDESTE	DF	GO	MT	C. OESTE	FN	SALDO (S/D)
	NORTE	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NORDESTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE																
	0	537,3	196,4	222,3	118,6	30.444,0	1.159,1	99,2	4.616,1	24.569,6	2.504,8	747,7	360,4	1.396,7	39.634,7	(-) 14.937,2																
	...	27,9	21,4	...	65	1.808,8	40,2	1,1	119,3	1.648,2	123,9	30,0	18,1	2.508,5	(-) 2.022,8																	
	0	116,9	66,3	33,6	17,0	11.029,5	301,5	12,0	1.742,5	8.973,5	871,7	141,5	75,8	2.508,5	(-) 2.022,8																	
	0	295,8	25,5	188,7	81,6	13.815,5	674,1	86,1	2.411,8	10.644,5	1.102,8	400,6	534,1	13.754,2	(+) 2.807,4																	
	...	1,0	0	...	1,0	989,1	7,8	0,2	101,1	880,0	42,9	10,9	19,6	18.066,5	(-) 12.229,7																	
	...	95,5	83,2	...	12,3	2.596,4	125,7	0,5	200,4	2.269,8	292,5	131,2	125,1	1.464,4	(-) 1.257,5																	
	...	0,2	0	...	0,2	204,7	9,8	0,3	41,0	153,6	71,0	33,5	32,7	3.327,8	(-) 1.795,4																	
	2,5	1.373,7	200,5	687,0	486,2	112.294,6	9.026,9	1.502,1	20.131,6	81.634,0	13.426,6	2.684,1	3.404,6	176.731,2	(-) 77.584,4																	
	0,1	137,4	3,2	120,7	135	4.503,4	147,5	14,5	627,3	3.714,1	327,6	85,6	53,3	9.405,7	(-) 6.442,5																	
	0	54,9	0,1	50,9	3,9	3.474,2	240,0	20,7	476,6	2.736,9	376,9	77,9	145,6	6.915,2	(-) 3.718,7																	
	0,2	358,9	7,9	82,1	268,9	15.300,5	1.179,4	61,9	304,0	11.019,2	1.244,1	252,9	327,7	23.333,2	(-) 11.612,4																	
	...	30,6	2,2	27,3	1,1	4.288,8	258,5	42,8	836,7	3.150,8	581,5	189,7	145,2	9.796,9	(-) 3.925,2																	
	0	167,7	93,9	27,5	46,3	5.988,0	220,5	32,0	702,5	4.643,0	946,1	277,6	316,9	14.083,0	(-) 5.275,0																	
	0,1	189,8	5,0	179,2	5,6	30.330,8	2.396,3	109,3	580,3	22.022,2	3.997,8	760,0	764,7	43.285,0	(-) 12.987,2																	
	0	10,2	1,2	7,8	1,2	4.092,3	183,6	19,5	684,3	3.204,9	543,5	101,7	126,4	9.151,0	(-) 4.674,0																	
	0	14,2	3,5	7,3	3,4	3.612,7	241,0	25,8	872,7	2.473,2	629,1	174,4	197,3	7.323,8	(-) 2.981,9																	
	2,1	410,0	86,5	184,2	142,3	41.052,2	4.156,5	1.172,7	7.087,4	28.635,6	4.775,5	762,4	1.327,4	53.383,6	(-) 25.927,0																	
	...	0	0	...	0	41,7	3,6	2,9	1,1	34,1	4,5	1,9	0,1	53,8	(-) 40,5																	
	0	3.305,9	53,3	1.691,9	1.560,7	61.292,4	6.195,9	40,7	6.849,8	48.206,0	6.836,2	3.591,1	702,0	72.969,1	(-) 42.480,4																	
	0	474,8	...	384,8	90,0	20.011,6	863,3	7,7	1.132,7	18.007,9	3.452,2	2.172,9	133,9	24.193,5	(-) 10.895,7																	
	...	1.494,1	23,4	...	1.470,7	25.149,2	3.447,2	6,2	2.400,2	19.295,6	1.963,0	948,4	298,5	29.217,8	(-) 15.663,6																	
	0	1.337,0	29,9	1.307,1	...	16.131,6	1.885,4	26,8	3.316,9	10.902,5	1.421,0	469,8	269,6	19.557,8	(-) 15.921,1																	
	9,8	21.809,2	9.980,5	10.483,1	1.345,6	399.505,4	77.067,78	10.434,3	102.359,6	209.643,8	117.964,5	42.936,1	23.879,9	598.256,9	(+) 169.849,1																	
	1,0	4.568,1	470,5	3.772,7	324,9	107.366,9	...	2.282,6	20.998,8	84.085,5	9.847,9	2.953,6	2.555,1	126.140,8	(-) 24.167,8																	
	1,5	30,8	2,2	5,2	23,4	17.307,4	2.082,9	...	5.908,9	9.315,6	1.909,6	348,8	193,4	20.796,8	(-) 8.087,6																	
	0	160,6	33,5	0,1	127,0	135.295,2	17.534,9	1.514,6	...	116.242,7	21.862,6	6.839,7	3.284,2	166.344,3	(-) 12.100,0																	
	7,3	17.049,7	9.474,3	6.705,1	870,3	139.538,9	57.449,9	6.637,1	75.451,9	...	84.344,4	32.796,0	17.847,2	285.975,0	(+) 214.204,5																	
	1,0	3.462,6	2.867,1	469,9	125,6	165.569,6	8.523,4	632,9	20.287,2	136.126,1	54.820,0	22.474,3	11.937,5	230.399,2	(-) 34.847,1																	
	0	2.952,5	2.642,8	287,9	21,8	69.719,1	3.406,9	443,3	6.248,7	59.620,2	15.329,7	...	5.725,8	89.064,3	(-) 16.629,0																	
	0	92,8	43,8	46,3	2,7	25.817,2	1.303,5	31,1	3.301,3	21.181,3	20.245,9	9.441,6	...	48.051,8	(-) 7.767,4																	
	1,0	417,3	180,5	135,7	101,1	70.033,3	3.813,0	198,5	10.737,2	55.324,6	19.244,4	13.032,7	6.211,7	93.283,1	(-) 10.450,7																	
	13,3	30.488,7	13.297,8	13.544,2	3.636,7	769.106,0	101.973,0	12.709,2	154.244,3	500.179,5	195.552,1	72.435,3	40.284,4	1.118.991,1	-																	

Balança Comercial Interestadual 1979 (a) – Operações Globais

QUADRO V
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1979

Cr.\$ milhões

Salidas	Entradas	Norte	AC	AM	PA	AP	RO	RR	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN
		4.490,7	336,5	2.030,8	1.635,6	84,5	294,2	108,4	7.576,1	689,1	102,2	1.338,3	1.048,2	490,5	2.427,4	295,2	62,1	1.113,1	0,0
AC		414,7		269,0	25,5	0,0	120,0	0,2	196,0	16,7	0,3	51,8	7,3	6,7	57,7	40,2	5,1	10,2	0,0
AM		1.188,3	83,5	—	837,4	2,0	157,3	108,1	1.094,6	10,1	9,6	297,2	89,9	93,5	351,8	152,2	19,2	101,1	0,0
PA		1.219,4	248,1	871,7	—	82,5	16,9	0,1	5.939,8	689,8	83,8	781,5	99,5	376,1	1.970,0	89,2	35,5	984,4	0,0
AP		661,7	0,0	6,8	654,9	—	—	—	181,4	1,0	2,2	133,4	9,0	9,7	15,6	6,9	0,7	2,9	—
RO		547,7	4,9	444,3	98,5	—	—	—	128,2	5,4	4,7	57,5	9,4	3,7	25,9	6,4	1,6	13,5	—
RR		458,3	0,0	439,0	19,3	—	—	—	36,1	6,1	1,6	16,9	3,1	0,7	6,4	0,3	0,0	1,0	—
Nordeste		3.846,3	121,7	747,3	2.862,5	53,5	54,5	6,7	74.635,4	3.376,8	4.011,7	9.953,5	3.376,3	7.250,2	26.157,7	4.060,5	2.472,8	13.949,8	4,1
MA		1.179,9	0,4	59,0	1.113,4	0,8	5,8	0,5	5.445,5	—	2.519,5	2.056,4	65,1	416,5	990,9	133,1	60,0	204,0	0,0
PI		320,5	1,5	33,3	281,6	4,1	0,0	0,0	5.009,2	1.090,9	—	1.882,5	115,8	209,7	1.235,1	43,3	50,1	332,4	0,4
CE		537,1	1,3	74,2	435,3	17,1	7,5	1,7	9.944,4	1.113,4	747,6	1.882,5	1.015,5	1.198,4	4.083,9	430,8	140,2	1.203,5	1,1
RN		141,4	0,1	32,2	102,8	9,6	0,3	0,4	8.892,7	89,1	35,9	1.464,0	800,2	1.680,7	2.984,6	61,3	78,1	519,0	0,0
PB		126,4	0,0	22,1	96,2	7,5	0,5	0,1	9.564,1	185,5	60,0	1.074,7	886,9	—	6.295,1	180,1	55,7	912,7	0,1
PE		882,9	5,7	260,4	396,6	15,5	4,1	0,6	13.681,4	504,1	486,7	1.899,7	886,9	2.634,0	—	1.565,8	307,5	5.415,1	1,6
AL		136,5	51,5	30,4	54,0	0,1	0,4	0,1	6.120,4	58,9	5,2	308,2	76,6	260,8	4.262,9	327,9	300,7	847,1	0,0
SE		54,0	1,2	18,7	33,3	0,5	0,2	-0,1	6.203,1	13,6	14,4	210,4	67,9	141,9	910,8	327,9	—	4.515,6	0,6
BA		667,5	60,0	217,0	349,2	2,4	35,7	3,2	10.760,3	321,3	142,4	1.048,2	368,1	717,1	5.352,2	1.338,2	1.472,5	—	0,3
FN		—	0,0	0,0	0,1	—	—	—	14,3	0,0	0,0	9,4	2,2	0,1	2,2	0,0	0,0	0,4	—
C. Oeste		1.244,0	1,7	217,9	893,7	15,1	95,8	19,8	2.062,9	461,2	90,7	257,0	143,9	108,1	355,3	53,9	103,4	440,3	48,1
MT		109,6	0,6	40,9	34,9	0,1	32,4	0,7	178,4	8,6	5,0	69,0	26,9	9,3	42,3	4,6	2,4	9,1	0,2
MS		51,1	0,7	18,9	10,9	0,1	3,8	16,7	180,8	0,3	2,7	22,7	14,0	7,1	28,4	2,0	32,6	73,1	0,0
GO		852,7	0,4	110,1	681,3	3,0	57,2	0,7	1.157,0	335,3	76,3	119,9	80,7	51,3	182,2	37,4	57,3	188,3	48,3
DF		230,6	0,0	48,0	165,6	11,9	2,4	1,7	545,6	116,0	6,7	45,4	22,3	40,4	104,4	9,9	11,1	189,8	0,6
Sudeste		33.555,2	159,6	27.167,8	4.499,6	119,6	1.310,5	298,1	78.859,2	2.110,4	489,6	5.268,3	3.560,0	3.409,5	11.230,0	2.265,2	2.773,0	47.519,0	235,2
MG		1.524,6	12,2	295,1	765,9	12,3	422,6	16,5	7.681,4	452,7	83,3	792,1	405,9	449,9	1.195,7	149,2	181,3	3.741,4	226,4
ES		126,6	1,0	52,4	64,1	0,0	6,9	2,2	2.988,0	22,7	5,6	70,6	46,9	54,0	104,7	15,1	26,3	2.640,7	1,4
RJ		4.578,4	0,0	4.067,7	510,7	—	—	—	12.218,9	885,3	90,8	1.276,6	625,4	880,8	2.238,6	452,0	192,3	5.577,1	0,0
SP		27.325,6	146,4	22.752,6	3.158,9	107,3	881,0	279,4	55.979,9	748,7	309,9	3.129,0	2.477,8	2.024,3	7.691,0	1.548,9	2.373,1	35.559,8	7,4
Sul		2.697,0	47,2	1.231,0	698,0	10,2	427,2	282,4	10.548,5	199,4	255,8	1.284,5	870,0	574,8	3.077,7	302,8	378,0	3.607,0	1,5
PR		805,5	4,6	248,1	214,8	3,2	282,6	52,1	2.503,2	102,3	13,8	285,6	280,3	115,3	576,4	75,7	123,3	949,9	0,6
SC		275,7	0,2	162,3	80,9	0,4	27,9	4,0	2.973,5	7,2	148,2	261,4	203,9	169,6	1.303,2	63,1	53,5	763,4	0,0
RS		1.615,8	42,4	821,6	402,2	6,6	116,7	226,3	5.071,8	86,9	93,8	757,5	385,8	289,9	1.198,1	164,0	201,2	1.893,7	0,9
Total Salidas		45.832,6	666,7	31.395,8	10.589,4	283,1	2.182,2	715,4	175.682,1	6.943,9	4.950,0	18.101,6	9.000,4	11.832,1	43.248,1	6.997,6	5.789,3	66.829,2	289,9

Balança Comercial Interestadual 1979 (b) – Operações Globais

QUADRO V
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1979

C: \$ milhões

Salidas	C. Oeste	MT	MS	GO	DF	Sudeste	MG	ES	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS	Total Entradas
Entradas															
Norte	2.010,3	178,4	360,7	1.268,9	202,3	45.460,2	3.051,0	189,5	7.248,7	34.971,0	7.344,0	2.929,3	905,9	3.508,8	66.880,7
AC	45,5	9,5	9,6	18,3	8,1	1.415,5	97,0	13,0	193,4	1.112,1	305,9	85,9	57,1	162,9	2.377,6
AM	270,2	67,5	2,7	173,2	26,8	19.209,8	844,7	40,7	2.913,7	15.410,7	1.796,5	315,1	280,1	1.201,3	23.559,4
PA	1.445,2	16,4	308,9	978,9	141,0	20.245,8	1.847,6	102,1	3.450,2	14.845,9	2.621,7	1.173,0	449,6	999,1	31.471,9
AP	2,9	0,0	0,0	2,8	0,1	766,0	30,5	16,3	178,6	540,6	100,8	37,0	18,9	44,9	1.712,8
RO	233,6	84,5	30,0	93,7	25,4	3.414,7	214,9	17,2	447,0	2.735,6	851,5	490,1	80,0	281,4	5.175,7
RR	12,9	0,5	9,5	2,0	0,9	408,4	16,3	0,2	65,8	326,1	1.667,6	828,2	20,2	819,2	2.563,3
Nordeste	2.695,4	104,0	154,4	1.801,3	616,7	178.169,0	20.703,9	3.618,5	33.248,8	120.597,7	27.912,5	6.257,5	6.111,9	15.543,1	287.249,6
MA	515,3	7,4	4,2	423,3	80,4	6.630,1	437,5	75,6	1.363,5	4.253,5	777,2	253,7	210,2	313,3	15.548,0
PI	133,8	0,7	0,0	125,0	8,1	6.948,0	506,8	56,1	929,6	5.455,5	2.808,6	155,3	268,4	2.384,9	15.220,1
CE	444,2	8,9	0,7	183,3	251,3	24.940,3	2.694,6	153,7	5.139,1	17.052,9	3.128,1	790,0	820,5	1.517,6	38.994,1
RN	70,7	6,1	0,2	61,9	2,5	7.210,7	570,6	106,3	1.569,4	4.964,4	1.154,7	229,3	289,0	636,4	15.470,2
PB	100,6	4,7	0,2	56,4	39,3	8.564,4	513,5	69,4	1.365,2	7.076,3	1.369,9	440,1	371,1	598,6	20.125,4
PE	275,5	7,6	1,0	253,2	80,7	47.216,9	5.051,5	324,6	9.345,6	32.495,2	7.662,0	2.130,5	1.327,3	4.204,2	69.515,7
AL	36,5	4,3	0,0	27,2	5,0	6.787,3	497,8	47,3	1.178,6	5.073,6	986,8	211,4	190,6	584,8	14.077,5
SE	334,4	3,9	17,5	307,8	5,2	7.105,2	739,0	881,8	1.368,0	4.116,4	1.009,0	334,1	294,8	380,1	14.705,7
BA	732,3	60,4	140,6	317,1	214,2	61.998,7	9.493,3	1.900,7	11.043,9	39.560,8	8.943,6	1.712,9	2.281,8	4.948,9	83.102,4
FN	46,1	0,0	0,0	46,1	0,0	357,4	299,3	3,1	5,9	49,1	72,6	0,2	58,1	14,3	490,5
C. Oeste	9.601,5	1.306,8	1.159,6	4.134,5	3.000,6	95.443,5	14.179,6	1.183,1	10.404,4	73.676,4	15.436,5	8.197,6	1.741,5	5.497,4	127.788,4
MT	2.312,5	—	1.024,4	1.144,1	144,0	14.986,5	1.801,4	34,6	1.268,7	11.881,8	3.967,1	2.182,2	216,3	1.568,6	21.554,1
MS	484,9	330,3	—	67,9	6,7	19.085,7	693,4	12,1	815,3	17.564,9	4.930,1	3.705,3	236,2	988,6	24.652,7
GO	3.890,0	917,5	122,6	—	2.849,9	36.955,1	7.181,8	6.167,0	3.520,5	27.636,1	3.597,7	1.316,0	589,3	1.682,4	48.452,5
DF	2.994,1	59,0	12,6	2.922,5	—	26.416,2	4.503,0	519,7	4.799,9	16.593,6	2.941,6	994,1	689,7	1.257,8	33.129,1
Sudeste	43.010,0	5.015,4	11.878,2	23.034,3	3.082,1	652.985,7	154.752,5	20.584,8	160.965,3	316.593,1	225.234,0	91.248,0	38.301,9	95.684,1	1.033.544,1
MG	11.110,4	1.078,1	489,3	8.557,8	985,2	173.790,1	—	5.576,4	31.810,4	136.403,3	21.709,5	7.238,8	6.476,4	8.194,3	216.016,0
ES	899,6	6,4	4,7	733,8	152,7	28.195,4	5.215,2	—	10.320,5	12.660,7	3.400,7	690,1	565,4	2.155,2	35.611,3
RJ	3.476,2	14,4	842,1	2.048,9	602,8	211.640,3	37.549,6	6.571,6	3.520,5	167.519,1	43.520,2	13.359,8	7.564,8	22.595,6	275.436,0
SP	27.521,8	3.914,5	10.572,1	11.693,8	1.341,4	235.258,9	119.987,7	8.436,8	118.834,4	—	156.403,6	69.959,3	23.705,3	62.739,0	506.480,8
Sul	9.633,2	1.781,1	6.539,8	1.155,6	156,7	290.234,3	18.647,2	1.452,4	33.575,6	236.559,1	97.071,0	35.378,4	27.320,0	34.372,6	410.184,0
PR	8.074,5	1.412,6	6.009,2	618,7	34,0	121.602,5	7.264,6	369,5	10.106,2	103.382,2	29.909,9	—	13.004,2	16.905,7	162.895,6
SC	226,6	100,8	48,6	62,0	15,2	41.338,1	3.376,4	102,4	4.685,4	33.173,9	40.583,7	23.116,8	—	17.466,9	85.397,6
RS	1.332,1	267,7	482,0	474,9	107,5	127.293,7	8.006,2	480,5	18.784,0	100.023,0	26.577,4	12.261,6	14.315,8	—	161.890,8
Total Salidas	66.941,4	8.385,7	20.102,7	31.394,6	7.058,4	1.266.192,7	211.334,2	27.028,4	245.442,8	782.387,3	372.998,0	144.010,8	74.381,2	154.606,0	1.925.646,8

Balança Comercial Interestadual 1980 (a) – Operações Globais

QUADRO IV
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1980

Cr\$ milhões

Salidas	Entradas	Nome	AC	AM	PA	AP	RO	RR	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN
			10.485,6	4.744,7	3.572,3	1.23,4	1.208,0	142,2	16.094,0	1.320,5	294,8	2.853,3	597,1	1.372,6	5.584,8	691,2	133,3	3.236,0	0,4
AC		717,7		567,0	75,3	0	75,4	0	882,8	1,4	17,4	79,4	9,2	10,4	179,6	104,6	4,8	476,0	0
AM		3.180,6	101,4	1.814,9	7,7	1.117,6	139,0	3.697,5	113,5	32,1	701,6	128,5	128,5	247,2	1.551,5	364,6	72,5	465,7	0,3
PA		2.724,4	592,0		115,7	15,0		10.719,8	1.198,4	228,1	1.988,5	400,8	1.068,7	3.455,7	3.455,7	163,7	53,5	2.244,3	0,1
AP		1.296,1	0					282,4	6,7	8,4	55,7	16,8	36,0	128,1	17,5	0,4	12,8		
RO		1.630,5	1,6					228,4	0,5	7,7	98,1	31,8	8,0	63,2	4,3	2,1	12,7		
RR		936,3	0					283,1	0	3,1	30,0	10,0	10,0	2,3	16,5	0	4,5		
Nordeste		9.589,2	243,2	2.318,6	6.549,6	391,0	61,3	25,5	179.730,6	5.605,0	8.621,3	23.575,9	7.041,4	16.549,3	65.368,8	10.981,5	5.066,7	35.817,2	103,5
MA		2.040,4	0,5	1.062,2	1.927,5	1,2	0,3	4,7	16.934,9		5.844,1	6.185,8	192,5	674,1	3.133,2	221,2	81,6	601,8	0,6
PI		677,0	0	573,9	677,0	9,0	0,3	1,0	10.834,0	2.165,1	979,9	4.072,0	307,2	475,1	2.846,7	138,8	103,6	723,5	2,0
CE		969,0	0,8	264,8	668,9	25,6	7,7	1,2	22.630,4	1.661,4	987,9		2.238,1	2.432,1	10.657,7	595,3	309,2	3.738,6	0,1
RN		363,0	0	78,6	273,1	8,0	3,3	0	16.958,4	155,3	128,4	3.525,0	1.388,9	3.733,9	7.583,1	138,0	160,8	1.533,6	0,3
PB		707,7	17,6	608,1	608,1	16,3	0,2	0	22.787,9	319,5	111,4	1.752,3	1.388,9		387,6	96,8	3.291,9	1,0	
PE		2.560,4	16,7	999,7	1.440,6	73,4	12,8	7,2	35.232,2	689,1	1.237,5	4.955,9	1.864,8	6.596,8	4.002,4	4.002,4	624,3	15.126,0	96,4
AL		264,3	23,0	99,3	133,9	8,6	0,3	0,3	18.094,2	86,5	15,9	582,9	171,6	738,9	12.393,5	521,7	539,4	3.585,3	0,2
SE		829,9	0,5	29,6	50,9	0,2	11,4	0,3	10.523,2	30,8	13,4	301,5	141,0	340,7	1.957,5	1.957,5	7.216,5	0,1	
BA		1.924,5	184,1	872,7	248,7	250	25,0	10,9	24.607,8	497,3	272,7	2.169,7	737,3	1.556,6	11.203,5	4.956,5	3.151,0		2,8
FN		0	0	0	0	0	0	0	136,6	0	0	0,8	0	1,1	134,7	0	0	0	
C. Oeste		1.612,9	4,9	570,6	856,6	32,0	138,8	8,0	4.572,0	754,3	278,4	576,5	271,6	355,3	898,3	151,8	106,8	1.139,5	38,5
MT		335,6	0,8	208,0	14,9	0	111,3	0,6	386,0	3,8	13,0	144,8	49,0	26,1	100,1	4,1	3,5	40,8	0,8
MS		92,4	0,4	60,8	20,9	0,4	6,2	3,7	315,0	3,3	8,0	54,8	37,3	66,3	81,9	5,5	5,2	40,6	12,1
GO		753,5	3,0	220,4	512,1	0,2	14,4	3,4	2.345,8	570,8	153,7	256,8	111,4	133,4	507,2	67,0	49,9	468,9	26,6
DF		431,4	0,7	81,4	310,7	31,4	6,9	0,3	1.525,2	176,4	103,7	120,1	73,9	129,4	209,1	75,2	48,2	589,2	0
Sudeste		97.358,1	669,2	78.485,8	13.385,2	1.123,8	3.459,0	235,1	195.231,1	3.866,5	1.237,6	13.837,4	7.133,9	9.389,5	30.406,8	3.923,0	4.752,3	120.594,5	89,6
MG		1.474,3	4,9	408,5	924,2	12,6	113,2	10,9	15.109,0	533,3	176,4	1.733,2	643,1	1.076,8	2.366,5	244,2	402,6	7.897,5	35,4
ES		300,4	10,6	132,0	145,3	1,3	9,4	1,8	7.516,7	154,3	6,4	253,3	191,1	401,4	2.730,0	45,4	48,6	6.130,9	12,5
RJ		10.660,7	65,7	9.627,7	1.033,0	0	0	0	30.444,7	911,1	181,8	3.236,5	1.357,2	2.124,5	3.716,4	392,4	595,4	17.929,4	0
SP		84.922,7	653,7	68.517,6	11.282,7	1.109,9	3.336,4	222,4	142.160,7	2.266,0	873,0	8.614,4	4.942,5	5.786,8	24.050,9	3.241,0	3.705,7	88.536,7	41,7
Sul		6.998,0	32,2	3.039,9	2.050,0	400,5	1.343,7	131,7	26.495,9	618,3	501,0	2.812,4	2.593,9	1.803,0	5.259,1	432,4	918,7	10.998,5	568,6
PR		2.871,1	11,1	953,5	833,6	25,1	969,0	78,8	7.235,4	448,6	22,8	714,1	453,9	290,0	901,6	162,3	151,9	4.087,7	2,5
SC		742,1	2,4	336,4	260,7	0,5	136,4	5,7	6.800,1	31,0	313,0	960,2	576,8	998,1	998,1	79,8	230,1	2.531,9	0,5
RS		3.384,8	18,7	1.750,0	955,7	374,9	239,3	47,2	12.460,4	136,7	165,2	1.138,1	1.553,2	854,3	3.359,4	190,3	536,7	3.976,9	565,6
Total Salidas		126.043,8	1.644,5	89.169,6	26.415,7	2.070,7	6.210,8	542,5	421.123,6	12.164,6	10.933,1	43.655,5	17.627,9	29.469,7	107.527,8	16.179,9	10.977,8	171.785,7	801,5

Balança Comercial Interestadual 1980 (b) – Operações Globais

QUADRO IV
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1980

Salidas Entradas	C. Oeste	MT	MS	GO	DF	Sudeste	MG	ES	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS	Total Entradas	Saldo (S/D)
	2.692,4	490,9	101,8	1.381,6	718,1	111.310,8	6.405,6	544,3	15.069,6	89.301,3	13.439,5	4.154,2	2.437,4	6.847,9	154.022,3	(-) 27.978,5
AC	190,4	75,9	21,5	42,7	50,3	3.119,3	156,1	31,6	322,3	2.609,3	626,7	181,4	124,6	320,7	5.536,9	(-) 3.892,4
AM	305,9	47,4	9,5	142,5	106,5	51.186,4	1.537,7	102,1	6.168,1	43.378,5	4.302,3	893,2	839,3	2.569,8	62.872,7	(+) 26.486,9
PA	1.584,3	79,9	5,3	1.097,0	402,1	45.665,1	3.937,3	355,4	7.252,8	34.019,6	5.054,9	1.645,8	999,3	2.409,8	65.648,5	(-) 39.232,8
AP	4,7	0	0	2,8	1,9	1.633,1	92,6	16,2	371,3	1.183,0	294,9	61,7	34,5	198,7	3.541,2	(-) 1.470,5
RO	523,5	282,7	65,3	94,2	81,3	8.319,4	635,8	32,7	709,5	6.941,4	2.518,5	1.283,1	377,5	1.857,9	13.220,3	(-) 7.009,5
RR	83,6	5,0	0,2	2,4	76,0	1.457,5	46,1	6,3	235,6	1.169,5	642,2	89,0	62,2	3.402,7	(-) 2.860,2	
Montante	5.846,4	433,3	365,9	3.473,5	1.573,7	378.295,4	35.889,0	5.891,8	67.878,6	268.636,0	58.767,1	17.326,5	15.388,9	26.041,7	631.218,7	(-) 210.095,1
MA	934,5	14,2	3,3	737,9	179,1	15.809,0	1.725,1	278,7	2.360,1	11.436,1	2.113,1	741,6	479,7	891,8	37.822,9	(-) 25.688,3
PI	527,5	146,6	0	339,5	47,4	11.946,4	1.054,7	141,4	1.819,6	8.930,7	1.761,3	451,4	686,1	623,8	25.746,2	(-) 14.813,1
CE	860,4	32,7	0,1	340,8	486,8	53.462,0	4.147,3	399,8	11.393,6	37.521,3	6.777,3	1.964,4	1.614,5	3.196,4	84.699,1	(-) 19.043,6
RN	281,6	8,6	2,7	183,8	86,5	16.634,1	1.334,2	219,4	3.137,5	11.943,0	3.077,2	651,6	862,6	1.564,0	37.315,3	(-) 19.687,4
PB	274,1	11,7	58,2	167,5	36,7	17.386,4	1.052,0	158,5	2.393,4	13.752,5	3.810,2	1.358,2	992,3	1.459,7	44.966,3	(-) 15.496,6
PE	1.225,8	35,0	117,1	825,5	248,2	101.813,8	10.061,6	662,1	16.045,4	75.044,7	17.556,1	5.229,8	4.622,1	7.704,2	156.369,3	(-) 50.841,5
AL	70,6	12,2	0,2	39,9	18,3	13.415,9	967,6	81,6	1.901,3	10.475,4	2.020,9	470,9	491,2	1.058,8	33.865,9	(-) 17.686,0
SE	187,4	4,9	117,7	48,4	15,4	15.417,6	1.278,0	139,5	2.834,1	11.165,9	2.165,5	837,1	571,4	757,0	28.386,6	(-) 17.408,8
BA	1.434,7	167,4	66,6	740,1	460,6	132.231,1	14.116,8	3.795,2	25.986,0	88.333,1	19.438,5	5.616,5	5.065,1	8.756,9	179.636,6	(-) 7.850,9
FN	49,8	0	0	49,1	0,7	181,1	131,7	15,5	7,6	33,1	36,0	5,0	3,9	27,1	410,5	(+) 391,1
C. Oeste	19.653,9	1.716,8	2.111,6	9.178,5	6.647,0	221.315,6	24.677,5	462,0	21.967,9	174.218,2	35.232,5	17.514,7	3.949,0	13.768,8	282.386,9	(-) 140.022,0
MT	4.110,2	490,0	1.890,9	1.782,2	437,1	29.641,8	2.985,0	47,7	2.201,9	24.407,2	7.579,4	4.361,9	729,4	2.488,1	42.053,0	(-) 26.730,1
MS	639,6	809,2	1.782,2	1.130,2	19,4	49.675,0	1.619,0	68,4	2.129,5	45.868,1	13.655,3	8.379,1	607,5	4.688,7	64.377,3	(-) 18.932,7
GO	7.117,9	417,6	42,5	7.266,1	6.190,5	85.539,8	12.537,9	221,0	7.608,0	65.172,9	7.974,9	2.933,9	1.156,0	3.885,0	103.791,9	(-) 38.471,6
DF	7.726,2	417,6	42,5	7.266,1	6.190,5	56.459,0	7.535,6	114,9	10.028,5	38.780,0	6.022,9	1.839,8	1.456,1	2.727,0	72.164,7	(-) 55.887,6
Sudeste	94.800,0	8.847,2	30.893,1	48.694,9	6.564,8	1.432.901,7	273.750,0	58.818,4	366.703,1	733.630,2	472.453,1	179.374,9	88.050,1	205.028,1	2.292.744,0	(+) 532.787,5
MG	19.415,8	1.426,0	949,1	15.116,8	1.923,9	407.124,3	9.393,3	7.451,3	99.316,1	300.366,9	41.779,8	16.034,9	8.503,3	17.241,6	484.903,2	(-) 105.521,0
ES	275,9	7,8	2,1	169,0	97,0	62.235,4	6.393,3	—	22.561,0	30.281,1	6.655,8	1.751,8	1.407,7	3.496,3	76.964,2	(-) 8.503,9
RJ	2.867,7	29,3	544,0	1.423,7	870,7	473.402,7	61.350,7	9.059,8	—	402.982,2	88.497,1	28.429,0	16.759,0	43.310,1	605.872,9	(-) 52.119,2
SP	72.240,6	7.384,1	29.197,9	31.985,4	3.673,2	490.139,3	203.006,0	42.307,3	244.826,0	—	335.520,4	133.159,2	61.381,1	140.980,1	1.124.983,7	(+) 699.227,7
Sul	19.372,2	3.534,7	12.172,2	2.591,8	773,5	681.708,1	38.660,1	2.473,8	82.148,5	558.425,7	217.256,5	76.746,9	61.189,1	79.320,5	951.830,7	(-) 154.692,0
PR	15.339,5	3.006,2	10.580,1	1.548,1	205,1	279.021,4	16.695,4	1.214,4	30.027,2	231.184,4	67.314,4	—	26.666,3	40.648,1	371.781,8	(-) 76.664,6
SC	959,8	215,5	549,4	1.144,5	80,4	103.450,6	6.319,7	208,4	10.306,9	86.613,6	89.474,0	50.801,6	—	38.672,4	201.426,6	(-) 30.412,1
RS	3.072,9	613,0	1.042,7	929,2	488,0	299.236,1	15.745,0	1.051,0	41.812,4	240.627,7	60.468,1	25.945,3	34.522,8	—	378.622,3	(-) 47.615,3
Total Salidas	142.364,9	15.322,9	45.444,6	66.320,3	16.277,1	2.825.531,6	379.382,2	88.180,3	553.757,7	1.824.211,4	797.139,7	296.117,2	171.014,5	331.007,0	4.312.202,6	0,0

Balança Comercial Interestadual 1981 (a)

QUADRO V
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1981

		Cr\$ milhões																		
		SAÍDAS	NORTE	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NORDESTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN
ENTRADAS	NORTE	18.371	1.175	7.154	6.035	138	1.719	150	38.488	1.888	510	7.048	893	2.958	13.868	2.864	350	8.109	0	0
	AC	1.572	0	1.137	116	0	317	2	2.799	16	0	221	15	48	180	1.348	78	893	0	0
	AM	4.456	256	2.710	2.710	26	1.316	148	8.173	78	25	1.698	150	202	3.904	619	102	1.395	0	0
	PA	3.265	861	0	0	112	86	0	25.670	1.787	458	4.535	619	2.602	9.904	517	162	5.729	0	0
	AP	2.386	0	73	2.313	0	0	0	848	6	14	162	30	68	209	305	0	0	54	0
	RO	3.000	58	2.071	871	0	0	0	744	1	10	338	61	20	237	37	7	33	0	0
	RR	1.692	0	1.667	25	0	0	0	254	0	3	94	18	18	77	38	1	0	0	0
	NORDESTE	19.466	1.409	4.183	12.973	615	249	37	391.913	10.322	14.008	43.773	14.613	28.510	166.685	31.782	12.736	69.513	71	71
	MA	3.467	0	3.078	3.078	0	0	0	29.845	0	9.093	8.112	401	1.229	8.480	611	247	1.672	0	0
	PI	1.579	11	1.339	1.339	17	27	0	25.357	4.428	0	8.684	425	767	8.874	291	220	1.667	0	0
	CE	2.320	7	4.25	1.722	46	118	2	46.031	2.324	2.033	0	3.631	3.994	24.919	1.351	756	7.022	1	1
	RN	731	2	1.115	609	4	0	1	39.409	353	138	7.461	0	6.835	20.858	491	472	2.801	0	0
	PB	2.153	1	1.39	1.970	20	13	10	49.671	475	142	3.761	3.221	0	37.172	1.202	154	3.543	0	0
	PE	4.207	99	1.601	2.382	61	59	5	77.651	1.607	1.910	8.508	4.260	11.736	0	17.153	2.147	30.267	63	63
	AL	1.648	1.048	240	250	93	12	84	45.068	153	84	1.387	382	1.061	33.829	0	1.952	6.218	2	2
	SE	256	10	152	89	5	0	0	24.890	95	48	943	297	617	5.425	1.316	0	16.148	1	1
	BA	3.106	231	941	1.534	369	20	0	53.717	887	560	4.908	1.996	2.271	26.938	9.367	6.788	0	175	0
	FN	0	0	0	0	0	0	0	274	0	0	9	0	0	90	0	0	0	0	0
	C. OESTE	4.495	20	1.210	2.855	40	283	87	12.724	939	824	2.253	871	501	4.633	549	223	1.782	149	149
	MT	515	1	299	26	0	189	0	834	45	21	240	180	49	148	28	2	108	12	12
	MS	396	1	141	137	0	58	59	1.400	14	24	739	118	86	208	11	120	20	0	0
	GO	2.672	1	396	2.239	2	8	26	4.390	671	383	833	190	185	926	240	49	912	0	0
	DF	912	17	374	453	38	28	2	6.100	209	396	441	383	181	3.351	270	52	681	136	136
	SUDESTE	181.026	2.838	144.047	25.600	394	7.791	356	357.067	6.432	2.807	24.540	13.960	11.240	74.382	7.093	7.468	209.021	124	124
	MG	4.429	290	1.272	2.560	41	241	25	28.783	849	245	2.877	1.313	1.157	5.946	885	950	14.631	30	30
	ES	1.097	2	491	381	0	43	180	12.119	68	20	540	240	573	846	117	138	9.558	19	19
	RJ	16.563	2	15.294	1.267	0	0	0	64.813	1.816	1.375	5.979	2.782	3.078	13.560	1.293	791	34.139	0	0
	SP	188.937	2.544	126.990	21.392	353	7.507	151	251.352	3.699	1.167	15.144	9.625	6.432	54.030	4.798	5.569	150.793	75	75
	SUL	13.666	39	4.932	3.364	46	3.035	2.250	45.824	1.023	451	5.287	4.077	3.415	14.536	1.479	1.088	14.445	23	23
	PR	5.157	26	1.606	1.413	1	2.092	19	11.885	450	64	1.686	1.152	480	2.392	598	301	4.760	2	2
	SC	3.220	7	396	259	5	416	2.137	16.242	61	196	1.343	1.259	1.214	7.867	543	229	3.530	0	0
	RS	5.289	6	2.930	1.692	40	527	94	17.697	512	191	2.258	1.666	1.721	4.277	338	558	6.155	21	21
	TOTAL SAÍDAS	235.024	5.481	161.526	50.827	1.293	13.077	2.880	846.016	20.604	18.600	82.901	34.414	46.624	274.004	43.767	21.865	302.870	387	387

Balança Comercial Interestadual 1981 (b)

QUADRO V - A
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1981

ENTRADAS	SAÍDAS	Cr\$ milhões																
		C. OESTE	MT	MS	GO	DF	SUDESTE	MG	ES	RJ	SP	SUL	PR	SC	RS	TOTAL ENTRADAS	SALDO (S/D)	
NORTE	6.992	1.532	266	4.260	934	243.047	19.579	869	33.571	193.028	23.168	7.891	3.884	11.393	328.066	(-) 93.042		
AC	347	153	40	59	95	7.168	535	58	753	5.822	779	211	129	439	12.665	(-) 7.184		
AM	1.606	713	32	679	182	99.857	2.769	156	13.520	83.412	6.542	1.282	1.022	4.238	120.634	40.892		
PA	3.812	138	45	3.017	612	112.187	10.946	524	16.491	84.226	9.642	3.657	2.027	3.958	154.576	(-) 103.749		
AP	32	0	0	27	5	3.962	329	39	587	3.007	408	140	61	207	7.636	(-) 6.403		
RO	1.112	517	149	410	36	16.864	870	72	1.714	14.208	4.636	2.424	494	1.718	26.356	(-) 13.279		
RR	83	11	0	68	4	3.009	130	20	506	2.353	1.161	177	151	833	6.199	(-) 3.319		
NORDESTE	14.390	639	821	6.874	6.056	798.828	90.310	11.072	129.220	568.226	119.273	37.347	33.489	48.437	1.343.870	(-) 497.854		
MA	1.665	13	37	1.374	241	36.057	3.699	409	6.606	25.343	3.666	1.233	776	1.666	74.699	(-) 54.095		
PI	704	34	7	629	34	21.607	2.298	212	3.279	15.818	3.442	1.001	1.205	1.236	52.689	(-) 34.089		
CE	3.716	158	476	1.085	1.997	105.297	9.670	577	17.276	77.774	13.943	4.578	4.099	5.266	171.307	(-) 88.406		
RN	615	66	31	505	13	36.047	3.108	424	5.638	26.877	6.295	1.375	2.500	2.420	83.097	(-) 48.683		
PB	482	31	15	326	110	34.527	1.968	431	4.954	27.174	6.605	2.234	1.684	2.687	93.438	(-) 46.814		
PE	2.886	54	122	1.274	1.436	220.383	1.290	191	33.426	167.134	35.353	8.749	11.065	15.539	340.480	(-) 66.476		
AL	964	41	9	123	791	37.839	2.396	277	6.929	28.323	4.475	1.024	1.162	2.289	89.994	(-) 46.227		
SE	130	8	6	91	25	35.681	4.769	277	8.447	22.188	3.492	817	1.190	1.485	64.449	(-) 42.564		
BA	3.014	234	118	1.467	1.195	270.871	38.699	7.246	42.532	182.394	41.981	16.328	9.807	15.846	372.688	(-) 69.818		
FN	214	0	0	0	214	519	170	15	133	201	22	8	1	13	1.029	(-) 662		
C. OESTE	39.535	4.842	7.535	15.294	11.864	437.124	59.403	1.125	46.428	330.168	74.144	32.846	18.109	23.189	568.022	(-) 280.517		
MT	9.311	-	7.056	1.785	470	56.841	6.594	147	4.112	45.988	13.507	8.659	897	3.951	81.008	(-) 42.716		
MS	2.523	1.937	-	493	93	97.218	4.550	67	4.221	86.380	35.420	15.327	12.312	7.781	136.957	(-) 46.434		
GO	13.649	1.899	449	-	11.391	168.068	29.398	309	15.377	122.984	16.084	6.414	2.505	7.065	204.863	(-) 80.692		
DF	14.052	1.006	30	13.016	-	114.997	18.861	602	22.718	72.816	9.133	2.446	2.295	4.392	145.194	(-) 110.675		
SUDESTE	190.043	23.570	58.733	92.851	14.889	3.081.054	636.500	97.081	810.645	1.536.828	1.135.428	567.159	179.857	388.412	4.944.618	1.031.398		
MG	37.667	3.404	1.927	27.030	5.306	794.655	-	21.019	182.803	590.733	82.252	28.133	22.505	31.614	947.786	(-) 75.897		
ES	919	17	7	261	634	155.158	27.847	-	45.972	81.339	14.094	3.245	2.854	7.995	183.387	(-) 67.543		
RJ	6.143	546	1.999	1.788	1.810	1.036.726	153.160	18.810	-	864.756	166.311	53.440	30.692	82.179	1.290.556	(-) 82.874		
SP	145.314	19.603	54.800	63.772	7.139	1.094.515	455.493	57.252	581.770	-	872.771	482.341	123.806	266.624	2.522.889	1.257.712		
SUL	36.545	7.709	23.168	4.892	776	1.415.963	70.097	5.697	187.818	1.152.351	408.094	154.338	112.231	141.525	1.920.092	(-) 159.985		
PR	30.724	6.602	21.045	2.832	245	666.492	32.044	3.350	76.575	584.523	123.171	-	52.242	70.929	837.429	(-) 37.848		
RS	1.420	224	839	320	37	188.661	13.567	405	19.566	155.123	175.633	105.037	-	70.596	385.176	(-) 37.606		
SC	4.401	883	1.284	1.740	494	560.810	24.486	1.942	91.677	442.705	109.290	49.301	59.989	-	697.487	(-) 84.531		
TOTAL SAÍDAS	287.505	38.292	90.523	124.171	34.519	5.976.016	871.889	115.844	1.207.682	3.780.601	1.760.107	799.581	347.570	612.956	9.104.668	-		

Balança Comercial Interestadual 1982 (a)

QUADRO V
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1982

		Cr\$ milhões																	
		NORTE	AC	AM	PA	AP	RO	RR	NORDESTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	FN	
ENTRADAS	SAÍDAS																		
NORTE		53.108	2.097	23.559	17.808	325	9.021	298	80.109	5.685	971	12.063	2.462	4.471	35.257	5.542	717	12.951	0
AC		5.108	—	3.491	431	2	1.184	0	8.197	247	18	285	34	131	4.890	2.376	7	209	0
AM		13.073	792	—	8.993	53	2.983	252	19.624	614	25	3.405	474	399	9.807	1.942	258	2.700	0
PA		16.191	1.073	10.149	—	179	4.747	43	48.751	4.752	910	7.251	1.680	3.738	19.107	1.078	407	9.828	0
AP		6.405	0	332	6.060	—	13	—	1.379	24	15	249	57	86	777	82	3	86	—
RO		7.783	232	5.273	2.184	91	—	3	1.457	41	2	624	92	106	386	64	31	111	0
RR		4.548	0	4.314	140	—	94	—	701	7	1	239	125	11	290	0	11	17	—
NORDESTE		45.426	2.968	13.278	27.247	1.469	296	178	755.661	17.383	27.073	81.062	32.279	50.844	333.537	49.631	23.471	140.366	15
MA		10.367	3	1.548	8.814	2	0	0	57.813	—	17.905	13.145	1.484	2.098	18.546	959	273	3.403	0
PI		2.851	19	606	2.207	12	7	0	49.819	6.680	—	19.738	1.044	1.024	16.643	773	480	3.435	2
CE		3.463	6	1.306	2.012	100	26	13	91.983	3.952	3.205	—	9.993	6.379	51.429	1.976	1.820	13.429	0
RN		1.762	10	471	1.276	3	2	0	77.885	353	278	13.081	—	11.370	42.825	589	596	8.793	0
PB		2.014	4	268	1.688	53	1	0	96.409	721	211	6.666	5.666	—	73.536	2.509	430	6.670	0
PE		11.931	447	4.180	7.014	106	52	132	130.477	3.587	4.116	15.941	8.606	22.612	—	16.327	3.845	55.443	0
AL		3.996	2.383	543	1.070	0	0	0	88.419	282	193	2.845	886	1.892	66.704	—	4.128	11.488	1
SE		642	0	309	329	0	2	1	56.222	80	68	1.592	628	1.278	11.645	3.273	—	37.658	0
BA		8.379	86	4.044	2.819	1.192	206	32	106.487	1.728	1.094	8.047	3.972	4.191	52.119	23.225	12.099	—	12
FN		21	0	3	18	—	0	—	147	0	3	7	0	0	90	0	0	47	—
CENTRO-OESTE		7.532	96	3.204	3.513	78	638	3	27.393	2.611	1.843	2.742	1.689	1.713	8.484	1.595	332	6.381	3
MT		1.410	64	593	456	0	297	0	1.245	7	17	333	173	43	286	143	40	202	1
MS		714	21	517	81	0	93	2	1.413	23	49	319	176	66	371	21	36	351	1
GO		2.676	0	816	1.826	2	32	0	9.641	1.492	267	1.457	491	264	1.749	637	157	3.126	1
DF		2.732	11	1.278	1.150	76	216	1	15.094	1.089	1.510	633	849	1.340	6.078	794	99	2.702	0
SUDESTE		411.527	5.588	329.461	57.383	5.323	13.343	429	810.018	17.076	5.722	49.318	30.697	23.091	148.415	13.404	18.749	503.344	202
MG		13.929	656	5.399	6.513	37	1.217	107	60.721	1.973	188	5.244	2.990	1.798	13.904	2.140	2.489	29.841	154
ES		2.674	1	1.414	1.204	0	44	11	23.040	377	88	1.067	1.199	1.333	3.341	430	406	14.793	6
RJ		40.504	1	36.323	4.011	0	169	0	149.226	6.466	1.935	10.321	7.838	6.499	28.549	2.661	2.861	82.196	0
SP		354.420	4.930	286.325	45.685	5.286	11.913	311	577.031	8.260	3.511	32.686	18.670	13.461	102.621	8.273	12.993	376.514	42
SUL		33.933	85	17.824	8.976	45	5.030	1.973	100.823	3.128	1.195	11.093	9.543	5.161	20.424	2.790	4.154	42.610	725
PR		10.896	37	5.329	2.491	12	2.890	137	23.616	1.955	156	3.590	1.877	770	3.832	920	473	10.042	1
RS		8.747	21	2.308	3.575	15	1.154	1.674	35.300	199	758	2.654	2.044	2.150	5.673	1.134	1.339	17.340	9
SC		14.290	27	10.187	2.910	18	986	162	41.907	974	281	4.849	3.622	2.241	10.919	736	2.342	15.228	715
TOTAL		551.526	10.824	387.326	114.927	7.240	28.328	2.881	1.774.004	45.883	36.804	156.268	76.670	85.280	548.117	72.962	47.423	705.652	945
SAÍDAS																			

Balança Comercial Interestadual 1982 (b)

QUADRO V - A
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1982

		Cr\$ milhões																								
SAÍDAS		ES	RJ	SP	SUL	PR	SC	RS	TOTAL	ENTRADAS																
ENTRADAS	NORTE	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	MT	MS	GO	DF	SUDESTE	MG	ES	RJ	SP	SUL	PR	SC	RS	TOTAL	
	10.528	2.028	1.196	8.878	1.062	942	7.066	2.166	699	8.269	1.434	706	7.050	1.338	544.420	37.185	3.165	65.592	438.478	67.672	21.508	18.155	28.009	755.837		
AC	438	184	581	80	21	589	1.755	15																		
AM	1.899	581	6.400	80	21	589	1.755	15																		
PA	6.400	80	21	589	1.755	15																				
AP	21	0	355	589	1.755	15																				
RO	1.755	589	355	0	14	1																				
RR	15	0	14	1																						
	32.306	2.326	1.786	13.827	14.367	1.755.868	194.383	31.246	296.859	1.233.380	296.056	99.654	93.847	102.555	2.885.317											
NORDESTE																										
MA	2.028	18	54	1.510	446	101.752	9.323	4.531	14.896	73.002	10.759	3.086	3.503	4.170	182.719											
PI	1.196	16	35	1.050	95	45.848	4.422	893	6.833	33.700	11.544	1.835	7.148	2.561	111.258											
CE	8.878	187	116	1.624	6.951	245.741	25.663	2.844	34.801	182.433	34.807	10.947	10.754	13.106	384.872											
RN	1.062	24	98	888	52	83.310	8.101	1.549	14.081	59.579	15.928	2.666	8.446	4.816	179.947											
PB	942	161	103	585	93	71.873	4.810	1.568	10.066	55.429	13.949	4.914	3.983	5.052	185.187											
PE	7.066	1.212	508	3.236	2.110	493.913	49.358	4.572	101.983	338.000	83.614	28.569	26.285	28.760	727.001											
AL	2.166	79	39	422	1.626	80.809	5.498	730	10.104	64.477	12.841	4.083	3.678	5.080	188.231											
SE	699	47	493	126	33	64.579	9.043	785	11.872	42.879	12.626	3.754	5.088	3.784	134.768											
BA	8.269	582	340	4.386	2.961	567.483	77.951	13.766	92.161	383.605	99.794	39.772	24.936	35.086	790.412											
FN	0	0	0	0	0	560	214	8	62	276	194	28	26	140	922											
	59.233	7.385	22.168	15.473	14.207	949.939	144.282	1.963	98.153	705.541	146.602	65.921	28.138	52.543	1.190.699											
CENTRO-OESTE																										
MT	26.920		21.507	4.202	1.211	120.440	15.768	145	9.793	94.734	29.589	16.190	4.106	9.293	179.604											
MS	5.001	3.875		834	292	204.274	10.956	157	13.357	179.804	53.182	33.464	5.587	14.131	264.584											
GO	15.316	2.035	577		12.704	354.374	71.186	811	31.900	250.477	37.184	10.468	9.590	17.126	419.191											
DF	11.996	1.475	84	10.437		270.851	46.372	850	43.103	180.526	26.647	5.799	8.855	11.993	327.320											
	372.396	36.953	116.897	176.462	42.084	5.773.796	1.251.694	201.449	1.344.187	2.976.466	2.057.040	698.035	514.069	844.936	9.424.777											
SUDESTE																										
MG	83.729	9.095	3.564	61.937	9.133	1.524.106		44.534	333.674	1.145.898	177.266	55.684	54.747	66.835	1.859.751											
ES	3.210	157	24	697	2.332	313.148	49.731		87.034	176.383	39.318	13.108	10.677	15.533	381.390											
RJ	5.049	47	2.182	934	1.886	2.016.973	308.024	54.764		1.654.185	441.156	133.578	116.778	190.800	2.652.908											
SP	280.408	27.654	111.127	112.894	28.733	1.919.569	893.939	102.151	923.479		1.399.300	495.665	331.867	571.768	4.530.728											
	83.793	14.884	52.555	13.459	2.895	2.720.539	139.744	14.830	397.842	2.168.123	885.847	333.656	244.672	307.319	3.824.735											
SUL																										
PR	60.617	10.122	41.158	8.635	702	1.113.703	54.862	8.633	162.230	887.978	250.063		108.145	141.918	1.458.895											
SC	9.636	1.527	6.704	1.143	262	429.564	28.202	1.427	43.202	356.733	397.119	231.718		165.401	880.366											
RS	13.540	3.235	4.693	3.681	1.931	1.177.272	56.680	4.770	192.410	923.412	238.465	101.938	136.527		1.485.474											
TOTAL SAÍDAS	558.256	62.982	194.112	226.271	74.891	11.744.562	1.767.288	252.653	2.202.633	7.521.988	3.453.017	1.218.774	898.881	1.335.362	18.081.365											

Balança Comercial Interestadual 1983 – Operações Globais

Exportações Importações Saldo Comercial Comércio intra-regional
Cr\$ Milhões **2.227.308** **3.596.282** **- 1.368.974** **1.297.128**

Entradas	Saídas																		
	Norte	AC	AM	PA	AP	RO	RR	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN	
Norte	115.304	2.523	73.056	29.922	719	8.166	918	164.036	30.090	4.124	18.923	5.440	7.457	46.382	36.131	729	14.745	15	
AC	8.874		6.910	579	0	1.331	54	2.013	2	7	307	33	22	248	953	6	435	0	
AM	20.973	752		14.639	3	4.820	759	61.670	620	62	4.814	930	965	19.270	30.627	233	4.147	2	
PA	41.034	1.701	36.975		715	1.538	105	97.323	29.370	3.870	13.086	4.232	6.305	25.852	4.351	447	9.797	13	
AP	11.883	0	397	11.486		0	...	1.956	43	171	352	196	46	854	89	36	169	...	
RO	20.238	70	17.072	3.095	1		0	807	55	7	248	37	110	126	82	7	135	0	
RR	12.302	0	11.702	123	...	477		267	0	7	116	12	9	32	29	0	62	...	
Nordeste	94.083	1.421	42.614	46.818	2.39	737	98	1.297.12	48.955	59.76	153.04	50.452	97.558	522.75	78.586	36.048	249.902	66	
MA	16.794	3	1.562	15.178	1	50	0	115.420		36.29	32.754	3.921	4.798	29.965	2.009	935	4.742	1	
PI	5.995	0	1.568	4.341	83	2	1	80.735	13.617		30.189	2.414	2.298	22.320	391	665	8.841	0	
CE	8.935	16	3.817	4.931	119	24	28	182.554	22.714	12.07		16.263	11.657	83.915	4.255	2.852	28.793	28	
RN	4.215	0	910	3.287	2	10	6	115.216	1.232	537	22.124		17.851	60.151	862	1.332	11.125	2	
PB	1.478	0	853	611	13	0	1	156.420	1.643	670	9.890	8.016		117.42	3.172	674	14.933	0	
PE	24.736	253	12.147	11.716	64	541	15	237.434	6.254	7.841	32.312	10.672	43.297		22.536	5.622	108.877	23	
AL	13.706	86	12.105	1.496	3	10	6	138.282	529	121	5.265	1.262	3.973	104.36		4.768	17.999	0	
SE	830	1	366	416	29	18	0	84.818	107	252	4.330	904	3.627	16.153	4.947		54.498	0	
BA	17.376	1.062	9.286	4.842	2.08	64	41	186.106	2.859	1.970	16.164	7.000	10.057	88.431	40.414	19.199		12	
FN	18	0	0	0	...	18	...	143	0	0	19	0	0	29	0	1	94		
Centro Oeste	20.778	20	11.321	6.813	103	2.414	107	63.051	10.490	2.556	19.084	4.674	830	8.550	1.338	1.423	14.105	1	
MT	2.939	18	924	279	0	1.714	4	3.661	85	147	558	1.442	31	687	288	214	209	0	
MS	1.193	2	779	253	28	87	44	3.724	74	961	457	589	112	545	64	246	675	1	
GO	8.195	0	4.469	3.097	35	540	54	23.983	8.832	939	2.388	712	236	2.962	921	157	6.836	0	
DF	8.451	0	5.149	3.184	40	73	5	31.683	1.499	509	15.681	1.931	451	4.356	65	806	6.385	0	
Sudeste	927.037	10.31	777.73	99.960	1.02	37.11	891	1.775.20	37.743	15.03	102.49	54.430	37.905	279.66	27.585	53.285	1.166.97	87	
MG	23.923	51	12.577	9.224	105	1.732	234	117.135	2.475	802	9.418	3.857	4.380	21.606	2.717	2.504	69.353	23	
ES	7.499	184	3.935	2.876	3	476	25	51.581	1.092	400	2.341	1.721	1.274	3.284	460	320	40.685	4	
RJ	89.658	0	80.971	8.097		590		277.815	13.603	6.516	18.673	11.236	8.297	49.331	2.883	18.262	149.014		
SP	805.957	10.07	680.25	79.763	916	34.31	632	1.328.67	20.573	7.317	72.065	37.616	23.954	205.44	21.525	32.199	907.924	60	
Sul	105.209	157	66.397	19.456	180	15.88	3.13	225.016	5.244	4.380	35.054	19.151	14.751	51.673	9.355	12.415	72.981	12	
PR	38.519	8	22.719	7.098	48	8.577	69	47.931	1.708	617	10.333	3.362	1.485	6.590	2.044	740	21.049	3	
SC	25.944	25	13.054	5.450	42	5.267	2.10	97.202	666	2.362	14.436	11.799	8.518	26.046	5.918	4.813	22.638	6	
RS	40.746	124	30.624	5.908	90	2.044	956	79.883	2.870	1.401	10.285	3.990	4.748	19.037	1.393	6.862	29.294	3	
Total/Saídas	1.262.41	14.43	971.12	202.96	4.42	64.32	5.14	3.524.43	132.52	85.85	328.60	134.14	158.50	909.01	152.99	103.90	1.518.70	181	
	1	1	5	9	1	0	5	6	2	8	5	7	1	8	5	0	9		

Balança Comercial Interestadual 1983 (b) – Operações Globais

Entradas	Saídas														Total Entradas
	Centro Oeste	MT	MS	GO	DF	Sudeste	MG	ES	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS	
Norte	22.890	3.952	1.131	15.559	2.248	783.637	50.333	6.087	78.013	649.204	98.086	25.125	28.983	43.978	1.183.953
AC	662	432	103	120	7	10.294	873	14	872	8.535	928	243	252	433	22.771
AM	2.856	855	282	1.556	163	389.829	8.946	420	27.494	352.969	20.272	5.263	6.106	8.903	495.600
PA	16.012	747	110	13.310	1.845	340.382	35.410	5.111	45.243	254.618	62.584	11.953	20.102	30.529	557.335
AP	45	0	2	41	2	14.863	1.207	416	2.106	11.134	2.932	284	1.318	1.330	31.679
RO	3.186	1.879	634	444	229	24.156	3.472	117	1.882	18.685	9.166	7.209	894	1.063	57.553
RR	129	39	0	88	2	4.113	425	9	416	3.263	2.204	173	311	1.720	19.015
Nordeste	103.509	4.459	8.162	52.734	38.154	2.835.725	344.549	58.464	440.434	1.992.278	562.965	134.017	235.430	193.518	4.893.410
MA	13.583	85	2.021	10.244	1.233	140.895	15.025	1.591	22.146	102.133	22.563	4.866	8.749	8.948	309.255
PI	4.093	381	51	3.341	320	85.669	10.244	1.973	13.918	59.534	17.923	5.342	7.815	4.766	194.415
CE	25.547	958	1.217	11.211	12.161	385.518	43.392	5.672	61.916	274.538	75.214	19.310	35.329	20.575	677.768
RN	3.098	110	287	2.513	188	140.184	10.351	3.010	20.718	106.105	39.123	9.322	21.421	8.380	301.836
PB	2.533	584	21	1.859	69	115.571	8.873	2.408	17.193	87.097	34.507	13.104	12.601	8.802	310.509
PE	16.519	1.005	3.668	7.681	4.165	781.530	97.606	9.420	110.839	563.665	158.747	38.856	63.358	56.533	1.218.966
AL	5.709	299	82	1.351	3.977	97.897	7.516	1.196	13.934	75.251	20.752	5.590	8.760	6.402	276.346
SE	564	84	224	182	74	117.328	15.319	1.245	21.794	78.970	23.837	8.241	8.280	7.316	227.377
BA	31.859	953	591	14.348	15.967	970.005	136.036	31.851	157.793	644.325	170.207	29.348	69.097	71.762	1.375.553
FN	4	0	0	4	0	1.128	187	98	183	660	92	38	20	34	1.385
Centro Oeste	91.667	12.094	16.503	35.678	27.392	1.647.130	220.911	4.590	180.753	1.240.876	262.377	116.408	75.123	70.846	2.085.003
MT	23.596		13.140	8.012	2.444	214.636	27.818	398	16.460	169.960	55.770	32.620	12.654	10.496	300.602
MS	8.694	5.804		2.697	193	406.708	15.349	293	17.958	373.108	78.311	53.358	11.980	12.973	498.630
GO	31.940	5.405	1.780	...	24.755	583.645	111.499	2.124	53.318	416.704	66.358	17.785	24.725	23.848	714.121
DF	27.437	885	1.583	24.969		442.141	66.245	1.775	93.017	281.104	61.938	12.645	25.764	23.529	571.650
Sudeste	633.153	65.218	186.916	348.992	32.027	9.241.665	2.201.057	322.033	1.885.445	4.833.130	4.176.729	1.480.494	1.100.042	1.596.193	16.753.789
MG	150.319	18.273	5.973	120.285	5.788	2.369.688	59.110	426.995	1.883.583	375.349	129.192	125.976	120.181	3.036.414	
ES	2.743	681	66	1.766	230	436.200	90.627		133.996	211.577	63.927	13.763	24.171	25.993	561.950
RJ	15.043	1.245	5.842	3.108	4.848	3.373.680	533.065	102.645		2.737.970	859.716	191.226	289.614	378.876	4.615.912
SP	465.048	45.019	175.035	223.833	21.161	3.062.097	1.577.365	160.278	1.3						

RS	31.056	2.765	10.130	10.420	7.741	1.966.808	109.743	8.933	257.201	1.590.931	480.554	214.848	265.706	...	2.599.047
Total Saídas	1.189.584	154.329	404.341	497.889	113.025	19.013.820	3.082.775	417.315	3.060.557	12.453.173	6.723.450	2.381.557	1.904.462	2.437.431	31.693.701

Balança Comercial Interestadual 1984

QUADRO V
BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1984

Entradas \ Saídas	Cr\$ milhões																	
	Norte	AC	AM	PA	AP	RO	RR	Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	FN
Norte	326.768	18.653	159.108	111.804	7.469	24.878	4.856	796.867	94.648	19.583	93.428	24.121	38.408	195.060	39.510	2.638	289.442	29
AC	34.999	—	25.900	4.763	1	4.328	7	22.122	3.821	573	3.932	258	64	4.588	137	15	9.034	0
AM	77.163	7.470	—	45.583	1.303	18.168	4.689	168.285	8.348	2.359	23.648	6.771	3.786	75.904	7.854	626	39.385	4
PA	68.903	8.422	52.450	—	6.157	1.795	79	580.900	79.477	15.235	58.384	14.780	33.509	105.771	31.153	1.857	240.308	25
AP	53.092	0	3.169	49.922	—	1	—	10.431	2.953	839	1.614	927	510	3.295	69	22	252	—
RO	54.958	2.761	41.269	10.839	8	—	81	10.923	196	332	4.205	943	369	4.220	173	93	372	—
RR	37.653	0	36.320	687	—	646	—	4.060	153	244	1.645	442	150	1.732	124	25	91	—
Nordeste	418.351	6.218	54.582	301.358	10.451	4.869	772	5.537.388	213.830	181.587	636.829	221.082	390.542	2.294.783	449.027	280.702	968.264	742
MA	157.848	4.033	5.624	148.094	23	73	1	392.589	—	80.648	109.842	12.289	9.853	115.087	41.328	1.437	22.295	2
PI	30.295	364	4.163	25.149	736	3	0	284.169	42.893	—	128.843	6.866	5.670	88.221	3.462	1.854	14.360	0
CE	31.488	108	13.382	17.118	448	239	133	689.198	58.983	41.942	—	65.888	65.260	329.924	19.066	7.895	109.310	640
RN	15.020	0	2.996	12.031	12	6	9	498.126	9.934	1.872	96.285	—	55.389	289.707	5.036	4.106	35.618	0
PB	5.845	1	3.008	2.819	2	6	9	687.747	61.953	33.414	153.468	60.965	199.007	627.141	13.697	3.416	50.124	0
PE	89.130	1.523	38.930	47.810	203	551	113	1.144.396	61.953	2.530	48.000	34.256	—	121.027	—	48.944	466.008	7
AL	7.492	7	3.237	4.120	1	42	85	599.173	10.582	1.277	17.762	4.075	12.511	—	—	447.346	—	44.106
SE	4.247	8	2.663	1.388	1	6	211	358.128	711	1.236	13.994	5.782	8.651	89.185	32.429	—	64.210	4
BA	76.986	174	20.739	42.890	9.025	3.981	207	973.488	20.495	18.667	76.993	30.926	34.422	407.982	212.440	171.874	206.140	0
FN	0	0	0	0	—	—	—	374	93	1	42	45	0	190	0	1	—	—
Centro-Oeste	62.900	2.201	18.601	32.764	163	8.950	221	293.942	22.837	5.979	76.300	9.259	24.403	75.169	29.671	3.378	46.910	36
MT	12.003	2.088	2.348	1.605	0	5.856	106	16.147	684	371	4.025	2.811	185	5.775	151	1.075	1.340	0
MS	6.657	8	3.023	2.778	0	840	8	25.657	49	665	4.727	1.699	11.179	3.612	303	1.327	2.095	0
GO	19.884	11	5.582	14.725	53	1.425	87	79.119	16.270	4.635	22.506	2.072	1.736	12.962	841	699	17.382	36
DF	24.356	94	3.648	13.655	110	829	20	172.749	5.824	308	45.042	2.677	11.303	52.820	28.376	277	26.112	0
Sudeste	3.070.736	37.409	2.361.614	469.386	10.157	187.125	5.045	7.440.493	148.004	82.684	530.955	240.477	179.459	1.546.721	137.149	154.222	4.413.921	6.901
MG	103.066	3.967	36.734	45.913	554	15.262	645	595.901	20.441	43.781	65.152	18.398	21.658	97.657	8.228	11.054	299.353	101
ES	37.204	481	16.613	16.873	14	3.094	128	251.926	2.640	1.168	7.722	14.335	15.296	12.597	1.789	4.446	101.991	35
RJ	210.288	11	180.991	28.037	0	1.249	9	978.803	45.321	8.412	96.103	34.939	31.279	263.421	22.965	23.692	452.651	0
SP	2.720.178	32.960	2.127.276	378.553	9.598	167.520	4.270	5.623.863	79.602	29.323	361.978	172.885	111.196	1.173.046	104.052	115.020	3.470.016	6.765
Sul	302.327	4.583	134.192	77.290	760	78.214	2.288	948.809	20.896	16.540	106.318	157.246	55.914	193.337	27.914	39.371	331.204	70
PR	149.967	200	52.958	35.873	118	59.474	1.344	203.446	6.519	3.930	33.785	18.007	6.730	37.203	8.794	3.363	85.103	12
SC	42.709	3.331	16.990	8.853	271	10.955	3.409	344.280	2.567	8.285	34.062	115.907	26.345	67.903	12.906	6.097	70.797	11
RS	109.591	1.052	65.294	32.554	371	7.785	2.535	401.083	11.809	4.325	38.471	23.332	22.839	88.231	6.914	29.111	175.304	47
Total Saídas	4.181.082	69.064	2.768.097	992.603	29.000	394.136	18.182	15.117.499	500.214	306.373	1.443.830	652.185	688.726	4.305.070	683.271	480.311	6.049.741	7.778

Fonte: Guia de Informações e Apuração do ICM

QUADRO V-A

BALANÇA COMERCIAL INTERESTADUAL
OPERAÇÕES GLOBAIS
ANO: 1984

Entradas \ Saídas	Cr\$ milhões														Total Entradas
	C. Oeste	MT	MS	GO	DF	Sudeste	MG	ES	RJ	SP	Sul	PR	SC	RS	
Norte	129.666	57.482	9.121	43.775	19.318	3.794.250	334.052	46.029	318.948	3.095.221	532.916	205.618	128.633	198.665	5.580.467
AC	2.975	1.411	502	738	324	113.634	12.116	112	5.650	95.756	18.788	5.437	6.300	7.051	192.518
AM	51.517	37.384	4.928	8.131	1.074	1.468.759	47.091	2.789	97.114	1.321.765	159.241	60.312	31.658	67.271	1.924.965
PA	50.527	5.200	472	31.941	12.914	1.694.294	234.710	15.461	184.832	1.249.791	207.552	68.208	60.119	79.225	2.592.276
AP	255	29	2	177	47	74.273	5.371	591	8.410	59.931	14.805	2.626	4.014	8.165	152.856
RO	24.230	13.328	3.207	2.786	4.909	413.230	32.263	26.904	19.918	334.145	117.145	64.482	23.200	29.453	620.486
RR	162	100	10	2	50	39.560	2.501	202	3.024	33.833	15.385	4.543	3.342	7.500	97.366
Nordeste	291.519	22.997	22.370	139.281	106.871	11.643.056	1.343.005	254.046	1.340.505	8.705.500	2.092.483	813.987	563.758	714.738	20.082.797
MA	26.874	1.980	184	17.094	7.606	677.181	50.943	27.355	86.374	512.509	94.588	28.115	35.139	31.334	1.349.080
PI	8.328	77	79	7.164	1.008	311.923	62.847	17.358	35.308	208.717	55.403	20.879	18.528	15.996	690.118
CE	86.483	7.176	6.316	30.852	42.119	1.595.397	128.152	9.061	169.798	1.270.089	248.072	94.616	74.472	78.984	2.650.818
RN	9.115	1.085	785	6.130	1.135	542.871	84.679	8.820	55.949	393.423	110.386	35.733	46.861	27.792	1.175.518
PB	15.874	957	9.677	5.000	340	470.465	39.738	17.782	46.726	366.219	118.840	57.550	26.424	34.956	1.298.971
PE	57.939	6.071	2.022	33.115	16.731	3.291.153	307.638	37.228	462.890	2.483.397	595.524	219.979	167.698	207.859	5.178.142
AL	20.779	898	2.126	5.004	12.751	462.411	33.666	4.231	43.182	381.132	79.451	35.769	20.162	23.620	1.169.306
SE	6.042	767	161	4.615	499	437.271	75.542	18.304	51.185	292.240	68.798	21.655	22.866	24.727	874.486
BA	59.392	3.964	1.030	29.713	24.665	3.854.493	557.370	117.728	388.087	2.791.308	720.118	298.627	151.591	269.909	5.684.477
FN	613	2	0	594	17	9.891	2.230	189	1.006	6.466	1.203	1.054	29	120	12.081
Centro-Oeste	607.211	68.759	218.058	161.666	158.728	7.512.219	1.041.634	13.533	486.380	5.970.672	1.454.567	724.168	233.992	496.407	9.930.839
MT	237.878	—	198.406	26.875	12.597	1.152.923	162.639	1.205	5.645	934.234	347.954	195.936	33.444	117.674	1.767.175
MS	76.957	48.672	—	26.376	1.909	2.009.119	67.018	1.229	99.259	1.881.613	561.082	368.283	40.892	151.937	2.619.472
GO	174.539	14.840	15.477	—	144.222	2.709.171	540.334	6.051	146.822	2.015.964	280.494	103.505	55.899	131.130	3.273.207
DF	117.837	5.247	4.175	108.415	—	1.641.006	271.643	6.048	225.454	1.138.861	255.037	55.574	103.797	95.666	2.210.985
Sudeste	3.603.632	419.372	1.049.346	1.911.337	224.577	40.334.311	9.697.762	1.561.552	8.394.855	20.680.152	17.485.996	7.062.965	3.794.417	6.628.614	71.935.168

Balanças Comerciais inter-regionais 1985 e 1986

Balança Comercial inter-regional de 1985 – Operações Globais

Em Cr\$ milhões correntes

	Saídas					Total entradas	M regionais
Entradas	N	NE	CO	SE	S		
N	2.143.297	2.633.833	465.712	15.691.825	2.543.393	23.478.060	21.334.763
NE	1.633.425	22.400.117	1.192.699	45.811.473	7.890.670	78.928.384	56.528.267
CO	334.143	1.022.260	3.598.012	30.253.562	5.951.760	41.159.737	37.561.725
SE	12.396.132	25.986.787	11.246.690	82.188.223	56.014.255	187.832.087	105.643.864
S	1.383.593	3.415.668	5.618.822	57.453.338	30.398.297	98.269.718	67.871.421
Total saídas	17.890.590	55.458.665	22.121.935	231.398.421	102.798.375	429.667.986	
X regionais	15.747.293	33.058.548	18.523.923	149.210.198	72.400.078		

Fonte: Revista de Finanças Públicas, Secretaria de Economia e Finanças, ano XLVII, n. 369, jan/fev/março de 1987.

Balança Comercial inter-regional de 1986 – Operações Globais

Em Cz\$ milhões

	Saídas					Total entradas	M regionais
Entradas	N	NE	CO	SE	S		
N	27.649	9.715	2.284	94.004	10.165	143.816	116.167
NE	60.853	162.562	4.542	214.617	28.038	470.612	308.050
CO	14.682	6.934	110.091	284.857	52.864	469.428	359.338
SE	143.943	255.515	214.272	587.737	191.172	1.392.640	804.902
S	44.155	21.311	19.996	361.783	94.845	542.090	447.245
Total saídas	291.282	456.037	351.185	1.542.999	377.084	3.018.586	308.050
X regionais	263.633	293.475	241.094	955.262	282.239	116.167	

Fonte: Revista de Finanças Públicas, Secretaria de Economia e Finanças, ano XLVII, n. 372, out-dez/1987.

Obs.: O formato de apresentação (em várias páginas) e a qualidade da digitalização (muito pouco legível) são as razões que motivaram a apresentação das balanças comerciais inter-regionais destes anos, ao invés da digitalização das balanças interestaduais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)